



**FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA**

**INTERSECCIONALIDADES E CARREIRAS DE MULHERES  
NEGRAS DA CIDADE DE LAVRAS (MG)**

**LAVRAS – MG  
2024**

**FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA**

**INTERSECCIONALIDADES E CARREIRAS DE MULHERES NEGRAS DA  
CIDADE DE LAVRAS/MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações e Sociedade, para a obtenção do título de Doutora.

Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Zanola, Fernanda de Aguiar.

Interseccionalidades e carreiras de mulheres negras da cidade de  
Lavras/MG / Fernanda de Aguiar Zanola. - 2024.  
237 p.

Orientador(a): Mônica Carvalho Alves Cappelle.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2024.  
Bibliografia.

1. carreiras. 2. feminismo. 3. interseccionalidade. I. Cappelle,  
Mônica Carvalho Alves. II. Título.

**FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA**

**INTERSECCIONALIDADES E CARREIRAS DE MULHERES NEGRAS DA  
CIDADE DE LAVRAS/MG**

**INTERSECTIONALITIES AND CAREERS OF BLACK WOMEN IN THE CITY OF  
LAVRAS/MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações e Sociedade, para a obtenção do título de Doutora.

APROVADA em 13 de agosto de 2024.

Dra. Flaviana Andrade de Pádua Carvalho	UFLA
Dra. Flavia Luciana Naves Mafra	UFLA
Dra. Josiane Silva de Oliveira	UEM
Dra. Juliana Cristina Teixeira	UFES

Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2024**

## AGRADECIMENTOS

Para expressar minha gratidão e celebrar o encerramento deste ciclo de aprendizado e conhecimento, escolho fugir dos padrões tradicionais que frequentemente se limitam a cumprir normas. Parto das minhas memórias, que mesclam minha formação como sujeito, aquisição de conhecimentos e diversas experiências únicas, proporcionadas pela inserção em debates e pela produção desta tese. Seguindo o caminho que escolhi para este trabalho, resgato memórias dispersas e outras registradas fisicamente que carregam recordações antigas. Nesse processo, relembro os aromas, texturas e sentimentos que vão desde a minha primeira ida à escola até o envio deste estudo para avaliação.

Assim, agradeço inicialmente àqueles que fizeram o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui: meus pais. Eles superaram adversidades de todos os tipos e muitas vezes renunciaram a sonhos e desejos pessoais, colocando sempre minha educação em primeiro lugar. Graças ao esforço deles, consegui vencer muitas estatísticas e normas. Eles são minha principal torcida, sempre presentes em todas vitórias e conquistas, prontos para aplaudir, acolher e até mesmo alertar sobre erros e acertos. Nesse contexto, incluo meu companheiro, marido e amigo, meu maior incentivador, que sempre acreditou na minha competência e potencial como pesquisadora e professora. São a eles que recorro nos momentos de dor, para lembrar que sim, sou capaz e merecedora de ocupar este espaço.

Agradeço também aos meus amigos, tanto os de longa data quanto os que encontrei durante este processo, que compartilharam experiências e tornaram a jornada mais leve. Também sou profundamente grata aos professores que estimularam a minha formação profissional e pessoal, especialmente aqueles que romperam com as práticas bancárias de ensino e fizeram diferença significativa em minha trajetória. Destaco minha orientadora, que possibilitou a realização desta pesquisa e ofereceu espaço e apoio para a construção desta tese fundamentada no pensamento interseccional.

Agradeço ainda à FAPEMIG, instituição de fomento que financiou esta pesquisa e possibilitou minha inserção neste campo de estudos. Reconheço também a importância do apoio psicológico da minha analista, que semanalmente me ajuda a (re)construir minha autoestima, apesar das inúmeras opressões e supressões que a fragilizaram ao longo dos anos. Por fim, sou grata à Universidade Federal de Lavras, que me acolheu desde 2013 e proporcionou minha formação profissional, educacional e social.

*“Antevejo.  
Antecipo.  
Antes-vivo  
Antes – agora – o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz.  
Eu força-motriz.  
Eu-mulher  
abrigo da semente  
moto-contínuo  
do mundo.”  
(Conceição Evaristo)*

## RESUMO

Esta tese realizou uma análise das trajetórias de carreira de mulheres negras em Lavras, Minas Gerais, sob uma perspectiva feminista interseccional. Com foco nas vivências individuais e coletivas, o estudo explorou como marcadores sociais da diferença — incluindo raça, classe, gênero, sexualidade, religião e localidade — moldam as experiências dessas mulheres. A pesquisa utilizou a metodologia da narrativa ficcional, inspirada na Escrivência de Conceição Evaristo, para captar dinâmicas de opressão e superação, destacando a complexidade das histórias de vida e propondo um modo inventivo de produção de conhecimento. O objetivo principal compreender, a partir de uma perspectiva feminista negra interseccional, utilizando narrativas ficcionais baseadas no conceito de Escrivência de Conceição Evaristo, as trajetórias de mulheres negras na cidade de Lavras (MG), identificando as inter-relações entre diferentes marcadores sociais da diferença que permeiam suas carreiras. Para tanto, a tese foi crítica as abordagens tradicionais de carreira que ignoram as complexidades interseccionais, propondo, em contrapartida, uma visão que integra múltiplas dimensões de diferença, valorizando as contribuições intelectuais de mulheres negras. Esse enfoque desafia narrativas dominantes nas organizações e sugere a reavaliação das práticas organizacionais para promover ambientes mais inclusivos. Utilizando uma abordagem qualitativa com entrevistas, a pesquisa destacou a complexidade das trajetórias de carreira das participantes. Foram evidenciados desafios como a falta de representatividade, o peso da subordinação, a resistência diária e a busca por respeito em campos dominados por homens e marcados pela exclusão. Ademais, revelou a persistente autódúvida, a minimização de conquistas e as dificuldades enfrentadas por mulheres negras de classe baixa em carreiras desvalorizadas e invisíveis. Além de mapear as interseções entre religião, raça, classe e gênero, o estudo propôs ações de impacto social para fomentar as carreiras de mulheres em situação de vulnerabilidade em Lavras. Teoricamente, a tese defendeu que as trajetórias de mulheres negras são sempre contextuais, interligando a história social com as biografias individuais. Ao adotar o feminismo negro e o pensamento interseccional como bases teóricas e epistemológicas, a pesquisa enfatizou a necessidade de uma abordagem crítica para enfrentar desigualdades e dinâmicas de poder nas carreiras. Por fim, este estudo alinhou-se com um compromisso ético e político, sugerindo práticas inclusivas tanto no âmbito organizacional quanto nas políticas públicas, promovendo uma transformação estrutural para criar ambientes mais equitativos e respeitosos para mulheres negras.

Palavras-chave: interseccionalidade; feminismo negro; carreiras; narrativa ficcional.

## ABSTRACT

This thesis analyzed the career trajectories of black women in Lavras, Minas Gerais, from an intersectional feminist perspective. Addressing individual and collective perspectives, the study explored how social markers of difference - including race, class, gender, sexuality, religion, and locality - shape these women's experiences. The research used the methodology of fictional narrative, inspired by Conceição Evaristo's *Escrevivência*, to capture the dynamics of oppression and overcoming, highlighting the complexity of life stories and proposing an inventive way of producing knowledge. The main objective is to understand, from an intersectional black feminist perspective, using fictional narratives based on Conceição Evaristo's concept of Writings, the trajectories of black women in the city of Lavras (MG), identifying the interrelationships between different social markers of difference that permeate their careers. To this end, the thesis criticized traditional career approaches that ignore intersectional complexities, proposing instead a vision that integrates multiple dimensions of difference, valuing the intellectual contributions of black women. This approach challenges dominant narratives in organizations and suggests re-evaluating organizational practices to promote more inclusive environments. A qualitative approach with interviews was chosen, and the research highlighted the complexity of the participants' career paths. The study highlights challenges such as the underrepresentation, subordination, everyday resistance, and the ongoing struggle for respect in male-dominated and exclusionary fields. It also revealed the persistent self-doubt, the depreciation of achievements, and the difficulties faced by lower-class black women in undervalued and invisible careers. In addition to mapping the intersections between religion, race, class, and gender, the study proposed social impact actions to foster women's careers in vulnerable situations in Lavras. Theoretically, the thesis argued that the trajectories of black women are always contextual, linking social history with individual biographies. By adopting black feminism and intersectional thinking as theoretical and epistemological bases, the research emphasized the need for a critical approach to tackling inequalities and power dynamics in careers. Finally, this study aligned itself with an ethical and political commitment, suggesting inclusive practices at the organizational level and in public policies, promoting a structural transformation to create more equitable and respectful environments for black women.

Keywords: intersectionality; black feminism; careers; fictional narrative.

## INDICADORES DE IMPACTO

A tese explora aspectos sociais, culturais e econômicos da integração do pensamento interseccional e do feminismo negro nos Estudos Organizacionais, com foco nas experiências de mulheres negras, vivenciadas na cidade de Lavras (MG). Os impactos são majoritariamente potenciais, mas com elementos concretos em termos de conscientização, inclusão e transformação das práticas organizacionais e acadêmicas. Entre os impactos sociais e culturais, destaca-se a contribuição direta da pesquisa para a conscientização sobre as dinâmicas de exclusão e desigualdade enfrentadas por mulheres negras nas organizações. A tese oferece uma base teórica que capacita pesquisadores e praticantes a reconhecer e desafiar sistemas de opressão, impactando positivamente as práticas de gestão. O público diretamente beneficiado inclui mulheres negras e outros grupos marginalizados, que se beneficiam da inclusão de suas perspectivas tanto no campo teórico como no mercado de trabalho em destaque. Além disso, a promove a participação crítica de acadêmicos, estudantes e membros de comunidades externas à UFLA, demonstrando um caráter extensionista ao engajar ativamente mulheres da comunidade local para compreender suas histórias e opressões, promovendo uma conexão entre a academia e a sociedade. Em termos tecnológicos e econômicos, apresenta um impacto potencial ao sugerir a necessidade de desenvolver estratégias organizacionais e políticas que promovam a equidade de oportunidades, especialmente para mulheres negras. As dinâmicas estudadas têm um impacto que vai além dos limites da universidade, abrangendo tanto o Brasil quanto outros contextos globais, onde as estruturas de opressão se replicam. A pesquisa se alinha principalmente com as áreas temáticas de Direitos Humanos e Justiça, Cultura, e Educação, promovendo a inclusão, a justiça social e o reconhecimento das contribuições intelectuais das mulheres negras. Além disso, é congruente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), contribuindo para a redução das desigualdades de gênero, raça e classe. Em resumo, esta tese promove um entendimento mais inclusivo e crítico das dinâmicas de poder nas organizações, desafiando a predominância de perspectivas eurocêntricas e reforçando a importância de abordagens que considerem as interseccionalidades e a complexidade das experiências de grupos marginalizados. Portanto, abre espaço para embasar estratégias de divulgação no contexto científico e social, explorando os direitos e responsabilidades dos cidadãos, além de incentivar novas formas de compreensão das desigualdades que permeiam as carreiras e oportunidades para mulheres negras.

## **IMPACT INDICATORS**

The thesis explores social, cultural, and economic aspects of the integration of intersectional thinking and black feminism in Organizational Studies, focusing on the experiences of black women in the city of Lavras (MG). The impacts are mostly potential but with concrete elements regarding awareness, inclusion, and transformation of organizational and academic practices. Among the social and cultural effects, the direct contribution of the research to raising awareness about the dynamics of exclusion and inequality faced by black women in organizations stands out. The thesis offers a theoretical basis that enables researchers and practitioners to recognize and challenge systems of oppression, positively impacting management practices. The audience directly benefited includes black women and other marginalized groups, who benefit from including their perspectives in the theoretical field and the labor market in question. In addition, it promotes the critical participation of academics, students, and members of communities outside UFLA, demonstrating an extensionist character by actively engaging women from the local community to understand their stories and oppressions, promoting a connection between academia and society. In technological and economic terms, it has the potential impact of suggesting the need to develop organizational and political strategies that promote equality of opportunities, especially for black women. The dynamics studied have an impact that goes beyond the confines of the university, encompassing both Brazil and other global contexts, where structures of oppression are replicated. The research is mainly aligned with the thematic areas of Human Rights and Justice, Culture, and Education, promoting inclusion, social justice, and the recognition of the intellectual contributions of black women. In addition, it is congruent with the UN Sustainable Development Goals (SDGs), especially SDGs 5 (Gender Equality), 8 (Decent Work and Economic Growth), 10 (Reduced Inequalities), and 16 (Peace, Justice, and Strong Institutions), contributing to the reduction of gender, racial, and class inequalities. In summary, this thesis promotes a more inclusive and critical understanding of power dynamics in organizations, challenging the predominance of Eurocentric perspectives and reinforcing the importance of approaches that consider intersectionalities and the complexity of the experiences of marginalized groups. Therefore, it opens space to support dissemination strategies in the scientific and social context, exploring the rights and responsibilities of citizens, in addition to encouraging new ways of understanding the inequalities that permeate careers and opportunities for black women.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativas</b> .....	<b>21</b>
<b>1.2</b>	<b>Estrutura da tese</b> .....	<b>27</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1</b>	<b>Carreiras: compreendendo a definição do conceito</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Carreiras e os estudos organizacionais</b> .....	<b>37</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Interseções Dinâmicas: Carreiras, Trabalho, Sociedade e Cultura</b> .....	<b>41</b>
<b>2.1.3</b>	<b>Carreiras na interseção sociocultural: relações de gênero</b> .....	<b>47</b>
<b>2.2</b>	<b>As perspectivas feministas que fundamentam esta tese</b> .....	<b>50</b>
<b>2.2.1</b>	<b>Feminismos: transformações no pensamento</b> .....	<b>51</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Feminismo e Interseccionalidades</b> .....	<b>61</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Marcadores sociais da diferença</b> .....	<b>66</b>
<b>2.2.4</b>	<b>Conectando teorias: Carreiras, feminismo negro e interseccionalidade</b> .....	<b>75</b>
<b>3</b>	<b>PERCURSO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO</b> .....	<b>80</b>
<b>3.1</b>	<b>Abordagem epistemológica: arquitetura cognitiva formada na interseccionalidade</b> .....	<b>81</b>
<b>3.2</b>	<b>Abordagem qualitativa no processo investigativo</b> .....	<b>88</b>
<b>3.3</b>	<b>Do conceito à prática: desenho metodológico</b> .....	<b>90</b>
<b>3.4</b>	<b>Técnicas e procedimentos adotados</b> .....	<b>93</b>
<b>3.4.1</b>	<b>Sujeitas da pesquisa</b> .....	<b>94</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Narrativas ficcionais inspirada na Escrivência de Conceição Evaristo</b> .....	<b>96</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Criação artística em torno das realidades narradas: a operacionalização das técnicas</b> .....	<b>98</b>
<b>4</b>	<b>FICÇÕES DA REALIDADE: RETRATOS DAS VIDAS DE MULHERES NEGRAS EM LAVRAS (MG)</b> .....	<b>109</b>
<b>4.1</b>	<b>Inscrição contextual: o lugar de onde se fala</b> .....	<b>109</b>
<b>4.2</b>	<b>A Missionária: carreiras interseccionadas ao marcador social da diferença religião</b> .....	<b>118</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Carreiras subjetivas e religião</b> .....	<b>121</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Religião, raça, classe, gênero e missão</b> .....	<b>124</b>
<b>4.3</b>	<b>A Cuidadora: carreiras sem representação e possibilidade de subordinação</b> ..	<b>127</b>

4.3.1	Abordagens de carreiras tradicionais e não tradicionais: o desafio da ausência de representação .....	132
4.3.2	Navegando em trajetórias de carreira não tradicionais: uma perspectiva interseccional .....	135
4.3.3	Debatendo o cuidado: quem cuida de quem? .....	143
4.4	A Rapper: Hip Hop, cultura e barreiras interseccionais atreladas às carreiras .....	149
4.4.1	Questionando normas e rompendo barreiras: diálogos sobre carreiras outsiders e desviantes.....	152
4.4.2	Explorando a carreira de Rapper: uma negra interna e persistente no caminho do desvio .....	155
4.5	A Advogada: deficiência em intersecção com carreiras .....	162
4.5.1	O marcador social da diferença: a deficiência.....	166
4.5.2	A carreira de Maria Carla: raça, gênero e deficiência em contexto.....	169
4.6	A Impostora: fenômeno e percepções interseccionadas entre raça e gênero ....	176
4.6.1	Desvendando o fenômeno da impostora: explorando interseccionalidades.....	180
4.6.2	Quando a esperança se esquiva: navegando pelas incertezas .....	183
4.6.3	Sobrevivência e transformação .....	192
4.7	Como interpretar trajetórias de carreira sob a perspectiva feminista negra interseccional? .....	193
5	<b>PROMOVENDO IMPACTO ATRAVÉS DA INTERSECCIONALIDADE: O COMPROMISSO ÉTICO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO MOTRIZ .....</b>	<b>197</b>
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>201</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>209</b>
	<b>ANEXO A – ROTEIRO PARA EXECUÇÃO DA ENTREVISTA NARRATIVA .....</b>	<b>232</b>
	<b>ANEXO B - TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....</b>	<b>235</b>
	<b>ANEXO C – APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.....</b>	<b>237</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa tese é uma produção das reflexões feitas em minha trajetória acadêmica ligada ao doutorado em Administração. Nesse percurso, compreendi e aprofundei entendimentos sobre relações interseccionais de raça, classe e gênero, dentre outros. Também aprendi a nomear opressões, dilemas e diferenciações. Entretanto, ao longo desse percurso, concepções essenciais do feminismo (considerado aqui de maneira ampla) incorporaram-se primeiramente de maneira abstrata. Tal fenômeno manifestou-se tardiamente, pois durante minha socialização inicial, o termo não estava em evidência. A escola, meus pais, os produtos culturais consumidos, as revistas lidas na adolescência, a universidade em que me graduei e assim por diante, em nenhum momento, abordaram o debate. Contudo, relembro inconformidades e dúvidas múltiplas me aplacando, principalmente em relação às oportunidades e à diferença de tratamento entre os que se reconheciam como homem ou mulher.

Durante esse período, muitas mudanças aconteceram, logo, ingressar em um programa de pós-graduação atuou como marco fundamental. Em meados do meu mestrado, encontrei a “palavra” que definia tudo o que pensava e dava sentido às questões levantadas previamente: o feminismo. Li os “clássicos” dos debates, como Simone de Beauvoir, Judith Butler, Nancy Fraser e Joan Scott; segui as mídias sociais que abordavam a temática, ouvi alguns *podcasts* e li artigos científicos alinhados à minha dissertação. Esse momento foi crucial, pois aprendi ali as nuances do movimento e as principais críticas a uma prática liberal.

Reconhecendo a multiplicidade de abordagens atreladas aos feminismos, outro marco despontou: a necessidade interna de construir um posicionamento que abordasse pessoas como eu e/ou vindas de uma realidade próxima. Foi uma jornada exaustiva, porém revigorante. Diante dos desafios de aprofundamento no tema, busquei cursos especializados, realizei disciplinas em outros programas de pós-graduação e explorei obras de professoras independentes da academia para orientar-me na compreensão das diversas nuances. Foi nesse contexto que me deparei com autoras que se tornariam fonte de inspiração para esta tese, instigando-me a profunda reflexão.

Percebi que devido a influências históricas, sociais, econômicas e fenotípicas, minha própria experiência, assim como a das mulheres ao meu redor, em sua maioria, não encontrava representatividade nas práticas e teorias predominantes. Isso ocorria principalmente porque os debates estavam enraizados em literaturas do Norte global, cujas perspectivas reforçavam contextos distintos. Assim, me esforcei para basear a minha trajetória de formação acadêmica em perspectivas que não fossem simplesmente mimetizadas de um contexto desigual.

No entanto, algumas barreiras que existem tanto na academia quanto na prática impediram maiores reflexões. Entretanto, o ingresso no doutorado ascendeu novamente a minha busca e desde os primeiros contatos com as novas disciplinas, professores e debates, me dispus a desenvolver um diálogo entre o feminismo que abordava as mulheres que eu conhecia e a prática acadêmica.

Mas, enfim, qual é a denominação para esse feminismo? O interseccional, fundamentado no pensamento de mulheres negras muitas vezes subalternizadas das perspectivas científicas, políticas públicas, ações e práticas globais. Estas, costumeiramente estiveram às margens das relações sociais. Entretanto, com as suas armas (pensamentos, falas, artes e práticas) alteraram padrões e disseminaram novas perspectivas sobre opressões de raça, classe e gênero. Por essa ótica, reforçaram a necessidade de englobar não só mulheres brancas da elite intelectual e financeira em seus debates, mas aquelas que estão à margem (HOOKS, 2000). Baseada em bell hooks<sup>1</sup>, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e outras intelectuais, entendo o pensamento feminista (negro) interseccional como uma proposta política, analítica e intelectual para refletir sobre construções sociais que atuam mutuamente para fundamentar opressões em fenômenos históricos e culturais.

Portanto, parto da premissa fundamental de não destacar apenas um marcador social da diferença (BRAH; PHOENIX, 2004). De outro modo, observo nessa tese integralmente o contexto no qual me insiro a partir da noção de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de opressão, agindo de maneira conjunta e retroalimentando-se mutuamente. Essas inter-relações de categorias organizam no cenário atual formas de dominação, uma vez que originam, inserem e desenvolvem opressões, e fundamentam uma “categoria de indivíduos” com maior probabilidade de serem explorados e oprimidos. Além disso, destaca-se a necessidade de romper com desafios sociais, como o colonialismo, racismo, sexismo, militarismo e exploração capitalista, por exemplo, para além de outros (COLLINS; BILGE, 2021).

Sendo assim, gênero se interliga a outras categorias e rompendo com a visão basilar de muitas lentes feministas, não será neste esforço de pesquisa, interpretado como um conceito universal e singular. De outro modo, será compreendido como social, cultural e historicamente moldado, apresentando caráter relacional e em permanente mudança, instigando indagações

---

<sup>1</sup> A autora bell hooks optou por escrever seu nome em todos os seus trabalhos com letras minúsculas devido ao seu posicionamento político para combater convenções linguísticas e acadêmicas. As explicações aprofundadas para esse uso podem ser exploradas nos livros “Teorias Feministas: da margem ao centro” e “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”. Por ser uma autora fundamental para a construção do pensamento empregado nesse projeto de estudo, respeito a escolha da autora e mantenho a grafia ao longo de todo o texto.

sobre outras opressões que esse conceito ajuda a expor e a ocultar (GROSSI, 1998, 2012; HEILBORN, 2002; OYÈWÚMI, 2004). Portanto, as noções biológicas sobre o tema serão evitadas. Arelada a essa visão, entendo a sexualidade a partir das práticas eróticas humanas culturalmente determinadas e reveladoras da natureza íntima dos sujeitos (GONZALEZ, 2020; GROSSI, 1998, 2012; HEILBORN, 2002).

Do mesmo modo, raça será afastada do posicionamento biológico. Logo, o seu entendimento reforça seu caráter político, sua permanência, atualidade e meio para aprisionar e construir imagens fixas (CARNEIRO, 2015; COLLINS, 1998; GONZALEZ, 2020; HOOKS, 2000, 2019). Além disso, expõe as dinâmicas de poder intrínsecas à discriminação racial e à "supremacia branca", evidenciando sua natureza estrutural e sistêmica. Dessa forma, destacam-se os desequilíbrios de poder que perpetuam formas de opressão, sublinhando a persistência dessas injustiças ao longo do tempo e seu impacto duradouro nas experiências contemporâneas (KILOMBA, 2020).

O conceito de classe, por sua vez, será interpretado por uma perspectiva relacional e interconectada a outras dimensões, envolvendo complexidades intercategóricas, que indagam sobre padrões de experiência determinados pelo status social envolto na capacidade econômica dos sujeitos. Nessa perspectiva, os impactos e as relações atreladas ao capitalismo também serão destacados (BLOCK; CORONA, 2014; HOOKS, 2000; 2014).

Devido à transitoriedade e à marginalização do conceito em estudos contemporâneos sobre interseccionalidade (NAPLES; MAULDIN; DILLAWAY, 2019), também utilizarei o marcador social da diferença designado deficiência (DINIZ, 2003; GARLAND-THOMSON, 2020). Teoricamente essa compreensão não é considerada uma desvantagem, mas uma diferença reforçada por narrativas culturalmente produzidas que reiteram condições sociais, preconceitos e o ambiente social (GOMES *et al.*, 2019; KAYESS; SANDS; FISHER, 2014; MELLO; NUERNBERG, 2012; SHAW; CHAN; MCMAHON, 2012).

Todo esse arcabouço conceitual se revela como um paradigma fundamental nesta pesquisa. A interseccionalidade, assim, perpassa metáforas, heurísticas e proporciona a base epistemológica para descrever, interpretar, analisar e frequentemente, explicar tanto o conhecimento em produção quanto os processos de sua criação. Utilizada como metáfora, ela amplia as possibilidades de interpretação, materializando um projeto de estruturas holísticas destinadas a abordar questões sociais complexas. Por meio de heurísticas, oferece regras tácitas provisórias para repensar problemas e construir estratégias voltadas para a reconsideração de estudos interseccionais.

Por um viés epistemológico, estabelece uma estrutura paradigmática que reconhece os problemas sociais relacionados à desigualdade, bem como os problemas sociais investigados pela pesquisa. Em conjunto, fornecem novos caminhos de investigação para abordar a desigualdade social, atraindo uma constelação de intelectuais e profissionais que a reconhecem um posicionamento potencialmente crítico e prático (COLLINS, 2022).

Assim, na presente tese, percebo que os sistemas de poder não existem de forma isolada, mas são interdependentes, construindo-se mutuamente. As intersecções resultantes geram complexas formas de desigualdade, envolvendo diversos marcadores sociais da diferença. Da mesma maneira, a localização social dos sujeitos determina suas experiências e perspectivas no mundo social. Portanto, para abordar essas questões, especialmente dentro de um contexto específico, torna-se imprescindível colocar em prática o pensamento interseccional. Essa compreensão é crucial, pois formam os alicerces sobre os quais a interseccionalidade atua, fundamentando processos de teorização que caracterizam sua *práxis* (COLLINS, 2019a).

A partir da fundamentação dessa visão na prática acadêmica questiono ao longo dessa tese: “Como interpretar trajetórias de carreira (conceito inerente aos estudos organizacionais) sob a perspectiva feminista negra interseccional?”. Logo, argumento a partir desse questionamento a possibilidade de argumentação teórica entre os campos. Esse diálogo emerge por meio das realidades das participantes em conjunto com minha própria vivência, aplico uma epistemologia que reconhece que essas trajetórias são moldadas pela intrincada interação de diversas categorias sociais e dinâmicas de poder. Ao integrar o conceito de interseccionalidade aos estudos organizacionais, expande-se a reflexão, construindo um guarda-chuva de ideias que possibilita o compartilhamento de pontos de vista muitas vezes ocultados. Nessa integração conceitual, observa-se múltiplas relações que favorecem, assim, uma fundamentação sólida e autorreflexiva em relação aos objetivos, análises e práticas, com potencial para serem aplicados de maneira efetiva no cenário social em questão (COLLINS, 2019a).

Para aprofundar essa discussão, sinto necessidade de compartilhar um pouco sobre mim, a autora desta tese. Entender quem sou contribui para a compreensão dos conceitos, conhecimentos, vivências e reflexões desenvolvidas. Além disso, reforça o pensamento de bell hooks (2020) que sublinha a importância de reforçar a subjetividade das pessoas, especialmente das mulheres negras, que historicamente foram vistas como objetos passivos. Assim, tornar-me sujeita ativa, da mesma forma promover esse movimento com as participantes dessa tese, possibilita o reconhecimento e construção de narrativas próprias, destacando a importância de desafiar estruturas que perpetuam a objetificação, especialmente nas relações de poder.

Portanto, quem é Zanola (2024)? Eu sou Fernanda de Aguiar Zanola, me identifico com o gênero feminino e sou parda, portanto negra, conforme as reflexões Sueli Carneiro (2015). Assumo-me feminista, defensora do pensamento interseccional, heterossexual, casada, originária do interior de Minas Gerais, brasileira e formada pela miscigenação. Vindo de uma condição de classe baixa, sou filha de uma auxiliar de dentista e de um metalúrgico. Nesse contexto, experimentei algum acesso ao capital financeiro e cultural, além de certo status social por meio do financiamento público à pesquisa. Este panorama abrangente é o que me permite questionar constantemente meu papel como cidadã, pesquisadora e estudante vinculada ao movimento feminista e aos Estudos Organizacionais.

Baseada no posicionamento de Akotirene (2019), me envolvo no desafio político de rejeitar expectativas literárias elitistas e a escrita complexa na terceira pessoa, no intuito de descolonizar a prática acadêmica, bem como reforçar uma sensibilidade interpretativa, evitando análises generalistas e enfocadas apenas em um único eixo de opressão. Essa visão, considerada uma transgressão epistemológica e paradigmática, me permitiu desde os primeiros instantes, questionar e também refletir sobre conexões e potenciais deficiências das abordagens de ensino, pesquisa e prática do feminismo em relação ao campo dos Estudos Organizacionais.

Ingressei no doutorado em 2020, alinhado ao contexto da pandemia de Covid-19 e do desgaste do ensino público. Diante dessas circunstâncias, busquei ampliar o diálogo sobre o feminismo negro interseccional ao longo das disciplinas cursadas. Essa iniciativa se estendeu para além da sala de aula, alcançando eventos acadêmicos tanto nacionais quanto internos ao programa. Durante essas interações, as nuances do pensamento interseccional contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual e para aprofundar as discussões. Entretanto, nesse contexto, foram os estudos de carreiras que sobrepujaram minha atenção e os percursos traçados ao longo desta tese refletem os debates internos e externos realizados em relação a essa temática.

Essa possibilidade de discussão parte, principalmente, da abertura interdisciplinar do tema (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011; MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Além disso, estimulam discussões entre as ciências sociais e humanas (GUNZ, HUGH; MAYRHOFER; LAZAROVA, 2019). Da mesma forma, atrela-se a capacidade de observá-las para além de atividades profissionais, refletindo outros impactos que perpassam aspectos sociais, culturais, contextuais, temporais e espaciais (HUGHES, 1937). Logo, compreendo as carreiras como trajetórias. Essa visão se afasta de percepções unitárias, objetivas e superficiais sobre o termo. Por conseguinte, conectam no tempo e no espaço ações que geram impactos no presente, passado e futuro (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007).

Dessa forma, as carreiras ligam-se tanto a práticas objetivas quanto subjetivas moldadas em contextos específicos. Para reconhecê-las, destaca-se a importância dos relatos simbólicos que conferem significado às relações contemporâneas. Nesse movimento, possibilitam a compreensão das interconexões que revelam as influências do sistema econômico, social, cultural, institucional, organizacional, entre outros (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007). Além disso, geram compreensões sobre as relações existentes entre história da sociedade e a biografia individual dos sujeitos (GUNZ, HUGH; MAYRHOFER; LAZAROVA, 2019; MOORE; GUNZ; HALL, 2007; ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020).

A partir dessa interação, encontro uma abertura para abordar a pauta atrelando-a ao movimento feminista, que não é estático e compreende a complexa interação entre sujeitos e os contextos em que operam (MARSHALL, 1989). Marshall (1989) destaca que essa comunhão opera como um intercâmbio de perspectivas que não apenas impulsiona a reavaliação das teorias de carreira, mas também confronta a predominância do perfil individual tradicionalmente enaltecido nos estudos, que muitas vezes reflete a perspectiva exclusiva de homens, brancos e heterossexuais (ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020).

Ademais, promove transformações políticas ao reconhecer as experiências que emergem ao longo das carreiras (HOLVINO, 2010). Nesse sentido, não explora apenas desvantagens, compreende vários espaços discursivos e combate meios de opressão, discriminação, injustiça e a desigualdade social (ANTHIAS, 2013; HOLVINO, 2010; ILMONEN, 2019; PISCITELLI, 2008; SAMUELS; ROSS-SHERIFF, 2008).

Marshall (1989) reforça que as teorias de carreiras estão atentas ao debate feminista, principalmente relacionado aos estereótipos designados às mulheres de classe alta. Esse pensamento crítico, revela, portanto, que muitos estudos dessa temática não abordam o cerne das opressões e o foco recai, costumeiramente, ao marcador social gênero a partir de recorte de classe específico, limitando mudanças paradigmáticas (FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Somado a isso, tendem a referir-se apenas às carreiras tradicionais vivenciadas por um indivíduo universal, localizado, particular, sustentado por uma ideologia naturalista (ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020). Através da lente da interseccionalidade, a análise dessas limitações visa revitalizar a teoria de carreiras. Esse olhar crítico inicial evidencia que, por vezes, a teoria pode reforçar valores patriarcais, classistas, racistas, individualistas e generalistas (ACKER, 2006a; FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019; HOLVINO, 2010).

Para concretizar essa abordagem, uma agenda alinhada aos paradigmas que fundamentam esta tese deve compreender os processos nos quais os participantes desempenham

um papel ativo na cocriação de sentido durante a pesquisa. Esse compromisso se inicia com uma sensibilidade teórica e conceitual que busca compreender e valorizar as diferenças fundamentadas em realidades múltiplas. Através desse diálogo, são destacadas as escolhas individuais dos sujeitos, a interação com o contexto e as consequências dessas ações na moldagem de suas trajetórias de carreiras (HUPPATZ, 2015). Em resumo, as teorias feministas aplicadas aos estudos de carreira oferecem uma perspectiva viva e vivida (ACKER, 1990, 2006a; HOLVINO, 2010; MARSHALL, 1989).

Assim, essa abordagem não apenas propaga uma compreensão abrangente e fundamentada, capaz de desvelar intrincadas relações construídas em contextos específicos, mas também fomenta análises que se estendem para incluir e abraçar uma diversidade de vivências. Alinhada a essa perspectiva, a visão feminista interseccional traz consigo a imperatividade de evitar generalizações ao considerar as experiências de sujeitos, cujas vivências foram frequentemente negligenciadas nos debates acadêmicos, públicos e cotidianos. Portanto, essa articulação reflete um compromisso que é simultaneamente ético, político, teórico e prático, direcionado à transformação da sociedade por meio de uma análise que valoriza a pluralidade (HOOKS, 2019).

Isto posto, influencia a formulação das seguintes questões: existem restrições às carreiras para diferentes grupos de sujeitos? Qual o impacto de raça, gênero, sexualidade e nacionalidade, entre outros, no processo de decisões de carreiras? O contexto histórico e social do país de origem é relevante? Existem outras formas de identificação social que restringem a participação nas carreiras? Grupos socialmente marginalizados enfrentam objeções ao se interessarem por carreiras tradicionais? (OIKELOME; HEALY, 2013).

Nessa conexão entre o feminismo interseccional e os estudos sobre carreiras, estabeleço como objetivo principal desta tese: **compreender, a partir de uma perspectiva feminista negra interseccional, utilizando narrativas ficcionais baseadas no conceito de Escrevivência de Conceição Evaristo, as trajetórias de mulheres negras na cidade de Lavras (MG), identificando as inter-relações entre diferentes marcadores sociais da diferença que permeiam suas carreiras.** Para alcançá-lo, delineio os objetivos primários:

- a) Engajar narrativas de mulheres negras residentes na cidade Lavras (MG) e compreender suas trajetórias de carreiras no contexto em que se inserem;
- b) Aplicar a narrativa ficcional, inspirada no conceito de Escrevivência de Conceição Evaristo, a partir das narrativas e memórias que unem a voz narrante e a voz contante,

como uma metodologia inventiva para a produção do conhecimento sobre as dinâmicas de opressão e supressão intrínsecas nas histórias de vida.

Além disso, destaco como objetivo secundário desta tese:

- c) Elaborar uma proposta de construção de ações de impacto social para a promoção de carreiras de mulheres negras na cidade de Lavras (MG).

A fim de alinhar os propósitos expostos, almejo que os estudos desenvolvidos ao longo desta tese desempenhem um papel crucial na ampliação do diálogo entre a teoria feminista interseccional e os Estudos Organizacionais. Ao dedicar esforços à compreensão dessas nuances, percebo delineamentos que incorporam perspectivas poderosas, permitindo a compreensão das complexas interações, opressões e divergências que surgem em diversos âmbitos, incluindo o social, educacional, familiar, teórico e mesmo integrado aos cursos de Administração.

Essa abordagem não apenas contribui para evitar generalizações de experiências essencialistas ou universais, mas também estimula a reflexão sobre as dimensões temporais e espaciais, reiterando como as relações de poder, privilégio e desvantagem são constantemente (re)produzidas. Além disso, busca-se elevar mecanismos que impulsionem o avanço de grupos socialmente marginalizados. Em consonância, refletir sobre a necessidade de aplicação prática para instigar mudanças políticas.

Dessa forma, ao longo desta pesquisa, pretendo retribuir à sociedade o conhecimento e os recursos investidos neste trabalho. Essa perspectiva orienta a intenção de transformar os *insights* acadêmicos em ações concretas que reverberem positivamente na comunidade e contribuam para uma sociedade mais justa e inclusiva. Isso se materializará por meio de uma ponte efetiva entre a academia e a comunidade local. Essa abordagem integral visa não apenas fomentar o desenvolvimento acadêmico, mas catalisar efeitos transformadores no tecido social em que a pesquisa está inserida.

## 1.1 Justificativas

Nesta seção, construo dois fundamentos essenciais que orientam e justificam a realização desta tese. As justificativas foram organizadas a partir de argumentos teóricos e sociais. Além desses pilares, recorro às ideias de Audre Lorde (2019b) para sustentar a importância pessoal de conduzir esta pesquisa. A síntese das justificativas podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese das justificativas.

Teóricas	Sociais
Focar em vozes subalternizadas.	Estimular mudanças para sujeitas enfatizadas na tese, colocando-as no centro do debate. Possibilitando o empoderamento coletivo e o ativismo.
Romper com perspectivas exclusivas cisheteropatriarcais.	Buscar por intersecções entre os marcadores sociais da diferença e a cultura, sociedade, políticas, dentre outros.
Vislumbrar dinâmicas organizacionais e possibilitar debates que desafiem o ideal da neutralidade das organizações.	Elevar referências e ampliar o debate sobre tecnologias de sobrevivência para sujeitos marginalizados.
Promover a ética retórica.	Possibilitar debates sobre ambientes organizacionais mais inclusivos, com foco em reduzir desigualdade e promover transformações políticas.
Fazer uso da teoria e metodologia que partem do pensamento feminista negro e interseccional.	Ampliar debates sobre equidade, diversidade e inclusão.
Ampliar compreensões das desigualdades e dinâmicas de opressão e supressão.	Influenciar novas perspectivas de capacitação para pesquisadores e o público interessado na temática da pesquisa.

Fonte: Da autora (2024).

Sob o prisma **teórico**, resalto a crescente importância do pensamento interseccional nos Estudos Organizacionais (RODRIGUEZ et al., 2016; ZANOLA et al., 2022)<sup>2</sup>. Essa lente paradigmática, heurística e metafórica (COLLINS, 2022) possibilita ampliar compreensões sobre diversas manifestações de desigualdades que se entrelaçam nas interações mediadas pela cultura em contextos específicos (RODRIGUEZ et al., 2016; ZANOLA et al., 2022). Segundo

<sup>2</sup> As justificativas teóricas para a condução desse estudo foram publicadas no artigo apresentado ao XXIV SEMEAD - Seminários em Administração “Análise bibliométrica sobre estudos de carreiras, feminismos e a busca por uma abertura interseccional” que foi indicado a premiação no ano de 2021 sob minha autoria e dos colegas Fernanda Carvalheiro Rufino Rauber, Lauri Luis Rauber e Flaviana Andrade de Pádua Carvalho.

Holvino (2010), existe uma necessidade imperativa de adotar uma abordagem interseccional nesse campo devido à negligência em relação às experiências das mulheres.

Segundo Holvino (2010), existe uma necessidade imperativa de adotar uma abordagem interseccional nesse campo devido à negligência em relação às experiências das mulheres negras, latinas e asiáticas, frequentemente relegadas ao esquecimento nas perspectivas iniciais empregadas nos Estudos Organizacionais. Isso resultou na consolidação de um desenvolvimento teórico exclusivamente voltado para as vivências de pessoas brancas. Portanto, integrar a visão feminista a abordagem teórica, metodológica e paradigmática reforça teorizações que transcendem o cenário de observação tradicional, marcado por uma perspectiva cisheteropatriarcal associada às classes mais privilegiadas (RESSIA; STRACHAN; BAILEY, 2017).

Por essa ótica, assumo o compromisso de incluir perspectivas frequentemente marginalizadas à teoria. Assim, atrelo simultaneamente os marcadores sociais da diferença, práticas institucionais, sociais, às dinâmicas de poder e aos sistemas de opressão para compreender diferentes contextos e realidades. Esse posicionamento oferece oportunidades para a agenda em foco, principalmente através do estímulo a uma visão ampla das dinâmicas organizacionais. Além disso, capacita os pesquisadores e o público que se interessa por essa temática a compreender diferentes identidades, a partir da intersecção entre relações sociais, econômicas, organizacionais, institucionais, dentre outras (MCCALL, 2005).

Ao incorporar o feminismo negro interseccional ao campo teórico dos Estudos Organizacionais, reconhecendo a intrincada interconexão entre opressão e privilégio, possibilita-se a produção de conhecimento para confrontar narrativas predominantes e substanciar a posição ativa das mulheres negras no campo. A partir das nossas trajetórias, leituras, falas e interpretações, torna-se possível (re)considerar o impacto do colonialismo e do imperialismo. Além disso, propõe-se a legitimar e celebrar contribuições intelectuais muitas vezes ignoradas no campo, desafiando apagamentos históricos e marginalizações.

Um exemplo dessa abordagem é evidenciado nas escolhas metodológicas desta tese, que resgatam as influências de Conceição Evaristo (2020) e seu operador teórico: as Escrivências, para a construção de narrativas ficcionais. Essa postura promove uma análise crítica das narrativas, representações e dinâmicas de opressão e supressão intrínsecas nas histórias de vida. Nesse sentido, reflete sobre os marcadores sociais da diferença, como raça, classe, gênero, religião e deficiência, bem como as imagens de controle, o cuidado e outros fenômenos que limitam a participação plena de mulheres negras em seus contextos de carreira. Esses aspectos, presentes nas narrativas, encontram-se intrinsecamente conectados ao contexto

histórico e social que permeiam as trajetórias de carreiras. Alinhar as visões de Evaristo (2020) a uma tese do campo da Administração representa uma ruptura essencial com tendências funcionalistas, reforçando a imperatividade de abordagens teóricas mais inclusivas, simbólicas e diversificadas.

Ademais, o arcabouço teórico fundamentado neste estudo fomenta reflexões e inspira possíveis transformações. Essa busca por mudança se estende à integração do ensino, pesquisa e extensão, guiada por uma "ética retórica" que reconhece a necessidade de romper com a subalternização de perspectivas, vozes e pensamentos que, muitas vezes, negligenciam práticas para além do cenário acadêmico. Dessa forma, me alinho ao anseio por transformação, pautada na justiça social (COLLINS, 2022), embasa na prática científica que compreende de perto como as narrativas são construídas e consideradas em interseção com processos dinâmicos no campo (ACKER, 2006a; PALUDI; MILLS; MILLS, 2019).

No que diz respeito ao prisma **social**, destaco a possibilidade de estimular a formulação de ações a partir de perspectivas que possibilitam a construção de um olhar abrangente sobre as opressões, evitando negligenciar perspectivas de sujeitos subalternizados. Assim, esta tese oferece meios para identificar dinâmicas de exclusão, incentivando mudanças a partir da compreensão dos rituais, símbolos, leis e das relações com a estrutura vigente, além de promover posicionamentos críticos (ANTHIAS, 2013). Ademais, amplia e incentiva o uso de novas estratégias teóricas e metodológicas para compreender ambientes organizacionais por uma perspectiva mais inclusiva (NÚÑEZ et al., 2019). Do mesmo modo, estabelece parâmetros para atenuar a desigualdade e compreender as políticas públicas e privadas, a fim de reduzir disparidades no contexto das carreiras (MCCLUNEY, 2020; NEPALI; EINBODEN; RUDGE, 2023).

Ao que tange o escopo desta tese, considera-se que ela fornece uma estrutura que impulsiona inclusão e equidade para elevar as experiências de sujeitos não privilegiados por dinâmicas sociais abrangentes (COLLINS, 2022; KANG; CHAI; MCLEAN, 2015). Igualmente, promove iniciativas que capacitam as organizações a adotarem práticas que possibilitam transformações políticas (HOLVINO, 2010). Acrescenta-se uma contribuição fundamental para o reconhecimento tanto de práticas formais quanto informais que geram barreiras estruturais (KROOK; MACKAY, 2011). Dentro do contexto em que a pesquisa se fundamenta, desafia o ideal de neutralidade das organizações e instituições, instigando questionamentos sobre compreensões excessivamente simplistas sobre gênero, raça e classe presentes nos discursos políticos, sociais e empresariais (HUPPATZ, 2015).

Em resumo, abre-se espaço para embasar estratégias de divulgação no contexto científico e social, explorando os direitos e responsabilidades dos cidadãos, assim como o papel desempenhado pelo Estado, governos, organizações e sociedade civil na preservação desses princípios. Essa abordagem facilita a compreensão das discriminações interseccionais, das desvantagens econômicas, da segregação ocupacional e da persistente participação das mulheres negras no mercado de trabalho secundário. Além disso, permite identificar barreiras em suas trajetórias de carreira e avaliar fatores-chave relacionados à sua subalternização.

Portanto, esta tese promove percepções capazes de impulsionar mudanças e oportunidades para sujeitos que se identificam com o gênero feminino em diversos cenários, com ênfase nas sujeitas centrais deste debate: as mulheres negras. A sociedade em que vivemos é profundamente marcada por fatores históricos, sociais e econômicos nocivos às pessoas negras. Nossas vivências são forjadas pela persistência da supremacia branca, resultando em vulnerabilidades e exclusões contínuas (PERRY, 2020). Diante de desafios que amalgamam racismo, sexismo e classismo em distintas proporções, somos submetidos a marginalizações que nos privam da igual proteção conferida por leis e políticas (PERRY, 2020).

Segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), somos 50% mais suscetíveis ao desemprego, em comparação com outros grupos. Além disso, nos deparamos com uma crescente vulnerabilidade em outras esferas do cotidiano. Isso se reflete no cenário educacional e de carreiras, mas também na busca por acesso a serviços fundamentais, como saneamento e saúde. Além disso, há o desafio constante de enfrentar a ameaça latente da violência.

Entendendo e vivenciando esse cenário, esta tese proporciona informações simbólicas sobre os obstáculos locais, culturais e sociais associados às carreiras. Logo, explora as interconexões com outros contextos, como socioeconômicos, políticos, bem como nas ações propostas (DELUCA; ROCHA-DE-OLIVEIRA; CHIESA, 2016; ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020). Além disso, amplia referências e perspectivas compartilhadas, contribuindo para o desenvolvimento de ações voltadas ao avanço de diferentes grupos socialmente marginalizados (KANG; CHAI; MCLEAN, 2015; RUIZ CASTRO; HOLVINO, 2016).

Para além da minha oposição às abordagens generalistas que tendem a nivelar distintos indivíduos em termos culturais, sociais e financeiros, um aspecto crucial nesta tese reside na ênfase dada à valorização da perspectiva das mulheres negras. Estabelece-se, assim, um movimento de ruptura e convergência que nos coloca no centro do debate. Esses compromissos são fundamentados em perspectivas que propiciam a inclusão de diversas vozes e experiências

na construção do conhecimento, desafiando narrativas preestabelecidas e fomentando uma compreensão mais abrangente da história, cultura e sociedade.

Dessa forma, fundamentam-se meios para compreender os desafios relacionados à marginalização das experiências. Portanto, rompe panoramas analíticos, muitas vezes simplistas, sobre questões relacionadas à desigualdade racial e de gênero, discriminação e opressão sistêmica (HOLVINO, 2010). Além disso, estimula a busca pelo empoderamento coletivo e a participação no ativismo grupal, oferecendo uma plataforma crítica para que mulheres diversas expressem sua agência, desafiem estruturas de poder e defendam transformações sociais complexas. Assim, concentro na ruptura para a criação de novas imagens e na exaltação das necessidades de sujeitas que, em sua maioria, foram esquecidas pelos estudiosos da Administração e das organizações (HOLVINO, 2010).

Nesse sentido, percebo que a contribuição social está na intersecção entre teoria e prática que em conjunto, contribuem para a compreensão das dinâmicas de poder, destacando as lógicas de atuação dos sistemas de opressão que se entrelaçam e criam experiências singulares para os sujeitos atravessados por opressões.

Nesse ínterim, emerge também o apelo **pessoal** desta tese, fundamentado no discurso de Audre Lorde (2019) transcrito no texto “Aprendendo com os anos 1960”. Em sua fala, adverte sobre a impossibilidade de uma resposta simples para questões complexas que interligam o racismo, sexismo, homofobia, xenofobia, entre outros.

Na compreensão dos conceitos de Lorde (2019), visualizo a manifestação do meu chamado para a integração entre prática acadêmica e social ao longo desta tese. Fundamentar esta pesquisa sob um olhar feminista negro e interseccional não se dá por uma perspectiva única, de outra maneira, rompe com relações cotidianas não monolíticas. Perpassa um esforço consciente diário para enfrentar mazelas diversas, que se tornam evidentes por meio de ações de enfrentamento nos domínios acadêmico, político e social.

A viabilidade para fomentar esse diálogo prospera graças ao trabalho pioneiro daqueles que me precederam. Mulheres e homens, meus pais e avós, conhecidos dos meus familiares e as professoras pretas que conheci em congressos são pessoas as quais abriram trilhas na educação superior, na pesquisa científica, na política, no mercado de trabalho, em prol de maior representatividade em diferentes espaços. Entender esse diálogo, que abrange desde minha própria identidade até os meus antepassados e as teóricas que contribuíram para a fundamentação desta tese, concede-me, por meio de uma ferramenta frequentemente negada a muitos dos meus pares, não apenas a habilidade de sobreviver, mas também de impulsionar um processo de crescimento que se revela tanto no nível pessoal quanto coletivo (LORDE, 2019b).

O apelo pessoal reside no constante questionamento: "Será incumbência de apenas um gênero, cor, raça, classe ou religião buscar a libertação dos grupos minorizados?" A resposta que a prática desenvolvida nesta tese oferece é um claro "não"! A busca por melhores condições de vida, carreira, salário, educação, saúde, entre outros, é uma responsabilidade compartilhada por todos que percebem as deficiências nos sistemas e instituições que nos rodeiam (LORDE, 2019b).

Reforço com base nos ensinamentos de Lorde (2019) que essa responsabilidade imediata é de cada um de nós, independentemente da arena que escolhemos para atuar. Portanto, minha contribuição para enfrentar as opressões e supressões que testemunho diariamente se manifestam no desenvolvimento desta tese. Ao interagir com mulheres de minha comunidade para compreender suas histórias, as opressões que enfrentam e as ações que empregam para superar esses desafios foram fundamentais para que seguisse esse caminho. Além disso, se funda no engajamento intelectual dedicado à compreensão (e resolução) de oportunidades para promover mudanças verdadeiras em relações historicamente estabelecidas.

Assim, posiciono meu ativismo a partir do momento em que adotei uma leitura interseccional feminista negra para interpretar as carreiras no contexto dos Estudos Organizacionais. Aprofundar conhecimentos sobre esse campo, que também é um movimento social, tornou-se a minha "arma" para impulsionar mudanças. Aproveito o poder transmitido por aqueles que vieram antes de mim, seja por meio da oportunidade de acesso ao capital cultural, social ou intelectual, ou através da vida, para transcender os limites estabelecidos. Nessa jornada, busco contribuir para a construção de novas perspectivas, enquanto fortaleço conexões teóricas, práticas e sociais, capacitando-nos a resistir às opressões do presente (LORDE, 2019b).

## 1.2 Estrutura da tese

Para garantir que os prismas mencionados atuem de maneira síncrona e possam ser visualizados na prática, organizei minhas reflexões de forma estruturada. Inicialmente, nesta seção introdutória, exponho a problematização da tese, apresentando os objetivos gerais, específicos, justificativas e a relevância do estudo. Na sequência, na seção intitulada Referencial Teórico, introduzo o conceito de carreiras, que desempenha um papel fundamental neste trabalho, sendo por meio delas que observo as trajetórias das sujeitas envolvidas nesta pesquisa e, a partir dessas trajetórias, reflito sobre os marcadores sociais da diferença. Na mesma seção, exploro também os princípios que norteiam minha postura como pesquisadora: a interseccionalidade e o feminismo negro.

Em seguida, detalho o percurso metodológico da pesquisa, delineando a definição das participantes e a abordagem no campo, além da estratégia de análise de dados. Por fim, apresento os principais debates fundamentados nas narrativas ficcionais das mulheres que compõem esta tese, com intuito de alcançar os objetivos propostos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico explora a complexa intersecção entre carreiras e feminismo, analisando a evolução de ambos os conceitos ao longo do tempo, identificando em diferentes relações contextuais e conceituais como o movimento feminista influenciou e continua a moldar a análise e prática da trajetória de carreiras de mulheres e outras minorias.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, são exploradas teorias que elucidam as barreiras históricas e contemporâneas enfrentadas. Além disso, o referencial examina como as políticas governamentais, as estruturas organizacionais e a cultura empresarial impactam a participação e o avanço de determinados sujeitos em diferentes seguimentos. Ao mergulhar nessa análise, pretendo contribuir para uma compreensão mais aprofundada das questões que interligam raça, classe, gênero e outros marcadores sociais da diferença no contexto das carreiras e destacar percursos teóricos que evidenciam oportunidades e crescimento para todos os sujeitos.

### 2.1 Carreiras: compreendendo a definição do conceito

O entendimento preliminar sobre esse conceito advém da origem latina do termo: “carraria” e se alinha à palavra italiana “*carriera*”, descrita como uma estrada, via de transporte ou faixa de rolagem, repercutindo a ideia de caminho contínuo. A partir dessa construção preliminar, as trajetórias de carreiras tornam-se percursos profissionais individuais, entrelaçados à vida, caracterizados como uma conexão linear de empregos interconectados, sendo possível, por meio desse encadeamento de ações, avançar, retroceder, parar e desviar, por exemplo (CUZZOCREA & LYON, 2011; GINGRAS *et al.*, 2006).

Apesar de serem demasiadamente utilizadas nas comunicações cotidianas, o seu uso ligado às ciências sociais aplicadas é historicamente recente. As primeiras teorias sobre carreiras ascenderam no decorrer dos séculos XIX e XX (CHANLAT, 1995), cujo contexto econômico e social foi marcado pelo absolutismo e a iminência da industrialização, nos quais as funções exercidas pelos sujeitos eram limitadas por origem social, classe, renda e, destaque também, os marcadores sociais da diferença raça e gênero (CHANLAT, 1995; GOFFMAN, 1959; MARSHALL, 1989). Entretanto, para Moore *et al.* (2007) a vinculação da temática aos Estudos Organizacionais e da gestão começou a se expandir a partir ao final dos anos 1970.

Para ilustrar o percurso do desenvolvimento do conceito de carreiras recordo a ilustração cinematográfica de Charles Chaplin no filme “Tempos Modernos” e a sátira ao culto à

eficiência desenfreada. Posteriormente, os impactos da Segunda Guerra Mundial; a mecanização; mudanças ambientais; adventos tecnológicos; globalização; aumento da diversidade da força de trabalho; e o uso crescente de terceirização alteraram os padrões de atividade organizacional e suas estruturas tradicionais (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007; SULLIVAN; BARUCH, 2009). Ainda mais, moldaram as relações empregador-empregado e o contexto do trabalho, criando mudanças no entendimento sobre as carreiras, que antes eram marcadas por uma estabilidade e por uma progressão vertical nas funções designadas em uma empresa (CHANLAT, 1995; SULLIVAN; BARUCH, 2009).

Apesar de uma nova configuração conceitual do tema, a alusão das carreiras como “faixas de rolagem” ou “trilhos” persiste e pode ser observada em diferentes literaturas, que dominaram por muito tempo grande parte das pesquisas empíricas sobre carreiras (SULLIVAN, 1999). Como exemplo, menciono as teorias vocacionais que interpretam as carreiras como percurso profissional e uma trajetória linear de empregos associados, com mobilidade vertical ascendente e uma sensação de inevitabilidade de acontecimentos ocupacionais. Essa visão tem implicações teórico-metodológicas que refletem uma abordagem estrutural, até mesmo funcionalista, para interpretar as relações entre carreiras e sujeitos (CUZZOCREA; LYON, 2011).

Essa perspectiva reflete ontologias que serão evitadas nesta tese, pois não abordam a multiplicidade contextual, temporal, espacial e social que pretendo observar atrelada às carreiras. Similarmente, limitam o reconhecimento de distintas experiências, concentrando, principalmente, em atitudes profissionais, transformando as subjetividades em aspectos estritamente individuais, desconsiderando as interações ao longo das múltiplas trajetórias de vida (GINGRAS *et al.*, 2006).

Antes de traçar conceitualmente a definição de carreiras utilizada nesta tese, identifico características que não a representam para facilitar a compreensão posterior do termo. Nessa perspectiva, as carreiras não são singularizadas apenas às experiências genéricas e totalizantes, advindas dos relatos de profissionais brancos de classe média, que exercem trabalho remunerado, em uma trajetória de crescentes responsabilidades e recompensas materiais. Da mesma forma, não representam apenas normas sociais explícitas e implícitas que orientam o posicionamento relativo de mulheres e homens em suas relações de carreiras (PRINGLE *et al.*, 2019). Ademais, não são apenas termos do relacionamento de um indivíduo com uma organização empregadora. Não só envolvem a compreensão de progressão linear que ocorre alinhada a estruturas estáveis, com indivíduos progredindo buscando obter maiores recompensas extrínsecas (SULLIVAN; BARUCH, 2009).

Compreendo-as, portanto, a partir das trajetórias pessoais que interligam aspectos estruturais, institucionais, socioeconômicos, políticos, culturais e simbólicos. A justificativa para esse posicionamento se atrela à estrutura das sociedades contemporâneas, em que cenários lineares, previsíveis e contínuos se alteram em velocidade progressiva, transformando padrões, culturas e instituições (CHANLAT, 1995; HALL, STUART, 2021). Assim, torna-se base o contexto histórico e social em que as carreiras se inscrevem, buscando ampliar novas possibilidades de investigação e abordagens sobre o tema (CHANLAT, 1995; CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011; GUNZ; MAYRHOFER, 2019). Nesse prisma, identifico a necessidade de agregar ao campo de investigação sujeitos múltiplos visando ampliar o debate e a compreensão sobre estruturas sociais básicas (PRINGLE *et al.*, 2019).

Da mesma forma, esse cenário favorece interpretações sobre as representações e motivadores individuais, contextuais, familiares, sociais, organizacionais e industriais que se desenrolam nas trajetórias de vida dos sujeitos ao longo do tempo. Não obstante, transportam valores, culturas, percepções e símbolos (BRISCOE; DICKMANN; PARRY, 2019). Contudo, distancio de uma abordagem estrutural e funcionalista do conceito, que por muitas vezes reafirmam perspectivas limitantes em relação a grupos minoritários e as oportunidades associadas ao desenvolvimento de carreiras para esses sujeitos (BRISCOE; DICKMANN; PARRY, 2019). Busco compreensões sob a ótica do indivíduo, do espaço social, geográfico e do tempo (MAYRHOFER; GUNZ, 2019), além de investigações sobre histórias distintas das sociedades e suas nuances (BRISCOE; DICKMANN; PARRY, 2019).

Portanto, romper o padrão fixo, imutável, estável e previsível aciona um dispositivo fundamental para esta tese: a diversidade. Considerá-la como parte constituinte das múltiplas experiências de carreiras combate a perpetuação na pesquisa e na prática da valorização única de informações sobre grupos dominantes (PRINGLE *et al.*, 2019). Sob o mesmo ponto de vista, configuram uma tentativa de romper compreensões tradicionais que remetem à linearidade, continuidade, masculinidade, individualidade e favorecem dimensões sobre sexo, gênero, etnia, idade, deficiência e religião nas trajetórias de carreiras (PRINGLE *et al.*, 2019).

Assim, são compreendidas a partir de um olhar dinâmico que favorece a observação da sua construção em diferentes contextos, dentro e fora das empresas, com fronteiras tênues entre emprego estável e instável (BARUCH; ROUSSEAU, 2019). Nesse sentido, não refletem apenas experiências positivas, mas também o fracasso, decisões erradas, indecisões e arrependimentos. Portanto, observa-se o sucesso, mas também os aspectos negativo e sombrios que perpassam as relações trabalhistas e as organizações, portanto, favorece a construção de

uma perspectiva equilibrada e complexa em interação com pessoas, trabalho, sociedades, culturas, instituições e organizações (BARUCH; VARDI, 2016).

Vinculada a essas alterações, destaco a perspectiva sociológica sobre carreiras, a qual se concentra em níveis mais amplos de análise, atentando para as estruturas sociais, as normas culturais e as instituições, bem como para forças estruturais que moldam normas culturais e determinam o comportamento dos indivíduos à medida que navegam pelas instituições, profissões e ocupações (MOORE; GUNZ; HALL, 2007). Para Moore *et al.* (2007a), os primeiros teóricos a tratarem do tema foram Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920). Contribuíram também os pensamentos de Everett Hughes (1928), Howard Becker & Strauss (1956) e Erving Goffman (1959).

Para Hughes (1928), as ocupações se moldam a partir das mudanças contextuais que implicam alterações nas antigas funções existentes. Logo, são um fenômeno da modernidade que deseja conquistar características e o status de profissão. Tais alterações foram estimuladas principalmente por revoluções e incertezas advindas desse período. Em outro prisma, as profissões são designadas como reivindicações morais, atreladas a treinamentos, prescrições e sanções fornecidas pelo Estado (HUGHES, 1928). Sendo assim, em estudos preliminares acerca do tema, o autor já rompia relações que postulam como sinônimos conceitos como carreiras, profissões e ocupações.

Nota-se, principalmente em Hughes (1937), que as carreiras, em uma sociedade altamente estruturada, consistem objetivamente em uma série de cargos e status bem definidos. Contudo, essa linearidade não se aplicava ao cenário investigado pelo autor e, destaco, que o mesmo não se aplica à contemporaneidade, ou seja, contextos em que os sujeitos podem criar ou escolher entre várias trajetórias de carreiras. Assim, o termo “emprego” singulariza as ações dos sujeitos em perspectivas únicas, encadeadas, livres dos impactos contextuais. Já as carreiras não se esgotam em atividades profissionais. Existem outros meios de realização, que perpassam aspectos sociais, culturais, contextuais, temporais e espaciais (HUGHES, 1937).

Becker & Strauss (1956) notam que muitos estudos sobre carreiras se referem mais às “sequências padronizadas de cláusulas do que às pessoas” (BECKER; STRAUSS, 1956, p. 253) e, por conseguinte, se posicionam a favor da construção de uma visão abrangente sobre o tema. Além disso, os autores também evitam a noção de linearidade das carreiras, sendo a velocidade, as barreiras e os caminhos percorridos ações que não podem ser rigidamente investigadas. Uma ilustração dessa percepção está na análise dos autores sobre faculdades de medicina que limitavam o recrutamento de profissionais a partir de uma “avaliação de personalidade” que identificava a etnia dos candidatos. Logo, italianos, judeus e negros enfrentavam um

recrutamento diferenciado e por isso tiveram o desenvolvimento de suas trajetórias de carreiras limitados devido às hierarquias formais e informais de influência, poder e prestígio (BECKER; STRAUSS, 1956) que fundamentam o racismo, sexismo, elitismo, dentre outros.

Goffman (1959), ao estudar pacientes mentais, afirmou que as carreiras precisam ser interpretadas de forma dual, interligando assuntos de cunho identitário, refletindo sobre a imagem do sujeito, suas percepções pessoais internas e abordar posições oficiais, amparadas pelas relações jurídicas, profissionais e institucionais acessíveis ao público. Assim, para Goffman (1959), a teoria deve utilizar uma perspectiva ampla para se referir a qualquer vertente social que interfira nas trajetórias dos sujeitos ao longo de sua vida. Além disso, observou que as relações de carreira transportam visões sobre o que a pessoa constrói e construiu sobre si ao longo de sua vida, portanto, alinham-se aos valores da sociedade e apresentam uma visão da situação atual da história individual (GOFFMAN, 1959).

Observando o delineamento teórico proposto por autores seminais, molda-se um novo meio para assimilar as camadas presentes nas carreiras, sendo esse um fenômeno social, cultural e organizacional, além de um reconhecimento explícito, situado no cruzamento entre histórias societais e a vida dos sujeitos, em outras palavras, “as carreiras são sempre carreiras no contexto” (MAYRHOFER *et al.*, 2007, p.215). Portanto, não se limitam apenas a uma pessoa movendo-se em estruturas profissionais únicas. Do mesmo modo, assumem muitas formas e não estão apenas ligadas aos empregos formais (BAILYN, 2004) e se relacionam às trajetórias que os sujeitos experimentam no ambiente micro e macro nas relações contemporâneas (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Partindo dos pressupostos mencionados, as carreiras não são uma multiplicidade de experiências desconexas, não são momentâneas, são articuladas no *tempo*. Para justificar a utilização desse componente relembro a frase de Arthur *et al.* (1989) que abordaram as carreiras como uma “a sequência evolutiva das experiências de trabalho de uma pessoa ao longo do tempo” (ARTHUR *et al.*, 1989, p. 8). A partir dessa assertiva, nota-se que esse construto envolve interação, desdobramento e movimento de uma pessoa em relação às sociedades. Optar por ignorá-lo torna as carreiras invisíveis, sendo essa dimensão parte de todas as definições explícita ou implicitamente (GUNZ; MAYRHOFER, 2019).

Para Gunz *et al.* (2019) as noções sobre o tempo fazem parte de muitas heranças disciplinares. Entretanto, para os estudos sobre carreiras considerá-lo fornece uma visão ampla sobre as necessidades temporais em diferentes níveis de complexidade social. Isto é, favorecem questionamentos e teorizações no nível individual, organizacional, profissional, ocupacional e social. Da mesma forma, destaca contingências contextuais e a complexidade social para o

campo de pesquisa. Portanto, traduz relações expressas em toda a trajetória de vida do sujeito, envolvendo continuidade e mudança (BARLEY, 1989; INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007; MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Além disso, não considera apenas as predileções futuras, mas envolvem ações, desejos, pensamentos e necessidades formuladas no presente e no passado. Como exemplo, menciono a minha experiência: sou doutoranda, artista, professora universitária, pratico esportes, faço aula de línguas, etc. As ações ilustradas anteriormente me permitem construir oportunidades de alterar, progredir, reconstruir e delinear novas ações para a minha carreira, que não é um encadeamento de fatos explícitos, formalizados e mecanizados. Sendo assim, reforçam práticas objetivas e subjetivas construídas em contextos e situações diversas (BARLEY, 1989; INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007; MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Nesse sentido, evita-se generalizações quantitativas, sendo essa dimensão um aspecto simbólico. Da mesma forma, permite aos sujeitos alterarem e (re)construírem trajetórias que interconectam vivências cotidianas (BAILYN, 2004), além de revelar a evolução das mesmas, atrelando-as aos ciclos de vida que “alteram a morfologia temporal das carreiras e se desviam das normas e expectativas profissionais esperadas” (BAILYN, 2004, p. 1517). Por isso, as investigações empreendidas nessa tese buscam interpretar as carreiras a partir de um ponto de vista temporal ao longo da vida.

Da mesma forma, as carreiras refletem às *trajetórias de vida*. Destaco aqui o sentido pessoal das observações que serão traçadas. Assim, as histórias narradas sobre carreiras tornam-se relatos simbólicos das interpretações imaginativas da vida das sujeitas enfocadas nas investigações. Assumir essa compreensão possibilita ao percurso do estudo a busca não por verdades definitivas, mas interpretações pessoais, para entender o sentido assumido para as mulheres em destaque (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007). Em contrapartida, munidas de significados pessoais, as histórias sobre carreiras refletem trajetórias, permitindo desvendar características, percursos, barreiras, instabilidades e dilemas observados em suas vivências. Por essa razão, não são vistas como permanentes, mas, de maneira oposta, se formam a partir da fluidez das relações contemporâneas (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007).

Ademais, o conceito de carreira será interpretado para além do cenário físico em que se encontram, visando identificar influências múltiplas do sistema econômico e social, das organizações, os aspectos institucionais que interferem na formação das experiências e a relação dos marcadores sociais da diferença, aspecto conceitual abordado em seções subsequentes. Interpretando sob essa ótica, as relações de carreiras são consideradas de maneira ampla, visto

que se conectam às preferências individuais, mas também a outras estruturas relacionadas ao contexto das carreiras (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007).

Areladas as histórias, trajetórias e à dimensão temporal, as carreiras fornecem *narrativas*, isto é, posicionamentos individualizados sobre saberes e experiências de vida através da linguagem. Desse modo, refletem práticas performativas que definem a maneira como as pessoas se posicionam e constroem realidades através de significados compartilhados. Marca a contribuição pessoal através de saberes e experiências da vida cotidiana transformada em linguagem (RIBEIRO, 2013). Bujold (2004) destaca que as narrativas são um processo que envolve a construção de significado a partir das experiências vividas, constituindo-se como uma forma de autoconstrução ou autoconsciência fluida. Nesse contexto, fornecem enredos e temas organizadores nos quais os acontecimentos da vida são reunidos, permitindo construção de significados e identificação de papéis distintos.

Dessa forma, a adoção de uma perspectiva fundamentada nas narrativas permite estabelecer distinções substanciais em relação ao que é proposto por outras abordagens tradicionais de carreira. Portanto, essa perspectiva favorece a compreensão dos esforços intencionais, a construção de significados e as maneiras como as pessoas interpretam a si mesmas e suas ações em diferentes contextos (BUJOLD, 2004). Além disso, promove observações sobre como indivíduos interpretam e enfrentam obstáculos na busca pela construção de trajetórias de carreira ao longo do tempo, ressaltando a importância da interação social e da intersubjetividade nesse processo (CHUDZIKOWSKI; GUSTAFSSON; TAMS, 2020; COLLIN, 1998). Assim, liga-se ao espaço social, situando eventos, estratégias e ações em contextos relacionais e institucionais (CHUDZIKOWSKI; GUSTAFSSON; TAMS, 2020) sendo, portanto, resultados do processo de construção de significados (COLLIN, 1998).

Desse modo, refletem a realidade humana no sentido de que a vida é vivida, representada, explicada e compreensível por meio da história (BUJOLD, 2004). Nesse sentido, os *contextos* também importam à teoria, pois moldam como as carreiras podem alinhar compreensões distintas, para pessoas diferentes. Por essa razão, oferecem significados compartilhados por meio da cultura, oportunidades e restrições compartilhadas entre fatores institucionais, sociais, culturais e econômicos para criar e sustentar as realidades das carreiras (BRISCOE; DICKMANN; PARRY, 2019).

Sendo assim, vale recapitular a assertiva: “carreiras são sempre carreiras em contexto” (MAYRHOFER *et al.*, 2007, p. 216) que acompanhará a fundamentação dessa tese. Essa observação destaca quadros de referência que tradicionalmente eram interpretados como indissolúveis e localizam as carreiras na “intersecção da história social e da biografia

individual” (GRANDJEAN, 1981, p. 1057). Logo, o entendimento sobre o contexto possui uma dupla vinculação que perpassa a história dos sujeitos e sua interação com os cenários em que convive, ao passo que a compreensão sobre as carreiras se (re) formula a partir das interações e manifestações de como os sujeitos se envolvem com o contexto (ARULMANI *et al.*, 2014; MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Portanto, compreendo o contexto como as condições ambientais e as relações interorganizacionais que moldam as experiências, posições, papéis e atividades, impactando nas realidades em que os sujeitos estão inseridos (GUNZ, HUGH; MAYRHOFER; TOLBERT, 2011). Sendo assim, separar analiticamente as carreiras do contexto é, até certo ponto, um sofisma. As carreiras são produtos de estruturas sociais, tais como organizações e instituições, e, em virtude dessa interconexão, (re)produzem estruturas. Nesse sentido, torna-se uma tarefa complexa compreendê-las sem considerar o contexto, pois ambos remodelam e destacam a multiplicidade de cenários (GUNZ, HUGH; MAYRHOFER; TOLBERT, 2011).

Unir prismas contextuais, temporais, narrativas e histórias ligadas às carreiras, evidenciam alterações nas posições sociais dos sujeitos em relação às ocupações, ao mercado de trabalho e às profissões. Adicionalmente, auxiliam na compreensão de padrões e distinções em cenários nacionais, sociais e políticos, bem como no reflexo das forças de trabalho e na origem dos sujeitos. Dessa forma, o contexto se torna relevante a partir do seu potencial descritivo e explicativo para análise de carreira (GUNZ, HUGH; MAYRHOFER; TOLBERT, 2011).

Portanto, parto da premissa que, embora as noções sobre carreiras possuam uma estrutura, as informações relativas a esse campo são fragmentadas, não existindo uma visão autoritária acerca do que são e de como devem ser abordadas nas pesquisas científicas. À medida que aprofundei compreensões teóricas sobre o conceito, observei duas distinções fundamentais: uma abordagem que promove uma visão objetiva das carreiras e, em contrapartida, autores que as contemplam sob um olhar subjetivo.

No primeiro enfoque, são interpretadas como uma sequência linear, contínua e imutável de relações e cargos de trabalho ocupados ao longo da vida de uma pessoa. Já sob uma perspectiva subjetiva buscam refletir o movimento que as pessoas observam suas vidas e interpretam os significados atribuídos às suas ações, os quais impactam na construção de suas trajetórias profissionais (GUNZ *et al.*, 2019).

Com base nas dimensões destacadas, entendo o conceito de carreiras argumentado ao longo desta tese a partir da segunda abordagem. Assim, reforço as compreensões de Hughes (1958), que as concebe como perspectivas em constante movimento, refletindo relações,

histórias, atributos e ações que moldam significados e interpretações sobre a vida dos sujeitos no contexto em que atuam.

As diversas dimensões, como tempo, o contexto, as narrativas e trajetórias de vida proporcionam análises a partir de distintas visões de mundo, respeitando a heterogeneidade das carreiras, além de reconhecer a interseção entre fatores cruciais. Ademais, promovem a ideia de complementariedade e conexão entre dimensões. Sob essa ótica, reforçam uma argumentação entre conceitos fundamentais, estimulando uma visão conjunta, sinérgica e global. Por conseguinte, opõem-se à perspectiva linear. Essa multidimensionalidade reforça a noção de continuidade, mobilidade, mutação e a não exaustão do debate.

Dessa forma, impulsionam um exame aprofundado dos diversos aspectos da realidade dos sujeitos. Essa análise inclui considerações sobre seu status, renda, bem-estar, satisfação profissional, opressões que se distinguem em diferentes cenários articulados por meio de processos dinâmicos no espaço e no tempo (GUNZ *et al.*, 2019). Para ilustrar essa dinâmica é possível destacar a socialização educacional, a história de trabalho individual, o contexto de vida, as relações de gênero presentes em cada sociedade, as concepções étnicas e raciais, a segregação mundial em regiões demográficas particulares e as oportunidades de carreiras que dizem respeito à situação de cada localidade, dentre outros (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

De acordo com Tams *et al.* (2021), a natureza dinâmica das carreiras, permite enfatizar aspectos individuais que se conectam, bem como observar as relações contextuais por meio das experiências vivenciadas pelos sujeitos. Atreladas às narrativas, localizam os sujeitos, suas preocupações e ações, representando, ao mesmo tempo, uma interação única entre o eu e a experiência social. Assim, destaca-se uma perspectiva única construída ao longo do tempo, no contexto, que inclui autodefinição e subjetividade (YOUNG; COLLIN, 2004).

Embora as carreiras e sua compreensão possam assumir diversas camadas em diferentes campos de atuação, nesta tese, o conceito alinha-se às considerações de Gunz & Mayrhofer (2017), os quais visualizam as carreiras como uma cronologia social do indivíduo. Sob essa ótica, as narrativas delineiam os caminhos de carreira (trajetórias de vida) de um indivíduo através de um espaço social e geográfico específico (contexto) ao longo de um período determinado (tempo). Desse modo, constituem um fenômeno social evidente quando os sujeitos são compreendidos a partir das perspectivas de espaço, existência e tempo.

Por conseguinte, fortalece motivações, aspirações, expectativas e desejos de diferentes indivíduos, oferecendo um novo olhar que incorpora experiências e adiciona a diversidade como componente fundamental nas discussões deste campo (PRINGLE *et al.*, 2019). Por fim,

promove uma visão que abrange uma variedade de fenômenos, os quais podem ser observados por meio de uma ampla tela construída a partir de uma visão subjetiva das carreiras. Em resumo, transcende uma abordagem linear e prescrita, revelando-se como um fenômeno social complexo e dinâmico. Dessa maneira, por meio das narrativas e trajetórias individuais, as carreiras entrelaçam-se com o contexto, proporcionando uma compreensão multifacetada dos sujeitos e suas experiências.

Nessa conjunção, desafia a noção de linearidade, rompendo com a ideia restrita que limita interações entre sujeitos, organizações e sociedades a uma visão progressiva de indivíduos "crescendo" (ou ascendendo) em hierarquias corporativas. Pelo contrário, destaca significados vinculados às dimensões sociais, organizacionais, pessoais, contextuais e econômicas que se entrelaçam nas trajetórias de carreiras (MAYRHOFER *et al.*, 2007). Essa abordagem contribui para uma compreensão holística das complexidades intrínsecas ao fenômeno das carreiras no campo dos estudos organizacionais.

Através dessa visão, fornece uma ampla lente para contemplar a complexidade e a riqueza desse campo. As seções subsequentes serão dedicadas a detalhar e abranger conceitos fundamentais para esta tese, tais como a temática vinculada aos fatores contextuais do trabalho, da sociedade e da cultura. Além disso, enfatizam aspectos que conferem às carreiras um tecido vivo e em constante movimento, impulsionado por histórias singulares que entrelaçam os sujeitos ao mundo ao seu redor.

### **2.1.1 Carreiras e os estudos organizacionais**

Nesse momento, exploro um tema expressivo para o estudo: as relações entre carreiras e abordagens presentes nos estudos organizacionais. O início da utilização dessa comunhão conceitual está localizado nos anos 1970. Nesse período foram publicados três livros seminais sobre a temática e houve uma rápida expansão nas discussões e colaborações entre estudiosos do campo (INKSON *et al.*, 2007; MOORE *et al.*, 2007). Contudo, para Moore *et al.* (2007), apesar de uma história recente, o termo carreiras não era utilizado como referência da vida profissional ou curso de vida de alguém até o início do século 20.

Nesse sentido, vale destacar que o enfoque inicial do conceito estava destinado a alinhar carreiras e organizações empregadoras por meio de práticas como seleção e desenvolvimento pessoal, desempenho políticas de avaliação, promoção e formulação de benefícios para ambas as partes. À época, enfatizavam apenas evidências empíricas, estabilidades e provas de lógica.

Entretanto, com o desenvolvimento do conceito, novas lentes de observação surgiram e formaram uma visão mais ampla (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007).

Nesse ponto, é preciso destacar a relevância do grupo informal organizado por Donald Super na década de 1970 e o seu impacto na atualidade. A inauguração dessa pauta naquele momento revelou a natureza inerentemente interdisciplinar dos estudos ampliando abordagens e pensamentos (MOORE *et al.*, 2007). Contudo, muitas vezes, não expressaram quais os teóricos, teorias, visões e perspectivas do campo estão alinhados às pesquisas que fazem. Por exemplo, um historiador escrevendo uma biografia interpreta que sua pesquisa se alinha apenas às bases da história, entretanto, não entende que provavelmente o seu estudo poderia ser atrelado ao campo das carreiras (GUNZ; MAYRHOFER, 2017).

A partir dessa representação, torna-se evidente que, na vasta área das ciências sociais e humanas, numerosos estudiosos empregam o conceito de carreira em diversas abordagens para desvelar uma gama diversificada de conhecimentos. Para Arthur, Hall e Lawrence (1989), podemos observar sua presença na Psicologia, onde é abordada sob o prisma das vocações, como um veículo para realização pessoal, componente individual da estrutura da vida e na perspectiva da psicologia social. Na Sociologia, desdobram-se suas implicações nos papéis sociais. Já na Antropologia, a ênfase recai sobre status, ritos e cerimônias que mantêm aspectos sociais e culturais vinculados às carreiras. Na Economia, são interpretadas como um meio para responder às forças de mercado. Nas Ciências Políticas, destaca-se a promulgação de interesses pessoais. Na História, a relação se estabelece com os costumes, e na Geografia, observa-se a resposta das carreiras às circunstâncias ambientais e demográficas com as quais os atores sociais convivem.

A fim de sistematizar pensamentos alinhados ao campo dos estudos organizacionais Inkson *et al.* (2007) destacam três abordagens que auxiliam a compreensão das carreiras, sendo elas: a visão sociológica, a visão psicológica e a visão administrativa. Sob a ótica sociológica, as carreiras e suas relações são compreendidas a partir de níveis amplos de análise. Em virtude dessa abertura, preocupa-se com as estruturas sociais, normas culturais e instituições que definem, dirigem e restringem as ações das pessoas no nível social (MOORE *et al.*, 2007). Do mesmo modo, são consideradas as diferenças individuais determinantes para trajetórias de carreiras que auxiliam na interpretação dos significados da ação social (KHAPOVA; ARTHUR, 2011). Por conseguinte, enfatizam as forças estruturais que moldam a cultura em torno das relações de carreira ao longo da vida. Similarmente, reflete sobre o comportamento dos indivíduos à medida que navegam por instituições, profissões e ocupações. Além disso,

considera as influências estruturais, etnográficas e antropológicas sobre a vida dos indivíduos (MOORE *et al.*, 2007).

Para Hodkinson e Sparkes (1997), essa abordagem tende a construir observações sobre as chances de alteração das trajetórias de carreiras relacionadas às decisões reais e sociais tomadas pelos sujeitos. Além disso, exploram a existência, a natureza e a extensão das sociedades pós-modernas e o estímulo advindo dessas mudanças estruturais e culturais na escolha individual do estilo de vida dos sujeitos. Nota-se, no entanto, um posicionamento congruente em relação às decisões de carreiras que não são tomadas individualmente, mas influenciadas por estruturas externas, pela natureza das organizações, as relações de emprego, os governos e a classe social.

Por outro lado, os enfoques psicológicos têm suas raízes profundamente arraigadas nos estudos sobre diferenças individuais, avaliações mentais e na perspectiva vocacional que busca a sinergia entre os indivíduos e suas ocupações, abarcando a adaptação humana ao ambiente de trabalho ao longo da vida (MOORE *et al.*, 2007). Sob essa perspectiva teórico-metodológica, emergem duas correntes significativas: a orientação vocacional e as teorias humanísticas, ambas sustentando a ideia de que as necessidades individuais antecipam os resultados no âmbito profissional (KHAPOVA; ARTHUR, 2011). Essas leituras psicológicas, exerceram impacto substancial nas estratégias de guerra durante a Primeira Guerra Mundial, além de orientar as operações durante a Segunda Guerra Mundial, empregando testes psicológicos para seleção, treinamento, gestão de carreira e reabilitação (WANG; WANBERG, 2017).

Com a evolução dessa fusão conceitual, temas como orientação vocacional, a adaptação dos indivíduos às suas posições, as escolhas que moldam o sucesso, bem como a interpretação dos ciclos de vida em relação às trajetórias profissionais, ganharam destaque nos debates (MOORE *et al.*, 2007). Além disso, essa abordagem proporcionou estruturas para compreender os mecanismos que influenciam as escolhas e o desenvolvimento ao longo das jornadas de vida. Ela não apenas abre espaço para novas discussões sobre questões contemporâneas, como a indecisão na escolha de carreira, mas também oferece abordagens práticas para mitigar a tensão nesse período. Adicionalmente, facilita ajustes em sistemas, estruturas e tecnologias para acompanhar a crescente globalização e compreender o papel do tempo nesses processos (WANG; WANBERG, 2017).

Sob a ótica da Administração, são evidenciados os papéis das organizações na orientação do comportamento dos indivíduos em relação às suas escolhas de carreiras (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007). Do mesmo modo, reforçam as carreiras como um artifício que favorece a alocação de recursos, o subsídio à tomada de decisão e o gerenciamento

simbólico, atuando como um dispositivo para compreender as experiências subjetivas ou, em outras palavras, enfatizando a interpretação dos eventos que subsidiam tomadas de decisões organizacionais (BENDASSOLLI, 2009).

Destaca-se nesse contexto a abertura a diferentes heranças teóricas, o que possibilita a exploração de temas e contribuições significativas para diversas questões organizacionais. Dentro desse panorama, debatem a capacidade de estimular inovações, promover ações empreendedoras e estratégias inovadoras, reformular ocupações e aprimorar carreiras, além de impulsionar o crescimento de indústrias em diversos setores. De maneira análoga, esse enfoque proporciona espaço para repensar instituições, incentivar mudanças, compreender ações que geram estabilidade, disseminar conhecimentos sobre estruturas, estratégias e relações sociais, e promover a transformação de papéis ocupacionais e ações em benefício das trajetórias de carreiras nas organizações (MOORE *et al.*, 2007).

Apesar de apresentarem pontos divergentes, ambas revelam interconexões que estimulam a formação de novas agendas de pesquisa. A partir das convergências, visões simplistas que direcionavam as carreiras a um único prisma são rompidas (MAYRHOFER *et al.*, 2007). Embora existam tensões epistemológicas e ontológicas nos estudos desse campo, autores como Khapova *et al.* (2007) e Mayrhofer *et al.* (2007) identificam "metatemas" anexos aos estudos de carreiras, definindo-os como perspectivas heterogêneas, porém sensíveis, capazes de atuar de forma dialética e recursiva para possibilitar o diálogo e a valorização dos estudos fundamentados nessa temática (MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Esses encontros conceituais promovem uma abertura interdisciplinar que possibilitam compreender conexões além de promoverem um diálogo por copropriedades (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011). Moore *et al.* (2007) designam essa interação conceitual recorrente à relativa novidade do tema. Já Khapova *et al.* (2007) reforçam a necessidade de novas abordagens interdisciplinares para compreender os desafios da teoria e da pesquisa de carreira contemporânea. Para Khapova e Arthur (2011), essa possibilidade permite avanços no conhecimento sobre carreiras, além de elevar a comunicação e colaboração entre teorias.

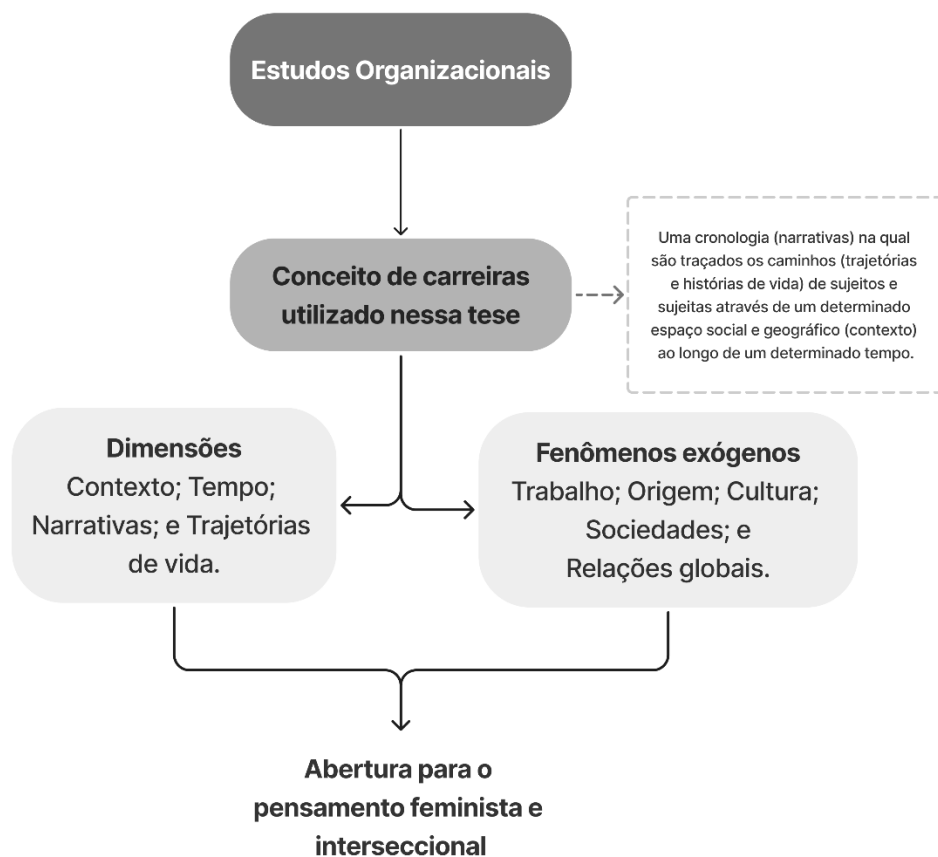
Essa interconexão é fundamental para a compreensão abrangente das carreiras no contexto dos estudos organizacionais. Além de promover uma abertura para estudos que vão além das fronteiras das disciplinas isoladas, essas abordagens abraçam a complexidade do entendimento sobre carreiras e suas interconexões com os fatores contextuais que permeiam o trabalho, as culturas e as sociedades. Dessa forma, ao se basearem em contextos, preveem a necessidade de abordagens interdisciplinares, enfatizando a inseparabilidade das carreiras em

relação ao trabalho, à origem, à sociedade e à cultura. Nas seções seguintes, perspectivas ligadas a esses fatores serão evidenciadas.

### 2.1.2 Interseções Dinâmicas: Carreiras, Trabalho, Sociedade e Cultura

Além das relações interdisciplinares, nesta seção, pretendo aprofundar o debate reforçando que as carreiras são sempre carreiras dentro de um contexto (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Portanto, existem fenômenos exógenos que as moldam. Mayrhofer *et al.* (2007) observam diferentes esferas de proximidade, sendo elas: o trabalho, origem do indivíduo, sociedade, cultura nacional e desenvolvimento global. Segundo Gunz *et al.* (2011), todos são sucessivos e envolvem seus predecessores. A interação entre o contexto, as dimensões do conceito de carreiras utilizadas nesta tese e o campo no qual este estudo se localiza podem ser observadas na Figura 1.

Figura 1- Relações entre campo, conceito, dimensões e fatores contextuais.



Fonte: Da autora (2024).

Partindo dessa figura esquemática, é importante destacar que os estudos sobre carreiras, situados no campo dos estudos organizacionais, podem explorar o conceito e suas interações, a partir de uma visão plural e multifacetada. Essa abordagem interpretativa permite visualizar relações interconectadas e proporciona maior poder explicativo sobre os aspectos fundamentais das carreiras. Desse modo, rompe-se com percepções unilaterais, universais e reducionistas derivadas de variáveis únicas. Em vez disso, são formadas e refletem-se sobre relações heterogêneas, subjetivas e simbólicas que interagem e são combatidas nos mais diversos contextos (GUNZ *et al.*, 2011).

Para isso, baseio-me nas contribuições de Mayrhofer *et al.* (2007), que apresentam seu modelo de "casca de cebola" para elucidar os caminhos teóricos e conceituais que as carreiras se fundam. Esta é uma estrutura conceitual que delinea quatro níveis de contexto, com cada nível sucessivo envolvendo seus antecedentes produzindo uma representação metafórica das camadas contextuais que influenciam o desenvolvimento da carreira e as experiências de um indivíduo no meio organizacional e social (GUNZ *et al.*, 2011). Atrélos conectam fatores que abrangem a origem, o contexto de trabalho, a sociedade, a cultura nacional e o desenvolvimento do cenário global. Ademais, proporcionam uma visão aprofundada das influências que moldam as trajetórias, oferecendo uma compreensão ampla dos fatores que impactam as carreiras (GUNZ *et al.*, 2011).

O primeiro nível destacado por Mayrhofer *et al.* (2007) reflete a dimensão do contexto organizacional. Esta camada mais interna representa o ambiente de trabalho imediato, incluindo a cultura, estrutura e dinâmica organizacional. Atréla-se a fatores como funções de trabalho, responsabilidades e interações dentro do ambiente organizacional específico (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007). Portanto, a estrutura interna do modelo representa os meios que as carreiras interligam diversas dimensões da experiência humana em torno do trabalho, tornando-o uma narrativa social e pessoal, ou seja, um fato sujeito à interpretação e reinterpretação (BENDASSOLLI, 2009). Nesse sentido, o entendimento sobre o conceito de carreiras transcende as fronteiras estritamente profissionais e abraça as complexidades e influências dos múltiplos universos que os sujeitos e sujeitas se inserem, proporcionando uma visão ampla fenômeno (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Assim, as carreiras vão além do contexto do trabalho profissional e das relações de emprego (BENDASSOLLI, 2009). De outro modo, reforçam aspectos significativos das experiências humanas. Portanto, não são apenas o trabalho exercido ao longo de estruturas profissionais fixas, remetem aos significados atribuídos e ações que lhe aconteceram ao longo

de suas trajetórias de carreiras (GUNZ; PEIPERL, 2007). Por esse prisma, suportam fontes de significados no qual o foco se volta para o modo como as pessoas compreendem, constroem e agem nos múltiplos contextos de trabalho (BENDASSOLLI, 2009).

Reiterando a visão explorada em seções anteriores, para essa tese as carreiras envolvem uma cronologia social do ator (GUNZ; MAYRHOFER, 2017) e incorporam aos seus significados as relações construídas em diferentes contextos. Dessa forma, abrangem interações entre dimensões que fundamentam um fenômeno social. Assim, carreiras não são exclusivamente o trabalho, envolvem-se com o contexto do desenvolvimento de trajetórias interligadas à sociedade, culturas e ao cenário global.

A concepção de trabalho está alinhada às mudanças ocorridas no século XIX, relacionadas às instabilidades globais no cenário político, econômico e, sobretudo, social (TIRYAKIAN, 2005). Karl Marx, por exemplo, concebe o trabalho como uma atividade ambígua, cujos impactos foram evidentes durante a Revolução Industrial. Por esse prisma, essa atividade destina-se a produzir meios de subsistência para os operários, tornando-se, portanto, um elemento alienante, já que eles não controlam os processos de produção e os preços de comercialização (TIRYAKIAN, 2005).

Em outro paralelo de interpretação sobre as facetas do trabalho, Max Weber enfatiza a ética protestante. Ressaltando que o trabalho atua como uma atividade redentora ou um instrumento de salvação para os indivíduos. Já Émile Durkheim, aborda-o como um fato social, ou seja, existem funções e causas que originam a divisão de funções na sociedade. Essas relações possibilitam a coesão social. Além disso, o autor explora a formação de patologias, relacionando essa prática às estruturas dinâmicas da organização social (TIRYAKIAN, 2005).

No entanto, para embasar minha compreensão, é crucial adotar uma abordagem feminista e interseccional desse conceito. Esses fundamentos epistemológicos são pilares essenciais desta tese, os quais serão explorados em detalhes ao longo das próximas seções. Por esse prisma, o trabalho reverbera diversas formas de opressão em níveis interconectados, entrelaçados à realidade de diferentes sujeitos (DUFFY, 2007). A leitura feminista desse construto se apoia em perspectivas históricas, teóricas e normativas, juntamente com suas implicações sociais e individuais, proporcionando uma compreensão abrangente e intrínseca do contexto sociopolítico e econômico em que essas dinâmicas se desdobram (TIRYAKIAN, 2005).

Segundo a revisão de literatura realizada por Browne e Misra (2003), existem domínios fundamentais nas análises sobre o trabalho, são eles: salários, discriminação, imigração e trabalho doméstico. Portanto, ao levar em conta essas interconexões, rompe-se com visões

restritas às teorias econômicas neoclássicas que sugerem que quaisquer diferenças são devidas apenas a variações na capacidade humana e nas relações de capital (BROWNE; MISRA, 2003). Da mesma forma, entende o trabalho como um construto diferenciador entre as atividades de produção de bens na economia e a reprodução da força de trabalho. Ademais, destaca, a persistência da divisão sexual, um elemento que perpetua a subordinação das mulheres em relação às suas carreiras (DUFFY, 2007).

Essa dinâmica não se limita ao cenário público, estendendo-se também ao âmbito privado. Historicamente, o feminismo questiona o trabalho invisível desempenhado principalmente pelas donas de casa, distinguindo, portanto, entre produtividade e reprodutivo (PUSPITASARI *et al.*, 2022). O trabalho produtivo engloba atividades que contribuem para a economia, como empregos remunerados e empreendedorismo, frequentemente associados à independência financeira e ao empoderamento das mulheres. Por outro lado, o trabalho reprodutivo abrange cuidados, gestão doméstica e criação dos filhos, essenciais para a manutenção e o bem-estar de indivíduos e famílias, mas muitas vezes subvalorizados e negligenciados nos sistemas econômicos e sociais (PUSPITASARI *et al.*, 2022).

É crucial ressaltar que adicionar remuneração a uma ocupação não a torna automaticamente produtiva, pois mantém sua invisibilidade devido às relações de opressão frequentemente associadas a esse tipo de atividade (DUFFY, 2007). De outra forma, a distribuição desigual reforça e perpetua as disparidades de gênero e contribui para a perpetuação das desigualdades econômicas uma vez que as oportunidades das mulheres para se envolverem em trabalho produtivo são limitadas por suas responsabilidades na esfera reprodutiva (BIGLER *et al.*, 2017). Um exemplo da observação está na designação de “trabalho sujo” às práticas de mulheres negras, pobres e periféricas (DUFFY, 2007). Logo, raça, classe e gênero, influenciam na formação de identidades individuais e fornecem princípios de organização do sistema social (BROWNE; MISRA, 2003).

Entender o trabalho anexo às opressões, proporcionou avanços importantes na avaliação dos obstáculos sociais, estruturais e organizacionais que recriam a desigualdade racial no mercado e afetam trabalhadores pertencentes às minorias (WINGFIELD; ALSTON, 2012). Por essas articulações, considero o trabalho um artefato contextual para as carreiras, que a partir das suas articulações nesse universo incorporam as relações, opressões, demarcam diferença, bem como, moldam toda a trajetória de vida dos sujeitos. Portanto, não atua apenas como uma parte dos significados atribuídos as relações experienciadas, funda-se em aspectos fluidos, históricos e situacionalmente contingentes (BROWNE; MISRA, 2003).

Dessa forma, as carreiras estão inseridas no ambiente econômico e institucional mais amplo, refletido no mercado de trabalho que engloba um conjunto de atividades ocupacionais e profissionais nas sociedades definidos nas relações de trabalho (RIBEIRO; MELO-SILVA, 2016). Logo a ocupação denota sobre o tipo específico de trabalho ou atividade regular que um indivíduo realiza em sua carreira. Enquanto isso, a profissão é um termo mais abrangente que engloba tanto o trabalho quanto a ocupação, mas também incluem treinamento especializado, qualificação formal, adesão a um código de ética e responsabilidade social (RIBEIRO; MELO-SILVA, 2016). Estes, fazem parte das carreiras, que em conjunto refletem mudanças substanciais ambientais, temporais, sociais, organizacionais e econômicas que ocorrem no mundo do trabalho e das organizações. Essas reconfigurações fornecem espelhos que localizam os sujeitos e influenciam a identidade social de forma ampla (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Após esse debate, retomo o segundo nível explorado por Mayrhofer *et al.* (2007) denominado aspecto contextual que trata da origem social dos sujeitos. Este nível contextual refere-se a influências sociais mais amplas, abrangendo normas culturais, valores e expectativas sociais relacionadas com carreiras e trabalho. Considera, portanto, o impacto das tendências sociais, das condições econômicas e das normas sociais, nas escolhas e experiências profissionais de um indivíduo (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Nesse prisma, são exploradas características individuais sobre classe, status, socialização educacional e história de trabalho. Nesses aspectos emergem importantes questões sobre influência de diferentes aspectos de classe e origem social em várias facetas do desenvolvimento da carreira. Explora-se, portanto, uma abordagem em um nível macro. Mas também aspectos mobilidade inter e intrageracional. Da mesma forma, destacam-se o papel da educação nas carreiras, o histórico de trabalho individual e a situação da vida pessoal, incluindo fatores como situação familiar ou estado civil (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

A terceira camada estende-se a fatores culturais, incluindo tradições, crenças e práticas que moldam oportunidades e percursos profissionais em contextos culturais específicos. Este nível reconhece a influência da diversidade cultural e do patrimônio no desenvolvimento da carreira. Mayrhofer *et al.* (2007) relacionam quatro grandes aspectos que constituem elementos contextuais culturais importantes para as carreiras dos indivíduos: as relações de gênero; etnicidade, incluindo a questão das minorias; demografia geral da população; laços comunitários e sociais, dentre outros (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Assim, é de interesse do debate informações que dão sentido às diferenças entre homens e mulheres, como renda, participação no mercado de trabalho ou padrões de promoção. A

questão da discriminação também adentra essa pauta, reforçando discussões sobre raça ou pertencimento a um grupo étnico minoritário. Do mesmo modo, a demografia reflete sobre as organizações e sua composição em termos de idade, gênero, etnia e afins. Em uma perspectiva mais ampla, aponta para o contexto dentro do qual indivíduos e organizações operam. Além de enfatizar o papel dos fatores comunitários, isto é, a integração dos sujeitos e sujeitas no contexto local da comunidade civil, política e religiosa (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Por fim, encontra-se o nível global. A camada mais externa representa as influências globais nas carreiras, incluindo o impacto da globalização, das tendências internacionais e das interações interculturais nas oportunidades de carreira e na mobilidade. Este nível considera a interconectividade das economias, os avanços tecnológicos e os mercados de trabalho globais na definição das trajetórias de carreira. Esse aspecto é levado em consideração no debate traçado pelos autores Mayrhofer *et al.* (2007) devido ao volume crescente de negócios feitos em nível internacional. Logo, as oportunidades de carreira são aprimoradas, pela necessidade de pessoas atuando em relações conectadas mundialmente (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

A gestão global de carreiras envolve vários aspectos, como as características individuais dos gerentes globais, sistemas globais de carreira ou os aspectos de gestão de recursos humanos interligados. Assim, levam em consideração a virtualização, as organizações e seus processos. Em geral, aborda o significado dessas variáveis relacionados às mudanças na sociedade e na cultura, reiterando como elas são culturalmente diferentes. Dessa forma, a identificação dessas dimensões reforça o pensamento contextual das carreiras, ao passo que, ignorar as suas múltiplas relações relega os estudos a um patamar simplista e pouco diversificado (GUNZ *et al.*, 2011; MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Para isso, a seção seguinte utiliza as relações de gênero relacionadas ao debate das carreiras para exemplificar, esclarecer e explicitar aspectos fundamentais para um estudo contextual sobre as carreiras. Reforçando as dimensões contextuais das carreiras, aprofundo o debate sob as lentes interseccionais em contexto com trabalho, cultura, sociedade e globalização revelando a complexidade e a interconexão desses elementos na construção das trajetórias de carreiras de sujeitos e sujeitas. Portanto, os próximos tópicos são fundamentais para compreender as interações entre gênero, raça, classe social e outras dimensões no movimento de romper visões simplistas, desafiando as estruturas de opressão e desigualdade presentes em nossas sociedades.

### 2.1.3 Carreiras na interseção sociocultural: relações de gênero

Os estudos sobre gênero e carreira se fundam, muitas vezes, em uma ótica interdisciplinar, pois interligam visões enfatizando como diferentes sujeitos atribuem significados e manifestam percepções em suas trajetórias de carreiras. Logo, reiteram conhecimentos advindos da sociologia, da antropologia, dos estudos da administração, da psicologia, bem como de pautas feministas, capazes de refletir e desafiar a compreensão de gênero neutro no ambiente organizacional, investigando criticamente os desafios nas interpretações de experiências de carreira (LEWIS; SIMPSON, 2015; MARSHALL, 1989).

Chudzikowski e Mayrhofer (2011) enfatizam a importância da busca por uma maior interdisciplinaridade nos estudos sobre carreiras. Segundo eles, ao promover a comunhão teórica entre diferentes campos de produção de conhecimento, amplia-se a habilidade de observar o cenário investigado em sua totalidade. Nesse sentido, Fraga *et al.* (2019) destacam que a temática que une carreiras e gênero é interdisciplinar por natureza. Alinhando-se a essa visão, Mayrhofer *et al.* (2007) apontam que os campos organizacionais são todos marcados por relações de gênero, ou seja, são generificados, como indicado por Rocha-de-Oliveira e Fraga (2020). Assim, as carreiras interconectam sociedades e organizações às diferenciações históricas de gênero (ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020).

Nesse ponto, vale destacar que sexo e gênero serão compreendidos como conceitos distintos. O “sexo” indica características biológicas que classificam os seres vivos, delimitação essencialmente orgânica que alude a aspectos discriminatórios da sociedade e da identidade fixa dos atores sociais (ACKER, 1990, 2006a; BUTLER, 2002; PERROT, 2007). Para definir de modo preliminar o conceito de gênero utilizo a percepção de Scott (1995), historiadora responsável por disseminar a noção desse elemento como constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e atuante na forma primária de dar significado às relações de poder. Esse conceito derivado da visão de pesquisadoras norte-americanas reflete sobre as origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (SCOTT, 1995).

Para exemplificar essas interações, é possível observar a divisão sexual do trabalho mencionada na seção anterior. De forma concisa, essa construção social discrimina formas ideais de trabalho de acordo com as características biológicas dos sujeitos. Segundo as regras de dominação que circunscrevem essas predefinições, homens devem ter aptidão para a esfera produtiva. As mulheres, por sua vez, são naturalmente destinadas à esfera reprodutiva. Além disso, os homens têm, biologicamente, maior possibilidade de assumir funções de forte valor social, como por exemplo, cargos em instituições políticas, religiosas, militares, dentre outras.

E, de forma recorrente, é por das trajetórias de carreiras em contexto com o trabalho que uma ideologia naturalista se afirma, limitando as noções de gênero ao sexo e reduzindo as práticas sociais à destinação natural da espécie (KERGOAT, 2003).

Fraga *et al.* (2019) destacam que, nos campos da Administração no Brasil, as observações sobre gênero priorizaram os homens, brancos e heterossexuais. Também, tendem a referir-se apenas a carreiras tradicionais, predominando conceitos de modelos de carreiras sem fronteiras e proteanas, além de envolver apenas pessoas de classe média com profissões definidas por curso superior. Por último, destinam as compreensões teóricas, muitas vezes, a estudos que priorizam um perfil de indivíduo particular (ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020).

Através dessa lente, Huppatz (2015) sintetiza algumas teorias que são utilizadas para compreender a comunhão conceitual de carreiras e gênero. A primeira perspectiva advém do capital humano, a qual propõe que as mulheres gastam menos tempo em força de trabalho devido a responsabilidades familiares e, portanto, acumulam menos capital humano. A segunda perspectiva parte da teoria das preferências, a qual repercute a ideia de que as mulheres foram libertadas, pois são livres para tomar decisões e escolher seus estilos de vida. A terceira perspectiva, o tokenismo, se concentra nas restrições organizacionais para explicar a segregação vertical e foi desenvolvido como resultado de observações da interação homem-mulher em um estudo de uma força de vendas industrial por homens. Por fim, Huppatz (2015) se posiciona a favor da abordagem sociológica, fundada nos escritos de Pierre Bourdieu. Para a autora, a tríade conceitual de Bourdieu faz aporte interdisciplinar e adaptabilidade à análise de contextos além de seus próprios interesses de pesquisa.

Entretanto, existem outras aberturas a essa temática. Ao relacionar uma abordagem psicológica sobre carreiras e gênero é possível observar outras possibilidades voltadas para os indivíduos e suas decisões de carreira. Por exemplo, Behrend *et al.* (2008) dirige esforços para a pesquisa sobre gênero, vocações e carreiras. Em Coetzee e Harry (2015), explora-se a manifestação de dois construtos psicológicos (resistência e adaptabilidade da carreira) entre um grupo de mulheres que trabalham em *call centers* no contexto africano.

Pizzorno *et al.* (2014) a partir de uma perspectiva de gênero, exploram como os pais e a criança constroem histórias sobre as carreiras e o papel desempenhado pelos pais nesse processo. Ao observar a multiplicidade de teorias que permeiam as relações entre carreiras e gênero, é possível concordar com Ikson *et al.* (2007) quando apontam que a vertente psicológica possui um foco prático e objetivo, auxiliando os indivíduos a tomarem decisões acertadas,

especialmente na escolha de emprego e ocupação, com o propósito de proporcionar o máximo benefício para si e para a sociedade.

Já a vertente administrativa, de outro modo, destaca a relação das carreiras com o cenário organizacional. O foco está na perspectiva prática, como seleção de pessoal, desenvolvimento, desempenho, políticas de avaliação, promoção e formulação de benefícios para ambas as partes (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007). Do mesmo modo, auxilia a interpretação dos eventos profissionais e as tomadas de decisões (BENDASSOLLI, 2009). North-Samardzic e Taksa (2011) evidenciam a identificação e a mudança das culturas de gênero subjacentes às organizações. Aguado e Frederickson (2012) estudam os planos de carreira em relação às diferenças de gênero, mobilidade geográfica, família, casamento e realocação. Por fim, Sáinz *et al.* (2020) fornecem uma nova visão do estudo das motivações dos jovens na escolha por empresas e carreiras tradicionalmente dominadas pelos homens.

Por meio dessas abordagens rompe-se o posicionamento neutro das organizações frente aos dilemas atrelados às carreiras. Portanto, elas influenciam a cultura organizacional, criam símbolos, imagens, valores e regras específicas em que os significados atrelados são alcançados dinamicamente, transformando-os em práticas institucionalizadas. Essa relação é complexa, pois a cultura de gênero de uma organização, muitas vezes, se obscurece devido aos discursos de igualdade. Logo, abordar preliminarmente esse posicionamento eleva os entendimentos sobre como são construídas as trajetórias de carreiras em cenários que favorecem discursos limitantes sobre a diferença “natural” e biológica entre os seres. Além disso, cria percepções para evitar normas e comportamentos, conscientes ou inconscientes, que contribuem para a manutenção da reprodução das diferenciações (HARDING, 1987; JONES, 1998; NORTH-SAMARDZIC; TAKSA, 2011).

Com esse enfoque, o estudo sobre carreiras reflete o contexto em que as carreiras são vividas de maneira ampla. Não são negligenciados, portanto, aspectos sociais e políticos que (re) modelam os cenários profissionais vivenciados, como por exemplo, as comunidades das organizações, ocupações, áreas geográficas e assim por diante. Especificamente, destaca-se o amplo contexto social que fornece tela na qual as carreiras são pintadas, em vez de privilegiar apenas contexto organizacional. Adotar esse pensamento permite compreender distinções entre as compreensões do conceito de carreira em cenários nacionais, sociais, políticos, econômicos, da força de trabalho, dentre outros (GUNZ *et al.*, 2011).

Da mesma forma, reflete sobre a real evidência histórica de que os padrões e processos de carreira tenham sido substancialmente reformulados ao longo da história. Assim, elaboram-se teorias e aplicações levando em conta fatores multiníveis, demonstrando potencial descritivo

e explicativo para análise de carreira. Como exemplo, em relação aos estudos que destacam o gênero, nota-se como as mudanças na família, nas formas de parceria familiar, taxas de participação das mulheres na força de trabalho, dentre outros, mudaram os padrões de carreira em relação aos gêneros (GUNZ *et al.*, 2011).

Em síntese, apesar de marginalizado em alguns estudos, gênero é uma categoria que se destaca nos estudos desse campo de estudo, diferentemente de outros marcadores sociais da diferença que impactam diretamente as relações contemporâneas. Promover esse olhar em Zanola *et al.* (2022), apesar de negligenciar questões fundamentais ao debate, permitiu compreender que ocorre, costumeiramente, um movimento acadêmico que delimita as carreiras à neutralidade. Notando que, em muitos estudos, o termo “mulher” é interpretado como uma categoria universal, sendo impossível nessa ótica, destacar diferenças de sexualidade, raça, classe e etnia, além de outros marcadores (FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

Para superar esses desafios, nas subseções seguintes, delimito posições atreladas ao feminismo que favorecerão a análise de esferas culturais, sociais, institucionais e organizacionais múltiplas, ampliando compreensões e construindo visões que rompem com reducionismos aplicados indistintamente a sujeitos e trajetórias de vida diversas (FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Nesse contexto, o feminismo negro e a interseccionalidade se destacam como uma ferramenta para compreender as interações entre diferenças que moldam as trajetórias de carreiras em distintas realidades. Além disso, refletem sobre as relações entre carreiras e fatores contextuais, culturais e históricos que podem reforçar ou desafiar desigualdades existentes. Essa articulação será explorada nas seções seguintes.

## **2.2 As perspectivas feministas que fundamentam esta tese**

Nesta seção, estudo mais detalhadamente o movimento feminista, explorando seu desenvolvimento histórico ao longo dos anos e suas influências para esta tese. Além disso, reforço meu pensamento feminista, enraizado nas históricas raízes que moldam minha percepção como uma mulher negra, estudante e dedicada à atuação nesse movimento. A partir da perspectiva do feminismo interseccional, abordo os marcadores sociais da diferença que serão destacados nas contribuições desta tese. Por fim, promovo a interconexão entre o feminismo interseccional, os marcadores da diferença e o conceito de carreiras por meio de uma síntese teórica.

### 2.2.1 Feminismos: transformações no pensamento

Não existe um posicionamento único sobre o surgimento do movimento feminista. Durante o desenvolvimento da humanidade, foram inúmeras as mulheres que se rebelaram contra sistemas pré-definidos, condições sociais, culturais e econômicas. Silvia Federici (2019), propõe que as raízes fundamentais estão situadas para além do âmbito acadêmico, destacando principalmente os contextos comunitários. A autora concentra-se na figura originária da "bruxa" e na sua representação simbólica de resistência contra os sistemas patriarcal e capitalista, contrapontos fundamentais para o feminismo contemporâneo (CHATTOPADHYAY, 2017).

Inicialmente, o objetivo central do feminismo era reconhecer as desigualdades entre homens e mulheres, frequentemente fundamentadas em aspectos biológicos. O movimento fundamentou-se na observação do descompasso entre as leis de igualdade e a disparidade na distribuição de poderes entre homens e mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEK, 2009). No Brasil, a luta das mulheres tornou-se pública por meio da reivindicação pelo direito ao voto no início de 1910. Entretanto, essa iniciativa, fundamentada em perspectivas generalistas que negligenciavam outras formas de atuação organizada, perdeu vigor tanto em escala nacional quanto global, sendo revitalizada apenas na década de 1960 (PINTO, 2010).

Um marco significativo do movimento feminista brasileiro emerge durante o período da ditadura militar, focalizando na oposição ao regime autoritário, em questões como violência conjugal e no compromisso de abordar uma ampla gama de temas, incluindo gênero, raça e classe (CÚNICO; QUAINI; STREY, 2018; FILHO; SANTOS, 2017). É relevante destacar que há registros históricos que indicam a participação ativa das mulheres negras no movimento feminista brasileiro desde a década de 1930, visão que reforça a importância da interseccionalidade para feminismo nacional (WESCHENFELDER, 2020).

Fougeyrollas-Schwebek (2009) informa que os historiadores dos Estados Unidos e da Europa costumam distinguir em “ondas”<sup>3</sup> as manifestações do movimento reconhecidas como

---

<sup>3</sup> O termo “onda” está entre aspas, pois, para o pensamento feminista negro interseccional que fundamenta a epistemologia desta tese, as nuances do movimento feminista não estão alinhadas apenas a uma demarcação única e exclusiva circunscrita no pensamento estadunidense e europeu. De outro modo, a fundamentação desse movimento que é teórica, mas também prática, alinha-se a diversos momentos, circunstâncias e vivências das mulheres ao longo do desenvolvimento da humanidade (FEDERICI, 2019). Nesse sentido, opto pelo termo "marés feministas". Essa escolha lexical e teórica tem suas raízes no Brasil e transcende a visão convencional frequentemente utilizada por autoras do Norte global para demarcar o “feminismo hegemônico” (AUNE, 2017; FIGUEIREDO, 2020). Além disso, o conceito de "marés" no contexto do feminismo negro refere-se à natureza evolutiva e dinâmica do movimento, refletindo mudanças de foco, estratégias e ideologias ao longo do tempo. Isso contrasta com a noção tradicional de "ondas" no feminismo, que historicamente delineia períodos específicos

“legítimas”. Por esse prisma, a primeira “onda” que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, centrou-se principalmente na conquista de direitos legais, particularmente o direito ao voto e à igualdade de oportunidades (MOHAJAN, 2022). Este momento foi marcado por intenso ativismo e defesa do sufrágio feminino, bem como de outros direitos e oportunidades legais (MOLYNEUX *et al.*, 2020). O foco essencial estava na libertação das “mulheres”<sup>4</sup> e não na sua emancipação. As representantes tinham caráter conservador e não questionavam opressões de sujeitos marginalizados socialmente (ALVES; ALVES, 2013).

Destaco que a formação preliminar do feminismo hegemônico foi marcada por fundamentos burgueses das reivindicações dos direitos (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEK, 2009). Além disso, se referiam apenas às “mulheres” e às experiências daquelas que eram consideradas socialmente valorizadas, isto é, pessoas brancas e com maior poder aquisitivo (hooks, 2014). Segundo bell hooks (2014), em nenhum momento, as “fundadoras” iniciais do feminismo do Norte global questionaram as demandas de outros sujeitos; de igual modo, “não desafiaram esta prática sexista-racista; elas continuaram-na” (HOOKS, 2014 p. 9).

A segunda “onda”, por sua vez, abrangeu o período de meados dos anos 1960 até a década de 1980 (DAVID; CLEGG, 2008). Caracterizou-se pela compreensão de que a equidade entre homens e mulheres não poderia ser alcançada dentro de um sistema patriarcal. Nesse intervalo, surgiram transformações marcantes, como o reconhecimento de que o pessoal é político e a formação de grupos exclusivos de mulheres para contestar o direito dos homens em expor demandas femininas (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEK, 2009). Portanto, propôs à sociedade uma abordagem mais abrangente de questões, que incluíam direitos reprodutivos, discriminação no local de trabalho e relações de gênero desiguais. Da mesma forma, buscou enfrentar as desigualdades sistêmicas e as normas sociais de forma integral (MANN; HUFFMAN, 2005).

Para Fraser (2009), a segunda “onda” foi marcada pelo questionamento radical do androcentrismo que permeou as sociedades capitalistas no período pós-guerra e pelos desafios emergentes do neoliberalismo em ascensão que se transporta para a história recente do

---

de ativismo e estudos feministas. Portanto, a distinção entre “marés” e “ondas” feministas reside no foco específico e nas estratégias empregadas dentro de cada movimento. Enquanto o termo “ondas” é utilizado para descrever movimentos feministas ou momentos caracterizados por uma agitação de atividades e contensões crescentes, a noção de “marés” pode refletir uma abordagem mais fluida e evolutiva do ativismo feminista, particularmente no contexto do feminismo negro (AUNE, 2017; FIGUEIREDO, 2020).

<sup>4</sup> Novamente, o termo se encontra entre aspas, pois generaliza a aplicação do feminismo a todas as representantes do sexo biológico, isto é, as fêmeas. Ignorando a multidimensionalidade da identidade feminina que se manifesta em sujeitos e sujeitas de formas distintas, muitas vezes, sem levar em conta aspectos únicos da biologia dos seres.

capitalismo. Nesse cenário, o pensamento feminista adquiriu uma dimensão global, resultando na fragmentação em diversos movimentos distintos. Entretanto, não foi possível revogar o seu caráter liberal. Esse posicionamento se concentra, até os dias atuais, na promoção dos valores individuais, visando alcançar uma igualdade plena entre homens e mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEK, 2009).

A terceira “onda” do feminismo, ou nesse momento melhor caracterizada como maré feminista, geralmente é datada no início da década de 1990, representou uma transformação em relação às fases anteriores, caracterizada por uma atenção especial às diferenças entre a segunda e a terceira “ondas”, bem como por suas distintas vertentes ideológicas (AUNE; HOLYOAK, 2018). Essa fase colocou em destaque o poder de escolha e incluiu o discurso do ativismo feminista (ZIMMERMAN; MCDERMOTT; GOULD, 2009). Surgiu como uma resposta pós-estruturalista e pós-colonial ao legado aos feminismos anteriores (AUNE; HOLYOAK, 2018). Além disso, adota uma natureza polimórfica e apelo para evitar representá-lo de forma monolítica (EVANS; 2015).

Logo, as distintas "ondas" do feminismo hegemônico representam períodos específicos de ativismo, cada um marcado por contextos sociais, políticos e ideológicos particulares (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEK, 2009). A partir desse resumo preliminar, destaca-se uma evolução de objetivos contraditória ao longo do tempo. Conforme apontado por hooks (2000), as agendas das correntes com visões liberais nunca abordaram as demandas das mulheres que enfrentam diariamente subjugação e carecem de poder para alterar suas condições de vida. A autora, como exemplo, cita os debates suscitados por feministas que focalizam exclusivamente um segmento específico de indivíduos, refletindo apenas os anseios de esposas brancas de classe média alta. Essa abordagem, em diversos momentos, relega o drama desse nicho a uma condição sinônima da experiência de todas as mulheres, ou seja, uma perspectiva unidimensional e generalista sobre a realidade global (HOOKS, 2000).

Apesar de ter conquistado proeminência global ao chamar a atenção para a exploração e opressão das mulheres, as defensoras dos princípios do feminismo hegemônico negligenciaram, em seus discursos, as necessidades de outras categorias de mulheres (negras, periféricas, lésbicas, transsexuais, deficientes, pobres, entre outras). Com essa delimitação, um paradoxo foi reforçado, suscitando debates sobre as demandas públicas e privadas das mulheres, mas ao mesmo tempo relegando as lutas de outras que não se enquadram no padrão branco, heterossexual e de classe alta para uma posição de irrelevância. Além disso, no cenário atual, marcado por mudanças tecnológicas, a ascensão da mídia e do consumo, as agendas feministas liberais são frequentemente apropriadas por discursos capitalistas e neoliberais, reforçando a

hegemonia e unilateralidade do debate em muitos segmentos sociais, culturais e econômicos (GILL, 2016; HOOKS, 2000; MACLARAN *et al.*, 2009).

Através desse pensamento crítico, ascendeu-se a urgência de uma maré teórica (FIGUEIREDO, 2020), epistemológica e prática que englobasse as massas, o que permitiu, politicamente, que opressões de raça, classe e gênero fossem teorizadas e interesses conservadores, pautados em óticas liberais, combatidos nos discursos feministas cooptados por ideologias burguesas<sup>5</sup> (COLLINS, 1998; GONZALEZ, 1982; HOOKS, 2000; LORDE, 2019; YUVAL-DAVIS, 2006). Produzir essa crítica ao longo do desenvolvimento do movimento feminista, favoreceu a formação e identificação de perspectivas negligenciadas. Diferentemente das visões iniciais, essas novas abordagens consideram as experiências de múltiplos sujeitos, contemplando os dilemas e ambiguidades vivenciados no cenário contemporâneo. Além das lutas, englobam também as buscas por alternativas legais, sociais e econômicas para integrar todas as pessoas nos mais diversos cenários.

Formular essa cronologia do desenvolvimento do movimento feminista sob um caráter global permite compreender suas nuances e críticas. Além disso, promove a identificação de paradigmas fundamentais que produziram (e produzem diariamente) rupturas e convergências nas interpretações hegemônicas. A partir das minhas análises, observações e vivências o ponto que conecta a encruzilhada das possibilidades e críticas, fortalecendo um novo caminho para um olhar feminista é o feminismo negro. Este, enfatiza a interseccionalidade e a necessidade de retomar a voz para aqueles que são constantemente silenciados. Assim, o feminismo de base negra e interseccional não pretende “dar voz”, mas possibilitar meios legítimos para que sujeitos subalternizados falem e sejam ouvidos.

Antes de explorar essa temática em detalhes, faço uma reflexão sobre a minha memória e as circunstâncias que propiciaram o rompimento com o paradigma feminista branco e hegemônico. Esse entendimento chegou até mim tardiamente, levando-me a abraçar uma perspectiva mais inclusiva e engajada nas lutas das sujeitas que enfrentam opressões interconectadas. Portanto, resgato nos próximos parágrafos leituras que fundamentam o posicionamento que delinea o percurso teórico, epistemológico, ontológico e axiológico da tese e alicerça o pensamento feminista negro e interseccional que será aprofundado ao longo dos próximos parágrafos.

---

<sup>5</sup> Em relação ao contexto da tese, compreender esse movimento hegemônico e o contexto em que ele foi inserido permitiu expandir o olhar sobre a minha realidade, além de delinear posicionamentos epistemológicos e ontológicos que traduzem as realidades que conheço, isto é, fazem parte do meu contexto histórico, social e econômico.

bell hooks (2000; 2014) foi a autora inicial que estimulou minha visão sobre o feminismo para além do combate ao domínio masculino. Em muitos de seus estudos sobre a teoria, pedagogia e cultura feminista, destacou compromissos em erradicar a ideologia da dominação que permeia a cultura ocidental em vários níveis. Os seus escritos permitiram perceber as limitações do feminismo liberal, além de resgatar as demandas da margem, que carecem de análises sobre e para as massas (HOOKS, 2000). Da mesma forma, Audre Lorde (1983), a partir de sua posição ontológica fundamental de mulher negra, lésbica, feminista e mãe, complementou o pensamento de hooks (2000) a partir da necessidade de compreensões interconectadas sobre sexismo (crença na superioridade de um sexo) e o heterossexismo (crença na superioridade inerente de uma forma de amar) que são fundados no mesmo lugar que o racismo (crença na superioridade de uma raça).

Com Angela Davis (2017) explorei as raízes das opressões que se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo. Entendi, portanto, que o ativismo político envolve o feminismo e deve expressar a compreensão dessas relações. Em Anzaldúa (2000) reconheci a necessidade de transcender limitações, principalmente destinados às mulheres do Sul Global, hifenizadas por sua cor, classe, gênero, etnia e nacionalidade. Para a autora, essa ruptura se dá no reconhecimento da língua, cultura e espírito capaz de descolonizar o pensamento. Por esse caminho são combatidas as artificialidades que formulam paradigmas de um mundo destro (ANZALDÚA *et al.*, 2000).

Ao reconhecer a potência da construção feminista negra e brasileira por meio das contribuições de Lélia Gonzalez (2020), deparei-me com conceitos fundamentais, como o ideal de amefricanidade. Esse conceito proporciona uma abordagem para compreender as experiências e identidades dos povos afrodescendentes e indígenas nas Américas, habitantes de territórios colonizados. Através desse olhar enfatiza-se experiências históricas e culturais compartilhadas (CARRASQUILLO; PAPPADAMOS; SEMLEY, 2022). Ademais, representa uma tentativa de centralizar as etnias negras e indígenas na formação de identidades culturais na América Latina, desafiando perspectivas essencialistas e excludentes (AUDEBERT *et al.*, 2022).

Através da influência de Sueli Carneiro (2019), despertou em mim a necessidade de feminilizar a luta antirracista, contribuindo para uma redefinição do construto "mulheres". Suas contribuições intelectuais, além disso, desempenham um papel crucial no avanço de uma articulação transnacional do feminismo negro e latino-americano, abrangendo a diáspora negra nas Américas através das intersecções de raça, etnia, gênero e imperialismo (CURIEL; PIÓN, 2022).

No âmbito das obras literárias e intelectuais de Conceição Evaristo (2016; 2020), observei contribuições significativas para abordar as experiências das mulheres negras no Brasil, desafiando diversas formas de colonialidades expressas na cultura brasileira. Seus escritos proporcionam uma plataforma essencial para compreender as subjetividades, experiências e lutas das mulheres negras, fundamentando um discurso mais amplo. Dessa forma, destacam a resiliência, criatividade e agência das mulheres negras, enriquecendo as narrativas dentro do pensamento feminista negro (ANDRADE, 2018).

Ademais, Beatriz Nascimento (2018), ao empregar o conceito de quilombo, destacou as experiências de voo corporificadas e de gênero, enfatizando o corpo como um local de santuário e resistência para as mulheres negras. Suas teorizações sobre o Atlântico Negro reinventaram esse conceito crucial a partir de uma perspectiva radical, negra, feminina e latino-americana. Enfatizou, portanto, a necessidade de deslocar a ênfase dos Estados Unidos e das experiências de língua inglesa nas discussões sobre as tradições intelectuais negras globais (SMITH, 2016).

Assim, na prática acadêmica, esse feminismo distinto do hegemônico auxilia a investigar como as múltiplas relações sociais e as experiências individuais da vida cotidiana são marcadas pela diversidade. Nas análises, considero as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade física, etnia e faixa etária, dentre outras, de maneira inter-relacionadas e moldadas mutuamente (COLLINS; BILGE, 2021). Para tanto, é fundamental ressaltar as demandas daqueles sujeitos que são habitualmente excluídos do espectro do privilégio natural, tais como brancos, pertencentes às classes altas e heterossexuais. Sujeito frequentemente são ignorados e categorizados como "outros" (LORDE, 1980). Logo, transcende-se a construção universal e genérica da categoria mulher e torna o feminismo um compromisso ético, político, teórico e prático com a transformação da sociedade, alinhado com a necessidade de construção de uma nova ordem social (HOOKS, 2000).

Para promover uma visão sensível, sobre a temática central desta tese, que explora as carreiras e os marcadores sociais da diferença presentes nas trajetórias de mulheres negras brasileiras, reforço nuances do contexto nacional por meio das análises de Duarte (2003). A autora observou o posicionamento do Estado brasileiro e o enraizado preconceito associado à palavra "feminismo" por parte da população geral, o que contribuiu para o isolamento dessa prática e a perpetuação de estereótipos. Essa circunstância, juntamente com as distinções de classe e raça que moldaram as bases do movimento tanto no país quanto no cenário global, levaram a uma fragmentação e restrição do tema.

Segundo Rago (1998), para muitos, não existe clareza em relação à teoria feminista no Brasil. Até meados da década de 1970, assim como em movimentos do Norte global, o perfil

das militantes feministas era composto majoritariamente por mulheres heterossexuais, com formação universitária, de classe média e urbana. Apenas durante as décadas de 1980 e 1990 foram iniciadas críticas ao fato de o movimento ser liderado por uma parcela pouco representativa da realidade brasileira à época (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012)

A partir dessa fundamentação crítica, surgiu a necessidade de reivindicar a prática do feminismo, evidenciando a urgência de criar epistemologias que se originassem nas diversas realidades, baseadas em uma abrangente crítica cultural. Isso acompanhou as novas propostas de produção de conhecimento, uma abordagem alternativa que poderia ter potencial emancipatório. Consequentemente, foram construídas “rotas de fuga” no cenário da teoria feminista hegemônica no Brasil: sua tendência a ser particularista, ideológica, racista e sexista. Esse esforço resultou em um distanciamento da busca pela objetividade e neutralidade. Além disso, revelou nuances que buscavam romper com a visão heteronormativa, branca e de classe alta. Por outro lado, apostou em agentes epistêmicos não isolados, subjetivos, que afirmam suas próprias perspectivas em interação, contrastando diferentes pontos de vista e enfatizando a historicidade dos conceitos e a coexistência de múltiplas temporalidades (RAGO, 1998).

Logo, o feminismo negro no Brasil despontou nas décadas de 1970 e 1980, impulsionado por uma reavaliação crítica que revelou a predominância da representação de mulheres brancas no feminismo nacional. Esse movimento ganhou fluidez e força à medida que se inseriu no contexto mais amplo, sendo moldado pelos desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras no país (ARAÚJO; SILVA-REIS, 2019).

O 3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Bertioga, São Paulo, em 1985, foi fundamental para essa mobilização e alinhamento de perspectivas do feminismo negro no Brasil. Foram temas do debate: a luta contra a violência doméstica, o combate a práticas racistas no mercado de trabalho e assuntos relativos à saúde. No mesmo contexto, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing (China), em 1995, atuou na propagação do discurso que formulou propostas de ação (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). Em relação a esse desenvolvimento, global e local, nota-se a fundamental contribuição de feministas negras brasileiras que se posicionavam intelectualmente à favor da pauta em esferas nacionais e internacionais (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

Autoras como Lélia González e Sueli Carneiro tem notável destaque nesse período. Lélia González auxiliou na formulação da prática feminista negra como uma teoria que desempenha papel fundamental nas lutas e conquistas, por meio de uma nova forma de compreender as articulações que levam à identificação com o ser mulher. Ademais, a ativista reivindicou em seus textos o constante esquecimento por parte do feminismo hegemônico de

primeira e segunda “onda”, sobre as relações existentes entre sexismo e racismo, ambos fundados na mesma ideologia de dominação: as diferenças biológicas. Colaborou também com o pensamento epistemológico que distingue o feminismo negro fundado no Sul de outras abordagens, pautados, principalmente na solidariedade e na experiência histórica comum (GONZALEZ, 2020).

Na mesma esfera, Sueli Carneiro reforça em seus escritos os principais desafios do discurso feminista no Brasil, que parte da negligência do racismo, seu eixo articulador e o seu impacto nas relações de gênero. Não revelar essa interconexão condenam as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de marginalização sociais. Como efeito, impulsionam reações capazes de mitigar todas as perdas já expostas na relação de dominação (CARNEIRO, 2019). Além dessas indagações, ambas colocaram lado a lado o feminismo negro do movimento negro contemporâneo, inaugurado em meados da década de 1970, espaço formulado para a reivindicação de medidas contra a discriminação racial brasileira (FIGUEIREDO, 2020).

Destaco também que o feminismo negro consolidou-se com o surgimento de organizações não governamentais (ONGs), a saber: Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras (RJ), Criola (RJ), Geledés (SP), Fala Preta (SP), dentre outras, voltadas ao combate à violência doméstica e à discriminação racial (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). A partir da extensão desse pensamento, foram elevados os debates e perspectivas ligados às realidades de diferentes mulheres, são elas: as feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outras (FIGUEIREDO, 2020).

O feminismo negro no Brasil passou por uma notável evolução e diversificação nas últimas duas décadas (RIOS; MACIEL, 2021). Suas perspectivas são ativamente incorporadas, interpretadas e disseminadas, enquanto alianças e entidades feministas mais abrangentes também fazem referência a ele, gerando um novo protagonista político. Esse novo sujeito político traz consigo uma agenda inovadora, que entrelaça variáveis de gênero, raça e classe, apresentando desafios mais intrincados para a busca da equidade de gênero e racial na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2003; SCHULTZ, 2022).

Contudo, não é possível singularizar as raízes da busca pela participação equânime das mulheres brasileiras nos cenários econômicos, culturais e sociais, bem como, a redução das múltiplas opressões vivenciadas apenas no contexto histórico do século XX e XXI. Em Beatriz Nascimento (2018), historiadora, poetisa, militante e personagem singular do movimento negro brasileiro, observo as nuances históricas dessa luta. Para a autora, a singularidade do contexto nacional reside no lugar dado a homens e mulheres negros na história do Brasil. Desterrados,

escravizados e despossuídos. Em suas leituras revelam os entraves causados pela colonialidade na naturalização das pessoas negras como inertes à escravização, negando nossa capacidade de agência e tornando-nos objetos desse sistema que reforça marcas históricas comuns que singularizam a experiência negra (NASCIMENTO, 2018).

Portanto, o sistema escravista é um ponto crucial do contexto histórico social e econômico brasileiro. Prática que utiliza o trabalho de forma contrária aos ideais iluministas de igualdade, liberdade e universalidade disseminados na Europa ocidental (NASCIMENTO, 2018). A principal fonte de acumulação primitiva de capital do país, da construção da riqueza das elites, além de tratar-se de um mecanismo para justificar a condução de ações abjetas de opressão (CARNEIRO, 2019). Logo, a raiz da escravização no Brasil reflete além do processo político, diz sobre implicações sociais, ideológicas, o processo político e jurídico no qual o Brasil colônia se institucionalizou. Nas legislações da época essa visão se fortalece. Como por exemplo na Lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871 em diante, a qual denota que as mulheres escravizadas dariam à luz apenas bebês livres perpetuando a exploração de outras gerações através do prolongamento do poder dos senhores (NASCIMENTO, 2018). Para a autora, a vivência negra singulariza-se da seguinte forma:

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento. físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo (NASCIMENTO, 2018, p. 51).

Sendo assim, o racismo surge na raiz da formação social brasileira inerentes a todos sujeitos e sujeitas. Como uma ação contraditória para lidar com os impactos dessas práticas, do marquês de Pombal a Gilberto Freyre, destacam o poder da miscigenação em massa e os impactos do estupro colonial da mulher negra pelo homem branco – deliberada com o ideal (e mito) da democracia racial, que tem foco em reduzir os impactos do racismo na nossa sociedade e perpetuar a crença na tolerância racial brasileira (NASCIMENTO, 2018).

Essa falácia ignora o racismo e a discriminação que produzem exclusões no acesso à educação, na redução de possibilidades de finalizar e adentrar os ciclos formais da escolaridade, do reconhecimento da diversidade dos diferentes grupos étnicos e raciais, bem como suas culturas. Da mesma forma, a fragilidade da democracia racial é evidenciada quando constatamos a desigualdade nas decisões judiciais, no número de assassinados de pessoas negras, na taxa de desemprego, distribuição por cor das crianças que trabalham, o rendimento médio nacional por gênero e raça, além de outros aspectos (CARNEIRO, 2019).

Da mesma forma, Nascimento (2018) destaca o papel fundamental dos quilombos na organização do que entendemos como movimento negro na atualidade. Esses espaços permitiram o desenvolvimento de um sistema social alternativo, tornando-se uma metáfora que reflete o estar no mundo e perpassa a participação das mulheres na integração desses esforços. Além disso, refere-se à condição social, que foi combatida pelo colonialismo que desagregou sujeitos, culturas e sociedades e por meio do encontro, se aglutinam. Anexo a essa união, o movimento negro em nosso país se fundamenta a partir da compreensão do negro brasileiro, que só pode ser entendido através da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, que por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia) é posto à margem (NASCIMENTO, 2018).

Para Collins (2019b), o movimento feminista negro estimula uma comunidade própria de ativismo e autodeterminação, reivindicando a não supressão dos conhecimentos de grupos oprimidos. Para mais, favorece a resistência às opressões, empodera sujeitas e sujeitos em um contexto de injustiça social, apoia os princípios da justiça social, vinculada às experiências e ideias grupais, estimula a interconexão de pensamento entre grupos associados, busca relações dialógicas que permitem a mudanças de experiências, enfatiza o dinamismo e interconexão com outros projetos, que visam a luta mais ampla pela dignidade humana e pauta-se em uma visão humanista.

Em síntese, apoiada nesse raciocínio que proporciona uma transformação paradigmática fundamental nas formas de pensar as relações sociais, bem como através das matrizes contextuais que formam o pensamento feminismo brasileiro, fundamentam-se compreensões que permitem refletir sobre realidades próprias e grupais. Portanto, utilizo o dinamismo presente nas fundamentações teóricas e práticas do feminismo negro como um direcionador para compreender vivências e assimilar sobre a minha realidade de mulher brasileira, negra, estudante, classe baixa e artista.

Nesse sentido, todo o arcabouço teórico e prático delineado anteriormente que singulariza uma base epistemológica (aprofundada em seções seguintes) que detém um compromisso ético, social e político que visa à transformação de múltiplas sociedades, por meio de uma perspectiva contra a exploração sexista e a opressão (HOOKS, 2000). Além disso, não se limita a descrições simplistas ou monolíticas pautadas apenas em uma lente única sobre gênero, mas atenta para inter-relações múltiplas entre outros marcadores sociais da diferença, como raça, classe, sexualidade, entre outros (BREWER & COLLINS, 1992; COLLINS, 1998; HOOKS, 2000; 2014; PISCITELLI, 2008; LORDE, 2019). Este pensamento denominado interseccional será aprofundado na subseção seguinte.

## 2.2.2 Feminismo e Interseccionalidades

Vinculado ao movimento feminista negro emergiu o pensamento feminista interseccional. Também foi influenciado pelos movimentos sociais do século XX, que questionaram as noções de formação de sujeitos com identidades unificadas e autorreferentes na modernidade. Além disso, recebeu influência da compreensão do conceito e impactos das opressões interconectadas, tanto em âmbito local, quanto global. Através dessas abordagens, foram identificados pontos focais que permitiram aprofundar as compreensões complexas e dinâmicas das diversas opressões presentes em contextos diversos (BRAH; PHOENIX, 2004).

Preliminarmente, a construção conceitual e disseminação do pensamento interseccional foi designado a Kimberlé Crenshaw. A autora afro-estadunidense elevou a conscientização sobre a invisibilidade das mulheres negras marginalizadas em discursos que interligavam raça e gênero. Em sua visão, o feminismo interseccional busca capturar interações e consequências estruturais entre dois ou mais eixos de subordinação. Como exemplo, aborda as políticas e seus impactos na geração de opressões que limitam a atuação de práticas que fomentam o empoderamento em diferentes dinâmicas sociais (CRENSHAW, 2002). Com sua contribuição o conceito foi ratificado a partir de sua aplicação em vários eventos de renome mundial no início do século XXI. Por exemplo, em 2001, na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância e na ONU, em 2002, ao reconhecer a importância de examinar a interseção de múltiplas formas de discriminação (AKOTIRENE, 2019; YUVAL-DAVIS, 2006).

Entretanto, a origem desse movimento em direção à contemplação das complexas relações de opressão remete a períodos anteriores. Destaca-se, no final da década de 1980, a publicação de textos críticos fundamentais para a teoria, como por exemplo, Davis (1981), hooks (1981) e Lorde (1983), que promoveram deslocamentos nos paradigmas disciplinares da época, especialmente no que diz respeito aos pressupostos subjacentes à distinção entre sexo e gênero. No entanto, essa ruptura não conseguiu abranger de maneira abrangente o plano analítico das ações, priorizando diferenças unilaterais associadas à categoria de gênero. Os anos 1990, por sua vez, testemunharam o surgimento de conceitos que exploravam as nuances entre gênero e o contexto social. Nesse período, foram formuladas perspectivas que conectavam categorias identitárias para criar ferramentas analíticas capazes de abarcar múltiplas dimensões de desigualdade, influenciando assim a disseminação do pensamento interseccional a partir dos anos 2000 (PISCITELLI, 2008).

Entretanto, Sojourner Truth, abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americanas já desafiava os imperativos de subordinação e o poder que limitavam práticas de determinados sujeitos instigando novas visões. A sua fala que reforça o pensamento interseccional e pode ser interpretada como um marco para a teoria foi elaborada na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron, Ohio (EUA), em 1851. Nesse momento a ativista expôs os imperativos de subordinação e o poder de um sujeito político instigando novas visões (BRAH; PHOENIX, 2004). O seguinte fragmento do discurso ilustra essa relação:

Ninguém me ajuda em nenhum lugar melhor. E eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço. Eu tenho arado (sic), tenho plantado e reunido em celeiros. E nenhum homem poderia me dirigir. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem - quando eu pudesse - e suportar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz filhos e vi a maioria deles ser vendida como escrava, e quando gritei com a dor de uma mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu. E eu não sou uma mulher? (BRAH; PHOENIX, 2004 p. 77).

Nesse discurso, Sojourner Truth capturou todos os principais elementos do debate sobre interseccionalidade, ao mesmo tempo em que desconstruiu afirmações genéricas sobre as relações de gênero presentes na formação social escravocrata e patriarcal. Dessa forma, elevou críticas acerca de processos políticos, econômicos e culturais que se entrelaçam e reconfiguram as relações de poder em diversos cenários, à época (BRAH; PHOENIX, 2004). Direcionando o foco ao contexto nacional e para descolonizar construções hegemônicas do saber (ANZALDÚA *et al.*, 2000; FIGUEIREDO, 2020; OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018), no texto de Lélia Gonzalez para o jornal *Mulherio*, na década de 1980, são observadas construções teóricas relacionadas à noção de interseccionalidade, principalmente em seu texto “E a trabalhadora negra, cume que fica?”, no qual expõe sua visão sobre a tríplice discriminação.

A trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher (...) por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual) (GONZALEZ, 1982, p. 9).

Para a autora, existem sujeitos e sujeitas, como as trabalhadoras negras, que carregam estereótipos gerados pelo racismo em conexão com o sexismo, que perpetuam altos níveis de opressão. Assim, torna-se impossível desvincular a questão racial dos outros modos de opressão contestados pelo feminismo (GONZALEZ, 2020). Para Sueli Carneiro (2003), essa relação

transforma-se em um fato a partir da observação da sociedade brasileira formada pela violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas. Essa relação delineada pelas autoras, intacta no cenário brasileiro, compreende os percursos existentes nas relações de gênero interligadas a padrões de raça e classe, concebidas previamente no período da escravização.

Portanto, nas articulações entre os marcadores sociais da diferença são concebidos meios para diferenciar sujeitos, revelando fragilidades que impedem a superação da apropriação social, principalmente quando se trata das mulheres negras e pobres da nossa sociedade. Nota-se, portanto, que gênero não se separa de outros eixos de opressão, sendo o racismo um eixo articulador, uma vez que determina hierarquias na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2003).

Todavia, como mencionado anteriormente, apenas nos primeiros anos do século XXI o termo despontou nos estudos acadêmicos e em outros contextos, como nas políticas públicas, nos debates jurídicos, no âmbito profissional, ativistas e até mesmo nas mídias sociais, influenciando a opinião pública (COLLINS; BILGE, 2021). Segundo Yuval-Davis (2006), as análises interseccionais se fundamentaram nos estudos acadêmicos à medida que ascenderam um reconhecimento gradual sobre a necessidade de observação das várias divisões sociais como categorias interconectadas, mas especificamente as relações entre raça e gênero. Hancock (2015) destaca que a maneira de pensar interseccionalidades impacta diferentes temas, pois pode ser interpretada como incompleta e permeada por políticas, uma ideia para um campo de estudo ou uma prática de alfabetização social. Essa lista se estende continuamente, fato que transcende o termo e o transporta para além da academia e das fronteiras nacionais.

Devido à multiplicidade de abordagens para o termo, utilizarei, ao longo desta tese, a definição formulada nos estudos de Patrícia Hill Collins (1992; 1998, 2019; 2021). Para a autora, o pensamento interseccional é formado por sistemas de opressão que se retroalimentam. O paradigma fundamental da interseccionalidade denota que as opressões não são formadas por um tipo fundamental. Isto é, oposto a isso, agem conjuntamente na produção de injustiças (BREWER; COLLINS, 1992). Na prática acadêmica, auxilia a investigar como as múltiplas relações sociais e as experiências individuais da vida cotidiana são hifenizadas pela diversidade. Em outras palavras, explora como as dinâmicas de poder impactam as interações sociais em sociedades onde distintos sujeitos carregam experiências múltiplas (COLLINS, 2019a). Para tanto, nas construções teóricas são levadas em consideração de maneira de maneira mútua e inter-relacionada as categorias raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade física, etnia, faixa etária, além de outros marcadores (COLLINS; BILGE, 2021).

Vale destacar que o pensamento interseccional tem sua fundamentação básica na busca por desvendar e possibilitar mudanças de problemas sociais arraigados. Por exemplo, busca desvencilhar ações que refletem racismo, sexismo, homofobia, genocídio negro e nacionalismo. Como discurso, visa agrupar ideias dispersas para facilitar o compartilhamento de diferentes pontos de vista. Como ideia, fomenta a ação social favorecendo o entendimento das imbricações entre as necessidades e consequências das mudanças. É possível observar os impactos da prática feminista e interseccional na urgência da descolonização e os impactos do neocolonialismo, na prática feminista em prol de equidade, nas ações culturalmente baseadas na misoginia, na necessidade de fortalecer direitos civis e combater o racismo estrutural, por exemplo (COLLINS, 2022).

Desse modo, compreendo a interseccionalidade como um meio intelectualmente fundamentado para promoção de mudanças sociais. Ademais, reflete a importância do estímulo a uma comunidade própria de ativismo e autodeterminação que não suprime conhecimentos de grupos historicamente marginalizados. Ação que facilita o exercício do poder de grupos dominantes e a manutenção de desigualdades sociais. Assim, a interseccionalidade desafia opressões e reforça o ativismo (COLLINS, 2019b). Para Collins (2019b) as opressões designam qualquer situação de injustiça que determinados grupos negam a outros acessos aos recursos da sociedade. Englobam, portanto, a exploração do trabalho, a negação de direitos e privilégios e a formação de imagens de controle. Assim, são atravessados por argumentações entre distintos marcadores sociais da diferença. Em contrapartida, destaca a ideia de supressão, que reflete a omissão. Portanto, compreende o estímulo para as escassas mudanças nas lógicas restritivas que permeiam as sociedades contemporâneas. Além disso, alinha-se à ideia de um esforço insuficiente por parte dos gestores públicos e da sociedade civil que ignoram a necessidade de transformação das lógicas subjacentes às opressões (COLLINS, 2019b).

Nesta tese, também baseio o pensamento interseccional nas observações de Akotirene (2019), ao que tange o desafio político e imperativo ativista envolvido no tema, que prevê ações teóricas e práticas. Por isso, interpreto a interseccionalidade como potencial teoria social crítica que busca refletir experiências vividas em meio às opressões e supressões atravessadas por relações interseccionais. Assim, esse movimento enfatiza a autodefinição e autodeterminação de sujeitas e sujeitos marginalizados, reflete o empoderamento como um meio coletivo e não individual para mudar injustiças circunscritas nas instituições sociais, busca a transformação paradigmática na forma de pensar as relações de poder e proporciona conhecimentos sobre novas experiências e epistemologias (COLLINS, 2019b).

Ademais, adiciono hooks (2000) a construção do pensamento interseccional da tese a partir da vivência que sinaliza a importância de atentar-se para as inter-relações. Portanto, busco evitar a marginalização de perspectivas e da hierarquia de opressões (que costumeiramente colocam o antagonismo entre sexos como o único prisma a ser investigado). Ademais, partilho o compromisso da criação de uma teoria feminista abrangente, com enfoque em um amplo leque de questões. Essa reunião de pensamentos em prol da comunhão de um conceito que favoreça a observação de opressões e supressões nos contextos contemporâneos pode ser sintetizada no seguinte texto de Lorde (1983):

Pela minha pertença em todos esses grupos eu aprendi que opressão e intolerância da diferença vêm em todas formas e tamanhos e cores e sexualidades: e dentre aquelas de nós que dividem os objetivos da libertação e um futuro trabalhável para nossas crianças, onde possa não existir hierarquias de opressão (...) E eu não posso escolher entre as frentes em que eu devo batalhar essas forças da discriminação, onde quer que elas apareçam pra me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não durará muito para depois elas aparecerem pra destruir você (LORDE, 1983, p. 3-5).

Assim, reforço a importância desse conceito como ferramenta analítico, advindo de uma perspectiva crítica para compreender e possibilitar mudanças em diversos fenômenos e problemas sociais. O pensamento interseccional fomenta reflexões e desenvolve ações em prol da equidade. Logo, atua como uma ferramenta heurística ou de resolução de problemas, para mostrar como as relações entre raça, classe, gênero, nacionalidade e sexualidade, por exemplo, são organizadas. Ademais, expõe estruturas fundamentais das instituições sociais, enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder, observa a aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos, reflete o modo como os sujeitos vivenciam a convergência das relações contemporâneas entre os marcadores sociais da diferença e teoriza sobre interações que acontecem nos âmbitos estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais (COLLINS; BILGE, 2021).

Para o cenário nacional, influenciado pelos pensamentos do movimento negro, possibilita a redução da supremacia feminista branca e ocidental nas pesquisas e práticas que impactam sociedades. Assim, integra o ideário de especificidades raciais, étnicas, religiosas e de classe social, além de reiterar a necessidade de superar visões limitantes acerca da identidade dos sujeitos. Logo, se alinha a busca de “ser mulher sem ser somente mulher (...) converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero” (CARNEIRO, 2003, p. 5). Entretanto, apesar de sua amplitude e aplicações práticas possíveis, a interseccionalidade e o seu desenvolvimento teórico se encontra em

processo de disseminação devido à complexidade de analisar o número de categorias e os relacionamentos que ocorrem simultaneamente (KANG; CHAI; MCLEAN, 2015).

Nesse sentido, vale ressaltar que todos os pontos mencionados anteriormente coexistem e servem como alicerce para o enfoque interseccional, adotado nesta tese. A busca pela compreensão que emerge desses aspectos e dos dilemas atrelados a prática do pensamento, visa enriquecer as discussões, unindo esses princípios por meio de uma abordagem interdisciplinar. Para aprofundar essas percepções, a próxima subseção se dedica a ampliar observações sobre os marcadores sociais da diferença e das interconexões que podem surgir por meio de uma análise abrangente das distintas particularidades que moldam as realidades de sujeitos e sujeitas múltiplos. Ao final, desenvolvo uma síntese teórica que envolve perspectivas interseccionais e os estudos de carreiras.

### **2.2.3 Marcadores sociais da diferença**

A partir dos preceitos designados anteriormente, nota-se que o feminismo interseccional expõe efeitos complexos e variados que ocorrem em múltiplos eixos de diferenciação. Por consequência, em suas observações, contextos históricos específicos, expondo potencialidades e dilemas advindos de cenários econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e das experiências individuais das pessoas em relação a diferentes contextos (BRAH; PHOENIX, 2004).

Além disso, preocupa-se com a descentralização do sujeito normativo, compreendendo as opressões formuladas pela inter-relação entre os marcadores sociais da diferença <sup>6</sup>(BRAH; PHOENIX, 2004). Eles se referem a uma característica ou atributo usado para distinguir e categorizar indivíduos ou grupos dentro da sociedade com base em várias identidades sociais, como gênero, raça, etnia, classe e sexualidade. Esses marcadores servem como pontos de referência para a compreensão e análise das dimensões de desigualdade social que se cruzam (RUIZ CASTRO; HOLVINO, 2016) Ademais, atuam como pontos de referência críticos para

---

<sup>6</sup> O conceito de marcadores sociais de diferença é particularmente relevante na compreensão das complexidades das carreiras anexo às organizações. Um exemplo ilustrativo desse enfoque é o trabalho de Castro e Holvino (2016) em que introduziram a ideia de roteiros culturais e propuseram o uso dos marcadores sociais da diferença para destacar a construção simultânea de opressões relacionadas a gênero, classe e raça-etnia em um contexto sociocultural específico dentro de uma empresa de serviços profissionais. Do mesmo modo, em comunhão com a interseccionalidade no âmbito organizacional enfatizou como esses marcadores, como gênero, etnia e religião, impactam as trajetórias de emprego e carreira, destacando experiências diferenciadas em domínios profissionais específicos (TARIQ; SYED, 2018; ŚLIWA et al., 2022; SANG, 2016).

analisar a natureza complexa e interligada do privilégio social. Fornecem, portanto, uma lente para compreender como várias identidades sociais se cruzam e constituem mutuamente uma matriz de privilégios e restrições nas experiências dos indivíduos, particularmente dentro de movimentos e organizações sociais (LAPERRIÈRE; LÉPINARD, 2016).

Por essa ótica, as opressões são interpretadas a partir das relações contraditórias e conflitantes entre si, considerando que existem diferenciações e, a partir delas, as intersecções ocorrem (BRAH; PHOENIX, 2004; PELÚCIO, 2011). Outrossim, a sua aplicação reflete implicações políticas, econômicas e culturais (BRAH; PHOENIX, 2004; PELÚCIO, 2011). As observações seguintes reforçam este pensamento:

Os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito. E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade, não aparecem apenas como formas de categorizações exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação (PISCITELLI, 2008, p. 268).

A necessidade do pensamento interseccional se torna evidente ao desviar o foco de um único marcador social da diferença para abranger diversas desigualdades que se manifestam em contextos e épocas historicamente contextualizados (HENNING, 2015). Não é obrigatório incluir uma multitude de marcadores em todas as análises, mas é imperativo considerar cuidadosamente a interseção dos mais pertinentes contextualmente, como elementos históricos, locais e políticos, por exemplo (HENNING, 2015).

Nesse prisma, a visão de Brah (2006) enfatiza a importância de evitar uma abordagem exclusiva em níveis macro ou micro de análise, mas interligar ambos através das interações sociais, posições dos sujeitos e suas subjetividades. Uma estratégia para compreender e enfrentar as diferenças na sua raiz é considerar como esses elementos se conectam e se relacionam.

Para fornecer uma base sólida, o Quadro 2 apresenta cinco marcadores sociais da diferença preliminares, que serão fundamentais para orientar as compreensões formuladas nesta tese sobre as trajetórias de carreiras de mulheres negras no contexto da cidade de Lavras (MG).

Quadro 2 – Síntese dos marcadores sociais da diferença.

<b>Marcadores sociais da diferença</b>	<b>Conceito</b>	<b>Bases</b>
<b>Gênero</b>	Não é um conceito universal. É social, cultural e historicamente moldado. Tem caráter relacional, está em permanente mudança e indaga outras opressões que esse construto ajuda a expor e ocultar.	Grossi (1998, 2012), Heilborn (2002), Oyèwùmi (2004)
<b>Classe</b>	Relacional e interconectada a outras dimensões, envolve complexidade intracategórica, revela padrões de experiência determinados pelo acesso ou escassez de capital financeiro e econômico.	Block & Corona (2014), hooks (2000; 2014)
<b>Localidade</b>	Enfatiza perspectivas locais, contestando abordagens globalizantes (e genéricas) que reforçam hierarquias geopolíticas. Ressalta a importância do contexto pessoal, social, cultural e político para compreender povos e culturas localizadas.	Oyèwùmi (2021), Appadurai (2004), Gonzalez (2020).
<b>Raça</b>	Afasta-se do posicionamento biológico. Aspecto fundamental da construção social de identidade e poder. Possui caráter político, sua permanência, atualidade e meio para aprisionar e construir imagens fixas.	Carneiro (2015), Collins (1998), Gonzalez (2020), hooks (2000, 2019)
<b>Deficiência</b>	Não é considerada uma desvantagem, mas uma diferença reforçada por narrativas culturalmente produzidas que reiteram condições sociais, preconceitos e o ambiente social.	Gomes <i>et al.</i> (2019); Kayess; Sands; Fisher (2014); Mello; Nuernberg (2012); Shaw; Chan; McMahon (2012)

Fonte: Da Autora (2024).

Explorando a síntese dos conceitos acima, **gênero** é entendido como relações historicamente determinadas e expressas pelos múltiplos discursos sociais sobre a diferença sexual. As observações sobre suas nuances surgiram na década de 1970, nas ciências sociais, a partir da contestação das bases biológicas que formulavam predefinições ao termo. Atualmente está ligado a tudo que é social e historicamente determinado, alterando-se de uma cultura para outra (GROSSI, 1998). Isto é, a abordagem adotada, visa, sobretudo, distinguir a dimensão biológica da social. Portanto, apresenta caráter relacional, compreendendo os sujeitos e seus gêneros como produtos da sociedade (HEILBORN, 2002).

Dessa forma, o marcador social da diferença de gênero se encontra em constante evolução, moldado de forma específica pelas interações reais entre indivíduos em contextos locais. Assim, a identidade de gênero não é definida pela orientação sexual, como muitas vezes se presume erroneamente (GROSSI, 1998). Pelo contrário, à medida que a compreensão dos conceitos de sexo e gênero passou por mudanças ontológicas, as pesquisas começaram a

ênfatizar que não há uma determinação natural de comportamentos, embora haja normas sociais que restrinjam comportamentos com base em premissas biológicas (GROSSI, 1998).

Sob essa ótica, o conceito de gênero vai além de ser meramente um objeto de investigação, pois trata-se de é uma categoria analítica que transcende a análise isolada de mulheres e homens enquanto produtos de interações cotidianas. Entendo que a imposição a normas para se conformar a modelos ideais nas sociedades ocidentais leva à submissão de normativas. Um exemplo claro é observado em sociedades tradicionais, onde papéis de gênero são definidos por tarefas exclusivas para homens e mulheres, assim como no contexto industrial, onde o domínio masculino se associa à produção e o feminino à reprodução (GROSSI, 2012).

Oyèwúmi (2004) completa essa visão a partir de sua observação da transitoriedade do conceito gênero nas sociedades africanas. No lócus de investigação da autora essa categoria é, antes de tudo, uma construção sociocultural e não é um conceito universal. Por esse prisma, adiciono ao debate sobre gênero que a categoria social "mulher" não é universal e outras formas de opressão e igualdade estão presentes nessa formação. Além disso, possibilita indagar outras opressões que esse construto ajuda a expor e ocultar. Logo, é dinâmico, fluido, móvel e suas interpretações derivam da organização social e das relações sociais, sendo essencial atentar para os mais diversos contextos (OYÈWÚMI, 2004).

Portanto, sexualidade distingue-se de gênero e desafia a convencional associação do sexo com a reprodução, que geralmente é feita na sociedade ocidental. Nesse sentido, a sexualidade é compreendida como práticas eróticas culturalmente influenciadas, sendo apenas uma das variáveis que moldam a identidade de gênero (GROSSI, 1998). Um exemplo ilustrativo é encontrado na cultura brasileira, onde a atitude considerada dominante é a penetração sexual e para consolidar um padrão de masculinidade, além da expressão sexual, é necessário cultivar características positivas de agressividade (GROSSI, 2012).

Heilborn (2002) expõe que a sexualidade é uma invenção do século XVIII. Só a partir desse período é que expressões de sexo e contatos corporais passaram a ser interpretados como meios para a obtenção e a produção do prazer. Esta mudança foi crucial para a ciência como um todo, pois a sexualidade passou a ser reveladora da natureza íntima dos sujeitos. Além disso, adiciona o fator cultural a essa expressão que determina roteiros através de valores que um grupo social compartilha. Logo, a sexualidade detém significados distintos no interior de determinadas sociedades. Segundo Gonzalez (2020), ela deve ser discutida em um nível mais amplo para evitar reducionismo quanto ao papel dos gêneros nas sociedades.

Para sintetizar os conceitos e fundamentar o posicionamento sobre sexo, sexualidade, gênero e suas variações, faço uso das seguintes observações de Grossi (1998):

Sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos (GROSSI, 1998, p. 12).

O marcador social da diferença **classe**, no início do século XX, era a forma mais explícita de segregação entre gêneros e, portanto, tornou-se um dos principais estímulos para a ascensão do feminismo contemporâneo. Ao longo do último século, os entendimentos sobre esse construto evoluíram de uma interpretação apenas econômica para a ideia de classe construída e moldada pela economia e pelas forças sociais e culturais, observação esta fundada na visão de Marx sobre sociedade e superestrutura (BLOCK; CORONA, 2014). Para este estudo, interpreto classe a partir de uma complexidade intracategórica na qual nenhuma das dimensões que singulariza classe social oferece um meio ideal para classificar as pessoas. Por exemplo, citam-se interpretações isoladas sobre riqueza, padrões de consumo e comportamentos simbólicos, dentre outros (BLOCK; CORONA, 2014).

Sendo assim, classe é entendida como relacional interconectada a outras dimensões e, conseqüentemente, se entrecruza com uma longa lista de dimensões identitárias, como gênero, etnia, raça, nacionalidade, idioma e assim por diante. hooks (2014) ilustra a conceituação utilizada aqui ao mencionar como o poder de alterar lógicas está distante das mãos de mulheres pobres, periféricas e não brancas. Para colocar todas as dimensões em pauta, esta autora observa que o único meio de libertação feminista parte de uma mudança social que desafia o elitismo. Assim, supera os debates sobre meios de produção, envolvendo o comportamento legitimado e os pressupostos básicos de vida. Enfoca, portanto, padrões de experiência determinados pela classe, reiterando a importância de evidenciar e alterar impactos psicológicos e condições políticas dentro de um Estado (HOOKS, 2014; HOOKS, 2000).

Dessa maneira, o feminismo negro interseccional reconhece a diversidade de classe entre as mulheres negras, ao mesmo tempo que identificam temas comuns que moldam a sua experiência de vida, destacando a importância da divisão de classes na formação do ativismo feminista e da experiência da mulher negra (MCCRAY; DOWIE-CHIN; HARVEY, 2022; UMOREN, 2015). Somado a isso, fornecem uma análise radical do impacto do capitalismo e

da classe nas mulheres negras, reconhecendo a necessidade de abordar a natureza sistêmica e estrutural dessa opressão (NEVILLE; HAMER, 2001).

Atrelado a essas observações, o pensamento feminista e interseccional possibilita construir observações em contextos sociais locais, regionais, nacionais e globais. Por isso, destaco a importância da **localidade**, geograficamente situada, ou regionalidade, como um marcador social da diferença fundamental a esta tese. Observei a aplicação prática desse pensamento no estudo de Oyěwùmí (2021), que explorou um discurso particular na pesquisa iorubá, contextualizando como essa comunidade, que é caracterizada por distinções regionais e locais. Assim, explora como as noções ocidentais dos marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e regionalidade, podem não refletir a complexidade de determinadas sociedades, por esse pensamento, destaca a importância de entender e respeitar as perspectivas culturais locais ao abordar a interseccionalidade.

Para a autora, revelar a importância do pensamento regional baseado em grupos culturais particulares favorece a manutenção e conhecimento de uma cultura específica. Já o contrário também ocorre quando não são observados aspectos locais das experiências dos seres que participam da pesquisa. Assim, muitas vezes ocorrem exercícios de tradução em diferentes níveis: tradução do oral para o escrito, tradução de uma cultura para outra e, finalmente, tradução de um idioma para outro. Cada categoria – escrita, oralidade, cultura, língua – é permeada com todos os tipos de suposições não declaradas, e cada movimento é repleto de potenciais para erros (OYĚWÙMÍ, 2021).

Appadurai (2004) destaca que esse deslocamento do regional, cultural, local para uma perspectiva globalizante, com foco em premissas do Norte, reforça aspectos geopolíticos que criam hierarquias e impedem a participação de certos grupos nas lógicas políticas, econômicas e sociais. Relembro a partir das observações destacadas pelo autor, o conceito de amefricanidade construído por Lelia Gonzalez. Para a autora, uma categoria político-cultural, permite construir um entendimento mais profundo sobre povos e culturas localizadas. No caso da amefricanidade contesta a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses. Logo, rompem-se aspectos políticos, ideológicos de potência imperialistas dominantes. Por esse prisma, são revelados a importância de aspectos históricos, político-culturais e processos políticos internacionais. Ademais, reflete sobre a importância dos aspectos regionais para o estudo interseccional social e crítico (GONZALEZ, 2020).

O marcador social **deficiência** está delineado na Constituição Federal, desde o ano de 2009, definindo aqueles ou aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que pode gerar barreiras ou obstruir sua participação plena e

efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 1988). No relatório mundial sobre a deficiência, é singularizada como parte da condição humana, sendo complexa, dinâmica, multidimensional e questionada (CARVALHO-FREITAS *et al.*, 2019).

Historicamente, as deficiências foram abordadas por políticas segregacionistas, enquadradas em um contexto que as interpretava nos mesmos padrões da feminilidade, não sendo um estado natural. Em detrimento disso, emerge como uma narrativa culturalmente fabricada do corpo, assemelhando-se ao entendimento que temos nas intersecções entre classe, sexualidade e gênero. Assim, a noção de deficiência não apenas delinea características físicas, mas também produz sujeitos diferenciados, reiterando inferioridades que são marcadas em seus corpos e refletidas pela ideia de inadequação, excesso ou falta de sorte (GARLAND-THOMSON, 2020).

Essa comparação, muitas vezes vinculada a ideologias que desafiam padrões biológicos, permeiam a cultura, o status e o poder de um ambiente social, legitimando a distribuição desigual de recursos e a configuração arquitetônica de maneira tendenciosa. Assim como o racismo, sexismo e elitismo, o capacitismo se disfarça como algo natural, fixo e óbvio nas sociedades contemporâneas, embora sejam relações socialmente construídas que historicamente operam para oprimir, definir e segregar. Além disso, torna-se, em muitos contextos, uma questão individual, associado à identidade dos sujeitos. No entanto, seu papel vai além, atuando como um meio de gerar opressão e desigualdade, perpetuando estruturas que marginalizam e limitam oportunidades para aqueles que são rotulados como deficientes (GILLBORN, 2015).

Já em **raça** se inscrevem todas as observações preliminares. Collins (1998) nota que as definições sobre raça se baseiam tradicionalmente em classificações biológicas. Essa visão, segundo Carneiro (2015), revela uma falácia utilizada para minar reivindicações políticas específicas para determinados grupos a partir da cor da pele. Logo, o conceito utilizado aqui se afasta desse posicionamento biológico e afirma o seu caráter político, sua permanência e atualidade, além de ser um meio para aprisionar e construir imagens fixas de sujeitos distintos (CARNEIRO, 2015).

Como discutido por Souza (2021) em seu livro "Tornar-se Negro", o conceito de raça é intrinsecamente complexo e multifacetado, entrelaçando-se com diversos fatores sociais, culturais e históricos. Nesse contexto, a raça não é inata ou determinada geneticamente, mas uma construção social forjada por ideias culturais e históricas específicas (LUJAN; DICARLO, 2021). Essa abordagem reconhece que a raça não está sujeita a definições estáveis, uma vez que está em constante transformação e é permeada por identificações políticas (SOUZA, 2021).

Essa mesma perspectiva é compartilhada por Kilomba (2020), que concebe o racismo como uma naturalização e sinônimo de supremacia branca, destacando as dinâmicas de poder e as desigualdades estruturais enraizadas na dinâmica racial. Em seu trabalho transdisciplinar questiona questões ligadas ao racismo e violência colonial, utilizando a memória e o corpo performático como locais de ação política (BARCARO, 2023). Ademais, aciona como mecanismo do ativismo negro a questão da voz e do silenciamento, sublinhando como os indivíduos negros são frequentemente marginalizados e rotulados como desprovidos de conhecimento pela maioria branca (KAPPERT, 2020).

A ideia de raça na sociedade contemporânea é utilizada para agrupar sujeitos em categorias pré-estabelecidas a partir da semelhança física. Relacionadas a esse posicionamento são formadas visões que consideram compreensões estereotipadas delineadas apenas pela cor da pele. Em sua maioria, essas limitantes definições foram construídas e mantidas por pessoas brancas. Ademais, existe uma conexão direta entre a manutenção do patriarcado e a naturalização de imagens específicas que posicionam representações de raça e negritude no intuito de manter opressão, exploração e dominação em diversos espaços (HOOKS, 2019).

O seguinte trecho do livro de Gonzalez (2020) contextualiza raça para o cenário nacional: “Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um (...) Nem parece preto”. (GONZALEZ, 2020, p. 78). No Brasil, o negro é considerado aquele que deve viver na miséria, devido a aspectos culturais institucionalizados que posicionam todos que possuam fenótipos alinhados à negritude como irresponsáveis, com baixa capacidade intelectual, imaturidade, sexualidade latente, alvo de práticas genocidas, dentre outros (GONZALEZ, 2020).

O racismo deriva dessa visão, posicionando brancos e negros em grupos sociais distintos, reforçando a noção de superioridade inata de uma raça sob outras (LORDE, 2019). Atrelado à cultura do Brasil, atua como a “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2020, p. 76). Assim, priva os que sofrem opressões racistas do estatuto de sujeito humano, isto é, são designados como objeto (GONZALEZ, 2020). A sintomática desse discurso é reforçada por meio de falas universalizantes destinadas apenas para o público branco, os quais não se esforçam para enfrentar o racismo em contextos históricos e políticos (HOOKS, 2015).

É relevante ressaltar a abordagem de Naples *et al.* (2019), em relação ao conceito de interseccionalidade no campo. Em sua revisão de literatura, a maioria dos textos examinados reconhece a importância do pensamento interseccional para a análise, destacando a recomendação de adotar essa perspectiva em estudos futuros. No entanto, observa-se que a

maioria não segue essa sugestão de maneira adequada, abordando superficialmente as relações inter-catóricas. Ademais, não definem de maneira clara os marcadores sociais da diferença resgatados na análise como elementos de uma localização social, identidade ou experiência. Fator que limita a compreensão das opressões fundadas em contexto (NAPLES; MAULDIN; DILLAWAY, 2019).

Desse modo, cabe aos estudiosos que utilizam esse pensamento com cerne da pesquisa interrogar os objetivos do projeto interseccional, enquanto determinam como traçar o futuro desta teoria, que é crítica e política (NASH, 2008). Para isso, deve-se eliminar a subordinação de mulheres do terceiro mundo, reduzir a feminização da pobreza, elevar as condições concretas de mulheres trabalhadoras e pobres por meio da educação e da conscientização crítica, minimizar o imperialismo ocidental, voltar o foco para a redução (e a aniquilação) de condições desfavoráveis aos mais diversos indivíduos e eliminar a apropriação das pautas defendidas pelos femininos pela lógica neoliberal que estimula o consumo (HOOKS, 2014).

Collins (2019) observa que o caminho coerente perpassa a acumulação e o exercício do poder pelos indivíduos. Assim, os estudos devem se atentar às demandas múltiplas, evitando questões pautadas apenas nas demandas das elites culturais, intelectuais e econômicas. Por isso, o posicionamento interseccional em relação ao estudo das trajetórias de carreiras das mulheres negras da região sul de Minas Gerais, mais especificamente Lavras (MG), se liberta de premissas do liberalismo, bem como de suas variações, distanciando-se da visão de um cidadão imaginado, ideal e normativo. De maneira oposta, projetam-se visões para atender às perspectivas reais, muitas vezes negligenciadas pelas formas excludentes de exercer poder.

Portanto, sob o prisma interseccional, são rejeitadas as hierarquias permanentes, visando entendimentos interseccionais de solidariedade que facilitam a construção de coalizões (COLLINS, 2019). Ademais, adverte-se sobre a necessidade de combater o sexismo, o racismo e o elitismo, reforçados estruturalmente nas sociedades. Assim, a partir de visões populares e de estratégias que envolvam o contexto público e o privado, o mercado e a sociedade, sintonizados em prol da elevação das demandas sociais, será possível construir meios alternativos às formas de poder pautadas no egoísmo e na individualidade. Nesse sentido, a subseção seguinte recapitula esses esforços relacionados aos estudos de carreiras pautados sob uma ótica interseccional.

#### 2.2.4 Conectando teorias: Carreiras, feminismo negro e interseccionalidade

Até este ponto, foram delineadas as teorias e conceitos que fundamentam a análise das carreiras, intrinsecamente ligadas ao contexto, à temporalidade e às narrativas e trajetórias de vida dos sujeitos. Este arcabouço será agora explorado por meio de uma lente interseccional, ancorada em uma perspectiva feminista negra, visando compreender as inter-relações entre os marcadores sociais da diferença presentes nas trajetórias de carreiras de mulheres negras de Lavras (MG). Além de propiciar meios para refletir sobre o questionamento central: "É possível interpretar as trajetórias de carreira sob a perspectiva interseccional do feminismo negro?".

Para dar continuidade ao objetivo traçado, nesta seção, recapitulo conceitos fundamentais e reforço os pontos de contato conceituais. Inicialmente, reitero que as carreiras são um fenômeno social, cultural e organizacional. Não se limitam apenas a cargos, profissões ou empregos. No sentido oposto, são fundadas nos contextos em que os sujeitos convivem (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Isto é, as carreiras transformam e são transformadas a partir de tempos, espaços e estruturas sociais, institucionais, socioeconômicas, políticas e simbólicas com que os sujeitos interagem ao longo de suas trajetórias de vida (ARTHUR *et al.*, 1989; CHANLAT, 1995; GINGRAS *et al.*, 2006; MOORE *et al.*, 2007).

Seguindo essa visão, assumo que para interpretá-las é preciso priorizar nas observações as estruturas e forças sociais que moldam normas e determinam comportamentos (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007), bem como desconstruir a visão que as carreiras se fundam exclusivamente em estruturas organizacionais. Por isso, torna-se imperativo nesta tese considerar trajetórias individuais alinhadas a todo o contexto social, econômico, cultural e histórico. A organização sistemática das informações, apresentadas no Quadro 3, foi elaborada para facilitar a compreensão das nuances envolvidas, mas também representar um exercício de síntese fundamentando a estrutura desta tese. Recapitular os conceitos fundamentais e os paradigmas favorece a produção de articulações e convergências proporcionadas pela lente interseccional feminista e pelas trajetórias de carreiras ao considerar os marcadores sociais da diferença, nas realidades de mulheres negras situadas em uma região específica.

Quadro 3 - Síntese: Carreiras, feminismo negro e interseccionalidade.

Dimensão	Descrição
Fundamentação teórica das carreiras	Carreiras não se limitam a cargos, profissões ou empregos. São fundadas nos contextos sociais, econômicos, culturais e históricos em que os sujeitos convivem (Mayrhofer, Meyer & Steyrer, 2007). Transformam-se pelas interações dos sujeitos com estruturas sociais, institucionais, socioeconômicas, políticas e simbólicas ao longo de suas trajetórias de vida (Arthur <i>et al.</i> , 1989; Gingras <i>et al.</i> , 2006; Moore <i>et al.</i> , 2007).
Lente interseccional feminista negra	<b>Relações Sinérgicas de Opressão:</b> Observa as interações entre diferentes marcadores sociais da diferença. <b>Desvendamento das Matrizes de Opressão:</b> Análise de como as relações geram desvantagens e são (re)produzidas em contextos distintos (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021).
Dimensões de análise	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> deve considerar os contextos em que os sujeitos convivem e as estruturas que moldam suas experiências.</li> <li>• <b>Temporalidade:</b> Carreiras transformam-se ao longo do tempo, sendo influenciadas por mudanças contextuais e estruturais.</li> <li>• <b>Narrativas e Trajetórias de Vida:</b> deve incluir as histórias de vida dos sujeitos, refletindo suas experiências pessoais e profissionais.</li> </ul>
Prática crítica e inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Desconstrução de Normas e Práticas Organizacionais:</b> Identificação e crítica das práticas que perpetuam desigualdades e exclusões nas carreiras.</li> <li>• <b>Ações Inclusivas e Justas:</b> Desenvolvimento de práticas organizacionais e políticas que promovam a inclusão.</li> </ul>
Aplicação nos estudos organizacionais	<b>Interpretação do Contexto e das Estruturas Organizacionais:</b> Compreensão das organizações como ambientes marcados por elementos culturais, socioeconômicos e políticos (Holvino, 2010). <b>Fomento de Mudanças Políticas e Sociais:</b> Desenvolvimento de práticas voltadas para a equidade.
Prática metodológicas	<b>Diversidade de Sujeitos:</b> Incorporação de uma diversidade de sujeitos no contexto investigado (Yuval-Davis, 2006). <b>Complexidade das Análises Interseccionais:</b> Estratégias de pesquisa que favoreçam uma busca aprofundada e crítica das interações entre marcadores sociais da diferença (Collins & Bilge, 2021).

Fonte: Da autora (2024).

A partir desse arcabouço conceitual, noto a existência de diferentes formas de interpretar as carreiras, por exemplo, sob um olhar da sociologia, da psicologia, da antropologia, da medicina, do direito, até mesmo, uma abordagem anexa à Administração, mas que refletem o desenvolvimento de carreira, gestão e tomada de decisões. Contudo, optei por aprofundar os meus argumentos partir do pensamento feminista negro interseccional alinhado aos Estudos Organizacionais. Destaco, nessa convergência teórica e epistemológica, a capacidade de promover uma visão mais sensível das realidades envolvidas, permitindo o desenvolvimento de ações inclusivas e justas para as carreiras, sociedades e organizações. Além de sugerir alterações progressivas em aspectos limitantes fundamentados em diversas realidades.

A adoção dessa postura se deu transversalmente à necessidade de alinhar a minha prática como pesquisadora à interseccionalidade e à busca por agregar esse pensamento ao campo da

Administração, mais especificamente aos estudos sobre organizações, gestão e sociedades na minha prática docente e na atuação Núcleo de Estudos em Organizações, Gestão e Sociedade (NEORGS) - PPGA/UFLA. Essa convergência conceitual proporciona uma visão integrada das carreiras e das relações permeadas por privilégios, destacando a importância da justiça social e do multiculturalismo (DUFFY *et al.*, 2018). Atua como um mecanismo para interpretar o contexto, a compreensão cultural, as estruturas organizacionais e os fatores ambientais mais abrangentes que moldam carreiras (TIRON-TUDOR; FARAGALLA, 2022). Desse modo, favorece sistematicamente uma práxis crítica nas disciplinas do campo da Administração (STEINFIELD *et al.*, 2019) e examina os processos diários de racismo e sexismo que impactam as experiências (ŚLIWA *et al.*, 2022).

Além disso, é colocada em prática no campo para explicar como as categorias de identidade em nível individual se entrelaçam com práticas organizacionais mais amplas, criando obstáculos na carreira de mulheres e outras minorias em diversos setores (KELE *et al.*, 2022). No contexto desta tese, possibilita a observação de maneira integrada de diversas formas de opressão, permeando análises de estruturas sociais e culturais em diferentes espaços discursivos. Além disso, fomenta práticas voltadas para viabilizar mudanças políticas e viabiliza a formação de análises potencialmente críticas. Essa perspectiva favorece ações em prol da equidade, revelando as estruturas fundamentais das instituições sociais e suas inter-relações (COLLINS; BILGE, 2021).

Dessa forma, o enfoque reflete a vivência dos sujeitos diante da interseção das relações contemporâneas, entrelaçados aos marcadores sociais da diferença em diversas esferas, que vão desde os aspectos estruturais e culturais até as dinâmicas interpessoais (COLLINS; BILGE, 2021). Sob uma perspectiva ontológica, esse olhar concebe raça, classe, gênero e outros elementos como marcadores sociais da diferença interdependentes. No plano metodológico, busca incorporar uma diversidade de sujeitos no contexto investigado (GOPALDAS, 2013; YUVAL-DAVIS, 2006). Em termos práticos, contribui para destacar as organizações como ambientes marcados por elementos culturais, socioeconômicos e políticos, desmistificando a ilusão de neutralidade (HOLVINO, 2010).

Mais especificamente em relação à questão **interacional**, nota-se, nos paradigmas interseccionais, a busca por explorar conjuntamente formas de opressão, capturando as consequências de interação entre dois ou mais marcadores da diferença. Nesse sentido, são observados os relacionamentos sinérgicos que conectados produzem interpretações maiores que a análise simplista das partes separadas (COLLINS; BILGE, 2021). Portanto, favorecem a produção de novos conhecimentos e/ou práticas importantes para a superação de dilemas

políticos, sociais, jurídicos e, principalmente para o contexto interligado às trajetórias de carreiras.

Acerca da busca **contextual**, ligam-se compreensões relacionadas a diferentes espaços discursivos em que as opressões se fundam. Assim, as interseccionalidades passam a ser interpretadas com base nas estruturas sociais e culturais com as quais interagem. Portanto, investigar a multiplicidade de interações em distintos cenários fornece ferramentas analíticas para visualizar a articulação das desigualdades. Logo, é possível romper as noções de unilateralidade das categorias analíticas para além da ideia de supremacia e homogeneidade da diferença, mas entender, com base em um sentido amplo que ampara as diferenças em contextos díspares (PISCITELLI, 2008).

No que se refere ao **combate às desigualdades**, destaca-se a procura por desvendar entrecruzamentos que repercutem diferenças sociais impostas pelas matrizes de opressão. Sob esse prisma, reitera-se como as relações contemporâneas geram desvantagens e são (re) produzidas em contexto distintos (AKOTIRENE, 2019; COLLINS; BILGE, 2021). Neste ponto, recapitulo a fala de Carneiro (2003) sobre o poderio de atuação movimento feminista, a qual explicita que “não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo” (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Na questão ligada às **organizações**, buscam-se aplicações práticas para possibilitar mudanças políticas em distintos cenários, sejam eles familiares, educacionais, profissionais e públicos. Nesse aspecto, inclui-se o impulso para observar um conjunto distinto de experiências que surgem de interesses políticos, econômicos e na busca por status. Para o paradigma interseccional, essas entidades estão subordinadas aos marcadores sociais da diferença. Ademais, podem ser observados nos diversos ambientes organizacionais, do ponto de vista de sujeitos historicamente marginalizados, como, por exemplo, não branco, não masculino e não economicamente privilegiado, principalmente estimulando o impulso para reivindicar vozes apagadas nas mais diferentes instituições (HOLVINO, 2010).

Por último, reflito sobre a **complexidade**, que segundo Collins e Bilge (2021), está interligada às dificuldades para formular uma análise interseccional potencialmente crítica. De acordo com estas autoras, esse dilema ocorre em razão da condução analítica multifacetada que o paradigma interseccional requer. Para tanto, nesta tese, é abarcada a complexidade que o seu objetivo destaca. Arelada a essa observação são favorecidas estratégias de pesquisa que favorecem uma busca aprofundada.

A partir desse olhar, o pensamento interseccional possibilita compreender os eixos de subordinação e interação com estruturas que moldam experiências nas relações contemporâneas (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013). Portanto, por um pensamento crítico, é observado como os marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência, localidade, etnia, entre outros) interagem conjuntamente e expõem efeitos complexos e variados em contextos históricos, econômicos, políticos, culturais, psíquicos e subjetivos (BRAH; PHOENIX, 2004). Essa união conceitual é central pois produz “uma ferramenta para entender as relações sociais, incluindo as interseções entre vantagem e desvantagem que não se limita apenas a explorar desvantagens” (ANTHIAS, 2013, p. 127).

Por conseguinte, possibilita interpretações que vinculam as trajetórias de carreiras aos intercruzamentos expostos nos contextos, evitando análises simplistas e genéricas (DELUCA; ROCHA-DE-OLIVEIRA; CHIESA, 2016; ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020). Portanto, reforçam interpretações complexas sobre relações cotidianas e abordam o sentido pessoal e simbólico das relações imaginativas de carreiras. Dessa forma, ao atrelar carreiras sob um olhar feminista negro interseccional, integra-se diferentes vivências, relações entre comunidades históricas, conjunto de práticas materiais, uma identidade social, uma posição política e um sistema representacional no conteúdo da investigação feminista que fortalecerá a crítica (bem com as práxis) do feminismo (GARLAND-THOMSON, 2020).

Para aprimorar essas compreensões e delinear o percurso traçado para esta tese, a seção seguinte se desenvolve a partir das nuances epistemológicas que ampliam as noções e perspectivas discutidas até esse momento.

### 3 PERCURSO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO

Neste momento, apresento a abordagem epistemológica e metodológica que orienta a condução desta tese. Dada a complexidade e perspectivas simbólicas tratadas, optei por uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma epistemologia feminista negra interseccional. Essa escolha se justifica pela intenção de compreender perspectivas alinhadas aos objetivos desta tese, bem como de promover a compreensão das intersecções complexas entre os marcadores sociais da diferença.

Para alcançar os propósitos traçados, baseio minhas escolhas para a produção do conhecimento a partir da Escrivência de Conceição Evaristo. Esse operador teórico-metodológico possibilitou a construção de narrativas ficcionais que refletem trajetórias de carreiras fundadas no contexto investigado. Para o campo, essa abordagem permite uma compreensão ampla das perspectivas de sujeitos historicamente marginalizados. Para a tese, forneceu embasamento teórico e prático para resgatar memórias, pessoais e grupais, além de tornar sujeitos, que antes eram designados apenas objetos de pesquisa, parte da produção do conhecimento.

As narrativas ficcionais construídas baseadas na Escrivência de Conceição Evaristo, conforme abordada nesta tese, emergem da experiência de vida e da memória coletiva das comunidades afro-brasileiras. Essa abordagem não se limita a narrar vivências pessoais, mas articula uma escrita comprometida com as histórias coletivas, resgatando heranças históricas e culturais. Como destaca a autora fundante do conceito, resgata a vivência individual ou coletiva que se torna mote para uma escrita viva capaz de dialogar com o passado e reconfigurar o presente, valorizando as vozes silenciadas das populações afro-brasileiras.

A partir da aula do curso "Ler o Brasil", produzido pela Casa Sueli Carneiro, ficou evidente que esta é uma prática de escrita que se contamina pelo lugar de nascimento e pelas vivências negras. Portanto, o conhecimento produzido nesta tese rompe com o relato apenas pessoal; é utilizado como uma enunciação coletiva que carrega as marcas de uma herança histórica vivida e compartilhada.

A partir de um olhar interno e no diálogo com outras 12 mulheres moradoras da cidade de Lavras (MG), construí seis personagens e narrativas ficcionais que, mesmo não sendo diretamente reflexos da minha experiência individual, dialogam profundamente com a memória histórica que herdei pela minha condição de viver em um corpo feminino negro. Como apontado por Silva e Carrieri (2022), esse posicionamento atua como uma forma de resistência e produção de conhecimento. Não é uma escrita centrada no "eu", mas sim uma prática coletiva

que desvenda experiências compartilhadas, no qual a autora e as protagonistas se conectam por meio de marcadores sociais e vivências semelhantes. Essa forma de escrita transforma o ato de narrar a partir da ficcionalização um trabalho intelectual, como descrito por Anzaldúa (2000), que utiliza a escrita como ferramenta de sobrevivência e distanciamento, ajudando a elaborar experiências que muitas vezes são dolorosas.

Conforme discutido por Veiga (2022), é uma forma de trazer à tona histórias de personagens como as “Júlias”, “Lúcias”, “Fátimas”, “Joanas”, “Jenifers” e “Marias”, que, embora ficcionais, são construídas a partir de realidades vividas por mulheres negras, que conectam experiências individuais da autora, mas também da comunidade negra parte da localidade em questão. Assim, as seis personagens que ilustram as relações de carreiras presentes nessa tese, representam as trajetórias de tantas outras mulheres que enfrentam desafios e violências cotidianas. Ao interpretar essas narrativas ficcionais, fundadas em falas, pensamentos e vivências reais, a partir de um olhar interseccional me permitiu refletir no campo experiências coletivas que ressoam com as de muitas “Marias” e “Fernandas”.

Assim, as narrativas ficcionais construídas se fundam nesta tese como meio para abarcar a diversidade das vivências a partir de uma aproximação mais íntima com as histórias escritas, reforçando a conexão entre as experiências individuais e coletivas. Nesse aspecto, as perspectivas adotadas fornecem para o estudo a estrutura teórica, metodológica e epistemológica para compreender as narrativas de carreiras de mulheres negras da cidade de Lavras (MG) de maneira sensível e contextualizada. Para aprofundar o debate, nesta seção, detalharei os procedimentos adotados para a coleta, análise e interpretação dos dados, destacando a relevância da epistemologia negra e interseccional no enfoque do estudo.

### **3.1 Abordagem epistemológica: arquitetura cognitiva formada na interseccionalidade**

Nesse momento, entendo a necessidade de delinear a epistemologia que ampara o estudo para alcançar o propósito de **compreender, a partir de uma perspectiva feminista interseccional, utilizando narrativas ficcionais baseadas no conceito de Escrivência de Conceição Evaristo, as trajetórias de carreira de mulheres negras na cidade de Lavras (MG), explorando as inter-relações entre diferentes marcadores sociais da diferença que permeiam suas experiências.** Para isso, retomo conhecimentos adquiridos no início de minha trajetória acadêmica sobre os sentidos do conhecimento para a prática acadêmica.

De antemão, é preciso compreender que o termo epistemologia, muitas vezes, é entendido como a temática do conhecimento (MARCONDES, 1997). Isto é, meio para explorar a essência

do que se observa; uma investigação sobre o significado das afirmações (LONGINO, 2017). Nesse sentido, fundamenta reflexões sobre os padrões para avaliar o conhecimento e os meios utilizados para fundamentar aquilo que acreditamos ser verdade (COLLINS, 2022). Possibilita o estudo de padrões para avaliar conhecimentos ou as motivações que levam a considerar o que acreditamos como verdade. Ademais, a epistemologia atua como uma participante ativa na organização das hierarquias de poder (COLLINS, 2019a).

A partir do seu desenvolvimento histórico, iniciado por Descartes, a corrente de estudos da epistemologia se transformou e (re)formulou visões ao longo dos séculos. Nesse percurso, o conhecimento foi deslocado da ideia de um sujeito individual e descorporificado (ou desencarnado) para a sua constituição coletiva, tornando-o um artefato, fruto das relações sociais. Assim, as críticas à produção do conhecimento, baseadas em perspectivas circunscritas que refletiam e valorizavam produções por e para indivíduos universais, abriram caminho para uma epistemologia social. Essa abordagem leva em consideração as dimensões que transcendem a ideia do individualismo, sendo concebida a partir da partilha mútua entre seres humanos, em prol de um objetivo comum (KETZER, 2017).

A epistemologia feminista ou as epistemologias feministas derivam dessa ruptura do ser individual para o ser social (KETZER, 2017). Para Longino (2017), os feminismos anexos à pauta epistemológica são definidos por várias posições e questionamentos caracterizados por alguns interesses sociopolíticos, centrados na superação da desigualdade sexual e de gênero (LONGINO, 2017). No geral, essa perspectiva refuta a ideia de um sujeito cartesiano (ser individual que pensa e age por si próprio). Assim, abre espaço para refletir sobre como adquirimos conhecimento, discernimos entre o que é verdadeiro e falso, estabelecemos critérios para validar o conhecimento e justificamos nossas crenças. Logo, essa leitura epistemológica torna-se uma empreitada possível para sujeitos encarnados, situados em lugares e tempos específicos, todos orientados pelos contextos ambientais aos quais estão interligados (LONGINO, 2017).

Nesse contexto, as crenças se veem mediadas por elementos como espaço, tempo, dinâmicas sociais e nuances afetivas das situações. Ocorre, por essa união, uma ruptura com o objetivismo institucionalizado, em grande parte moldado por uma visão masculina predominante na ciência. O ponto de vista feminista adotado se origina de pessoas com histórias particulares, o que impõe limitações à busca por conhecimentos universais, uma vez que as observações realizadas estão intrinsecamente ligadas às influências presentes em nosso entorno cultural, contextual, espacial e temporal (LONGINO, 2017).

Além disso, o envolvimento emocional com o objeto de estudo não é encarado como uma falha científica, conforme afirmado por Longino (2017). Pelo contrário, ele é sempre mediado pela subjetividade individual, tornando-se um elemento aliado à análise contextual e social do fenômeno. Esse aspecto leva em consideração o contexto mais amplo das suposições carregadas de valores. Dentro dessa perspectiva, o contexto não apenas modula a crença e as inferências individuais, mas também influencia as visões coletivas compartilhadas em uma comunidade (LONGINO, 2017).

Como observado anteriormente, essas premissas podem ser aplicadas a distintas abordagens do pensamento feminista. Para essa tese, adiciona-se caráter particulares das epistemes do feminismo negro interseccional que agrupam narrativas e ideias de contextos diversos que possibilitam o compartilhamento de diferentes pontos de vista, promovendo mudanças sociais a partir do estímulo à ação (COLLINS, 2022). Dessa forma, manifesta através de uma linguagem distinta, uma perspectiva interpretativa para explorar possibilidades críticas, desvendando como e o porquê as coisas são como são (COLLINS, 2022; COLLINS; BILGE, 2021).

Essa intenção na produção do conhecimento se destaca como uma visão singularmente crítica do panorama social, capaz de tanto refletir sobre as estruturas de opressão quanto de instigar questionamentos e desafios à ordem estabelecida (COLLINS, 2022; COLLINS; BILGE, 2021). Em vista disso, contribui para desfazer uma dimensão fundamental da injustiça social, contrapondo-se a discursos limitados que reduzem as opressões à ótica unilateral do racismo, heteropatriarcado, etarismo ou colonialismo, além de outros aspectos (COLLINS, 2022). Fundada nessa episteme, esta tese possui uma arquitetura cognitiva própria, fundamentada em metáforas, heurísticas e paradigmas interconectados a uma teoria crítica do pensamento interseccional (COLLINS, 2022).

Atuando como **metáforas** o pensamento interseccional, nomeiam processos comunicativos e as interações entre raça, classe, gênero, entre outros elementos, de forma interconectada. Essa abordagem possibilita a construção de significados sociais para compreender a vida cotidiana, desenvolvendo conceitos que facilitam a compreensão das desigualdades. Ademais, operam por meio de dispositivos cognitivos que refletem as dinâmicas sociais e os meios nos quais os sujeitos participam delas, fundamentando pensamentos que desafiam a supremacia dos paradigmas tradicionais, os quais consideram as opressões como fenômenos distintos e desconectados (COLLINS, 2022).

Além disso, reconhece a importância dos arranjos estruturais e sociais, indicando a relevância das experiências individuais e coletivas que refletem interseções geradoras de

marginalidades, subjetividades e catalisadoras de ações. Dessa forma, caracteriza processos, estabelece relações com transformações sociais, possibilita uma visão instantânea das interconexões e qualifica o termo ao seu valor analítico. Assim, manifesta encruzilhadas de opressões que conectam as realidades de sujeitas e sujeitos diversos (COLLINS, 2022).

A **heurística** do pensamento interseccional se revela por meio das ferramentas disponíveis para investigar as opressões, incorporando o entendimento das metáforas que sustentam os conceitos da interseccionalidade. Essa perspectiva é uma valiosa aliada na compreensão das interações que perpassam símbolos, práticas e ações, atrelando-os a raciocínios transversais que buscam solucionar questões por meio de técnicas, aprendizagens e artifícios. Ao fazer isso, oferece estratégias de ação para avançar na resolução dos dilemas investigados (COLLINS, 2022).

Então, constrói meios para repensar o conhecimento existente e incorporar outros marcadores sociais da diferença de maneira conectada aos tópicos de análise. Fundamenta meios para teorizar de forma empírica problemas sociais que atravessam diferentes sujeitos, contextos e ações. Toda essa articulação é desenhada com uma liberdade intelectual única, permitindo o estabelecimento de trajetórias teóricas e metodológicas por meio de novas abordagens, visando uma resolução engajada e crítica de questões voltadas para a justiça social (COLLINS, 2022).

Por esse prisma, os **paradigmas** interseccionais são compreendidos como estruturas que descrevem, interpretam, analisam e explicam tanto o conhecimento, quanto o que está sendo produzido. A expressão comum "mudança de paradigma" no cotidiano, não reflete apenas a busca por uma modificação de ideias, mas também a reestruturação de um domínio visando aprimorar a compreensão e resolução de dilemas. Nessa perspectiva, a interseccionalidade é concebida como um paradigma enraizado em heurísticas, que cria suas próprias metáforas com o propósito de identificar desafios sociais negligenciados nas interações contemporâneas. Suas minúcias se manifestam na interpretação e explicação do conhecimento produzido, assim como nos processos que fundamentam os sistemas de poder e suas interconexões (COLLINS, 2022).

Outrossim, abre-se espaço para o reconhecimento de lógicas vulneráveis, estabelecendo novos caminhos de interpretação, bem como une diferentes teóricos e perspectivas interdisciplinares para a construção de um campo de estudo coeso. Complementarmente, fundamenta um conjunto de conceitos centrais que permitem a compreensão mais profunda dos fenômenos, transcendendo a mera descrição dos processos. Nesse sentido, oferece uma lente ampla para a análise das relações através do reconhecimento de pilares fundamentais que impulsionam mudanças. Dessa forma, nesta tese, essa articulação epistemológica baseada em

metáforas, heurísticas e paradigmas atuam como ponto de partida para a condução de uma investigação crítica (COLLINS, 2022).

A partir desses eixos forma-se uma **arquitetura cognitiva própria** de conhecimentos, não exclusivos e interconectados, que substanciam maneiras de pensar e favorecem a teorização. Nas suas interações possibilitam a ruptura com perspectivas fundadas nos olhares individuais, que costumeiramente, refletem descrições objetivas dos fenômenos, ampliando meios para se compreender o mundo, entendendo-os como um produto da análise crítica que busca democratizar a criação de conhecimentos. Fundamenta-se, assim, um vocabulário que permite pensar sobre o problema, suas semelhanças e diferenças, capaz de favorecer a explicação do conhecimento e os caminhos utilizados (COLLINS, 2022).

O Quadro 4 detalha os principais aspectos da epistemologia feminista negra interseccional adotada nesta tese. Ela é dividida em três colunas: Aspecto, Descrição e Referências. Cada linha aborda um componente-chave da epistemologia. As seções abordam os princípios básicos, o foco da análise e as competências fundamentais para a prática. Essa organização permite uma visão clara e estruturada do framework epistemológico da pesquisa.

Quadro 4 – Síntese epistemológica.

Aspectos	Descrição	Referências
<b>Perspectivas</b>	Ruptura com o ideal de objetividade descontextualizada; Enfatiza a historicidade e especificidade dos contextos Integra interseccionalidade de raça, classe, gênero, entre outros; Observação dos símbolos, práticas e ações culturais e sociais; Estruturas que descrevem, interpretam, analisam e explicam conhecimento produzido.	(AKOTIRENE, 2019; CARNEIRO, 2015; COLLINS, 2022; COLLINS; BILGE, 2021; FIGUEIREDO, 2020; MARTINS, LEDA MARIA, 2000; MCCALL, 2005; MEHROTRA, 2010;
<b>Foco</b>	Análise das interações entre diversos marcadores sociais; Busca de soluções práticas através de técnicas, aprendizagens e artifícios; Estabelecimento de diálogos horizontais e empáticos.	RESSIA; STRACHAN; BAILEY, 2017)
<b>Competências</b>	Valorização de perspectivas individuais e grupais singulares; Redução da lacuna entre teoria e realidade; Estímulo ao diálogo entre diferentes saberes; Atenção aos sujeitos menos destacados dos debates acadêmicos; Promoção da justiça social e equidade.	

Fonte: Da autora (2024).

As bases epistemológicas sintetizadas anteriormente podem ser interpretadas como uma encruzilhada, cujas diferentes cosmovisões, símbolos, experiências, performances e textualidades estão no cerne da pesquisa, evitando verdades absolutas e totalizantes (MARTINS, 2000). Nesse sentido, favorecem a reivindicação de pontos de vista únicos, muitas vezes excluídos dos debates científicos, que democratizam o processo de construção do conhecimento e estimulam relações dialógicas situadas em diferentes comunidades interpretativas (COLLINS, 2022).

Para McCall (2005), adotar essa epistemologia como cerne da pesquisa rompe com a desconexão entre teoria e realidade. Essa questão deve-se a superação das visões situadas em perspectivas do Norte global, expandindo a compreensão analítica e prática para diversos cenários, a partir de paradigmas aplicados de maneira interdisciplinar a novos contextos que favorecem entendimentos sobre complexidades e desigualdades interligadas (MCCALL, 2005; MEHROTRA, 2010). Estimula, assim, diálogos entre várias perspectivas para garantir que uma variedade de pensamentos seja aplicada ao trabalho para aprofundar a análise, investigação e prática (COLLINS, 2022).

Por conseguinte, permite a superação de limites disciplinares baseados no uso unilateral de perspectivas, métodos e estratégias de pesquisa, além de sugerir aplicação de múltiplas estruturas conceituais e teóricas para aprofundar compreensões sobre os fenômenos sociais (MEHROTRA, 2010). Essas contribuições, segundo Figueiredo (2020), possibilitam compreensões mais profundas da importância histórica de romper com entraves ontológicos e epistemológicos que limitam as potencialidades de sujeitos muitas vezes negligenciados no debate científico. Esse redirecionamento estabelece uma abordagem reivindicatória através da arquitetura cognitiva, possibilitando, por meio da prática e do ativismo, uma transformação na linguagem, nas referências e no conhecimento produzido, tornando-as afrocentradas (FIGUEIREDO, 2020).

Reafirmo, portanto, que esse delineamento epistemológico favorece o reconhecimento do ponto de origem da expressão dos sujeitos, abrangendo elementos como nacionalidade, identidade étnica ou racial, classe social e gênero, de maneira interseccionada. Além disso, rompe com a premissa da neutralidade do pesquisador e reafirma experiências que estabelecem conexões intrínsecas entre as vivências pessoais, individuais, políticas e coletivas dos sujeitos e sujeitas da pesquisa, ambos em constante interação. Assim, é uma opção primária nesta tese uso de abordagens metodológicas que evidenciem a experiência pessoal, vivida e compartilhada, sendo esse intercâmbio entre fenômeno pesquisado, sujeitos parte da pesquisa e pesquisadora, base para a reflexão e teorização (FIGUEIREDO, 2020).

Funda-se esta tese na urgência de um diálogo horizontal, empático e que produza teorização (FIGUEIREDO, 2020). Baseando-me nas indicações de Akotirene (2019), busco, portanto, escrever e viver a pesquisa científica por meio de um desafio político que rejeita “expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escrita complexa em terceira pessoa e abstrações científicas paradoxais sob a sombra elitista eurocêntrica” (AKOTIRENE, 2019, p. 19). A partir de Carneiro (2015), reafirmo o protagonismo de mulheres negras como força motriz para reposicionamentos do feminismo no Brasil, cujas práticas se baseiam em uma conduta axiológica própria.

A ação política das mulheres negras vem promovendo: o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; o reconhecimento das diferenças intragênero; o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico; o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais; o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; o reconhecimento da violência simbólica e da opressão que a branquidade, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas (CARNEIRO, 2015, p. 195).

Em síntese, a aplicação dessa perspectiva molda a própria narrativa, influenciando quem conta sobre as trajetórias de carreiras e possibilita reflexões sobre as perspectivas dos sujeitos em tempos e locais interconectados (ANTHIAS, 2013; COLLINS, 2019a; RESSIA; STRACHAN; BAILEY, 2017). As bases epistemológicas, por sua vez, impulsionam compreensões das relações sociais, a partir da expansão do seu alcance ao considerar grupos desprivilegiados como foco do debate (RESSIA; STRACHAN; BAILEY, 2017). Com isso, desconstruem categorias analíticas, a fim de expor diferenças e semelhanças entre grupos e evidenciam amplas relações de poder, privilégio e desigualdade, a partir de aspectos fundamentais para as trajetórias de carreiras (FRAGA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2020). Por fim, constituem uma resistência epistêmica que permeia as análises críticas, questionando predefinições generalizadas no âmbito acadêmico (COLLINS, 2019a), o que se mostra particularmente relevante nos estudos de carreiras (ANTHIAS, 2013).

Assim, esse direcionamento atua como artífice para compreender e dar espaço para que narrativas próprias participem do debate, tecendo histórias interseccionais, enquanto a metodologia delinea os contornos do que é considerado uma narrativa plausível para o tema em investigação (COLLINS, 2019a). Com o intuito de aprofundar essa conexão, as próximas

seções voltam-se para o desenho metodológico desta tese, abordando sujeitas que interessam ao debate e considerações fundamentais sobre o operador teórico-metodológico central fundamentado no feminismo negro: a Escrivivência. É crucial destacar que para esta tese a metodologia não se limita a capturar apenas as sutilezas das trajetórias, mas também favorece o entendimento da complexidade das experiências, ressaltando as transformações que emergem das intersecções entre as opressões e resistências vivenciadas pelas mulheres negras de Lavras (MG).

### **3.2 Abordagem qualitativa no processo investigativo**

A partir do embasamento anterior, entendo a metodologia como um reflexo da estrutura epistemológica. Regularmente, é compreendida como apolítica, descaracterizada de subjetividades e formulada para promover a seleção de um conjunto de técnicas. Entretanto, alinhada ao pensamento interseccional torna-se o oposto, isto é, politizada e visa auxiliar na busca por descolonizar o conhecimento (COLLINS, 2022; OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018). Com base nessas características essenciais, esta seção se concentra em um esforço para desenvolver perspectivas por meio de um diálogo informado (COLLINS, 2022).

Esse percurso inicia-se com a observação de que o mundo ao nosso redor é sempre complicado e contraditório (DAVIS, 2008). Dessa maneira, as interconexões dentro desse contexto serão exploradas, estimulando perguntas adicionais relacionadas ao fenômeno em análise. Este enfoque rejeita abordagens científicas que buscam neutralidade, imparcialidade e a centralização da perspectiva do pesquisador sobre o fenômeno investigado (DÍAZ-BENÍTEZ; MATTOS, 2019). Logo, não são interessantes ao debate metodologias que produzem uma camisa de força normativa que posiciona o estudo em predefinições “corretas” (DAVIS, 2008).

A partir desse posicionamento, para refletir os objetivos da tese utilizo uma abordagem qualitativa do processo investigativo. Esse primeiro direcionamento evidencia o ambiente natural e valoriza o contato direto e prolongado do pesquisador com o contexto estudado, além de compreender os fenômenos por meio da perspectiva dos sujeitos e sujeitas que fazem parte da pesquisa (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; BARBOSA DA SILVA, 2007). Por conseguinte, estimula símbolos e visões que promovem motivações criativas e o engajamento crítico (DAVIS, 2008).

Dessa forma, os estudos qualitativos têm como propósito explorar a complexidade e a subjetividade dos fenômenos, bem como capturar o contexto em que ocorrem. Por essa visão, destacam-se os processos sociais, relações interpessoais, perspectivas dos participantes e

influências culturais que afetam determinado tema de estudo. Além disso, possibilitam a aproximação entre pesquisador e pesquisado (MINAYO, 1989), uma vez que o interesse nas narrativas pessoais fomenta uma articulação da experiência individual e coletiva com os mundos sociais, políticos e culturais (ERRANTE, 2000). Destacam-se as motivações simbólicas para compreender as estruturas, as relações contemporâneas e os meios que as tornam significativas (MINAYO, 1989).

Na busca por aprofundar os significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores expressos na linguagem cotidiana (MINAYO, 1989), encaro a pesquisa qualitativa como uma expressão artística. Nessa perspectiva, ela se revela um artífice capaz de compreender e expor interconexões e relacionamentos complexos, afastando-se da simplificação ligada a números ou variáveis (VILLIERS; DUMAY; MAROUN, 2019). A abordagem qualitativa explora as experiências, proporcionando compreensões aprofundadas dos comportamentos, atitudes e valores das pessoas em contextos organizacionais (BLUHM *et al.*, 2011; VON KOHORN *et al.*, 2012). Trata-se de uma abordagem flexível que revela fatores sociais, históricos, políticos e econômicos (SAYRE, 2004), bem como favorece a compreensão de metáforas e histórias no campo da gestão, proporcionando uma teorização explicativa e detalhada (FAEMS *et al.*, 2016; HARLEY; FAEMS, 2017).

Para aprofundar a aplicabilidade, optei pela estratégia de combinação de métodos qualitativos, que refere-se à prática de utilizar múltiplas técnicas de coleta e análise de dados para obter uma compreensão mais completa do fenômeno estudado (FLICK, 2008). Nessa direção, amplia-se o alcance, o planejamento e complexidade da pesquisa (LANGENER *et al.*, 2023; TZAGKARAKIS; KRITAS, 2023), além de evitar posicionamentos metodológicos e paradigmáticos que limitam a subjetividade do sujeito-pesquisador tornando-o neutro axiologicamente (TEIXEIRA; NASCIMENTO; CARRIERI, 2012). Além disso, promove a inserção de múltiplas referências para capturar dinâmicas de ambientes sociais complexos (MINAYO; DESLANDES, 2008).

Em resumo, a abordagem qualitativa adotada nesta tese funda-se no alicerce teórico, epistemológico e conceitual essencial para promover uma coleta e análise dos dados, bem como a compreensão dos objetivos propostos. Para isso, as seções subsequentes estruturam-se para representar as estratégias metodológicas, incorporando os princípios do feminismo e da interseccionalidade. Desta forma, delineio a seguir as técnicas implementadas, acompanhadas das práticas que viabilizam a compreensão das trajetórias de carreira das mulheres, em foco a partir de uma visão ampla do contexto observado.

### 3.3 Do conceito à prática: desenho metodológico

A formação do corpus desta tese ocorre através do incentivo à construção de uma perspectiva autorreflexiva e crítica. Ao esclarecer os procedimentos adotados, estabeleço as bases de uma abordagem teórico-metodológica e paradigmática, que visa uma prática investigativa não colonizadora em relação ao objeto de estudo (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018). O desenho metodológico que fundamenta esse objetivo encontra-se organizado no Quadro 5, o qual apresenta um resumo dos procedimentos adotados. Este, parte dos objetivos específicos para traçar estratégias metodológicas e de análise.

Vale recapitular que a prática científica que origina esta tese não está circunscrita em configurações normativas, ou seja, em tendências que generalizam e formulam verdades absolutas (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018). Assim, penso e repenso constantemente meios para promover políticas responsivas, compreensões e transformações no cenário em que me insiro. Portanto, não pretendo dar a voz às mulheres investigadas. De outro modo, busco romper com premissas acadêmicas que escondem as vozes dos “outros”<sup>7</sup> sob a imposição da força de quem pesquisa (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018).

Desse modo, destaco a importância de treinar os ouvidos para que as vozes pronunciadas sejam escutadas e valorizadas, combatendo desigualdades sociais, raciais, sexuais em sociedades, muitas vezes, circunscritas e subalternizadas na pesquisa científica (RIBEIRO; DOS PRAZERES, 2015). Para realizar o fazer acadêmico em interação com a realidade, sem subalternizar, dominar as ações e os ideais de uma comunidade, busco por meio desta tese viver dialogicamente com as participantes, respeitando a autonomia cultural e o direito à autodeterminação (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018).

---

<sup>7</sup> A utilização do termo “outros” entre aspas se dá devido a multiplicidade que esse conceito assume quando observado por uma lente decolonial. Em alguns estudos realizados (ANZALDÚA et al., 2000; MALDONADO-TORRES et al., 2018; MIGNOLO, 2017) é possível compreender a construção da noção dos “outros” como sujeitos e sujeitas subalternizadas pelo sistema colonial e pelas estruturas de poder do Norte global. Esta região, além da escravização, promoveu uma visão hierárquica do conhecimento. Portanto, os “outros” são pessoas que não se encaixam em normas impostas pelo colonialismo e em narrativas eurocêntricas. Por isso, busco nesta tese promover a descolonização do pensamento e a criação de espaços onde os “outros” possam expressar suas perspectivas e conhecimentos de maneira autêntica.

Quadro 5 – Síntese dos objetivos e procedimentos metodológicos.

<b>Abordagem</b>	<b>Descrição</b>
<b>Epistemológica</b>	<b>Feminista negra interseccional</b>
Metodológica	Qualitativa. Focada na compreensão de contextos específicos e na valorização de perspectivas subjetivas. Utiliza métodos que enfatizam a imersão no campo e o contato direto com as participantes.
Técnicas de Coleta de Dados	Entrevistas narrativas. Conduzidas com 12 mulheres negras da cidade de Lavras (MG), explorando suas trajetórias de carreiras.
Narrativas Ficcionalis	Inspiradas na Escrivência de Conceição Evaristo, as narrativas ficcionais capturam histórias coletivas e individuais, utilizando uma escrita que valoriza memórias e experiências reais, com enfoque crítico sobre opressões e resistências.
Análise de Conteúdo Temática	Análise detalhada dos dados coletados nas entrevistas, identificando padrões, temas e significados relevantes para o estudo das trajetórias de carreiras. Utiliza software como Excel e NVivo para organização e visualização dos dados.
Criação Artística e Memória	Utilização de simbologias como os abebés (espelhos sagrados) de Oxum e Iemanjá para refletir sobre identidade, resistência e coletividade, integrando o contexto histórico e cultural nas narrativas construídas.
Enfoque Interseccional	Análise das interseções entre raça, gênero, classe e outros marcadores sociais, explorando como essas dimensões influenciam as experiências e trajetórias das mulheres negras no contexto estudado.
Procedimentos Éticos	Aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras, com cuidados em relação à confidencialidade e anonimato das participantes, seguindo diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Amostragem	Amostragem não probabilística com técnica de "bola de neve" para identificar e selecionar participantes, permitindo alcançar grupos específicos e desafiadores no contexto de Lavras (MG).

Fonte: Da autora (2024).

Para compreender o desenho metodológico desta tese é essencial refletir inicialmente sobre a importância das narrativas. Elas têm origem com a própria história da humanidade, pois nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem história (BAUER; GASKELL, 2015). A articulação entre identidade e a voz constrói representações sobre relações complexas entre sujeitos, suas inscrições e entornos (históricos, sociais, culturais, linguísticos, econômicos, políticos). Ademais, revela o alinhamento dos narradores com certos grupos, símbolos e ideias que externalizam seus valores (ERRANTE, 2000). Assim, produzem idealizações de si próprio e de suas relações com os outros, isto é, sentidos únicos a partir de uma dimensão temporal alinhados a sua existência (DELORY-MOMBERGER, 2012; ERRANTE, 2000).

Em um cenário acadêmico, justifica-se a sua aplicação devido o papel das narrativas biográficas em estimular a compreensão da construção individual e a interpretação de como os sujeitos se inserem no contexto em que convivem (DELORY-MOMBERGER, 2018). Elas refletem as experiências em contextos sócio-históricos específicos (BAUER; GASKELL, 2015), permitindo construções de percepções para caracterizar relações (DELORY-MOMBERGER, 2018). Dessa forma, possuem uma dupla vinculação, tornando-se tanto um vetor de emancipação e resistência, quanto um instrumento de conformação e subjugação, o que revela os modos de constituição do indivíduo como ser social singular (DELORY-MOMBERGER, 2018).

As narrativas, bem como as memórias resgatadas por meio das narrações, fornecem intercâmbio entre o individual e o social, interconectando-os num processo incessante de produção recíproca (DELORY-MOMBERGER, 2012). Manifestam, também, a gênese socio individual, que perpassa a constituição de seres sociais e singulares (DELORY-MOMBERGER, 2012). Nesse sentido, em conjunto com a academia expressam até que ponto a compreensão da experiência apresenta, interpreta e representa vivências, suas dinâmicas, sintaxes, motivos e figuras (DELORY-MOMBERGER, 2012).

Com a intenção transcender as fronteiras tradicionais da construção do conhecimento e refletir sobre conjuntos de crenças, valores, pressupostos e visão de mundo que uma pessoa, grupo ou cultura possui, as narrativas desta tese buscaram *kinesis*, isto é, movimentos dinâmicos. Foram estimuladas a preservar a energia, o ritmo, a musicalidade e a presença da narrante ou da contadora de histórias, ao mesmo tempo em que incorporam a estrutura, a estética e a criatividade envolvidas no processo de relembrar, narrar e externar pensamentos. Ao utilizar essa perspectiva, amplia-se as possibilidades de comunicação, permitindo a partir da fala e da memória, a criação de histórias que transcendem as limitações das palavras escritas. Assim, desafia-se convenções tradicionais, convidando o leitor a interpretar e se envolver de maneira sensorial, visual e emocional (MARTINS, 2003).

Para isso, busquei por alternativas que possibilitam a prática científica sem subalternizar, dominar e implicar ideias preconcebidas. Investiguei em áreas diversas, que perpassaram as ciências sociais e humanas, técnicas, métodos e procedimentos que envolvessem dialogicamente a comunidade participante, respeitando a autonomia (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018). A partir dessa busca, encontrei o operador teórico-metodológico da

Escrevivência<sup>8</sup> i inspiração primária para a construção de narrativas ficcionais sobre as trajetórias de carreiras de mulheres negras da cidade de Lavras (MG). Abraçar esse pensamento como cerne da escrita parte da necessidade primária de romper com descrições vazias, genéricas e universalizantes, que circunscrevem o corpo que, antes de tudo, é vivido (FELISBERTO *et al.*, 2020).

Resgatando a prática de ouvir, refletir e narrar histórias negras, esta abordagem se concentra nas experiências que constituem uma resistência cultural, étnica, política e social que emerge como uma reação à visão etnocêntrica e eurocêntrica que historicamente prevaleceu. Assim, confronta os operadores teórico-epistemológicos que desvalorizam as ricas panóplias, cosmologias e teogonias, substituindo-as por operadores simbólicos que muitas vezes tentam apagar ou diminuir a vivência negra nos textos e registros (MARTINS, 2000). Este movimento, tem potencial de tornar a produção do conhecimento um mecanismo que aniquila as narrativas pessoais, as quais emergem dos pontos de encruzilhadas, interseções, inscrições e disjunções, fusões e transformações, confluências e desvios, rupturas e relações, divergências, multiplicidade, origens e disseminação (MARTINS, 2000).

Por esse prisma, a opção teórica-metodológica possibilita a produção de conhecimento sobre organizações e sociedades, mais especificamente em relação às carreiras, a partir de relatos pessoais sem questionar a validade do material biográfico (DELORY-MOMBERGER, 2018). Para aprofundar essas relações, a subseção seguinte destina-se a descrever esse desenho metodológico e esclarecer as técnicas implementadas para o desenvolvimento desta tese.

### **3.4 Técnicas e procedimentos adotados**

Pensar por meio de narrativas auxilia a refletir sobre o conhecimento situacional, fundado nas experiências humanas, marcadas por contextos espaciais e temporais localizados histórica e socialmente (DELORY-MOMBERGER, 2018). Por esse caminho, observo a possibilidade de (re) pensar sobre o mundo em que vivemos a partir de conversar alternativas, livres e espontâneas, sem prioridades e suposições (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018). Para colocar em prática esses objetivos que são teóricos, mas também práticos, descrevo a seguir as

---

<sup>8</sup> Operador teórico que revisita memórias e revela estudos biográficos, a partir de um diálogo transacional, que enfatiza produções localizadas nos saberes das mulheres negras. Dessa forma, reflete conhecimentos ligados à memória, à oralidade, a histórias e a trajetórias fundadas em um fenômeno diaspórico fundado na figura da Mãe Preta. Assim, a escrevivência torna-se um ato de escrita das mulheres negras para desfazer imagens do passado e acordar a “casa-grande” de seus sonos injustos (EVARISTO, 2020; FONSECA; SOARES, 2020).

etapas de condução metodológica desta tese. Partindo, em um primeiro momento, das entrevistas narrativas em profundidade com mulheres negras, da cidade de Lavras (MG).

### 3.4.1 Sujeitas<sup>9</sup> da pesquisa

Para fomentar as narrativas ficcionais por um lócus regional, racial e cultural, conduzi 12 entrevistas narrativas com mulheres negras da cidade de Lavras (MG). Informações gerais sobre essas participantes podem ser observadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Perfil das participantes.

Sujeitas	Idade	Ocupação	Faixa de renda familiar
Entrevistada 1	21	Estudante	Renda de até R\$ 1.800
Entrevistada 2	36	Interprete	Renda entre R\$2.601 até R\$ 4.000,00
Entrevistada 3	42	Manicure	Renda de até R\$ 1.800
Entrevistada 4	29	DJ	Renda entre R\$4.001 até R\$ 9.000,00
Entrevistada 5	43	Trabalhadora doméstica	Renda de até R\$ 1.800
Entrevistada 6	28	Advogada	Renda entre R\$4.001 até R\$ 9.000,00
Entrevistada 7	73	Aposentada e cuidadora de idosos	Renda de até R\$ 1.800
Entrevista 8	56	Professora	Renda entre R\$4.001 até R\$ 9.000,00
Entrevista 9	43	Professora e missionária	Renda de até R\$ 1.800
Entrevista 10	35	Nutricionista	Renda entre R\$2.601 até R\$ 4.000,00
Entrevista 11	19	Estudante	Renda de até R\$ 1.800
Entrevistada 12	47	Funcionária pública	Renda entre R\$2.601 até R\$ 4.000,00

Fonte: Da autora (2024).

Por essa estratégia, foram colocadas perspectivas próprias, pessoais e de semelhantes no centro do discurso, como também relacionadas experiências particulares à minha observação do contexto, em que convivo juntamente com as participantes desse estudo.

<sup>9</sup> Os termos sujeito e sujeita são utilizados a partir da perspectiva de bell hooks (2014), a qual entende que as mulheres, ao se tornarem sujeitos ou sujeitas de uma pesquisa, reverberam a necessidade de falar. Assim, o ponto de vista do sujeito torna-se tanto uma maneira de se engajar na autotransformação ativa quanto um rito de passagem, transformando aqueles que antes eram objetos em sujeitos. O esforço encontra-se aqui: evitar a distinção, a formulação de perspectivas apenas para objetos, seres definidos e interpretados por outros. Sendo assim, a autora expõe e o seguinte excerto contém premissas basilares para este projeto: “A luta para acabar com a dominação, a luta individual para resistir à colonização, para passar de objeto a sujeito, se expressa no esforço de estabelecer a voz libertadora – esse modo de falar que não é mais determinado pelo status de objeto – como ser oprimido. Esse modo de falar é caracterizado pela oposição, pela resistência. Exige que os paradigmas mudem — que aprendamos a falar — a ouvir — a ouvir de uma nova maneira” (HOOKS, 2014 p. 38).

Adotar essa perspectiva parte do estímulo ao alcance da paridade daqueles que foram plenamente excluídos e subordinados, buscando reimaginar o conhecimento estabelecido e a ordem das coisas. Além de trazer para a narrativa que fundamenta posteriormente os resultados desta pesquisa um olhar pessoal, contextual, subjetivo sobre as trajetórias de carreira em que se fundam as carreiras das mulheres em questão no debate.

Para encontrá-las, defini o que eu chamo de pólos de referência. Nesta tese, foram quatro principais: pessoas do meu ciclo social; mulheres indicadas por agentes da prefeitura de Lavras (MG); sujeitas que responderam positivamente ao convite para participar da entrevista; e aquelas indicadas previamente pelas participantes iniciais.

A configuração de um sistema de referência em cadeia, assemelhando-se a uma bola de neve, é uma técnica de amostragem não probabilística amplamente empregada em pesquisas, para alcançar populações desafiadoras ou grupos ocultos. Nesse processo, o discernimento pessoal no campo desempenha um papel crucial ao identificar fontes confiáveis dentro da população, a partir das quais se formarão cadeias de significado para construir a fundamentação do debate. Importante ressaltar que a escolha das participantes ocorreu por conveniência, com o juízo pessoal sendo aplicado para selecionar falantes que constituam ricas fontes de informação para os propósitos do estudo (FREITAG, 2018).

Essa estratégia revela-se especialmente valiosa em ambientes nos quais uma intrincada rede de relações sociais conecta os membros da população-alvo, possibilitando a ampliação de perspectivas por meio de diversas redes (KENDALL *et al.*, 2008). Ademais, promove a coerência metodológica da pesquisa em consonância com as premissas da abordagem qualitativa na produção do conhecimento (FREITAG, 2018). A exaustão da técnica ocorreu quando o processo de indicação de novas participantes não resultou mais em novas informações, ou seja, quando as recomendações começam a se repetir e não aparecem novos sujeitos que atendam aos critérios da pesquisa. Este ponto é conhecido como saturação, e indica que a rede de participantes alcançou um nível de abrangência suficiente para atender aos objetivos do estudos (FREITAG, 2018; KENDALL *et al.*, 2008).

Para aprofundar a coleta de dados e enriquecer a compreensão das experiências das participantes, foi adotada a entrevista narrativa. Os meios utilizados para capturar nuances e contextos das vivências individuais, proporcionando uma visão abrangente e detalhada dos fenômenos estudados são expostos nos tópicos seguintes.

### 3.4.2 Narrativas ficcionais inspirada na Escrivivência<sup>10</sup> de Conceição Evaristo

A autora responsável por fundamentar o conceito de Escrivivência que fundamenta as narrativas ficcionais desta tese é mulher, negra, brasileira, mineira e pensadora contemporânea, Conceição Evaristo. Conheci a sua potência em seu livro “Olhos d’água” que, àquela época, se tornou um estímulo para reflexões pessoais sobre mim, a realidade na qual estou inserida, os sujeitos e as sujeitas ao meu redor, bem como toda a estrutura que envolve a construção da imagem das pessoas negras na sociedade brasileira. Por meio de sua sensibilidade e ficcionalização da realidade, destaca o protagonismo do eu-feminino-negro envolvendo uma complexidade que se expressa no espaço literário, político e histórico (NUNES, 2020).

Segundo Conceição Evaristo, a figura fundante do termo é a Mãe Preta, escravizada na casa-grande, responsável por cuidar, alimentar, ninar e contar histórias para os futuros senhores (EVARISTO, 2020). Essa imagem não foi concebida para adormecer a casa-grande que detém em suas mãos o futuro de uma sociedade, mas “acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020, p. 30). De outro modo, favorece uma resistência epistêmica que combate opressões em diferentes estruturas. A partir da erudição negra, busca-se produzir e disseminar conhecimentos, em busca de legitimidade, liberdade e construção do sentimento de pertencimento forjados pelo racismo (MUZANENHAMO; CHOWDHURY, 2023).

Morfologicamente, a autora uniu os vocábulos “escrever” e “viver”, formando um elemento textual que recupera e envolve, no ato de narrar as histórias, as vivências e as experiências das sujeitas e dos sujeitos brasileiros, que têm uma nacionalidade hifenizada e diferenciada (EVARISTO, 2020; FONSECA, 2020). Esses sujeitos e sujeitas se tornam detentores do poder para exercer uma autonomia literária, lexical e paradigmática. Assim, reflexionam demandas formuladas por e para nós, alinhando corpo, condição e experiência para compreender a revelação do negro, sendo as interseccionalidades inscritas em todo o texto e nas realidades expressas (FONSECA, 2020).

Segundo Conceição Evaristo (2020), quando uma escritora afro-brasileira constrói uma personagem ficcional negra, ela é formulada a partir de dentro. Portanto, escre(viver) não é meramente a descrição de um corpo que ocorre através de uma narração inventiva e, muitas vezes, inanimada. A memória e as narrativas fundam-se nas marcas ancestrais inscritas na memória pessoal e coletiva que agrupa a experiência relatada. Manifestam-se como uma

---

<sup>10</sup> O debate traçado sobre o desenho metodológico da Escrivivência desenvolvidos nessa tese alinhado ao campo dos Estudos Organizacionais foi fundado no artigo “Escrivivência: The Exhausting Process of Being an Outsider within a Postgraduate Administration Program” de Zanolá (2023).

inscrição, notada pela memória da pele, das opressões e supressões, feitas a partir da identidade do corpo negro. Por esse sentido, a voz que enuncia traz uma memória histórica, enquanto descendente de mulheres que passaram por processos similares desde a escravização. Em virtude disso, marca o lugar social contaminado de lembranças que estimulam o movimento de fazer e o dizer, bem como da palavra e da ação (EVARISTO, 2020).

A autora também utilizada a mítica dos abebés como um instrumento de resistência e afirmação da identidade afro-brasileira. Abebés, na tradição afro-brasileira, são espelhos sagrados que refletem não apenas a imagem física, mas também a essência espiritual e ancestral de quem os contempla. Evaristo (2020) utiliza essa simbologia para tecer suas escrituras, trazendo à tona histórias que ecoam as dores, as lutas e as resistências coletivas da população negra, especialmente das mulheres. Em seus abebés, reflete o cotidiano de violência, racismo e desigualdades estruturais, enquanto buscam, em suas trajetórias, formas de se (re)conhecerem e se fortalecerem.

Levando em consideração às perspectivas de Evaristo (2020), o espelho de Oxum traz à tona a verdade oculta nos corações das pessoas. Esse orixá reina sobre as águas doces, considerada a senhora da beleza, da fertilidade, do dinheiro e da sensibilidade. Ao olhar para o espelho, a pessoa não poderia enganar-se ou esconder seus verdadeiros sentimentos e intenções. Esse artefato tem o poder de revelar a beleza interior, mas também as imperfeições e os aspectos sombrios. Por mito culturalmente descrito, cria-se um símbolo que reflete a capacidade de enxergar além das aparências e acessar a verdade interior das pessoas. Para esta tese, permitiu observar as trajetórias e histórias que unem vida e carreiras, por aspectos interiores, e desvelam opressões, supressões, barreiras e transições experienciados. Além de representar o autoconhecimento, reflexão e necessidade de encarar a si mesmo com sinceridade e honestidade para uma escrita vívida.

Além desse artefato, utilizei a mítica do espelho de Iemanjá abordado também por Evaristo (2020) que reflete, acolhe e aponta para as necessidades da coletividade. Esse orixá é associado às águas salgadas, à maternidade, à fertilidade e à proteção. Frequentemente é retratada como uma figura protetora, representando a energia feminina e a conexão com a natureza. O abebé de Iemanjá, nos fortalece para compreender o outro (no caso desta tese as outras mulheres e suas experiências locais, sociais, culturais, moldadas pelas intersecções entre raça, classe e gênero). Ao incorporar o coletivo revela a nossa potência. Por esse espelho somos conscientizados da capacidade de escrever histórias por muitas vozes. Aprendemos também que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos.

Atrelando, assim, a palavra e a ação a uma forma de ler produções culturais múltiplas (EVARISTO, 2020).

A união de ambos, para esta tese permitiu revelar fatores históricos, socioeconômicos e institucionais (LUIZ; TERZIEV, 2022). Além disso, sublinharam observações que evidenciam as influências interligadas do racismo, sexismo, elitismo e outras formas de opressão. Ademais, ao analisar as interseções entre opressão, discriminação e cultura ao longo do tempo, foi possível destacar elementos moldam os contextos sócio-históricos em que se desdobram diversos fenômenos sociais (WEISER; DEMARTINO, 2022), principalmente os localizados no contexto investigado.

Para o cenário nacional, pensando por intermédio de uma epistemologia feminista negra, possibilita a redução da supremacia feminista branca e ocidental nas pesquisas e práticas acadêmicas. Da mesma forma, influencia e gera integração do ideário de especificidades raciais, étnicas, religiosas e de classe social, além de reiterar a necessidade de superar visões limitantes acerca da identidade dos sujeitos. Logo, “ser mulher sem ser somente mulher (...) converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero” (CARNEIRO, 2003, p. 5).

### **3.4.3 Criação artística em torno das realidades narradas: a operacionalização das técnicas**

Esta seção é dedicada a explicitar as ações operacionais fundadas a partir dos limites epistemológicos e operadores teóricos-metodológicos expostos anteriormente. Para construí-la resgato as etapas colocadas em prática desde o contato inicial com as entrevistadas até o momento de construir ficções atreladas às realidades narradas. Esse esforço funda-se na prática científica voltada para a divulgação e a busca por inserir outros sujeitos na pesquisa com enfoque feminista negro e interseccional.

A Escrivência de Conceição Evaristo inspirou a construção das narrativas ficcionais que dão corpo a essa tese. Para isso, o alinhei à busca por refletir sobre as nuances presentes no meu cotidiano, fortalecendo o conhecimento advindo de minha dupla condição, de mulher e negra, e como esse fato é atravessado por opressões. Portanto, a minha voz será ativa. Essa posição rompe com a prática textual costumeiramente adotada na academia, que visa à neutralidade e reforça padrões acadêmicos que subscrevem as observações de mulheres do Sul global (AKOTIRENE, 2019; ANZALDÚA *et al.*, 2000).

Para desenvolvê-las foi preciso reforçar o contato com o contexto, imagens, cenários e percepções afrocentradas de ambas as sujeitas: pesquisadora e pesquisada. Ademais, destaco que o mesmo posicionamento traçado em Zanola (2023) permanece nesta tese. Não busco delimitar prescrições ou etapas rígidas para a “aplicação” desse operador teórico e metodológico. De outro modo, utilizo esse espaço como uma possibilidade de divulgação, discussão e ampliação da prática feminista negra interseccional nos Estudos Organizacionais, bem como, da expansão do pensamento de Conceição Evaristo no campo. Assim como (SILVA, 2021), encaro a academia como um espaço para construir uma luta acadêmica que reforça uma práxis subversiva. Para substanciar essa visão, sintetizei os caminhos percorridos na produção das narrativas ficcionais, visando destacar práticas, pensamentos e epistemologias fundamentais a partir das seguintes práticas:

1. Mergulho no universo investigado: o eu, o outro e o contexto;
2. O ato de construção das narrativas: corpo, mente, fala, escuta e memória;
3. Retalhos da memória em uma colcha de sentidos: contato com a teoria.

As narrativas ficcionais foram alimentadas por uma livre-produção textual que enfatiza imagens, cenas, gestos, fragmentos textuais, pulsões, histórias, eventos, discursos e elementos que formam a construção de uma biografia. Assim, fornecem uma visão particular de relatos da realidade de uma pessoa. Tornando-se uma escrita comprometida e alimentada por experiências, que transcendem a simples coleção de fatos históricos (DUARTE, 2020). Atuam como um princípio conceitual-metodológico que busca suportar a história dos excluídos, a partir de memórias e narrativas pessoais. São uma episteme que reflete a experiência, as perspectivas e a letra livre do agente da voz: o corpo negro (EVARISTO, 2020).

Da mesma forma, combatem as amarras da colonização, que apropriam e neutralizam vozes de diáspora. Nesse sentido, transcendem a prática e fundamentam uma ciência diferente da convencional que questiona: o que precisamos amar-refletir-configurar-entender? Que diferença isso fará? Em que contribuirá esse processo afetivo-reflexivo-configuracional? Quem se beneficiará, como e com quê? (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018). Nesse processo, são desfeitas imagens do passado que produziram identidades subalternizadas, apáticas e sem voz, frente às dinâmicas sociais (NUNES, 2020).

Para conferir à narrativa ficcional um papel central na pesquisa, é preciso um **mergulho no universo investigado**, por meio da compreensão do local de inscrição das narrativas. Esse movimento foi desencadeado a partir da compreensão de vozes localizadas no contexto,

alcançadas por meio das entrevistas narrativas. Para esta tese, as entrevistas tem papel crucial, pois possibilitam uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais, das experiências humanas e das vivências, destacando aspectos intrigantes sobre o eu, o contexto e as interações na comunidade (BAUER; GASKELL, 2015). Além disso, viabilizam visões que transcendem a simplicidade da construção de narrativas verbais, capturando sentidos específicos das experiências individuais e compartilhadas (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; BARBOSA, 2007). O direcionamento para a condução das entrevistas colocadas em prática com as mulheres parte deste estudo pode ser observado no Anexo A.

Destaco que a abordagem narrativa utilizada é crítica ao esquema pergunta-resposta fundamentado na maioria das técnicas de entrevistas. Em contrapartida, enfatiza o sentido autogerador de compreensões formuladas a partir de uma tessitura detalhada de fatos e experiências. Sendo assim, aqueles que participam da técnica fornecem informações e aspectos do acontecimento que são relevantes, de acordo com sua perspectiva de mundo, revelando experiências, expectativas e vivências próprias. Devido à liberdade narrativa dada aos participantes, a técnica prevê mínima interferência – sendo a pesquisadora vetor para elevar as falas a uma comunicação cotidiana (BAUER; GASKELL, 2015).

Segundo Bauer e Gaskell (2015), a partir da visão de Farr (1982), a entrevista narrativa contrasta diferentes perspectivas e entende a linguagem como não neutra, construída a partir de uma cosmovisão particular. Por isso, o que é externado pelos narradores deve ser compreendido como informação pura e concreta ao tema. Por esse prisma, evita-se qualquer imposição ou forma de linguagem distante da empregada pelo informante. Para adquirir essa maturidade, o pesquisador necessita criar familiaridade com o campo de estudo e entendimento sobre as possíveis distorções produzidas, consideradas parte de um mundo de fatos (BAUER; GASKELL, 2015). O roteiro para a execução dessa técnica pode ser observado no Anexo A.

Nesse contexto, as sugestões de Bauer e Gaskell (2015) ressoam como um alerta para evitar a abordagem estrita de impor perguntas. Tal escolha é justificada pelo fato de que essa estratégia pode criar barreiras e prejudicar os objetivos da pesquisa. Além disso, levanta a questão da intenção colonial subjacente que reforça perspectivas pessoais a partir de respostas esperadas das participantes. Conseqüentemente, a abordagem se concentra em ampliar o relato, em vez de fragmentá-lo, abarcando uma variedade de propósitos, como lembrar, argumentar, justificar, persuadir, envolver, entreter e até mesmo desafiar a audiência (RIESSMAN; QUINNEY, 2005).

Para viabilizá-las, realizei 12 entrevistas com mulheres negras da cidade de Lavras (MG) indicadas a partir dos polos de referência explicitado na seção anterior. Ambas possuíam

trajetórias de carreiras em setores diversos. Cada entrevista, que ocorreu de forma presencial ou remota, durou aproximadamente 110 minutos e foram conduzidas em locais escolhidos pelas participantes. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contido no Anexo B, foi assinado presencialmente ou digitalmente pela pesquisadora e pela entrevistada antes de iniciar a gravação da entrevista. Essa ação foi feita, a fim de esclarecer potenciais dúvidas, riscos e divergências antes do início da aplicação do método. Vale ressaltar que a pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética na Universidade Federal de Lavras (UFLA), contido no Anexo C, que colabora com as ações em prol da responsabilidade dos pesquisadores com os sujeitos da pesquisa.

Além disso, as entrevistadas receberam garantias de anonimato e confidencialidade, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que visa proteger os direitos fundamentais de liberdade e o livre desenvolvimento da personalidade. Seguindo esses preceitos, experiências similares identificadas na análise das narrativas foram mescladas, construindo novas histórias que preservam as realidades comuns narradas. Os nomes e bairros de residência das entrevistadas foram ocultados e substituídos por pseudônimos ou outras localidades da cidade de Lavras (MG), garantindo que a identificação não ocorra e a confidencialidade seja mantida. As participantes foram informadas sobre a possibilidade de se retirarem do estudo a qualquer momento durante ou após as entrevistas, caso assim desejassem. Além disso, relatos que as entrevistadas não se sentiram confortáveis em compartilhar neste estudo final foram excluídos da pesquisa.

Vale destacar que as informações coletadas foram utilizadas para um único fim: a pesquisa científica. Esse posicionamento foi informado previamente às participantes. Ademais, todas as informações adquiridas foram guardadas em equipamentos tecnológicos pessoais (por exemplo, dispositivos em nuvem como Google Drive e HD externo pessoal) por tempo indeterminado. Sendo disponibilizados a qualquer momento para as entrevistadas, caso as mesmas considerem a necessidade de observar, alterar ou excluir as informações. Portanto, ao longo de toda pesquisa, bem como na armazenagem, utilização e tratamento dos dados, foram resguardadas a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das participantes.

Em todas as etapas foram priorizadas as narrativas pessoais a reflexividade das participantes. Para tanto, permaneci vigilante a possíveis preconceitos ou interpretações que prevalecessem experiências de exclusão (OZTURK; BERBER, 2022). Para corporificar histórias e colocar em prática as entrevistas adotei as quatro fases propostas por Bauer e Gaskell (2015), sendo elas: (1) iniciação, (2) narração, (3) questionamentos e (4) fala conclusiva. Em

cada passo os autores propõem orientações para o pesquisador. Contudo, tais diretrizes não foram elaboradas para eliminar influências externas ou reduzir a presença das subjetividades na técnica metodológica. Ao contrário, têm o intuito de fornecer orientação e capturar narrativas envolventes relacionadas ao foco da pesquisa, evitando as limitações inerentes aos tradicionais formatos de perguntas e respostas (BAUER; GASKELL, 2015).

Reforçando a base epistêmica da tese, relembro que muitas vezes, essas narrativas são evidenciadas na pesquisa científica apenas quando se fundamentam a partir da letra, da escrita e estão centradas no alcance da visão. Assim, na pesquisa acadêmica tradicional, branca, capacitista e de elite, são regularmente ignoradas as histórias individuais, sociais e biográficas que também se inscrevem na voz, ação e no corpo (MARTINS, 2003). Dessa forma, nesta tese as narrativas foram recriadas e transmitidas pelas memórias, seus repertórios orais e corporais, hábitos, cuja compreensão se deram pela criação, passagem, reprodução e de preservação dos saberes (MARTINS, 2003).

Ao abraçar essa abordagem, memórias foram resgatadas e histórias próximas reconhecidas. Esse movimento permitiu promover um sentido de comunidade e papéis partilhados (NTSEANE, 2011) e resistir aos desafios colocados pelos padrões heteropatriarcais (ARAÚJO; MESQUITA; SILVA-REIS, 2019). Mais do que isso, devido ao caráter pessoal e simbólico favoreceu a minha inscrição nos relatos. Em cada narrativa ficcional, eu também estou ali, interligando a minha história com a de tantas outras mulheres. Revelar essa observação reforça que essa abordagem não se restringe apenas a uma escrita de si (FELISBERTO *et al.*, 2020), mas retoma um sentido coletivo (CAVALCANTE; CAVALCANTI, 2021).

Portanto, em cada texto a minha experiência se intersecciona com a história coletiva e ancestral. Por meio de repertórios orais, corporais e hábitos, formam-se compreensões que buscam a criação, a passagem, a reprodução e a preservação das vivências (MARTINS, 2003). Além disso, estimula-se a inserção de sujeitas e sujeitos no mundo-vida através das próprias demandas, transversalmente às indagações daqueles que, por vezes, foram privados da condição de contar a sua história particular. Assim, através da escrita, das narrativas e das memórias, em constante interação com o contexto, torna-se possível refletir sobre o estado das coisas, explorando diversas possibilidades de contestação e interrogação (EVARISTO, 2020).

Nesse emaranhado de símbolos, **o ato de construir as narrativas ficcionais** emergiu da incessante articulação entre identidade e a voz, de relações complexas entre o eu, o outro e os entornos históricos, sociais, culturais, linguísticos, econômicos e políticos (MARTINS, 2003). No contexto específico da tese, perpassou as entrevistas narrativas, o contexto integrado,

as perspectivas pessoais e símbolos envolvidos na condição de ser mulher e negra no interior de Minas Gerais. Sob esse enfoque, como pesquisadora tornei-me artífice de memórias, capaz de exercer uma autonomia literária, lexical e estimular reflexões por e para nós, alinhando corpo, condição e experiência para compreender a revelação do negro, tornando, assim, as interseccionalidades um repertório inscrito em todo o texto e nas realidades expressas (FONSECA, 2020).

Para substanciar essa prática, os materiais produzidos a partir da gravação das narrativas foram transcritos com o auxílio das bolsistas de iniciação científica do NEORGS (Núcleo de Estudos em Organizações, Gestão e Sociedade - PPGA/UFLA). Essas transcrições foram periodicamente revisadas para garantir a coerência das falas, preservando os regionalismos e modos de expressão próprios das entrevistadas. Após a coleta e transcrição dos dados, foi realizada a análise de conteúdo temática para compreender as informações obtidas. As etapas dessa análise foram baseadas nos trabalhos de Riessman (2008), Braun e Clark (2006), e Ozturk e Berber (2022), e foram adaptadas para incorporar a interseccionalidade e os princípios teórico-metodológicos de Evaristo (2020).

Para Riessman (2008) a análise temática do conteúdo é apropriada para interpretar muitos tipos de textos, orais, escritos e visuais, além de questionarem o que é dito, escrito ou mostrado visualmente. Da mesma maneira, reflete o que é experienciado pelo narrador. Essa abordagem organiza a linguagem oral em um texto de fácil compreensão, teorizando sobre elementos temáticos comuns e integrando-os para uma compreensão mais profunda da tradição consolidada na pesquisa qualitativa (RIESSMAN, 2008). O foco é dedicado às histórias como um todo, conforme destacado por Wong e Breheny (2018). Para Riessman (2008) funciona como uma abordagem dialógica para os contadores de histórias e seus públicos, destacando a coconstrução de significados e o papel do pesquisador como cocriador de histórias individuais (ESIN; SQUIRE, 2020). Assim, visa identificar, analisar e relatar padrões (temas) nos dados. Além disso, organiza e descreve detalhes sem estar vinculado a nenhuma estrutura teórica preexistente, permitindo seu uso em diferentes tipos de dados (BRAUN; CLARKE, 2006).

O processo começou com uma leitura geral das entrevistas, visando uma imersão profunda nos dados. Nesta etapa, buscou-se identificar padrões de significados e questões de interesse. Vale ressaltar que as etapas aplicadas constituem um processo recursivo e dinâmico, que avançou e retrocedeu conforme necessário (BRAUN; CLARKE, 2006; OZTURK; BERBER, 2022). Após a familiarização, foram produzidos os códigos iniciais, que identificavam características dos dados e referiam-se às informações que podem ser avaliadas de forma significativa em relação ao fenômeno estudado (BRAUN; CLARKE, 2006). Utilizei

como códigos os marcadores sociais da diferença inicialmente estudados, assim como novos que surgiram ao longo das análises. Esses códigos incluíram raça, classe, gênero, localidade, religião, idade e sexualidade. Também adotei os códigos "barreiras" e "saídas", relacionados às estratégias pessoais para reduzir as experiências de opressão ligadas às carreiras. Vale destacar que essa escolha não apenas orientou a análise das perspectivas de interesse desta tese, mas também serviu como um recurso expressivo para traçar o desenvolvimento das narrativas ficcionais.

Essa codificação foi realizada manualmente, com anotações feitas nas transcrições impressas das entrevistas, utilizando marcadores e canetas coloridas para identificar possíveis padrões. Os dados codificados diferem das unidades de análise, os temas, que no contexto desta pesquisa foram mais amplos e levaram em conta as relações entre a experiência individual e o aspecto grupal, considerando os aspectos contextuais (BRAUN; CLARKE, 2006; OZTURK; BERBER, 2022). Os temas não se caracterizam como códigos fixos destinados à quantificação e contagem de ocorrências das situações mencionadas; em vez disso, são direcionadores e meios para reconhecer as realidades vivenciadas (BRAUN; CLARKE, 2006), utilizados nessa tese com o objetivo de construir histórias baseadas nas experiências das entrevistadas. Portanto, os temas desenvolvidos tornaram-se espaços que permitiram a produção e reconhecimento das ficções.

Para identificação dos temas, levei em consideração a mítica dos abebés (EVARISTO, 2020), a referência do contexto pessoal e grupal (BOWLEG, 2013), além das leituras interseccionais (AKOTIRENE, 2019; COLLINS, 2022; GONZALEZ, 2020; RUIZ CASTRO; HOLVINO, 2016) para garantir que todas as dimensões de interesse fossem identificadas. Nesse processo de organização, produção e reconhecimento, os códigos foram combinados e formam temas abrangentes (BRAUN; CLARKE, 2006). Após essa organização manual, transferei as análises de conteúdo temáticas para o Excel e o NVivo que possibilitaram a melhor visualização e interpretação das análises. O Quadro 7 apresenta um resumo da estrutura de codificação e temas da pesquisa.

Quadro 7 - Códigos e temas utilizados na pesquisa.

<b>Temas</b>	<b>Códigos</b>	<b>Exemplos de narrativas das entrevistadas</b>
Carreiras e religião	Raça Classe Gênero Religiosidade Barreiras: Masculinidade hegemônica Saídas: Ativismo	“Eu sou da igreja evangélica, sempre estive nesse meio cristão, sou apaixonada pelo evangelho de Jesus, já cursei o nível básico e se der vou fazer teologia” (E1) “Eu preciso de espaço, só assim que vou conseguir alcançar o que é meu”(E11)
Carreiras sem representação e possibilidade de subordinação	Raça Classe Gênero Idade Localidade Barreiras: trabalho análogo a escravidão Saídas: comunidade	“Aqui eles me tratam bem, graças a Deus, mas nunca foi assim não! Tem lugar em Lavras que se você é escuro nem entra” (E12) “As pessoas esperam que a gente trabalhe mais, faça mais (...) mas não tenho o que reclamar” (E3)
Carreiras outsiders e cultura popular	Raça Classe Gênero Localidade Cultura Barreiras: estereótipos e imagens de controle Saídas: ativismo, representação e resistência	“Percebi de um tempo pra cá, mano, que a galera não fraga que eu sou formada” (E4) “Diploma de graduação não garante nada pra gente, tem um moço no hotel que minha mãe trabalha que é formado, mas tá lá vivendo de porteiro, advinha? É preto!” (E11)
Carreiras e deficiência	Raça Gênero Classe Deficiência Barreiras: masculinidade hegemônica Saídas: representatividade	“A inclusão é assim exclusiva, tem uma desvalorização por parte do Estado (...) além de não ter outras pessoas pretas ocupando espaços” (E8) “Minha leitura é mais lenta, eu demorei muito a voltar a ler, eu tive que aprender até a respirar (...) Tudo isso faz ser muito desafiador, trabalhar, dançar, fazer amizades” (E6)
Fenômeno da impostora a partir da interseccionalidade	Raça Gênero Classe Localidade Idade Barreiras: opressões cotidianas Saídas: além da autodúvida	“Faculdade é um sonho distante, não tem como se eu preciso de dinheiro pra viver, então tive que trabalhar em mercado mesmo” (E3) “Sempre duvidar que eu consigo fazer alguma coisa (...) intelectualmente, parece que a questão de ser uma pessoa preta tá relacionado com o intelecto” (E2)

Fonte: Da autora (2024).

Destaco que, durante a análise das narrativas obtidas, segui as observações de Braun e Clarke (2006). Eles recomendam não apenas identificar a "história" que cada tema conta, mas também considerar como cada tema se encaixa na "história" geral que será construída sobre os dados, em relação à(s) pergunta(s) da pesquisa. Essa prática foi essencial para garantir que não

ocorressem sobreposições entre os temas e as narrativas manifestassem conceitos contextualizados.

Após a conclusão das análises, as narrativas foram transformadas em histórias ficcionais, não apenas para exemplificar, mas para compreender trajetórias. Assim, através dos relatos obtidos nas doze entrevistas narrativas, emergiram seis ficções que fundamentam as discussões teóricas desta tese. Portanto, a partir das narrativas pessoais, grupais e contextuais, atreladas às temáticas comuns, **retalhos da memória foram transformados em uma colcha de sentidos**. As personagens foram criadas para representar a combinação dos temas que envolvem opressões, barreiras e relações contextuais presentes nas carreiras de mulheres negras lavrenses. Logo, foram desenvolvidas por meio do reconhecimento da importância de valorizar as vozes e vivências em diferentes realidades como fontes legítimas de conhecimento. Além de não negligenciar perspectivas únicas e simbólicas de cenários distintos do *mainstream*.

Esse processo não apenas reconheceu e uniu as narrativas, mas também incorporou a relevância de abordar de forma crítica e interseccional. Confirmando, nesse posicionamento, na fundamentação de uma abordagem dialética do conhecimento, que transcende o meu papel tradicional de pesquisadora entrevistadora para tornar-me parte das narrativas inscritas nesta tese, capaz de incentivar diálogos alternativos e fomentar observações coletivas e conjuntas das práticas cotidianas, por meio de um olhar que integra o micro e macro, os abébes de Oxum e Iemanjá (EVARISTO, 2020), e também o pessoal e o coletivo (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018).

Dessa forma, a teoria previamente desenvolvida guiou a análise, isto é, os estudos sobre carreiras, feminismo negro e interseccionalidade, ao mesmo tempo que no desenvolver da pesquisa foram notados novos *insights* teóricos a partir dos dados (ZACCARELLI; GODOY, 2013). Nesse contexto, sob a perspectiva do pensamento interseccional, a análise de conteúdo temática se apresentou como um instrumento crucial para capturar a complexidade das experiências das mulheres negras, contrapondo-se à desvalorização da subjetividade na pesquisa. Dessa forma, viabiliza a criação de um conhecimento emancipador que se concentra nas vivências, promovendo uma transformação positiva nos modos de produção do conhecimento. (ALEXANDER-FLOYD, 2012).

Além disso, reforçou a importância de considerar relatos abrangentes que abordem as diversas realidades dos sujeitos. As identidades e histórias são interseções complexas de forças sociais, ideologias e relações estruturais de poder. Para tanto, exigiram uma abordagem reflexiva e um comprometimento abrangente em todos os estágios da pesquisa, desde a concepção das entrevistas até o envolvimento com as comunidades e os narradores individuais.

Esses esforços foram direcionados para teorizar e pesquisar o objetivo de conceder um privilégio epistêmico às vozes marginalizadas - reconhecendo a sua complexidade multivocal e heterogênea (CHADWICK, 2017). Em última análise, significa envolver-se com a interseccionalidade não apenas como um quadro abstrato ou abordagem teórica, mas como prática metodológica, tanto em relação a encontros e relações no campo de pesquisa quanto em espaços analíticos e representacionais (CHADWICK, 2017).

A partir do ir e vir da compreensão e construção das histórias, foi possível reforçar, de maneira simultânea, o embasamento teórico com os estudos de carreiras. Assim, foram aprofundados conhecimentos, além de fortalecer e criar novos significados para apreender os caminhos que nos tornam humanos (GILMORE *et al.*, 2019). Permitiu a construção de uma escrita mais autêntica e pessoal das trajetórias de vida, valorizando as experiências individuais, contextuais e as subjetividades (MEDEIROS; NOLASCO, 2020). Ademais, em conjunto com diversas vozes, foi possível observar o mundo e suas nuances não apenas em sua extensão, mas, principalmente, em profundidade (EVARISTO, 2020).

Dessa forma, possibilitaram a compreensão de sentidos compartilhados (EVARISTO, 2020). Ressalto que conhecer a narrativa ficcional, a sua abordagem no campo e colocá-la em prática atuou como estímulos à minha criatividade. Assim, ao costurar, amarrar e promover um repertório feminista, negro e interseccional, fortaleci uma escrita autônoma e autoral (FELISBERTO, 2020). Essas práticas também contribuíram para romper com padrões de simples importação, tradução e repetição de conhecimentos originados nas perspectivas anglo-saxãs (IBARRA-COLADO, 2006; SANABRIA; SAAVEDRA; SMIDA, 2014). Estas, aguçaram na minha prática acadêmica a necessidade de uma abordagem holística, configurativa e dialética, capaz de fomentar a realização de observações coletivas nos cotidianos (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018)

Como prevê Evaristo (2020), contar algo não é apenas uma abstração e, sim, um meio para romper a passividade da leitura e se auto inscrever. Juntamente com as mulheres envolvidas nesta pesquisa, transcendendo a posição passiva de objeto de análise para me tornar sujeita da pesquisa. Sou a autora que escreve e incorpora uma gama diversificada de pessoas no estudo, rompendo com o paradigma de ser apenas uma figura descrita (HOOKS, 1990; KILOMBA, 2020). Escrever, assim, enraíza-se em um movimento contínuo, simbolizado pelo vai e vem, ilustrado pela costura à mão. Isso não apenas propicia a observação e reflexão, mas também encontra nessas interconexões pontos de convergência com a teoria, enquanto também introduz no diálogo a presença de outras sujeitas com suas autenticidades. De antemão, destaco que as histórias estão dispostas ao longo do texto de forma completa, em itálico e entre

aspas, promovendo a inserção contextual e permitindo análises mais profundas a partir da leitura integral das vivências.

Em síntese, o ato de dar forma ficcional às histórias possibilita um processo de teorização crítico-biográfica, que aborda epistemologicamente vivências plurais e identifica relações (MEDEIROS; NOLASCO, 2020). Portanto, compreendo essa abordagem como uma forma de resistência política e cultural que fomenta vozes situadas em primeira pessoa, por meio de narrativas que desafiam a aplicação indiscriminada de perspectivas hegemônicas, apresentando novas abordagens à academia (VEIGA, 2020).

Nesse contexto, reflito sobre carreiras, a partir do diálogo com autoras feministas negras, por meio de interseções evidenciadas nas memórias expostas em narrativas autobiográficas. Essa abordagem se desenvolve nas seções seguintes, inicialmente a partir de uma narrativa ficcional que expõe a formação contextual da cidade de Lavras (MG), cenário das histórias subsequentes. Posteriormente, desdobram-se em ficções, as quais articulam aspectos conceituais e teóricos do feminismo e carreiras, sob uma perspectiva interseccional.

## **4 FICÇÕES DA REALIDADE: RETRATOS DAS VIDAS DE MULHERES NEGRAS EM LAVRAS (MG)**

Nesta seção dedicada às narrativas ficcionais, encontram-se os resultados desta tese. A partir das narrativas ficcionais adentramos um intrincado universo de reflexões que entrelaçam domínios de carreiras e feminismo interseccional. Esse é um mergulho profundo nas trajetórias vivenciadas por mulheres negras lavrenses, que dão vida a narrativas únicas que transcendem as fronteiras convencionais.

A tessitura cuidadosa destas escritas vivas, enraizadas em uma perspectiva interseccional, busca não apenas desvelar as complexas barreiras entrelaçadas às carreiras, mas também reflete sobre as interseções críticas entre gênero, raça, deficiência e classe. Por esse caminho, a análise empreendida neste capítulo visa não apenas compreender, mas também destacar as resistências, desafios e triunfos que emergem nas suas realidades.

### **4.1 Inscrição contextual: o lugar de onde se fala**

Para compreender a localização das mulheres negras e pontos comuns das opressões interseccionais produzidas nas trajetórias observadas nesta tese, utilizo primariamente informações sobre a demarcação territorial da cidade na qual a pesquisa foi empreendida, além dos seus traços culturais, regionais e comportamentos marcantes (BREWER; COLLINS, 1992). Introduzo essa seção com essa observação, pois entendo que à medida que mudam as condições históricas, mudam os vínculos entre os tipos de experiência que as mulheres negras terão e a consciência de grupo que porventura podem resultar dessas experiências (BREWER; COLLINS, 1992).

Assim, na narrativa ficcional de Júlia, uma senhora de 69 anos, costureira aposentada e filha de trabalhadores rurais que se mudou para Lavras (MG) aos 15 anos, resgatam o contexto da cidade e desempenham um papel crucial no aprofundamento da compreensão das perspectivas de grupos que ocupam posições em relações de poder desiguais. Diferente das outras ficções dessa seção, essa enfatiza os marcadores sociais gênero, raça e território, deixando de lado algumas nuances sobre carreiras. Contudo, é fundamental expor as narrativas que surgiram de forma despreziosa ao longo das entrevistas, mas que reúnem informações importantes sobre o panorama histórico e cultural da cidade. Ao contemplar essas interseções iniciais, despertam-se reflexões que dão forma a percepções simbólicas, que estão longe de

permanecerem em um estado estático (BREWER; COLLINS, 1992) e serão visualizadas ao longo do decorrer deste estudo.

*“ (...) Eu não nasci aqui na rua Alfredo Marani, sou filha lá da Boca da Mata, hoje lá já faz parte de Lavras, mas quando era bem pitica aquilo era longe demais. Era tão longe que eu vim para Lavras quando eu mudei mesmo. Meu pai ou o Seu Juca que vinham na cidade às vezes pra comprar um remédio ou acertar alguma coisa pra melhoria do povoado. Era bom morar lá, tinha natureza, muita gente boa perto, não tinha bandidagem. Mas o trabalho era duro demais. Todo dia de, no raiá do Sol, tava a gente lá na roça.*

*Eu vim pra cá, junto com meus pais e mais sete irmãos, quando um tio meu que já morava em Lavras, ajeitou essa casa e um emprego pro meu pai numa banca de bananas. O salário era quase que a mesma coisa, ou seja, nada vezes nada, só tinha a mais pro aluguel. Ele arrumou pra gente vir pra cá porque tinha pena demais da gente. A minha mão era tudo escalavrada, era calo puro, e era mocinha. Mas era igual bicho, só sabia trabalhar e cuidar dos irmãos.*

*Morar aqui foi bom no começo, mas a gente custou adaptar. Eu nunca tinha visto comércio (termo se refere às lojas, mercados, vendas e outros tipos de comercializações) na vida, deve ser por isso que hoje eu gosto demais de andar por lá dia de sábado. A primeira vez que pisei em Lavras eu assustei demais. Tinha ônibus, carro, umas partes da cidade com luz de poste. Lá na roça não tinha nada disso.*

*Mas você sabe que esse lugar onde eu moro, no começo o povo tinha pavor? Medo mesmo! Até hoje capaz que tem... Tinha um parente melhor de vida que falava: vocês foram morar no pior lugar de Lavras. Fazer o quê? Era o que tinha. Aqui que acolheram a gente! Mas por muito tempo era assim que o povo falava na rua. Pra quem não conhecia, esse bairro era só morte, gente de má índole, droga, prostituição (...) mas eu nunca vi. Tá certo que tinha briga, tinha família que desentendia, às vezes passava dos limites, só que a fama correu.*

*Antigamente, lá quando Lavras era arraial, aqueles homens que vinham atrás de ouro, os bandeirantes né? Entravam por aqui. Esse bairro era a entrada da cidade. A troca e venda de escravo também acontecia aqui. Por aqui que eles circulavam a cidade, tudo por fora (pelas margens) e faziam as trocas, vendiam, pegavam o que eles achavam de valor e iam embora. Só que não era tudo educado, bonzinho, não! Eles passavam por aqui, faziam maior algazarra. Dona Cilica, uma vizinha antiga nossa contava, que por esse caminho eles faziam o que queriam com os pobres, as mulheres dos pobres e principalmente os pretos. Acho que naquela época a gente era tudo escravo, não é mesmo?*

*Para Cilica, e eu acredito muito nela, aqui nessa rua que até hoje o povo chama de “corredor” que eles entravam na cidade, o que tinha de valor era pegado primeiro aqui. Antes de ir pro centro e fazer comércio, chegavam e faziam o que queria (sic), eu acho que era uma desordem. Por causa dessa chegada, baderna e malfeitoria que hoje essa região toda, segundo a falecida Cilica, é vista como um bairro perigoso, sujo, de gente arruaceira. Ficou a marca!*

*Eu sofri muito com isso. Eu tinha vergonha. Mas hoje não! Porque quando era moça e falava que era do “corredor” não arrumava emprego. Nem de “formiguinha” (termo usado para se referir às funcionárias da prefeitura que limpam as ruas da cidade). Não arrumava namorado também não. Os pais não deixavam ninguém vir aqui. Quantas vezes, antes de entender isso, eu falava “Sou lá do corredor” o povo que tava (sic) até animado comigo, ou pra trabalhar ou pra namorar, logo mudavam a feição. Torciam o beijo, viravam o olho, faziam desfeita e nunca mais via a pessoa. É triste, mas eu comecei a mentir. Falava que minha casa era pertinho da funerária, é longe daqui viu?*

*Por isso também que eu parti pra costura. Porque era mais fácil, eu não precisava sustentar pra sempre de onde eu vinha. Pra conseguir emprego eu me arrumava com o que tinha, pegava roupa emprestada com uma amiga e ia pra casa das madames lá oferecer as costuras. Minha fama correu, sempre fui boa de costura. Rápido eu não precisava pedir, ia mudando de casa em casa. Eu costurava na casa das riconas (sic) o dia inteiro. Tinha dias que até de noite, final de semana... Quando tinha uma festa de debutante ou casamento aí era costura, máquina, agulha que quebra, barriga roncando, pulando de casa em casa, cara ruim das madames, criança chorando e o medo de voltar a pé, porque o trabalho era até altas horas. Mas não sou ingrata não. Foi assim que eu consegui fazer o muro dessa casa, depois comprei a primeira televisão, ajudei os irmãos mais novos a se vestir e estudar. Coisas que eu não tive, mas eles tiveram estudo, sempre achei importante.*

*(...) Minha felicidade era sábado e ir dançar no Crisântemo, a gente chamava de “Crisa”. Aqui em Lavras tinha muito de preconceito com preto e pobre, sabe? Vou contar porque que o Crisântemo era bom... A praça do centro aquela mais bonita, ou largo como os mais velhos falavam, era a diversão, só que era dividida, de um lado ficavam os ricos e de outros os pobres e os pretos. Era ali que o povo ia pra arrumar namorado. A gente andava sempre de duas, de braço dado, esperando algum rapaz puxar o braço da gente pra dar uma volta. Só que os pobres só podiam andar no lado dos pobres. Eu nunca passei no lado dos ricos. Uma vez uma amiga, a mesma que me emprestava roupas, que era mais “lisinha”, quis dar a volta por lá. E ela foi. Sabe o que eles fizeram? Um bando de rapazote falou “volta pro poleiro”. Diz ela que um até tentou colocar o pé na frente pra ela cair.*

*Voltando pra falar porquê que o “Crisa” era bom. Aqueles que eram brancos e ricos iam nas festas no Clube de Lavras. Lugar que nunca entrei e nem quero, mas costurei roupa demais pro pessoal ir nas festas lá. Já nós, os pobres e os pretos, era baile no “Crisa”, lá era famoso! Baixava gente da cidade toda, tinha as moças e os moços, os mais velhos também. Tocava de tudo. Mas no carnaval que era bom mesmo! Aquilo pegava fogo, todo mundo caia no samba. Vira e mexe os ricos metidos iam lá pra debochar fazer escárnio com a nossa cara. Isso porque a gente só queria dançar até suar e rir com as colegas. Teve uma época onde o povo jogava fubá no chão, até hoje não entendo, mas acho que era pra gente cair.”*

Para contextualizar, o município de Lavras (MG) está situado no sul do estado de Minas Gerais, na região do Campo das Vertentes, possui área de 564,7 km<sup>2</sup> e população, em 2022, de 104.761 pessoas habitantes (IBGE, 2022). A fundação da cidade está relacionada a doação de terras por meio de uma carta de sesmaria, em 1737, aos bandeirantes Pedro da Silva de Miranda, Francisco Bueno da Fonseca, Salvador Jorge Bueno, Paschoal Leite Paes, Diogo Bueno e Manuel Francisco Xavier Bueno (PEREIRA, 2019). A cidade tem suas origens ligadas à exploração aurífera, iniciada em 1729 por desbravadores paulistas. Posteriormente, juntaram-se a eles moradores da província de Minas Gerais. Após o período de exploração do ouro, a população passou a se dedicar à agricultura e ao pastoreio (ANDRADE; OLIVEIRA, 2019).

Assim, foi fundada nas conexões entre os bandeirantes, a necessidade de povoamento e a exploração do ouro da região. Sendo cenário para a busca pelo enriquecimento da coroa portuguesa o panorama histórico presente na formação da cidade. Nesse período, o povoado também era considerado um importante núcleo urbano pelo número de habitantes e pela variedade das atividades ali desenvolvidas, como a prestação de serviços e o movimento comercial (PEREIRA, 2019).

Lavras, passou à condição de vila, em 1831, desde então o povoado não parou de crescer. Já em 1868, obteve sua emancipação política e administrativa, consolidando-se como uma das principais cidades de Minas Gerais. Até os dias atuais, é reconhecida por ser a cidade dos Ipês e das escolas. Entretanto, o ímpeto para a construção das escolas não surge dos governos, mas sim por pessoas vinculadas à religião católica e presbiteriana. Somente em 1874, é que acontece, por parte do município, a criação de um local para a educação pública. Economicamente, o município de Lavras, por volta de 1890, apresentava intensa cultura alimentícia, que tinha como base a produção da cana-de-açúcar e do fumo, além dos produtos principais de alimentação, tais como o arroz, feijão, o cultivo do café e do algodão (PEREIRA, 2019).

O final do século XIX e início do século XX marcaram um período de notável desenvolvimento do município, iniciando-se pelas novas conexões fluviais e ferroviárias estabelecidas. Na primeira metade do século XX, após uma série de divisões político-administrativas ocorridas em 1938, 1943, 1948 e 1960, perdeu parte de seus distritos para municípios vizinhos recém-criados. Assim, na atualidade é composta por um único distrito e abrigando apenas a aglomeração urbana da sede (PEREIRA, 2019).

Até esse ponto, a história de Lavras é conhecida e disseminada. Durante a minha infância, cursando o ensino fundamental em uma escola pública da região, fomos estimulados a aprender o caminho do ouro, a importância política da cidade e como a educação formal dessa localidade é reconhecida pelo mérito acadêmico de seus alunos e docentes. Porém, com o letramento racial que adquiri durante a minha formação como sujeito, questiono: não existiu escravidão nesse território? Onde estão as pessoas distintas do padrão branco, europeu, colonizador na formação social, econômica e cultural da cidade de Lavras?

Em artigos científicos, sites informais ou comunicações oficiais da prefeitura a cultura negra e outras ancestralidades não estão incluídas. Inquieta, passei a buscar em outras fontes de informação e com muito esforço, pessoal e do funcionário da biblioteca municipal da cidade, encontramos um livro publicado por um historiador local que contém informações, muitas vezes, ignoradas sobre o município. A partir dessa descoberta, destaquei aquelas que chamaram a minha atenção sobre a cultura que rompe o padrão da branquitude para ilustrar e compor o panorama contextual desta tese.

Em seu livro, Németh-Torres (2018) descreve a ancestralidade e as simbologias presentes na formação de Lavras e seu entorno. Um destaque importante é a exploração dos sítios arqueológicos na localidade, realizada em 1992 durante a duplicação da rodovia BR-381. Os artefatos encontrados, identificados como pré-coloniais, referem-se a aldeamentos a céu aberto, evidenciando antigos acampamentos de grupos ceramistas. Nesta atividade, os profissionais descobriram uma quantidade significativa de material lítico, como lâminas de machado e fragmentos de batedores. Os utensílios cerâmicos foram datados entre 1150 e 1250 d.C. O autor ressalva que embora pouco se saiba sobre a proveniência pré-histórica da localidade do Rio Grande, os estudos permitiram inferir uma significativa ocupação na área. Além disso, reforçaram a presença de indígenas e escravizados vindos do continente Africano na região.

Németh-Torres (2018) também dedica esforços para destacar a presença negra na cidade de Lavras, frequentemente ignorada, apesar da forte influência dos escravizados na região. Lavras contava com quilombos e sua região foi palco de revoltas que influenciaram a

organização dos escravizados na época, como a Revolta de Carrancas, município próximo, nos anos 1830. Além disso, o autor destaca um relato histórico de 1737, que menciona observações do capitão Francisco Bueno da Fonseca. Nessa carta, Fonseca afirmava que as vizinhanças de Ibituruna (outra localidade próxima a Lavras) estavam “infestadas de negros calhambolas que salteavam os caminhos e casas dos moradores, que (...) não se atreviam a descobrir ouro por aquelas paragens” (NÉMETH-TORRES, 2018 p. 57).

Outro destaque do autor está presente as artes sacras e nas manifestações culturais que, em muitas representações, eram cultuadas pelos negros escravizados e persistem na região até a atualidade, como por exemplo os santos Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o congado (NÉMETH-TORRES, 2018). Foram ressaltadas também as inúmeras fugas de escravizados em Lavras, com metade deles evadindo-se na mesma época. Anúncios pediam auxílio no resgate, mencionavam características físicas dos fugitivos e ofereciam recompensas de 50\$ réis, além das despesas, para quem os capturasse e trouxesse de volta. Muitas dessas fugas foram estimuladas pela Revolta de Carrancas em 1830, município próximo a Lavras, e pela Revolta dos Malês em 1835, quando escravizados islâmicos se rebelaram na Bahia (NÉMETH-TORRES, 2018).

Naquele mesmo ano, foi promulgada a lei n. 4, de 10 de junho de 1835, que determinava severas penas aos escravizados que matassem, ferissem ou cometessem qualquer ofensa física contra seus senhores. Para os crimes mais graves, a pena era a morte; para os mais leves, a pena era de açoites proporcionais à ofensa. A aplicação dessa lei foi vista em Lavras pela última vez em 1839, quando o escravizado Joaquim Congo foi executado no Morro da Forca, em um local onde atualmente existe um cruzeiro (NÉMETH-TORRES, 2018), próximo à área mencionada na narrativa ficcional da senhora Júlia.

Vale destacar também informações econômicas da localidade. Dados do último censo realizado em 2022, Lavras apresenta 50.214 identificadas com o gênero masculino e 54.547 pessoas do gênero feminino. Dentre essa razão, 26.863 são mulheres negras com idade média de 36 anos. Isto é, as mulheres constituem pouco mais da metade da população de Lavras, e quase metade são negras, representando um quarto da população total da cidade.

No que diz respeito à população ocupada, conta com 33.198 pessoas empregadas, representando 31,69% da população total. O salário médio mensal dos trabalhadores formais da cidade em 2022 foi de 2,4 salários mínimos. No entanto, é importante destacar que, segundo dados de 2010, 30,9% da população vivia com um rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, evidenciando uma significativa parcela da população com baixa renda.

Essa análise revela que Lavras possui um cenário econômico razoável, com um salário médio formal acima da média de muitos municípios, especialmente no contexto estadual. A taxa de ocupação é considerável, refletindo uma participação significativa da população no mercado de trabalho. Contudo, a presença de uma parcela expressiva da população com baixo rendimento aponta para desafios relacionados à desigualdade econômica e a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição de renda mais equitativa.

Os dados do IBGE sobre a educação revelam um panorama abrangente do sistema educacional na cidade. Em 2010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 98,6%, posicionando Lavras em um lugar de destaque no cenário educacional. Em 2021, os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede pública foram de 5,9 e 5,1, respectivamente. Esses índices refletem a qualidade do ensino fundamental na cidade e são indicadores importantes para avaliar o desempenho das escolas públicas.

Em 2023, Lavras tinha 10.926 matrículas no ensino fundamental e 3.336 matrículas no ensino médio. Além disso, o município contava com 688 docentes no ensino fundamental e 329 docentes no ensino médio, atendendo às necessidades educacionais da população. O número de estabelecimentos de ensino fundamental era de 38, enquanto o número de escolas de ensino médio era de 17.

Sobre a economia, em 2021, o PIB per capita de Lavras foi de R\$ 27.818,10, posicionando o município em 237º lugar entre os 853 municípios do estado e em 2344º lugar entre os 5.570 municípios do país. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Lavras em 2010 foi de 0,782, indicando um nível de desenvolvimento humano relativamente alto. Em 2023, o total de receitas brutas realizadas pelo município foi de R\$ 457.855.799,17, enquanto o total de despesas empenhadas foi de R\$ 453.226.208,00. O percentual de transferências correntes em relação às receitas correntes brutas realizadas foi de 70,91%, colocando Lavras na posição 783 entre os municípios do estado e na 4605ª posição entre os municípios do país.

Em 2003, a cidade apresentou indicadores importantes sobre pobreza e desigualdade de renda, conforme dados do IBGE. A incidência da pobreza, que representa a porcentagem da população com renda insuficiente para atender às necessidades básicas, teve uma média de 21,50%, com um intervalo de confiança entre 13,42% e 29,58%. Isso indica que uma parcela significativa da população vivia em condições precárias.

A incidência da pobreza subjetiva, que mede a percepção das pessoas sobre sua própria condição de vida e renda, foi de 17,11%, com um intervalo de confiança entre 14,54% e

19,69%. Esses números revelam que uma parte considerável dos habitantes de Lavras se via em uma situação de vulnerabilidade, mesmo que alguns não estivessem abaixo da linha oficial de pobreza.

Além disso, o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,43, com um intervalo de confiança entre 0,41 e 0,45. Esse índice indica um nível moderado de desigualdade de renda na cidade, onde 0 representa igualdade perfeita e 1 representa desigualdade máxima. Esses dados de 2003 mostram que Lavras enfrentava desafios significativos em termos de pobreza e desigualdade de renda. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Lavras em 2010 foi de 0,782, um valor considerado alto e que indica melhorias nas condições de vida em comparação com a situação de pobreza e desigualdade observada em 2003. Comparando esses dados com os de 2003, observa-se que a incidência de pobreza era de 21,50% e o índice de Gini era de 0,43, indicando uma desigualdade moderada. Os dados mais recentes sugerem um progresso significativo em termos de desenvolvimento humano e produção econômica. No entanto, a análise completa requer considerar se os benefícios do crescimento econômico foram distribuídos de maneira equitativa entre a população.

A análise desses indicadores sugere algumas inferências sobre a cidade. O alto nível de escolarização aponta para um acesso significativo à educação. Da mesma forma, o PIB per capita relativamente elevado, sugere uma economia estável e uma média de renda razoável por habitante. No entanto, é importante ressaltar que esses números médios podem mascarar desigualdades presentes na população. É fundamental lembrar que essas inferências são baseadas em indicadores numéricos e podem não capturar todos os aspectos da realidade socioeconômica e da qualidade de vida na cidade. Dessa forma, uma análise completa e contextualizada demandaria a consideração de outros fatores e uma compreensão mais abrangente das dinâmicas locais.

Para abordar essa questão, recorro ao estudo realizado por Oliveira (2014), que investigou aspectos da segregação racial e de gênero no município de Lavras. A análise baseia-se em dados censitários e de pesquisa do IBGE e IPEA, complementados por estudos do grupo de pesquisa e extensão GEDIM, do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Lavras, em parceria com o Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial de Lavras (CMPIR). A fundamentação teórica é centrada em abordagens sobre gênero e raça, proporcionando uma visão aprofundada e multifacetada do tema.

Os dados analisados sobre a economia, trabalho, renda e escolaridade revelam algumas disparidades significativas. Em termos de trabalho, não há grandes desigualdades entre negros e brancos na inserção de pessoas empregadas com carteira assinada. No entanto, entre militares

e funcionários públicos estatutários, os brancos representam aproximadamente 71% do total. Negros são a maioria entre trabalhadores sem carteira assinada (OLIVEIRA, 2014). Segundo Oliveira (2014), em Lavras os negros predominam no grupo de pessoas com renda inferior a um salário mínimo. Contudo, as desigualdades acentuam-se a partir da faixa de 1 a 2 salários mínimos. Entretanto, a sub-representação aumenta nas faixas de renda mais altas, culminando no grupo com rendimentos superiores a 10 salários mínimos, onde os brancos acumulam 73% do total, enquanto os negros constituem apenas 14%.

No que tange à escolaridade, a participação de negros é comparável à dos brancos no ensino básico e fundamental. No entanto, esse índice diminui no ensino médio, no qual os negros representam 39% do total. Entre as pessoas com ensino superior completo representam apenas 19% (OLIVEIRA, 2014). Dentre as constatações de Oliveira (2014) nota-se que discutir diversidade de gênero e étnico-racial é um desafio significativo para o município. Segundo o relatório final do projeto, a dificuldade de maior inserção social, econômica, cultural e política das pessoas investigadas se deve, principalmente, à cor da pele. Barreiras econômicas e de gênero são enfrentadas com maior visibilidade por ações de políticas públicas do município, o que não acontece em relação à questão racial. Vale destacar, no contexto da pesquisa, que educadores e conselheiros entrevistados identificaram a presença de práticas discriminatórias naturalizadas, principalmente no âmbito da educação.

Oliveira (2014) observou também que a cor da pele interfere no acesso à formação básica e ao trabalho, e quando associada às relações de gênero, a discriminação se agrava. As práticas racistas e sexistas são comuns principalmente, segundo os entrevistados, no ambiente escolar, muitas vezes naturalizadas pelos próprios professores. Em relação às mulheres negras, tanto no ambiente escolar quanto no profissional, foram confirmadas situações de exclusão. Para meninas negras, características físicas e padrões de beleza compreendidos como ideais pela branquitude desqualificam e as marginalizam, afetando sua autoestima. Fatores econômicos e culturais das famílias também contribuem para a percepção de práticas racistas. As opressões de gênero afetam a posição das meninas negras, tornando-as mais recatadas e subordinadas. Esses aspectos prejudicam seu desempenho e ascensão escolar, resultando em evasão escolar e falta de perspectivas educacionais.

Oliveira (2014) sugere que a complexidade das relações raciais e de gênero no município exige um aprofundamento nas questões abordadas, considerando novos contextos, sujeitos e hipóteses de pesquisa. As ficções desenvolvidas nessa tese não apenas demonstram essas relações entre gênero e raça, mas também ampliam o debate, refletindo sobre a localidade,

religião, deficiência, sexualidade, entre outros marcadores sociais da diferença que distinguem e marginalizam as mulheres negras nesse contexto.

#### **4.2 A Missionária: carreiras interseccionadas ao marcador social da diferença religião**

No complexo mosaico da vida, a história de Lúcia emerge como um testemunho inspirador de superação e busca por propósito. Com 38 anos protagoniza uma interseção entre carreira e sua profunda conexão com a religião. Atualmente, desempenha função de auxiliar na educação das crianças carentes que frequentam a igreja. Lúcia traz consigo não apenas experiências profissionais, mas também uma trajetória marcada por desafios, transformações e anseios que transcendem as fronteiras do seu missionado. Através dessa narrativa, exploro as camadas intrincadas de sua vida, suas lutas, conquistas e o seu desejo latente de trilhar novos caminhos, almejando uma posição que, até então, lhe é sutilmente negada – a de pastora.

*“Um som único estampado direciona toda essa história. Intenso e curto, porém alto o suficiente para ser ouvido de dentro da casa pela então adolescente Lúcia. Sentada no chão, folheando uma revista antiga em busca de um caça-palavras ainda em branco, aguardava a mãe retornar da faxina. Aquele som foi impressionante durante uma pequena fração de segundos. Poderia ser confundido com fogos de artifício por quem nunca o escutou. Mas era arma de fogo. A adolescente soube poucos minutos depois. Aquele era um bairro tranquilo, todos sabiam que o tráfico de drogas ocorria nas redondezas, mas tiroteio ou assassinatos não eram comuns.*

*Aquele barulho interrompeu a ordem. Houve gritos, mas Lúcia não quis observar da janela, ligou a antiga TV para se distrair da algazarra. Após um tempo a sirene cessou, os murmúrios reduziram. Contudo, a paz foi interrompida com a chega de sua mãe, assim que adentrou a porta da sala segurando uma sacolinha de supermercado nas mãos, a vizinha chegou com um copo de água com açúcar. Num gesto singular, a vizinha que muitas vezes compartilhou a responsabilidade pela criação de Lúcia e seu irmão envolveu mãe e filha em um abraço, exclamando: "mataram o Luiz na esquina debaixo, confundiram com um encenqueiro do bar do Nenê".*

*Luiz era o único irmão de Lúcia. Ele foi vítima de um mal-entendido, uma discussão acalorada sobre futebol no bar do Nenê, os ânimos ficaram exaltados e xingamentos diversos romperam o entorno. Um qualquer que estava envolvido nos debates se sentiu desrespeitado e roubou a vida do jovem Luiz, que estava passando e parou para ouvir os gritos. Desde muito*

*cedo, Luiz auxiliava nos mantimentos da casa e na educação da irmã mais nova, pois o pai havia morrido de uma doença ingrata, enquanto eram crianças.*

*Mais que um choque, foi uma dor inexplicável, ele era um rapaz bom, estava prestes a casar. Gostava de música e rimar. Lúcia não se lembra dos dias que seguiram. Busca em sua memória, mas é impossível recordar o velório, a movimentação dos vizinhos, as visitas da polícia e a reação da mãe. Tudo o que soube sobre esse período da sua vida descobriu posteriormente especulando com a mesma vizinha que lhe deu a notícia.*

*Não existem lembranças, apenas o som. Ao recordar aquele dia, o tiro ainda corta a alma. Lúcia só retornou a si após semanas de um apagão total. Segundo a mãe, ela desmaiou e ficou paralisada por dias, apenas movimentando os olhos. Para ela, seu retorno à vida foi um milagre do Senhor. Reconhecer essa retomada de si como uma manifestação do Divino é essencial para sua jornada. Duas décadas e meia após o trauma, Lúcia compreende que esse período foi crucial para conduzi-la à igreja, salvando-a de caminhos tortuosos que poderiam surgir adiante.*

*Uma jovem sem perspectivas, deparando-se com caminhos desafiadores à sua frente, encontrou na igreja uma bússola orientadora. Anteriormente, distante dos princípios cristãos devido à aversão de sua mãe às instituições religiosas, ela passou a envolver-se com a comunidade. Após a morte do irmão, recebeu apoio e assistência, e o vazio deixado pela perda começou a cicatrizar graças ao acolhimento daqueles que se dedicaram a ajudá-la. Toda angústia se transformou em uma espécie de missão de gratidão, gerando uma necessidade intrínseca de retribuir àquela comunidade o comprometimento daqueles que desempenharam um papel crucial em salvar sua vida e a de sua mãe.*

*Depois do reconhecimento dessa necessidade, todos os pontos que estavam desatados se uniram. Para ela, a vida e uma carreira só fariam sentido se sua função fosse auxiliar os outros da mesma forma. O processo de identificação com a comunidade foi tão profundo que para ela o maior desejo de sua vida era ser pastor. Escrito no masculino, pois à época não existiam representações femininas em posições de poder na igreja que Lúcia frequentava. Como poderia ser alguma coisa que não existe? Mas ela seria. Era a forma mais fácil e dedicada que conseguiu traçar para alcançar o seu objetivo de retribuição.*

*Ao longo da conclusão do ensino médio, Lúcia procurou referências, perguntava os pastores, às irmãs da comunidade e até mesmo aos anciãos. Respostas contundentes foram dadas, afirmando que na Bíblia o papel da mulher é predefinido, não como “ensinadora” da palavra de Deus, mas como “auxiliadora” ou esposa daqueles que a pregam. Ela não se abateu, nunca teve vontade de casar, mas de ser pastora sim! Persistiu com o desejo e sempre*

que possível mencionava-o, mesmo recebendo olhares de reprovação e sussurros que diziam 'aqui não tem pastora, nem consagrada, nem de consideração'.

Foram anos insistindo, porém sem nenhum progresso. Até que uma amiga, que participou de um evento Cristão na capital, encontrou à frente das orações uma mulher. Foi um choque para Lúcia, essas informações não chegavam no interior. Quase que imediatamente levou o comunicado aos conhecimentos dos representantes. O sonho não era apenas uma perda de tempo. Fazia sentido! Havia a possibilidade de mulheres exercerem o pastorado na hierarquia eclesiástica daquela igreja. A sugestão foi ouvida, uma vez que havia jovens representantes naquele espaço. Contudo, não foram estabelecidas perspectivas claras, nem fornecidos estímulos significativos para a sua missão.

Como não conseguiria sozinha, deu continuidade aos estudos, fez faculdade de Administração e auxiliava a mãe trabalhando de manicure para complementar a renda. Estudou, pois, 'Deus falou comigo, o estudo também é um caminho para transformar vidas'. Nos intervalos, cuidava dos filhos das vizinhas e se dedicava às demandas da igreja. Vários anos se passaram até o dia que o então pastor mandou chamá-la. Lúcia não entendeu, ficou preocupada, revisava constantemente o seu comportamento, tinha medo de alguma repreensão. Diferente do que ela esperava, foi recebida de braços abertos e com muita emoção, o pastor lhe informou que em uma das pregações Jesus falou com ele e disse: 'Lúcia precisa estudar o missionado'. Ela não se controlou, as lágrimas não pararam de cair e de joelhos agradeceu o milagre. Nunca teve o dom de permanecer escondida em um mundo que ama e precisa ser notado.

Naquele dia, recordou-se da morte do irmão. Apesar de não ter ouvido o som do tiro, experimentou o poder curativo que aquela comunidade lhe ofereceu. Após alguns meses, aguardou o chamado para os estudos. Com a ajuda dos amigos da igreja, mudou-se para uma cidade próxima, para frequentar a escola de ensino teológico. O contato com o estudo da fé e das religiões proporcionou a ela conhecimento sobre diferentes culturas e habilitou-a a desempenhar diversas funções voltadas para sua igreja.

Atualmente, embora não esteja liderando a igreja, dedica-se ao ensino básico para crianças carentes. Autodenomina-se missionária, uma agente de mudança em busca de transformar vidas, seguindo a vontade de Deus. Sua ocupação concentra-se na propagação e expansão do evangelho, unindo fé e mobilização social. Para ela, ser uma agente de transformação é o que realmente importa, logo, direciona sua energia, habilidades e criatividade exclusivamente para propósitos que estejam alinhados a esses objetivos.

*Às vezes, ela se questiona: 'E se eu fosse como o Isaías?' Referindo-se a um jovem branco e influente da igreja que, mesmo antes de se formar, já ocupa uma posição de destaque, com fortes tendências a assumir as funções de pastor. 'O nome dele já está escrito', dizem a ela. Em sua mente, não ser homem predestinado a impulsiona a estudar o dobro, atuar o triplo e permanecer firme em seu propósito mais do que qualquer um.*

*Atualmente, ela aguarda a graduação em Ministério Pastoral, destinada àqueles que almejam se tornar pastores. Esse curso oferece uma preparação rápida e intensiva para administrar, pastorear, fundar e liderar igrejas, convenções e conselhos. Por vezes, ela contempla a ideia de que 'se fosse homem, já estaria exercendo o pastorado'. No entanto, demonstra resiliência, pois já desempenha o papel de promotora do amor cristão. Sua abordagem ativista é única, concentrando-se na prática da religiosidade e nos benefícios que podem ser gerados em sua comunidade. Portanto, se conforma. Isso é mais que suficiente para ela."*

#### **4.2.1 Carreiras subjetivas e religião**

Na tessitura da narrativa ficcional de Lúcia, um marcador social da diferença de suma importância para desvelar as intrincadas conexões entre carreiras, gênero e raça emerge: a religião. Nesse contexto, é entendida como um conjunto de representações simbólicas socialmente construídas, manifestando-se como um marcador social da diferença que lança luz sobre as dinâmicas sociais (BANTON, 2011). É crucial ressaltar que o termo "religião" difere de "fé", sendo este último mais apropriado para abordar crenças e práticas individuais. No entanto, o primeiro está intrinsecamente vinculado a comportamentos institucionalizados (CONSTANTINE *et al.*, 2006), desdobrando-se como uma força motriz que permeia a trajetória de carreira de Lúcia.

De acordo com Rosado (2017), as crenças, práticas e representações religiosas não moldam apenas a realidade, fortalecem estruturas sociais preexistentes, mas também desempenham um papel crucial na promoção de mudanças. Esses elementos exercem uma atração significativa sobre o público feminino, desafiando a prevalência do ideal de secularização em vários estratos sociais. Nesse cenário, as mulheres se destacam como figuras representativas proeminentes em diversas religiões ao redor do mundo (ROSADO, 2017).

Brinkerhoff e Mackie (1993) destacam dois elementos essenciais para a formação de uma carreira religiosa: religiosidade e comunidade. Religiosidade envolve adotar um conjunto de crenças, enquanto comunidade refere-se a se sentir parte de um grupo religioso. O primeiro

abrange seguir dogmas, rituais e práticas espirituais, já o segundo consiste em ter relacionamentos e interações sociais com pessoas que compartilham a mesma religião. Esses dois fatores formam a base da religião e são vitais para praticá-la. No contexto de Lúcia esses elementos são expressos através do “acolhimento daqueles que se dedicaram a ajudá-la”, após a morte do irmão. Estes, transformaram “toda angústia em uma espécie de missão de gratidão, gerando uma necessidade intrínseca de retribuir àquela comunidade”.

Dessa maneira, uma carreira fundamentada na religião envolve não apenas crenças e práticas pessoais, mas também a participação ativa em uma comunidade religiosa (BRINKERHOFF; MACKIE, 1993). Desse modo, transcende as dimensões objetivas, atrela-se às subjetividades e perspectivas pessoais, delineando como as pessoas enxergam suas vidas e interpretam os significados atribuídos às suas ações, o que, por sua vez, impacta na construção de suas carreiras (GUNZ *et al.*, 2019). Assim, para Lúcia, “a vida e uma carreira só fariam sentido se sua função fosse auxiliar os outros da mesma forma” unindo religiosidade e comunidade na sua trajetória. Durante as entrevistas das participantes E1 e E9 também observo essa relação:

“E desde pequena, eu sempre tive um olhar crítico, e estou falando com humildade, só pra você entender como que sempre foi. Eu sempre achei o mundo muito injusto, mas eu não entendia como que eu tinha alguma coisa e outra pessoa não tinha. E eu sempre tive um olhar muito crítico na questão da justiça social, de achar que às vezes outra pessoa é olhada de um jeito que ela não precisa ser olhada ou ela é julgada de um jeito que ela não precisa ser julgada.” (Entrevistada 1).

“Desde sempre eu fui muito firme no que eu pensava, eu nunca deixava outras pessoas virem e dizerem o que eu devia fazer. Eu sou evangélica até hoje, eu apaixonada pelo evangelho. E eu curso teologia por isso, ali eu faço meu trabalho missionário com propósito. É para o próximo e pro evangelho ser propagado e expandido, não busco só o meu reconhecimento”. (Entrevistada 9).

A partir deste exemplo, reitero as observações de Tams *et al.* (2021) acerca da natureza dinâmica das carreiras, que articulam elementos individuais e relações contextuais presentes nas vivências dos sujeitos. Partir dessa compreensão possibilita abranger diversos elementos anexos ao contexto, como status, renda, bem-estar, satisfação profissional e opressões, os quais se manifestam em contextos variados moldados por processos dinâmicos ao longo do espaço e do tempo (GUNZ *et al.*, 2019).

Entrelaçadas às narrativas de Lúcia, essas experiências delinearam o seu "propósito", de construir uma carreira em prol do missionado, representando simultaneamente uma interação singular entre o eu e sua experiência social, enquanto parte de um coletivo. Para ilustrar essa dinâmica, destaco a socialização comunitária presente na ficção de Lúcia, suas circunstâncias

de vida, as dinâmicas de gênero envolvidas e as oportunidades de carreira específicas do contexto, notadamente relacionadas ao cenário religioso evidenciado na narrativa (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Assim, evidencia-se uma trajetória construída ao longo do tempo que incorpora autodefinições e subjetividades (YOUNG; COLLIN, 2004), alinhando a compreensão das carreiras, a uma perspectiva simbólica que não se dissociam da estrutura social, mas se articulam de forma individual e coletiva (PRINGLE *et al.*, 2019).

Além disso, muitos líderes religiosos interpretam suas carreiras como uma renúncia, limitando, assim, sua participação em diversos campos. Dessa forma, baseiam-se em convicções espirituais, considerando a sua trajetória de carreira uma vocação e/ou chamado divino (REIS *et al.*, 2020). Para Lúcia o “chamado” foi interpretado como um “milagre”. Com relação a esse aspecto, Reis *et al.*, (2020) trazem que os principais objetivos desses sujeitos são a dedicação ao serviço e a busca por deixar um legado significativo para suas comunidades, atuando de maneira transformadora. Envolve dedicar-se aos fiéis, liderar cerimônias religiosas, difundir os ensinamentos da fé, fomentar a espiritualidade e oferecer orientação e suporte espiritual aos seguidores da religião (WEISS *et al.*, 2003).

No caso de Lúcia, o “chamado divino” está intrinsecamente associado à descoberta do propósito de vida e à busca de uma carreira alinhada a esses símbolos, unindo tanto os valores pessoais quanto os profissionais (WEISS *et al.*, 2003). Nesse contexto, sua prática religiosa e construção de carreira destacam a convicção de que cada indivíduo está destinado a realizar uma ação específica ou cumprir uma missão única no mundo. Descobrir esse chamado requer uma reflexão profunda, autodescoberta e escuta dos outros, alinhando metas pessoais com responsabilidades profissionais, reconhecendo a importância do equilíbrio entre valores éticos e espirituais (WEISS *et al.*, 2003).

Similar à história de Lúcia, Collins e Brewer (1992) examinam a jornada de Katie Cannon, cuja ênfase na autoridade bíblica transformou o aprendizado da "palavra" em um meio crucial para uma carreira alinhada à religiosidade. Esse comprometimento não apenas contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal, mas também moldou a sua trajetória em direção a uma carreira religiosa. Collins e Brewer (1992) ressaltam que muitas igrejas, especialmente as de base negra, desempenham um papel fundamental no apoio a diversas iniciativas sociais, econômicas, políticas e éticas que visam o progresso das comunidades.

Dessa forma, a compreensão do que é considerado ideal para a trajetória de carreira de Lúcia difere das premissas explicitadas nas teorias de carreira, baseadas em perspectivas objetivas, as quais frequentemente definem o "sucesso" por meio de marcadores externos, como promoções, salário e status profissional. Para ela, os apelos de sua carreira estão no senso de

propósito, realização e alinhamento de sua carreira com seus valores e aspirações pessoais (HALL; CHANDLER, 2005). A perspectiva subjetiva torna-se a partir do entendimento de sua prática como uma "vocação", refletindo um sentido de propósito e significado em sua carreira (DUFFY *et al.*, 2018; DUFFY; BLUSTEIN, 2005).

Incorpora-se ao debate o caráter simbólico das relações de carreira, que moldam narrativas, alinhando-se às dinâmicas do tempo. Além disso, transformam-se por influências externas. Nesse contexto, a religiosidade e motivações pessoais atreladas às trajetórias de Lúcia influenciaram no aprimoramento de habilidades, na obtenção de reconhecimento social e no exercício de autoridade em setores específicos, extrapolando, assim, a mera busca por benefícios materiais, poder e prestígio (SEIDL, 2009).

Ademais, a busca por seu missionado liga-se a um “chamado” que reflete símbolos, a dimensão espiritual, propósitos e a busca por bem-estar pessoal e comunitário vinculados ao contexto de sua carreira (DUFFY; RYAN *et al.*, 2018). Assim, sua predisposição à essa carreira é reafirmada por meio das experiências acumuladas e da inserção em redes específicas de relacionamento, como indicado por Seidl (2009). Ademais, partiram de eventos conjunturais, como "crises", "rupturas", a atmosfera político-cultural e movimentos que marcaram sua trajetória, em comunhão entre narrativas, contextos e o tempo (SEIDL, 2009).

#### **4.2.2 Religião, raça, classe, gênero e missão**

*“Gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião e classe social são algumas das variáveis que se impõem contemporaneamente, conformando novos sujeitos políticos que demandam ao Estado e à sociedade por reconhecimento e políticas inclusivas. Escritos de uma vida” (Sueli Carneiro).*

Ao explorar a trajetória da carreira religiosa de Lúcia, à luz do pensamento feminista e interseccional, observa-se que mesmo com a participação ativa das mulheres em posições de autoridade e sua influência significativa nas instituições religiosas (ROSADO, 2017), a estrutura de poder formal permanece predominantemente centralizada nos homens. Anexas à narrativa emergem discrepâncias evidentes nos espaços de liderança desse contexto (BREWER; COLLINS, 1992). Na narrativa ficcional, essas ambiguidades são reveladas por meio das dinâmicas do poder disciplinar, que delineiam cenários específicos para as mulheres negras, reforçando opressões entrelaçadas de raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros, construindo-os mutuamente (BREWER; COLLINS, 1992).

Explorando essas nuances, observo não apenas as discrepâncias nesses espaços de liderança, mas também elementos que reforçam conceitos fundamentais, tais como masculinidade hegemônica (ACKER, 2006b; GROSSI, 2012; KNIGHTS, 2019; RAGO, 1998) e nuances do ativismo feminino negro (BANTON, 2011; BREWER; COLLINS, 1992; CONSTANTINE *et al.*, 2006). Esses prismas foram identificados por uma leitura interseccional, que impõem e revelam opressões ao desejo de Lúcia em seguir sua carreira como pastora.

Destaco, em primeiro lugar, que as barreiras emergem devido à impossibilidade de Lúcia atingir posições de liderança na organização religiosa. Esse contexto permite uma análise dos paralelos entre a autoridade masculina em carreiras orientadas por masculinidades hegemônicas. No contexto histórico do desenvolvimento do sistema patriarcal, percebe-se na formação da identidade masculina a incorporação de imagens e práticas culturais que contrastam com o ideal “feminino” (GROSSI, 2012; RAGO, 1998). Dessa forma, a masculinidade hegemônica define-se como a forma considerada correta e amplamente aceita, atribuída a líderes e outras figuras influentes em determinados momentos históricos, legitimando o poder daqueles que a personificam (ACKER, 2006b).

Nesse sentido, em determinados contextos, homens específicos (brancos e heterossexuais) são percebidos como impulsionadores do desenvolvimento. Na ficção de Lúcia, esse conceito se materializa na representação do missionário Isaías. Ao longo de sua trajetória, a narradora reflete: "E se eu fosse como o Isaías?", referindo-se a um jovem branco e influente da igreja que, mesmo antes de concluir sua formação, já ocupa uma posição proeminente, revelando uma forte inclinação para assumir as funções de pastor. Isso se deve ao fato de que "O nome dele já está escrito". Essa dinâmica de privilégio surge devido às práticas racistas e sexistas que se interseccionam nas organizações, produzindo práticas que perpetuam o domínio do homem branco em cenários de liderança, especialmente em relação as mulheres negras, historicamente marginalizadas. Esse domínio cria um ambiente em que a liderança masculina é frequentemente vista como a norma, reforçando os preconceitos sistêmicos contra as mulheres. Contribuindo para consolidação de barreiras sistêmicas incorporadas na cultura organizacional e reforça o status quo em cargos de liderança (GAUSE, 2021).

Conforme discutido por Acker (2006b), a masculinidade hegemônica estabelece padrões normativos do que é considerado legítimo, impondo limitações às pessoas do gênero feminino e outras minorias que desafiam essa norma. Essas restrições perpetuam desigualdades e dificultam o acesso de mulheres a espaços de liderança, como evidenciado na trajetória de Lúcia. Na narrativa, o missionário Isaías, um homem branco, é reconhecido pela comunidade

religiosa como predestinado, apesar de Lúcia possuir a formação necessária para exercer cargos semelhantes.

A incorporação desse ideal nas ideologias revela-se muitas vezes sutil, quase invisível, sendo percebida como parte da construção natural das relações. Invariavelmente, esse processo resulta na redução da participação das mulheres, tornando escassas aquelas que conseguem atingir posições mais elevadas nas organizações. Ademais, muitas vezes, são compelidas a agir dentro dessas restritas normas (ACKER, 2006b).

Portanto, esses ideais não apenas formam imagens e conceitos estáticos, mas também delimitam transformações sociais em curso (ACKER, 2006b). Por outro lado, a atuação de mulheres e de outros sujeitos que desafiam o padrão cisheteropatriarcal, exemplificada pela participação de Lúcia, carrega o potencial de se transformar em uma dimensão desafiadora à hegemonia masculina, transpondo as fronteiras do âmbito privado para o público. Isso ressalta uma esfera de ativismo que enfatiza a centralidade das mulheres, especialmente no caso de uma mulher negra em espaços comunitários. Destaca, portanto, outros sujeitos que exercem poder por meio das estruturas preexistentes, embora nem sempre essa dinâmica seja claramente perceptível (BREWER; COLLINS, 1992).

Ao longo da história, essas mulheres têm desempenhado papéis fundamentais na construção de esferas de influência, autoridade e poder, proporcionando uma visão de mundo distintamente diferente daquela apresentada pelos grupos dominantes. A dedicação exemplar de Lúcia, que se destaca ao educar os filhos de outras mulheres e buscar auxiliar a comunidade a partir de sua fé, remete a essa dimensão crucial do ativismo político. Por ser uma mulher negra, desafia sistematicamente opressões entrelaçadas, enquanto busca equidade, especialmente a sujeitos historicamente marginalizados. Destaco, nesse momento, que o ativismo e a busca por educação, há muito tempo, representam uma poderosa conexão entre o indivíduo, a mudança e o empoderamento (BREWER; COLLINS, 1992). Do mesmo modo, torna-se um espaço de luta e um meio para oprimidos recuperarem a si mesmos (HOOKS, 2019a).

Durante a escravização, o ensino de negros a ler e escrever era ilegal. Dominar essas habilidades representava uma possibilidade de ruptura com o sistema, oferecendo competências essenciais para questionar suas fundamentações (BREWER; COLLINS, 1992). A partir dessa perspectiva histórica, a trajetória de Lúcia assume um novo caráter, delineado por sua atuação na comunidade e dedicação para ajudar e servir outros sujeitos partes de sua comunidade (CONSTANTINE *et al.*, 2006). Segundo Collins (2021), embora mulheres como ela não se apresentem como defensoras diretas dos direitos das mulheres negras, suas ações beneficiam

diretamente essa comunidade. Enquanto muitos falam apenas sobre resistência, essas mulheres proporcionam resultados tangíveis. Assim, acreditam que o progresso ocorre no contexto da comunidade (BREWER; COLLINS, 1992).

Além disso, desafiam a noção de que a religião é uma questão exclusivamente privada, destacando como as experiências e identidades religiosas são moldadas por questões sociais mais amplas. Esse contexto nos leva a considerar como o racismo, a xenofobia e o sexismo podem influenciar a vivência da fé e a participação nas comunidades. Da mesma forma, nos lembra que essas práticas de fé não são estáticas ou monolíticas, mas sim moldadas pelas trajetórias e contextos sociais de cada sujeito (BANTON, 2011).

Em resumo, as restrições inicialmente perceptíveis na busca por posições de liderança na organização religiosa revelam paralelos entre a autoridade masculina em carreiras seculares e sagradas. A presença sutil e muitas vezes invisível da masculinidade hegemônica, tanto nas práticas coletivas quanto nas ideologias, molda trajetórias e pode restringir a participação das mulheres, como evidenciado no exemplo de Lúcia (ACKER, 2006b; GROSSI, 2012; KNIGHTS, 2019; RAGO, 1998). Por outro lado, a dedicação ressalta a relevância do ativismo político das mulheres negras para impulsionar empoderamento e transformação nas comunidades (BANTON, 2011; BREWER; COLLINS, 1992; CONSTANTINE *et al.*, 2006).

Portanto, a análise da narrativa ficcional revela as nuances de uma trajetória religiosa moldada por interações complexas. Esse entendimento desafia a perspectiva de que a religião é estritamente uma questão privada, destacando como as experiências contextuais e sociais são permeadas por questões mais amplas, ancoradas em opressões interseccionadas. Dessa forma, ressalta-se a dinamicidade das carreiras subjetivas alinhadas à religião, forjadas pelas experiências individuais e sociais, abrindo espaço para novos debates.

### **4.3 A Cuidadora: carreiras sem representação e possibilidade de subordinação**

Nesse contexto de discussões interdisciplinares, pretendo explorar as complexidades das trajetórias de carreiras, anexas a um amplo espectro contextual. Em consonância com Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007), considero fundamental aprofundar o diálogo de que as carreiras não são entidades isoladas, mas sim moldadas por fenômenos complexos e contextuais. Para ilustrar essa perspectiva, apresento a narrativa ficcional de Fátima, uma mulher negra, com 79 anos completos, cabelos crespos e curtos transformados em finas tranças nagô, que carrega consigo marcas de uma vida forjada por desafios.

Nascida em uma época em que as oportunidades eram nulas para jovens como ela, Fátima viu-se obrigada a abandonar sua família na adolescência para ser “doméstica” ou “cuidadora” (os termos estão entre aspas, pois as condições que por muito tempo experimentou podem ser caracterizadas como uma forma de trabalho análogo à escravidão). Sua jornada foi repleta de sacrifícios e de uma rotina de atividades árduas. Em virtude disso, a ficção, é permeada por experiências que entrelaçam diferentes esferas fundadas no contexto das carreiras, como o trabalho, a origem individual, a sociedade, a cultura nacional e o desenvolvimento global (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

As reflexões extraídas da narrativa se transformam em referências para aprofundar compreensão dos contextos e das interconexões entre vários elementos que influenciam e delineiam trajetórias ao longo do tempo. Esse enfoque fortalece a concepção de Gunz *et al.* (2011), destacando a natureza sucessiva e interligada das carreiras, moldadas gradualmente ao longo das experiências, envolvendo relações heterogêneas, subjetivas e simbólicas que interagem e se formam nos mais diversos contextos. Assim, Fátima personifica sujeitos esquecidos, vocalizando demandas daquelas cujas histórias merecem ser contadas e reconhecidas.

*“Aconchegada em um sofá desgastado, encontra-se Fátima, imersa em suas preces enquanto acompanha uma missa transmitida pela televisão com sua vizinha, uma senhora pouco mais nova, chamada Alaide. Consciente da solidão de Fátima, se junta a ela nesses momentos de devoção diariamente. Entretanto, não sabe muito sobre sua história, apenas rumores sobre sua chegada até ali.*

*Fátima, é uma senhora de setenta e nove anos, que exhibe finas tranças negas, marcadas por alguns fios brancos, cuidadosamente fixadas por vários grampos. A sala é abarrotada de enfeites, muitos são santos, lembranças de falecidos e medalhas ornadas com imagens da igreja Católica. Todo o espaço está impregnado por uma atmosfera de devoção e oração, o cheiro forte de vela misturados com aroma de café tomam conta do ambiente.*

*Seguindo o roteiro dos dias que seguem, após a missa, ambas tomam uma xícara de café doce e encorpado, compartilhando uma série de histórias sobre conhecidos daquela região. Ambas residem em um bairro que antigamente era conhecido por acolher os antigos funcionários da rede ferroviária. Fátima, geralmente reservada sobre sua jornada como trabalhadora doméstica, enfrenta sentimentos complexos, tornando a tarefa de contar sua história uma empreitada desafiadora. Entretanto, naquele dia, após momentos de reflexão*

*inspirados pelas palavras do Padre, ela opta por quebrar a reserva, decidindo confiar plenamente em sua companheira de fé capítulos de sua trajetória.*

*A ‘labuta’, como ela denomina, começou muito cedo. Fátima é fruto de uma família numerosa, composta por oito irmãos. Até os treze anos, ela compartilhava sua moradia com seus pais, irmãos e a avó, chamada Sá Ana. A residência, uma modesta construção de pau a pique, situava-se no Curralinho dos Paula, um quilombo nas proximidades de Resende Costa, Minas Gerais. Na sua época, esse lugar também era conhecido como rancho, onde os antigos escravizados se estabeleciam, formavam famílias, buscavam emprego na região e construíam suas vidas. Referindo-se à medalha que enfeita seu pulso, conta a Alaide que todos ali cultivavam uma profunda fé em Nossa Senhora da Conceição. A celebração mais significativa daquela comunidade era realizada em honra do dia da santa. Com o coração saudosos da antiga terra, entoava um trecho de uma canção que marcou sua infância que a faz lembrar-se dos dias de reisado no Curralinho dos Paula: ‘(...) Ô mamãe, abraça eu, mamãe, embala eu, mamãe, cuida de mim!’. Uma lágrima discreta preenche seus olhos, mas ela se recusa a escorrer.*

*Com um sorriso para dissimular a dor, explica que foi na véspera desse dia que sua mãe morreu. Sá Ana pediu para que todos os irmãos buscassem ajuda da parteira que residia em uma comunidade próxima. Fátima correu sozinha procurando, sem lembrar exatamente quanto tempo se passou, mas marcada pela nítida recordação de nunca ter corrido tão rápido. Chegou no Curralinho arrastando a parteira pela mão, pressentindo que a situação era grave. Ao chegar, Sá Ana estava à espera logo na entrada. A avó, que sempre usava um lenço na cabeça, agora o utilizava para enxugar as lágrimas. Antes de entrar na casa, segurou Fátima pelos braços e disse: ‘O sangue esgotou, Deus a tirou da minha mão. Ela e o nenê’. A avó era muito velha não conseguiria salvar duas pessoas. Depois dessa explicação, Fátima secou os olhos com a blusa. Apesar de suas lágrimas serem discretas, não passaram despercebidas.*

*Com o rosto tampado, assemelhando-se a uma criança que teme a repreensão, Fátima revelou que ali começou sua jornada de “cuidadora dos outros”. A avó, ciente de suas limitações para criar todos os netos, comunicou que seria impossível assumir tal responsabilidade. Considerando sua avançada idade e a irresponsabilidade do pai, que dedicava sua vida à lavoura durante o dia e gastava seus escassos recursos em cachaça à noite, decidiram ali na missa de sétimo dia da mãe, que cada criança estaria à disposição de quem que se interessasse.*

*Cada um foi entregue para uma família diferente. Fátima, por sua vez, foi “doada” a uma parente da parteira. Essa senhora justificou a necessidade de uma “mocinha” para ajudar nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos. Viúva de um antigo trabalhador da rede*

ferroviária, a mulher encontrava-se temporariamente no quilombo para celebrar as festas santas. Acolhendo Fátima, foi conduzida até Lavras, uma cidade distante das raízes de sua família. Envergonhada pela emoção que permeava a sala, ela se justificou com um sorriso, dizendo: 'Essa é a parte mais triste. Depois, tudo seguiu o curso que Deus quis pra mim.' Fátima, que nunca havia deixado a região do quilombo, após a separação, encontrou-se morando em um local que, para ela, parecia tão grande quanto uma capital.

Na casa daquela senhora, viveu até os trinta e oito anos. Ela era considerada da família, cresceu junto com Dida, a filha mais velha, com quem compartilhava o mesmo quarto. Dida ocupando a cama de viúva e Fátima dormindo em um colchão de palha no chão. Rapidamente, aprendeu o seu lugar, o que mandavam ela fazer. Lavava, passava, cosia (sic) as roupas, limpava a casa todo santo dia. Sempre foi muito caprichosa, cultivava assim, o hábito que herdou de sua mãe e avó, mesmo morando em uma casinha de pau a pique, mantinham o chão de terra batido sempre limpo e molhado. Sem uma poeirinha sequer.

A única coisa que a senhora não deixava Fátima fazer era cozinhar. Acredita que essa restrição era motivada pelo orgulho, não gostavam de ver preto perto das comidas ou das visitas importantes. Também a mandavam lavar a mão constantemente antes de tocar nas crianças, que por muito tempo, tiveram medo dela. Lembra que a matriarca costumava esconder as comidas em um armário trancado, incluindo queijos, doces de frutas, leite em pó, achocolatado e pães. À Fátima só era permitido comer um pão por dia, um prato de comida no almoço e outro na janta, o restante nem pensar. Desde o início, à 'cuidadora', título que ela adota para si, não era concedido assento à mesa, sendo direcionada para o 'terreiro' da casa. Uma vez esqueceu-se do seu lugar, recebeu um tapa no rosto que a fez tombar no chão. Segundo Fátima, o golpe não foi tão violento, levando em conta que era uma moça franzina.

O terreiro da casa exibia um gramado e várias plantas. Com o passar do tempo, tornou-se o seu local predileto, chegando a desenvolver um carinho especial pelo pé de jabuticaba. Ali, realizou todas as suas refeições ao longo dos anos. Ao vasculhar os enfeites que estavam acima da televisão, Fátima resgata uma fotografia da senhora que a retirou de sua terra natal. Não podemos ignorar o aspecto racial, pois aquela mulher apresentava todos os traços de uma típica colonizadora: pele rosada, ombros largos, cabelos lisos e brancos, rosto severo e um crucifixo no peito. De maneira quase automática, ela acendeu uma vela e posicionou a fotografia entre tantos outros santos no altar. Ao fixar o olhar, Fátima reforçou para a companheira de oração que, apesar de 'orgulhosa', a senhora foi bondosa. Confessa ali que reza diariamente por sua alma. No final de sua vida, foi Fátima quem retornou para zelar e

*tratar de suas feridas. O orgulho foi deixado de lado, chegando ao ponto de depender da comida preparada por ela, já que todos os familiares a haviam abandonado.*

*Após o ritual, retorna ao sofá e inicia uma nova fase na narração. Ela reflete em sua fala a falta de estudo, admitindo que não sabe ler, apenas assinar o próprio nome. Mas com os números ela é boa, sabe fazer contas e dividir o ordenado. Além da educação, por muito tempo lhe foi negado o matrimônio. Testemunhou todos à sua volta constituindo família, enquanto ela permanecia solteira, considerada inadequada e velha demais. Certo dia, Dida sugeriu: ‘Fátima, você já está coroa, com trinta e oito anos. Por que não casa com o Tonho do armazém? Ele é solteirão, o armazém dá dinheiro para ele. Você casa e, mais tarde, terá a casa e o negócio dele. Quem sabe ele paga seu INPS e você aposenta?’*

*Dida, segundo Fátima, era à frente de seu tempo, uma das poucas mulheres que havia se divorciado e sempre encontrava soluções espertas para os problemas. Fátima não teve tempo para ponderar, nem mesmo precisou responder se concordava ou não. No dia seguinte, Tonho já estava à porta de sua casa, após fechar o armazém, pronto para cortejá-la. O namoro foi breve, pois ele desejava um casamento rápido, e assim se concretizou. Fátima tinha o sonho de se casar na igreja, mas Tonho se recusou, nutrindo descontentamento em contribuir financeiramente para a igreja. Além disso, ele não queria ser visto publicamente com preta na rua, só na cama.*

*Nesse momento, a narrativa assume um tom ácido, carregado de uma tristeza sutil e não explicitada. Embora nada seja diretamente revelado, ao longo da descrição da sua trajetória de vida, são delineadas projeções de diversos pontos que, pelas expressões e sentimentos implícitos, evocam a profunda dor da solidão. Para Fátima, casar com o dono do armazém foi uma experiência positiva, pois foi a primeira vez na vida em que teve dinheiro em mãos. Até ali nunca havia recebido retribuição financeira por sua função de “cuidadora”. Ter acesso ao dinheiro lhe proporcionou certo conforto. Tonho era avarento com algumas coisas, especialmente em relação a modernidades como comprar televisão e radiola, mas para Fátima ele não deixava nada faltar. A presenteava com esmalte, panqueiques (sic), batom... coisas que até então nunca havia recebido. Foi uma época boa. No entanto, durou pouco.*

*Colaborando no armazém, o dinheiro começou a circular por suas mãos. Em pouco tempo, aprendeu a devolver troco e a contar os ganhos, como também passou a ter a sua própria casa. Não estava acostumada com aquele ‘luxo’. Ela se tornou a ‘senhora’ de um lar, mas não tinha costume de ser senhora dela mesma, e para se sentir digna e reconhecer o seu espaço, mudava diariamente os móveis de lugar, incapaz de decidir qual disposição era a melhor. Apesar das tristezas do passado, ela encontrou ali felicidade. No entanto, parece que*

a morte permeia sua história. Dois anos após o casamento, Tonho sofreu um derrame e veio a falecer.

Com a morte, o armazém não foi pra frente, lhe faltava habilidade de negociar. Ela recorda de um episódio com o peixeiro, que a enganou cobrando mais do que o devido. Nesse momento, foi aconselhada a fechar as portas, passar o ponto e buscar auxílio no INPS para garantir pensão: ‘eu não sabia lidar com papel e gente’. Dida que foi responsável por tomar frente das burocracias e buscar recursos. Levou algum tempo, mas o benefício veio. O armazém foi alugado e a ‘cuidadora’ que não possuía recursos, passou a receber muito mais do que havia imaginado em sua vida.

Sem o marido, com nenhum contato com sua família, distante daqueles que a trouxeram para a cidade de Lavras, Fátima aceitou os designios de Deus e permaneceu sozinha na casa que Tonho deixou como herança. A vida ficou mais silenciosa ali. Sem os rompantes de Tonho, sem os amigos da antiga casa em que viveu, apenas ela e suas orações. Em companhia da solidão, sempre que solicitado, cuida de alguém. Se coloca em prontidão para auxiliar os doentes acamados, lavar roupas sujas dos vizinhos, cozinhar almoços de final de ano e tomar conta das crianças dos vizinhos. Fátima se sente útil quando pode cuidar de algo ou alguém. Foi por esse propósito que durante um período de tempo retornou pra cuidar da antiga patroa.

Ao concluir sua reflexão, Fátima revisitou seus anseios e delineou de maneira única a história. ‘Depois que ele Tonho morreu o que ficou foi essa casa, olha pra você ver, é grande pra mim. Eu penso em vender, mas fazer o que com tanto dinheiro? Essa época foi dura, mas eu resisti quieta e evitei desgaste pra receber a misericórdia. E você sabe o que foi? A herança da casa e a pensão. E a minha saúde, graças a Deus! Eu que tanto cuidei, agora tenho um ordenado que dá e sobra. Às vezes, nem sei com o que gastar. Compro um Toddy, às vezes uma sandália nova e os remédios. Eu vivo hoje na companhia do rádio, dos padres da televisão e sempre que aparece ainda pego umas roupas pra fora pra passar ou criança dos outros pra olhar. Quando chega eu fico alegre. Lembro do porque vim nesse mundo: pra cuidar dos outro (sic).’

#### **4.3.1 Abordagens de carreiras tradicionais e não tradicionais: o desafio da ausência de representação**

As perspectivas sobre carreiras podem variar significativamente. Tradicionalmente, são compreendidas sob a ótica do individualismo, descritas como uma sequência linear de empregos interligados. Essa abordagem prevê possibilidades de atuação, como avanços,

retrocessos, pausas e desvios. Pode ser visualizada metaforicamente como uma estrada, uma via de transporte ou uma faixa de rolagem, evocando a ideia de um caminho contínuo (BENDASSOLLI, 2009; CHANLAT, 1995; HEARN; HEIN, 2015). Nesse contexto, abrange uma série de ocupações ou empregos, nos quais os indivíduos realizam ajustes e transições, visando alcançar objetivos e progredir em suas respectivas áreas profissionais (HEARN, 1977).

Ademais, pressupõe uma harmonia entre a vida profissional e pessoal, na qual as funções da carreira desempenham um papel central nas experiências dos indivíduos (HEARN, 1977). Portanto, entendê-las sob a ótica tradicional prevê uma orientação para resultados (NILSEN, 2012). Além disso, se concentram em demandas de pessoas com um perfil específico: homens, brancos e heterossexuais (ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020). Essa perspectiva, é interpretada aqui como limitante, pois abarca principalmente sujeitos de classe média, cujas profissões são delimitadas pela formação superior. Da mesma forma, generalizam a compreensão do termo "mulher", interpretando-o como uma categoria universal, o que impede compressões aprofundadas sobre as distinções relacionadas à sexualidade, raça, classe, etnia, entre outros aspectos (FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

Partindo desse delineamento conceitual preliminar, noto limitações epistemológicas que impedem a construção de interpretações sobre a trajetória de Fátima e suas nuances. A abordagem tradicional de carreiras não abraça a diversidade presente na narrativa ficcional, limitando, assim, sua aplicação conceitual. Essa consideração é elaborada a partir da observação do contexto ilustrado que não sugere uma busca pelo sucesso ou uma orientação para alcançar metas profissionais alinhadas ao capital e ao desenvolvimento individual, características próprias de uma carreira tradicional (HEARN, 1977).

Contrariamente, remete à articulação de atividades, muitas vezes sem apelo econômico, que se entrelaçam com a vida pessoal. Não se fundamenta em escolhas racionais em busca do sucesso profissional (HEARN, 1977). Por isso, não incorpora os matizes do conceito tradicional, encontrando-se, portanto, em um espaço de não carreira ou carreira não tradicional (tradução literal de "non-traditional career" ou "non-career") (HEARN, 1977; NILSEN, 2012). É com base nessa nuance conceitual que serão desenvolvidas as análises em pauta.

Carreiras não tradicionais constituem uma abordagem alternativa (HEARN, 1977; NILSEN, 2012). Distinguem-se por não seguir o padrão convencional que normalmente sustenta a ideia de progressão linear, apresentando desafios, incertezas e obstáculos singulares (SIMPSON, 2005). Ao romper com a noção tradicional, fixa e linear, novas perspectivas são consideradas, permitindo uma abordagem mais ampla e simbólica. Essa abertura reconhece a ausência de um sentido intrínseco e significado predefinido às carreiras, possibilitando a

reavaliação das circunstâncias e uma compreensão mais profunda das perspectivas, que muitas vezes, são negligenciadas nas discussões do campo (HEARN, 1977; NILSEN, 2012).

Além disso, ativa um dispositivo fundamental: a diversidade. Considerá-la como parte integrante combate a persistência, tanto na pesquisa quanto na prática, da valorização exclusiva de informações relacionadas a grupos dominantes (PRINGLE *et al.*, 2019). Sob essa perspectiva, as carreiras são examinadas com um olhar dinâmico e contextual (BARUCH; ROUSSEAU, 2019). Acolher essa perspectiva, implica não apenas reconhecer experiências positivas, mas também contemplar as decisões equivocadas. Assim, transcende o sucesso, abordando também aspectos divergentes das relações sociais e organizacionais. Dessa forma, contribui para a construção de uma perspectiva equilibrada e complexa, entendida a partir das interações dinâmicas desenvolvidas entre pessoas, estabelecidas pelo trabalho, sociedades, culturas, instituições e organizações (BARUCH; VARDI, 2016).

Uma das bases que fundamentam o conceito de carreiras não tradicionais emerge das análises das opressões de gênero no ambiente organizacional, que destaca a notável carência de representatividade nesse cenário (ISMAIL; ZULKIFLI; HAMZAH, 2017). Refere-se também às carreiras que fogem das normas e expectativas estereotipadas, investigando vivências de homens e mulheres que atuam em áreas tradicionalmente não associadas às expectativas sociais (BIERI *et al.*, 2014; ISMAIL; ZULKIFLI; HAMZAH, 2017). Segundo Nilsen (2012), uma carreira não tradicional para as mulheres muitas vezes sugere uma posição inferior nas hierarquias organizacionais, caracterizada por salários e status social mais baixos. A autora destaca que diversos fatores influenciam essa condição, abrangendo desde questões ligadas à maternidade e políticas familiares até o contexto organizacional, a educação e as tradições históricas (NILSEN, 2012).

Aprofundar essa abertura teórica permite a formulação de uma nova indagação: “Seria possível, assim, examinar a trajetória de carreira de Fátima sob uma perspectiva que transcenda as limitações inerentes aos paradigmas convencionais das carreiras?”. Diante da abordagem revelada, essa possibilidade se torna viável. Contudo, é essencial uma abertura conceitual, visto que a jornada de Fátima é marcada pela precariedade, estabelece intersecções com diversos marcadores sociais da diferença que ultrapassam a esfera das relações de gênero e o contexto organizacional pré-definido, incluindo sua condição de mulher, negra e pobre. Isto é, uma narrativa amparada pela diversidade (BARUCH; VARDI, 2016).

Formular essa indagação nesse momento proporciona o reconhecimento e a busca por maneiras de superar as limitações inerentes aos estudos que perpetuam o ideal estático das carreiras, negligenciando as complexas opressões interligadas. Além disso, visa transcender o

debate exclusivo sobre as relações de gênero, evitando reforçar dicotomias biologicamente fundadas nas diferenças entre homens e mulheres (BUSCHOR *et al.*, 2014; ISMAIL; ZULKIFLI; HAMZAH, 2017).

A partir dessa perspectiva, proponho-me a interpretar a narrativa ficcional de Fátima, à luz do paradigma das carreiras não tradicionais. Desafiando essas limitações, busco enriquecer o desenvolvimento deste campo de estudo ao introduzir uma visão feminista e interseccional. Isso implica vincular os significados às dimensões sociais, pessoais, contextuais e econômicas (MAYRHOFER *et al.*, 2007). Além de estabelecer conexões entre os debates sobre a origem, ambiente de trabalho, sociedade, cultura nacional e evolução do contexto global, essa visão proporciona um olhar mais abrangente das diversas influências, promovendo uma compreensão holística dos fatores envolvidos (MAYRHOFER *et al.*, 2007). Para tanto, a próxima seção é construída e será desenvolvida com o intuito de ampliar a abordagem das carreiras não tradicionais por meio da lente interseccional.

#### **4.3.2 Navegando em trajetórias de carreira não tradicionais: uma perspectiva interseccional**

A concepção de carreiras nesta tese abraça a ideia da cronologia social do ator (GUNZ; MAYRHOFER, 2017) e integra aos seus significados as relações construídas em variados contextos. Isso implica considerar interações entre as dimensões culturais, sociais, econômicas e profissionais que fundamentam um fenômeno social complexo. Nesse enfoque, um dos elos destacados por Mayrhofer *et al.* (2007) é a dimensão contextual do trabalho. Por essa lente, as carreiras desempenham um papel fundamental, servindo como uma plataforma para múltiplas fontes de significado, concentrando-se na maneira como os sujeitos percebem, constroem e se envolvem em diversos contextos profissionais (BENDASSOLLI, 2009).

Assim, as carreiras, superando a visão tradicional, não se restringem apenas à execução de trabalho profissional e relações de emprego, expandem-se para além desses elementos, incorporando aspectos significativos das experiências humanas (BENDASSOLLI, 2009). Dessa forma, vão além de atividades exercidas ao longo de estruturas profissionais estáveis, mas também englobam os significados atribuídos e as ações que moldaram suas relações ao longo do tempo (GUNZ; PEIPERL, 2007). Ademais, favorece a análise dos desafios sociais, estruturais e organizacionais que perpetuam desigualdades e impactam os grupos minorizados (WINGFIELD; ALSTON, 2012).

A partir dessa primeira esfera de significado, dou início as reflexões sobre a trajetória de Fátima, considerando o trabalho como um artefato contextual para as carreiras. Por meio de suas interações nesse cenário, incorporam relações, enfrentam opressões, demarcam diferenças e, conseqüentemente, moldam a trajetória de vida dos sujeitos. O trabalho, portanto, transcende a mera atribuição de significados às relações vivenciadas, uma vez que ele se fundamenta em aspectos fluidos, históricos e situacionalmente contingentes (BROWNE; MISRA, 2003). Na ficção de Fátima, essas nuances se manifestam em sua função como trabalhadora doméstica no interior de Minas Gerais.

O trabalho doméstico só obteve reconhecimento oficial no Brasil em 1972 (TEIXEIRA, 2021). Contudo, a data representa apenas um dos símbolos que marcam as inúmeras desigualdades envoltas na função que impedem o reconhecimento dessa carreira nos moldes tradicionais do conceito. Mesmo diante de progressos recentes, as profissionais que desempenham essa atividade continuam a ser influenciadas por um status quo que direciona a responsabilidade exclusiva das tarefas de cuidado, considerando essa função intrinsecamente feminina (GUTIERREZ-RODRIGUEZ, 2014). Assim como outras responsabilidades historicamente feminizadas, o trabalho doméstico frequentemente é subestimado e indevidamente recompensado. No contexto histórico e sociocultural do Brasil, também é percebido como uma função, que comumente deve ser desempenhada por mulheres negras (BERNARDINO-COSTA, 2014).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2018) revelam uma queda na proporção de mulheres empregadas que se envolvem em atividades domésticas remuneradas. Ao longo do período de 1995 a 2018, observou-se uma redução na média geral, passando de 17% para 14,6%. No entanto, ao analisar a desagregação por raça, surge uma disparidade significativa: enquanto a taxa entre mulheres negras aumentou para 18,6%, as mulheres brancas apresentaram uma taxa de 10%. Esses números evidenciam uma persistente desigualdade de gênero e raça no contexto (IPEA, 2018).

A pesquisa também informa que o trabalho doméstico se caracteriza por condições precárias, respaldadas pelos baixos rendimentos, escassa proteção social, presença de discriminação e casos de assédio. Observa-se que mais de 6 milhões de pessoas estão envolvidas nesse setor, sendo que 92% representantes do gênero feminino, majoritariamente de origem negra, com baixa escolaridade e de famílias de baixa renda, características presentes na vivência de Fátima. Esses dados demonstram não apenas uma situação estatística, mas também uma realidade social complexa, que demanda uma abordagem abrangente e ação efetiva para enfrentar as desigualdades subjacentes (IPEA, 2018).

Na esfera pública, os sindicatos das trabalhadoras domésticas estão empenhados em lutar ativamente por uma regulação estatal mais robusta, visando garantir melhores condições e direitos para essas profissionais (ACCIARI, 2021; BERNARDINO-COSTA, 2014; GUTIERREZ-RODRIGUEZ, 2014). Contudo, no interior das residências, a regulamentação estatal se mostra frágil e revela as complexas dinâmicas que permeiam a relação entre as profissionais e seus empregadores. Refletindo o descumprimento de direitos, mas também a existência de um código de conduta enraizado e normalizado culturalmente, no qual as disparidades de gênero, classe e raça tornam pessoas específicas vulneráveis à violação de direitos fundamentais (BERNARDINO-COSTA, 2014). Fátima descreve essa relação ao afirmar que “rapidamente, aprendeu o seu lugar, o que mandavam ela fazia. Lavava, passava, cosia (sic) as roupas, limpava a casa todo santo dia” todas essas atividades exercidas sem restituição financeira, apenas em troca de abrigo e alimentação.

Nesse sentido, noto um panorama abrangente e contextual de opressões e supressões (COLLINS, 2019a) envoltos na trajetória de Fátima. Para Collins (2021), a opressão se manifesta nos sistemas de controle, dominação e discriminação, apoiando-se em categorias sociais interseccionadas que derivam da identidade e posição social dos mais diversos sujeitos. Fátima, originária do interior de Minas Gerais, confrontou simultaneamente diversas formas de opressão relacionadas à sua raça, regionalidade, vulnerabilidade financeira, idade (pois ela ainda era criança quando foi “doada”), baixa escolaridade e aspectos influenciados pelas dinâmicas de gênero. Essas opressões transpareceram na negação de direitos, na ausência de privilégios e nas oportunidades limitadas.

Já a supressão, por sua vez, foi observada nas estruturas de poder que podem silenciar e marginalizar certas vozes e perspectivas, especialmente as das mulheres negras (COLLINS, 2019a). No cenário investigado, é evidenciada através da marginalização e desvalorização das necessidades, pensamentos e inclinações pessoais de Fátima, resultando na subalternização de suas experiências. No relato, esse fenômeno é impulsionado por meio de estereótipos e narrativas predominantes, que influenciaram sua trajetória de vida e, consequentemente, as percepções sobre sua carreira.

É relevante destacar que, no cotidiano de mulheres negras, como o meu, frequentemente deparamo-nos com expressões como "essa aí nasceu com o pé na cozinha" ou sofremos, de maneira autoritária, com a imputação de funções braçais e mal remuneradas em nossas carreiras, encarregadas de tarefas que são consideradas básicas para outras pessoas. Essas práticas fundam-se em colonialidades (ANZALDÚA *et al.*, 2000; GUTIERREZ-RODRIGUEZ, 2014; LANDER, 2005; QUIJANO, 2005) que repercutem na atualidade práticas

que reforçam marcas de uma nação fundada na escravização (ACCIARI, 2021; GUTIERREZ-RODRIGUEZ, 2014; PARREÑAS, 2015; TEIXEIRA, 2021).

A análise das trajetórias de carreira se torna fundamental ao levar em consideração os elementos históricos, culturais e sociais, uma vez que esses revelam a origem, os dilemas e as limitações estruturais dos indivíduos. Nesse contexto, emergem características vinculadas à classe, status, socialização educacional e histórico laboral. Adicionalmente, sublinha o ambiente de colaboração entre sujeitos e organizações, ressaltando a importância da integração nas diversas relações. Assim, destaca o significado dessas perspectivas diante das transformações sociais e culturais, evidenciando sua diversificação. Em contrapartida, negligenciar essas considerações relega os estudos a uma abordagem simplista e pouco diversificada (MAYRHOFER *et al.*, 2007).

Zanola (2023), em resenha sobre o livro de Teixeira (2021), destaca que as antecessoras das trabalhadoras domésticas eram as escravas domésticas do período colonial brasileiro. Mesmo após o término da escravização, permaneceram como uma das principais fontes de sustento para inúmeras famílias. Essas mulheres não são reconhecidas como protagonistas e seu papel negligenciado na narrativa oficial da história do Brasil. Atualmente, essas mulheres não foram reconhecidas e seu papel continua a ser alvo de diversas formas de opressão que estão enraizadas nas estruturas de poder existentes, mesmo após o fim do período colonial (TEIXEIRA, 2021).

Nesse sentido, na história de Fátima, gênero e raça estão profundamente entrelaçados nas estruturas do capitalismo e em seus processos de classe, respaldado por uma longa história de segregação no trabalho e pelas imagens e ações de pessoas brancas que dominam os jogos do capital. Por esse caminho, impulsionam uma divisão internacional do trabalho reprodutivo (REZENDE; TÁRREGA, 2021; KNIGHTS, 2019). Ademais, essa busca por mão de obra barata e subvalorizada, primariamente, exercida por mulheres negras, alude a pretensão de um deslocamento de mobilidade de classe contraditória e à cidadania parcial experimentada nas famílias receptoras (PARREÑAS, 2015). Apesar da "gratidão" manifestada por meio da oração constante à senhora que a acolheu, as contradições e diferenciações entre hierarquias fundamentadas em raça, classe e gênero emergem nas reflexões de Fátima quando ela enfatiza que "não gostavam de ver preto perto das comidas ou das visitas importantes (...) costumava esconder as comidas em um armário trancado (...) não era concedido assento à mesa".

As trabalhadoras domésticas mantêm uma relação próxima com o local de trabalho e residência que a abrigam, embora enfrentem frequentemente uma distância simbólica em relação aos seus empregadores. Portanto, nega-se também a sensação de pertencimento à

família, ao território e ao afeto (PARREÑAS, 2015). O lugar predileto de Fátima na dinâmica familiar era o "terreiro" da casa, e o simbolismo subjacente à distância física em relação aos aposentos principais reflete as limitações restritas de espaço, mesmo residindo ali "(...) Uma vez esqueceu do seu lugar, recebeu um tapa no rosto que a fez tombar no chão". Esse relato ecoa as conclusões de Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), que enfatizam a importância de compreender a simbologia e a diversidade dos espaços ocupados pelas empregadas domésticas, assim como a variedade de noções de pertencimento e territorialidade que essas mulheres podem experimentar ao longo de suas vidas.

No livro de Kilomba (2020) encontra-se a representação de Anastácia, uma mulher escravizada no Brasil que possui uma máscara de ferro. Amplamente difundida em materiais didáticos, essa imagem expõe as adversidades do passado que ressoam nas experiências contemporâneas de mulheres negras. A máscara de ferro utilizada por Anastácia tinha como propósito impedir que as pessoas escravizadas se alimentassem enquanto desempenhavam suas tarefas. Além disso, ela servia como um símbolo de controle, desumanização e humilhação, representando uma maneira de privar alguém de sua identidade e individualidade. Tratava-se de um método de silenciamento.

Na trajetória de Fátima, embora não tenha experimentado uma máscara de ferro literal, os ícones de supressão persistem. Ao ser proibida de compartilhar refeições com os demais, relegada ao "terreiro" da casa, privada do acesso aos alimentos de melhor qualidade da família, instruída a "saber seu lugar" e a manter-se sempre em silêncio, a ela foi negado até mesmo o direito de escolha. Dessa forma, os símbolos compartilham a mesma essência da máscara de Anastácia, cujas ferragens encobriam a boca, formando uma metáfora eloquente da repressão no contexto racista. Reforça, portanto, mecanismos de restrição à liberdade de expressão e à capacidade de articular pensamentos. Assim, o ato de silenciar levanta questionamentos profundos: Quem possui o privilégio de falar? Que implicações surgem quando alguém se atreve a manifestar-se? E quais temas temos permissão para discutir? (KILOMBA, 2020).

Para além do trabalho, relacionado aos aspectos culturais e sociais a narrativa ficcional revela influências e consequências profundamente arraigadas na escravização. As conexões intrínsecas aos aspectos históricos e culturais delineiam nuances que modelam trajetórias de forma distinta das convencionais e lineares. Levar em conta essas intersecções proporciona uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados por mulheres que trilham o caminho do cuidado em um mundo caracterizado por desigualdades, opressões e complexidades (TEIXEIRA, 2021).

Essa abordagem abre espaço para uma outra perspectiva oferecida pelo pensamento interseccional, que ao contemplar as carreiras não tradicionais, concentra-se no aspecto financeiro, destacando a falta de uma remuneração adequada em relação à função desempenhada. No relato de Fátima, a compensação monetária é ausente, pois sua mão de obra é trocada por abrigo. Indivíduos que seguem trajetórias em carreiras tradicionais enfrentam tal precarização? Provavelmente não, pois a progressão hierárquica e o desenvolvimento dentro de uma organização pressupõem a remuneração e a busca por melhores condições salariais (HEARN, 1977; ISMAIL; ZULKIFLI; HAMZAH, 2017).

No trecho seguinte da narrativa de Fátima expõem-se diversas formas de opressão, principalmente as vinculadas a questões de raça, gênero e às complexas estruturas do capitalismo: “Para Fátima, casar com o dono do armazém foi uma experiência positiva, a primeira vez na vida em que teve dinheiro em mãos, até ali nunca havia recebido retribuição financeira por sua função de ‘cuidadora’”. As interconexões atreladas ao sistema econômico são perceptíveis não apenas em um local específico, mas exercem influência tanto sobre organizações quanto em instituições sociais. Podem ser visualizadas nas residências familiares e no cenário do mercado. A subvalorização traduz a mentalidade de indivíduos que se eximem de responsabilidades além da busca pelo lucro, ou de vantagens compensatórias. Essa prática, frequentemente bem-sucedida, prioriza os interesses de determinados grupos, como capitalistas, burgueses e outros atores parte do espectro cisheteropatriarcal, em detrimento das necessidades da população em geral (ACKER, 2006b).

Ademais, liga-se às segregações de gênero, cujo impacto varia de forma distinta em relação às mulheres negras, tendo como base, em parte, a ideologia da feminilidade vinculada ao papel de cuidadora. Nesse contexto, as representações da masculinidade promovem um ideal que contrasta características associadas à feminilidade, distanciando-se, assim, da esfera do cuidado (ACKER, 2006b). Dessa forma, o capitalismo industrial, inclusive em sua forma contemporânea neoliberal, opera de maneira paradoxal. Essas tensões intrínsecas contribuem significativamente para a perpetuação das desigualdades de classe, raça e gênero. Tornando-o, ao mesmo tempo, contraposto e fundamental para a organização das atividades de cuidado e reprodução (ACKER, 2006b).

Nesse paralelo entre mercado, capital e os ambientes privados, as atividades de cuidado frequentemente são percebidas como marginais ao "núcleo" do sistema. Esses processos impõem limitações para o entendimento do impacto real dessas dinâmicas nas famílias e na vida cotidiana, enquanto pressupõem que a reprodução e a manutenção da vida não são preocupações centrais (ACKER, 2006b). De outro modo, são responsabilidades de um núcleo

específico. Logo, através dessa interação conceitual, perpetuam-se estereótipos que colocam mulheres como Fátima em papéis voltados para consumo e exploração, tanto no contexto de trabalho quanto no aspecto sexual. Além disso, atribuem rótulos de inferioridade que se fundam no imaginário coletivo, e são reforçados pela presença contínua de uma desigualdade estrutural (TEIXEIRA, 2021).

Essas reproduções são formadas rotineiramente pelo sistema capitalista, que promove conflitos entre o reconhecimento das funções que “merecem” restituição financeira, geralmente relacionadas à produção, e as atividades não remuneradas formadas por atividades de cuidado, muitas vezes associadas às tarefas domésticas (ACKER, 2006b). Na trajetória de Fátima, a remuneração justa é negada, apesar de sua importância crucial para a sustentação econômica (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015). A existência de uma hierarquia com base em valores monetizáveis, relega a sua função a uma posição inferior (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015). Além disso, reforça a negação da sua humanidade. Essa segregação entre trabalho remunerado e as atividades não remuneradas de cuidado é sustentada na vivência de Fátima pela impossibilidade de estar com as visitas, mesmo sendo considerada “da família”, o casamento forjado para garantir um sustento e previdência social negados pelos patrões, a necessidade de lavar-se antes de tocar nas crianças, destacam a desvalorização e desumanização de sua função.

Fátima também destaca a necessidade de ocultar sua verdadeira condição para se integrar ao ambiente no qual está construindo sua trajetória (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015), internalizando o abrigo em um novo núcleo familiar e a oportunidade de sair da sua terra natal como uma dádiva. A negação é vista como um artifício para a perpetuação de narrativas que reforçam o papel das trabalhadoras domésticas como servas ou escravas modernas. Ademais, sustenta práticas de controle consideradas mais “humanas” e socialmente aceitáveis, criando uma diferenciação nas formas de controle disciplinar impostas a diferentes grupos (CHIN, 1995).

Diante dessa análise, compartilho a perspectiva apresentada por Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015). Os resultados do estudo mencionado revelam que as trabalhadoras domésticas mantêm uma conexão profunda e identificação com os locais onde desempenham suas funções e, eventualmente, residem. Entretanto, permanece uma distância simbólica significativa entre essas mulheres e seus empregadores. Essas conclusões têm como fundamento um simbolismo profundo, que permeia as experiências de Fátima e outros marcadores sociais da diferença, evidenciando disparidades entre as carreiras tradicionais e aquelas que não seguem os padrões

convencionais de progressão e linearidade. Isso se deve à condição de opressão interseccional experimentada.

Ao retomar a questão que fundamenta esta seção: "Seria possível, assim, examinar a trajetória de carreira de Fátima sob uma perspectiva que transcenda as limitações inerentes aos paradigmas convencionais das carreiras?", noto que a analisar carreiras sob uma perspectiva tradicional, muitas vezes, se faz necessário adotar abordagens funcionalistas e lineares do conceito. Isso, por sua vez, reafirma perspectivas que impedem a compreensão da diversidade interligada a participação de grupos minoritários nas discussões (BRISCOE; DICKMANN; PARRY, 2019). Esse enfoque preliminar, portanto, desconsidera compreensões mais amplas, deixando de lado a perspectiva individual, o contexto social, geográfico e temporal (MAYRHOFER; GUNZ, 2019). Do mesmo modo, negligenciam a diversidade de histórias sociais e suas nuances (BRISCOE; DICKMANN; PARRY, 2019).

Portanto, não seria a lente ideal para compreender as nuances da carreira em questão. Para compreender uma trajetória que rompe com as ideias tradicionais, fixas, imutáveis, foi preciso visualizar os significados que abarcam relações amplas que desafiam entendimentos tradicionais da linearidade, continuidade e masculinidade. Traçando um novo prisma de análise que une carreiras, feminismo negro e interseccionalidade para compreender interações e subjetividades presentes. Por esse prisma que entrelaça aspectos estruturais, institucionais, socioeconômicos, políticos, culturais e simbólicos, foi possível refletir sobre o contexto histórico e social no qual essas carreiras se inserem, ampliando as possibilidades de investigação e abordagens sobre o tema (CHANLAT, 1995; CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011; GUNZ, HUGH; MAYRHOFER; LAZAROVA, 2019).

Do mesmo modo, proporciona interpretações mais abrangentes sobre os motivadores individuais, contextuais, familiares, sociais, organizacionais e industriais que moldam as trajetórias de vida ao longo do tempo em relação às carreiras (BRISCOE; DICKMANN; PARRY, 2019). Assim, destaco a importância da lente utilizada como uma alternativa para compreender as mudanças e revoluções experimentadas nas carreiras, transportando nas análises das investigações valores, culturas, percepções e símbolos. Essa abordagem vai além, oferecendo uma compreensão mais profunda das opressões presentes nas complexidades das trajetórias de carreira.

### 4.3.3 Debatendo o cuidado: quem cuida de quem?

*“Caring for myself is not self-indulgence, it is self-preservation, and that is an act of political warfare” (Audre Lorde).*

Ao analisar os símbolos na narrativa de Fátima e o excerto do texto de Audre Lorde (2017) que introduz esta seção, destaco um conceito que sobressai na narrativa e necessita de aprofundamento nas análises desta tese: o cuidado. Sua compreensão vai além do âmbito profissional, estendendo-se especialmente às dinâmicas cotidianas protagonizadas por pessoas que se identificam com o gênero feminino (MOLINIER, 2014). Assim, o ato de cuidar não se limita apenas a uma responsabilidade profissional, tendo em vista que se torna uma prática que permeia afetos e emoções ambivalentes ao longo das vivências de mulheres em diferentes cenários.

Essa prática está intrinsecamente ligada a atender às necessidades físicas, emocionais e sociais, visando o bem-estar e proteção, manifestando-se nos âmbitos familiar, profissional e comunitário. Desde cuidados fundamentais, como alimentação, higiene e saúde, até atenção a aspectos emocionais e ao desenvolvimento pessoal, assim, o cuidado abrange um amplo espectro (MOLINIER, 2014). Além disso, não reflete apenas uma linguagem enraizada em aspectos emocionais, mas também contribui para a criação de relações em diversas organizações, conforme destacado por Molinier (2014).

Entretanto, a compreensão do "trabalho de cuidado" pode flutuar de acordo com o contexto e as diversas perspectivas que envolve. Nem todas as atividades realizadas no âmbito doméstico ou de serviços são automaticamente categorizadas dessa maneira. Por exemplo, ocupações como a de professor(a) ou treinador(a) esportivo(a) podem não ser rotuladas como "trabalho de cuidado" devido à falta da dimensão emocional. Dessa forma, a definição é ampla, abarcando uma variedade de tarefas e ocupações relacionadas à preservação e atenção à vida humana (NADASEN, 2021)

Ademais, vai além de compromissos éticos, concentrando-se nas inter-relações e na atenção ao particular. Nesse sentido, o “cuidado” atribui valor à empatia e à compaixão nas relações interpessoais, reconhecendo a importância de atender às necessidades concretas e individuais (MOLINIER, 2014). A ênfase dada ao conceito, visa analisar criticamente a importância dessa atividade, enquanto simultaneamente reconhece e valoriza aqueles que a desempenham. Nesse contexto, ressalta-se a relevância econômica e social de tarefas que englobam desde o cuidado com crianças, idosos e doentes, até atividades domésticas, como

limpeza e preparação de alimentos (FARIA; DA SILVA, 2021). Além disso, enfatiza-se a vitalidade dessas ocupações para o funcionamento da sociedade e o bem-estar das pessoas, embora frequentemente permaneçam invisíveis, subvalorizadas e não remuneradas (FARIA; DA SILVA, 2021).

Portanto, contribui para a fundamentação de estruturas de opressão. Primeiramente, ao vincular de maneira exclusiva o cuidado às mulheres, perpetua estereótipos de gênero e impõe desproporcionalmente responsabilidades sobre elas, resultando na desvalorização de suas atividades, tanto em contextos públicos quanto privados. Em segundo lugar, ao restringir a prática ao âmbito doméstico, excluem-se outras formas de atividade de cuidado, o que culmina na subvalorização e remuneração inadequada dessas práticas. Adicionalmente, ao definir o cuidado como uma ação emocional, criam-se expectativas irrealistas, especialmente para mulheres e pessoas negras, reforçando estereótipos prejudiciais sobre sua suposta "função" na manutenção da sociedade.

Este cenário é particularmente problemático, pois a remuneração passa a ser fundamentada em um poder formado por raça, classe e gênero que estão intrinsecamente ligados ao legado da escravidão. Além disso, auxilia a internalizar a ideia de sacrifício, dificultando a busca por melhores condições e direitos laborais. Em uma transição em direção a um paradigma neoliberal, no qual a produtividade se torna o critério para a distribuição de direitos, condicionam o valor "monetário" atribuído às pessoas de baixa renda e à classe trabalhadora negra à sua função de servir e cuidar das classes média e alta, consolidando, assim, as disparidades econômicas e raciais já existentes (NADASEN, 2021).

As propostas teóricas que interpretam o cuidado sob a ótica do feminismo são múltiplas, posicionando-se em um *continuum* com abordagens diversas. Num extremo, encontramos a "ética do cuidado" ou "pensamento maternal", destacando a orientação ética e política específica das mulheres e seus valores associados. No outro extremo, há propostas que enfatizam a importância do cuidado na sociedade, questionando a visão centrada no mercado (ESTEBAN, 2017).

Sob uma perspectiva marxista, destaca-se a relevância na vida humana e os debates sobre a divisão sexual do trabalho. Nesse contexto, ressalta-se o cuidado na reprodução da força de trabalho, intrinsecamente ligado ao funcionamento das economias capitalistas, que historicamente posiciona as mulheres como principais responsáveis nessa frente de ação (FARIA; DA SILVA, 2021). Para as adeptas ao pensamento marxistas, a predominância das representantes desse gênero na execução dessas atividades impacta diretamente na sobrecarga,

limitando as oportunidades de participação plena no mercado de trabalho e contribuindo para a persistência da desigualdade econômica de gênero (RODRÍGUEZ, 2015).

Em um enfoque decolonial do tema, propõe-se a adoção de uma concepção mais abrangente e inclusiva do cuidado, considerando não apenas os aspectos individuais, mas também a relação com a terra e a comunidade (CERRI; ALAMILLO-MARTÍNEZ, 2012; FARIA; SILVA, 2021). Essa perspectiva desloca a observação, muitas vezes, androcêntrica e neoliberal da economia, que valoriza exclusivamente as atividades remuneradas ao âmbito privado. Do mesmo modo, argumenta que esses são aspectos necessários e direitos universais para os cidadãos, não restritos apenas a uma responsabilidade doméstica. Assim, realça a importância da contextualização, inclusão de perspectivas diversas e que influenciam questionamentos acerca dos pressupostos teóricos dominantes. Ao adotar uma perspectiva mais abrangente, passa-se a reconhecer a sua importância como uma responsabilidade social mais ampla (CERRI; ALAMILLO-MARTÍNEZ, 2012; DIAZ, 2011).

Sob a perspectiva do feminismo negro, destacam-se a reconfiguração da resistência e a construção de novos paradigmas éticos, estéticos e políticos. Essa leitura social apresenta as tecnologias históricas das mulheres negras na luta pela vida, enfatizando sua criatividade e solidariedade (FARIA; SILVA, 2021). Neste ponto, volto ao contexto histórico brasileiro.

Durante o período da escravização, a colonialidade do corpo feminino negro estava intrinsecamente ligada à função reprodutiva da mulher negra, que era objetificada e explorada sexualmente. Utilizadas como reprodutoras de mão de obra escrava e amas de leite para as crianças dos senhores brancos, seus corpos eram interpretados como territórios a serem colonizados e dominados por pessoas brancas. Essa exploração reprodutiva resultou em uma hierarquia que negava a plena autonomia, submetendo-as a um controle social contínuo que determinava condições de vida e saúde, restringindo assim a sua autodeterminação e direitos. Nesse contexto, formou-se no Estado brasileiro a concepção de que a mulher negra é sistematicamente inferior e desvalorizada, sem espaço social reconhecido para seu corpo (REZENDE; TÁRREGA, 2021).

A interseção entre racismo e sexismo se fundamentou nessa dinâmica, sujeitando mulheres negras a opressões interseccionadas, alvo tanto de discriminação quanto de violência (GONZALEZ, 2020). O corpo da mulher negra continuou sendo estigmatizado sob as lentes da hiperssexualização, trabalho braçal e subalternidade, perpetuando estereótipos e imagens de subjugação. A persistência dessa lógica colonial contemporânea evidencia como a violência histórica do colonialismo e a hierarquização racial fundamentam opressões enfrentadas pelas mulheres negras, restringindo-lhes o acesso aos direitos (REZENDE; TÁRREGA, 2021).

Observa-se, portanto, a desumanização dos sujeitos, a objetificação de seus corpos e identidades, bem como a coisificação de suas vivências, interpretadas como máquinas vivas. Surge a indagação: foi efetivamente abolida a era da escravização? Em resposta sucinta, com base nas reflexões de Collins e Brewer (1992) e Gonzalez (2020): não. Embora as mulheres negras tenham deixado de ser oficialmente designadas como escravizadas, a persistente sub-representação em papéis de cuidadoras, auxiliares e em funções subvalorizadas (e precarizadas nos dias atuais) sugerem que as diversas manifestações de carreiras e ocupações desenvolvidas por indivíduos de pele preta em espaços laborais mal remunerados está longe de ser uma questão superada do passado (BREWER; COLLINS, 1992; GONZALEZ, 2020).

A maneira como as trabalhadoras domésticas negras são tratadas, como exemplificado na experiência de Fátima, evidenciam as diversas formas que a objetificação pode adotar. Exigir que mulheres negras desempenhem funções assemelhadas às de animais constitui uma manifestação de objetificação. Fátima experimenta essa contradição a partir do momento em que foi retirada de sua família, negada a sua restituição financeira digna, privada de se alimentar e submetida à violência como meio para controlar comportamentos. Práticas de deferência, como chamar as trabalhadoras domésticas de "meninas" ou no caso específico observado, de "mocinha", também favorecem a objetificação, pois permitem que os empregadores as tratem como crianças, percebendo-as como seres humanos menos capazes (BREWER; COLLINS, 1992).

Assim, reforçam-se os binarismos que evocam relações inerentemente instáveis. Nesse contexto, os brancos governam sobre os negros, os homens dominam as mulheres, a razão é tida como superior à emoção na busca pela verdade, os fatos suplantam a opinião na avaliação do conhecimento e os sujeitos exercem domínio sobre os objetos. Os alicerces das opressões interseccionais se apoiam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças estabelecidas por oposição, na objetificação e na hierarquia social (BREWER; COLLINS, 1992).

De acordo com Brewer e Collins (1992), essa ideologia impulsionou a formação de diversas imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas, refletindo o interesse do grupo dominante em perpetuar a subordinação das mulheres negras. Ao analisar as contribuições dessas autoras, destaco na narrativa ficcional de Fátima uma similitude com o ideal do serviçal fiel e obediente. Ela experimenta essa relação ao rezar diariamente pela alma de sua antiga patroa e continuar “cuidando” da senhora no fim de sua vida quando “o orgulho foi deixado de lado, chegando ao ponto de depender da comida preparada por ela, já que todos os familiares a haviam abandonado”. Esse ideal surge para justificar a exploração econômica

das escravas domésticas e persiste como explicação para o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico. Além de representar o padrão normativo utilizado para avaliar o comportamento geral das mulheres negras (BREWER; COLLINS, 1992).

Apesar de sentir-se como uma “cuidadora” ou serviçal fiel e obediente, reconhece seu “lugar”, aceitando a subordinação. No entanto, a insatisfação persiste (BREWER; COLLINS, 1992). Nesse contexto, a empregada doméstica não se diferencia muito da “mucama” de tempos passados (GONZALEZ, 2020; TEIXEIRA, 2021). Segundo Lélia Gonzalez (2020), é imperativo não retratar essa dinâmica nos lares brasileiros como “aceitação” ou “passividade”, pois no contexto nacional, essas mulheres não tinham escolha. Ademais, vale ressaltar que existem variações nas formas de resistência, incluindo a chamada “resistência passiva”. Sob essa ótica, os mecanismos para resistir às múltiplas opressões (ou como nomeado por Lélia Gonzalez a tríplice discriminação, gênero, raça e classe social) moldaram a formação dos valores e crenças do povo. Portanto, constroem-se de maneira dialógica as estratégias utilizadas para sobreviver e resistir em uma sociedade capitalista cuja neurose cultural tem no racismo o seu sintoma (GONZALEZ, 2020). Essa relação pode ser observada nas falas das participantes E5 e E3:

“Eles me tratam muito bem, graças a Deus não sou eu, como também tem um amigo meu que é negro, também trabalha e trata a gente super bem. Eu não tenho o que reclamar daqui, né? Muitos anos, meu pai trabalharam aqui.”  
(Entrevistada 5)

“(…) Depois eu consegui um serviço na casa de uma professora. Comecei trabalhar na casa dela, ela me ensinou bastante coisa que graças a Deus que hoje eu sei. Fiquei um bom tempo na casa dela, ajudando nela. Depois eu consegui que no apart hotel, fiquei 2 anos lá trabalhando, aí saí de lá e vim para cá.”  
(Entrevistada 3)

A carência de representatividade em carreiras para sujeitos negros e negras, junto à persistência de estereótipos prejudiciais, refletem um panorama prejudicial fundado em lógicas racistas integradas ao cotidiano, tornando-se parte da normalidade ao longo do tempo (CARNEIRO, 2019; GONZALEZ, 2020). Essa análise paradoxal, perpetua a negação da possibilidade de expressão direta de suas experiências (CARNEIRO, 2019). Um exemplo desse fenômeno encontra-se na obra do escritor Monteiro Lobato<sup>11</sup>, que retrata a mulher negra como

---

<sup>11</sup> Monteiro Lobato, como muitos de sua geração, frequentemente se posicionava contra a miscigenação, aderindo ao discurso eugenista da época, que era produzido no meio científico e disseminado nas escolas (DE MORAES, 1997). Ademais, é apontado por repercutir concepções raciais limitantes na construção de seus personagens. O conteúdo racista despreza a dignidade humana. Para Neves e Zaganelli (2016) os livros perpetuam estereótipos e implicam impactos negativos na sociedade e na

uma figura subordinada, submissa e servil, contribuindo para o estereótipo da "mãe-preta" e serviçal fiel e obediente. Este estigma, evidenciado por uma visão racista e etnocêntrica, influenciou várias interpretações sobre a natureza da escravização no país. Assim, as subjetividades dessas mulheres, como Tia Nastácia e Fátima, frequentemente são negligenciadas, desviando o foco das condições materiais que as sustentavam destacando apenas o investimento subjetivo na função de criada (CARNEIRO, 2019).

O feminismo negro tem como objetivo o reconhecimento e a valorização de todas as vidas, especialmente aquelas destinadas a serem abandonadas e destruídas (FINCH, 2022). Conforme destaca Nadasen (2021), torna-se um paradigma essencial para interpretar trajetórias centradas no cuidado, adotando uma abordagem crítica e abrangente. Desse modo, oferece meios para refletir e repensar profundamente projetos de cuidado, assim como as formas pelas quais ele foi imaginado, vivido e violado ao longo do tempo e do espaço. Essa análise implica o reconhecimento das relações permeadas por desigualdades, que desafiam definições tradicionais e proporcionam uma forma de resistência política, especialmente em um contexto de violência antinegra e nos impactos da pandemia racializada global (FINCH, 2022).

Adicionalmente, o feminismo negro destaca os marcadores sociais da diferença raça e gênero, com raízes históricas na escravidão (NADASEN, 2021). Seu propósito é desafiar as demandas do Estado e do capitalismo, ao mesmo tempo em que promove formas de cuidado coletivo e intencional. Contribuindo de maneira abrangente para um diálogo transnacional, concebe novas abordagens para ampliar relacionamentos e a liberdade (FINCH, 2022). Isso implica no reconhecimento de que as mulheres negras, em especial, têm sido historicamente responsabilizadas por atividades não remuneradas e/ou mal remuneradas, ressaltando a importância de valorizar e respeitar suas vivências (NADASEN, 2021).

Entender essas dinâmicas oferece oportunidades para romper com a violência histórica, promover a justiça racial e social, para proteger os direitos das mulheres negras. Ao auxiliar essa pauta busca-se meios para transcender a violência histórica do colonialismo, desafiando a persistente hierarquização e opressão racial e sexista desde os tempos da escravização (REZENDE; TÁRREGA, 2021). Nessa perspectiva, assumimos papéis de sujeitos para reivindicar direitos e exercer autonomia sobre nossos corpos, desafiando estereótipos e imagens de subalternização. Promovendo essa ruptura contribui-se para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, além de desafiar a violência histórica do colonialismo e da hierarquização racial

---

educação infantil, especialmente considerando a disponibilidade desses livros no sistema de ensino básico.

(BREWER; COLLINS, 1992; CARNEIRO, 2019; REZENDE; TÁRREGA, 2021; GONZALEZ, 2020; NADASEN, 2021; TEIXEIRA, 2021).

#### **4.4 A Rapper: Hip Hop, cultura e barreiras interseccionais atreladas às carreiras**

No universo multifacetado do movimento Hip Hop, emerge a ficção da DJ Joana, uma narrativa singular que ressoa além dos ritmos e batidas da música no cenário nacional, mais especificamente em Lavras (MG). Este contexto, nos guia pela trajetória única de uma mulher negra, protagonista no cenário musical, cujas experiências permeiam as complexidades de uma manifestação cultural rica e diversificada que incorpora elementos visuais, dança e uma mensagem social e política, profundamente enraizada nas experiências das comunidades periféricas.

A Rapper não manipula apenas os elementos sonoros do Hip Hop, mas também tece sua própria história, imprimindo uma expressão autêntica de resistência e contribuição para a cultura urbana, que impactam em sua trajetória de carreira. Nesta narrativa, exploro não apenas o contexto, mas também as vivências, desafios e conquistas, compreendendo a partir da comunhão conceitual entre interseccionalidade e os estudos de carreira o papel da mulher negra nesse universo vibrante e dinâmico.

*“Ajeitando os vibrantes dreadlocks multicoloridos para começar mais uma apresentação no Rio de Janeiro, Joana organiza narrativas em sua mente, com o propósito de compartilhar sua história, durante entrevista para um noticiário especializado em música, que acontecerá após o show. Ela estrutura em uma ordem cronológica, começando com uma afirmação direta: “Eu tô no Hip Hop! Sou DJ, beatmaker, produtora cultural e sempre fiz acontecer. Sempre gostei do beat, da batida, de tocar e tal. Mas ser eu não é fácil, não... Engenheira de minas, pesquisadora e artista! Tá maluco! De uns tempos pra cá, percebi, mano, que a galera não saca que eu sou formada. E mestre nessa parada de engenheira. Formei com honra ao mérito, tirei total na defesa da minha dissertação.*

*O povo me olha e julga “coitada, tá envolvida com essa ralé”. Principalmente lá em Lavras, ô cidadezinha, viu? Mal sabem eles que sou engenheira de minas, a única preta, dei esse orgulho pra minha família. Só que formei e fiquei desempregada. Quando é assim ninguém vê valor... Mas se tivesse ganhando dinheiro com isso ao invés da música, nosso Deus! Era eu no céu e na terra. Sou muito estudiosa desde menina, filha única, gostava muito da escola e de estar perto das pessoas. Mas tem algo em mim que mostra para as pessoas que não valho a confiança. Sempre me pintam de largada, desleixada, porra loca, sem futuro, metida com gente*

que não presta. Deve ser porque eu sou mulher, preta, Rapper e colorida, tatuagem de cima abaixo.

Nessa cena eu sempre me destaquei, já tive uma dupla, abri show importante, já fui destaque em site e promessa do movimento contemporâneo. Enfim, o erro é que sou nascida e criada em um lugar em que não existe valorização cultural. Cultura zero. Lavras, eu preciso expor, me enlouquece! É preconceito de todo lado que nem sei por onde começar. A gente foi proibido de fazer nosso encontro de batalha de rima na praça central. Tem base uma coisa dessa?! Em todas as cidades que tem batalha elas acontecem na praça e a prefeitura fornece o som e toda estrutura para acontecer. Porque é cultura! É parte da nossa história como povo. Tamo brigando com maluco grande naquela Lavras todo dia pelo direito à cultura. Pelo nosso direito de estar lá um lugar que é público.

Joana termina os últimos detalhes de sua produção para o show que começará em minutos, porém, o turbilhão de seus pensamentos, alimentado pela indignação, não cessa. Ela acende um cigarro, ajeita-se confortavelmente na poltrona e se entrega mais uma vez à sua missão de esclarecer detalhes cruciais. Nesse momento, o êxtase se entrelaça com a determinação em busca de respostas. ' (...) Eu vejo que as pessoas de lá praticam um apagamento cultural que é muito forte e triste. O movimento Hip Hop é relativamente novo, completamos 50 anos aqui no Brasil, mas o primeiro evento em Lavras foi nos anos 2000 e a pessoa que organizou esse evento tá viva e na ativa! Mas ninguém sabe, não dá valor, se a gente pedir pra falar algo ainda é mandado calar a boca. Ficar no nosso lugar... Que não é no centro, na praça bonita da cidade. Pra sempre ser marginal.

Não é só com o Hip Hop, é tudo que preto faz! Lavras já teve uma banda de chorinho referência em Minas Gerais. Onde eles estão? Duvido que alguém sabe. Cultura lá é morta. Se for cultura de preto, pobre, favelado, então? É alvejada e enterrada viva. Porque se for orquestra, cantor sertanejo local, recitar poesia, pode. Eles colocam toda a estrutura, mas pra gente que é marginal não. Manda voltar pros cantos, se bobear põe até polícia em cima.

Por isso que vou tocar em outros lugares, sempre! Lá somos marcados demais. Falam que é só usuário de droga e bandido que mexe com Rap. Gente, esse papo não cola mais, não existe mais, só lá! Preconceitos mil! Os caras donos de estabelecimento, a prefeitura, os cidadãos fazem de tudo pra dificultar, não colaboram em nada. A real, é que estamos pra trás mesmo! Quando tem apoio é só uma migalhinha, um som meia boca, uma liberação pra gente tocar num espaço mínimo onde ninguém vai ouvir o que estamos pregando'.

Ao verificar o relógio, envolvida pela ansiedade que antecede sua apresentação, Joana percebe que embora não seja sua primeira vez em um local de grande porte e fora de sua

*cidade natal, esta apresentação marca seu primeiro show com lotação máxima. A sensação de desconhecimento do espaço, as caras novas e o ambiente distante de sua origem desencadeiam uma onda de pensamentos intensos. Relembra as dificuldades iniciais e, ao mesmo tempo, resgata as motivações que a conduziram até aquele momento. '(...) Ser Rapper ou MC de onde eu venho é um perreco! Olha pra mim, onde eu cheguei. Eu sempre gostei de música, principalmente da batida, só que não tinha referência. Nem sabia que mulher poderia ser Rapper. Principalmente no universo do Rap e Hip Hop, durante a minha infância, eram os homens que se destacavam. As referências que eu descobri eram nos clipes ou nos filmes. Em Lavras, eu só vi um pouco de break dance, pois um professor do ensino fundamental tinha um grupo e eles iam na escola em dia de comemoração se apresentar. Mas as referências pararam ali.*

*A verdade que eu não posso esquecer o que me trouxe aqui foi a militância! Quando estava na graduação me envolvi com o movimento estudantil, da juventude, fiz parte do Levante Popular. Ali começou o meu direcionamento, organizava passeata, tomava frente de tudo. Também fazia contato para apresentações de diferentes expressões de arte, eu lincava a cultura de rua com o que estava rolando dentro do movimento estudantil da universidade. Só que chegou um momento da minha vida, que essa militância perdeu o sentido. Percebi que eu estava construindo uma luta pra gente branca e rica que já estava ali, dominando um espaço, que poucos iguais a mim estavam. De verdade, não tinha quase ninguém parecido. E na real, as minhas demandas não faziam parte do debate. Eles só queriam manter o status quo já existente ali.*

*Eu percebi que eu tava ralando demais e não estava atingindo os meus. Comecei a gastar minha energia para fazer uma parada de rua mesmo, da rua para a rua. Eu rompi a militância política, que era excludente na minha visão, e continuei de outra forma. Fez mais sentido atuar assim (...). 'Uma breve pausa para mais um cigarro. Ela desejava que sua história fosse mais leve, com informações mais simples, mas ao mesmo tempo não queria perder a oportunidade única de expressar tudo o que estava guardado. 'Os caminhos que percorri, essa necessidade de compartilhar experiências ressoa em muitas outras vidas. (...) Fazer esse movimento de romper com o padrão e olhar pra rua fez eu me envolver mais com a galera. Alguns cantavam, outros dançavam. Depois surgiram os MCs que rimavam e virou a batalha de rima. E eu ali no backstage, com a produção e o som, foi quando me vi Rapper! Esse movimento estava alinhado com o que aconteceu em todo o Brasil, mas com o tempo estagnou.*

*Eu não vejo futuro pra mim lá, tanto que toco mais fora do que na minha cidade. Vou sempre pra São Paulo, Belo Horizonte, Varginha, uma cidade próxima a minha. Nesses lugares*

*já consegui ganhar cachê extraordinário. Lá, eu tenho que pegar uma enxadinha, encontrar uma pedra, polir, lapidar, limpar e botar ela no chão pra construir o caminho para mim e outras passarem. Diferente de outros lugares que o caminho já tá pronto e eu só preciso seguir, tá ligado? Com pedras e espinhos, mas o caminho já está lá. Apesar de ser reconhecida no meio artístico, eu estou na periferia cultural – eu tenho talento pra caramba, pra quê? Pra eu tocar no quarto? Bota fé? Sonhar não vai trazer retorno financeiro nenhum pra mim. E além disso, preciso ir contra todos da esfera.*

*Parece que o problema é apenas local, mas tem outros fatores. Dá pra ver na minha cara a barreira que eu construo por ser quem eu sou. Eu sou preta, pobre, mulher e Rapper. Tatuada, com cabelo colorido, só gosto de roupa da hora. Se eu fosse branca e não mexesse com Rap eu conseguiria tocar. Tem muita mina que fez o nome aqui em Lavras, mas diferente de mim elas não tem o peso de lidar com esse tanto de entrave. Que vem da minha imagem e da visão que as pessoas têm do público que consome o Rap. Falta muito ainda. Mas principalmente referência. Se há 12 anos atrás tivesse visto uma mulher igualzinha a mim tocando, eu teria virado Rapper há muito mais tempo. Sem referência é difícil reinventar todo um sistema. Falta mulher Rapper, do grafite, b-girl, Mc's... Arte pode mudar a vida de muita gente, mas sem uma estrutura vira só uma forma de iludir'.*

*Pausa. O fluxo cessa. O responsável pela casa de shows entra pouco tempo depois e anuncia: 'É sua vez, Jô!'. ”*

#### **4.4.1 Questionando normas e rompendo barreiras: diálogos sobre carreiras outsiders e desviantes**

A análise desta narrativa ficcional será realizada considerando a perspectiva das carreiras com base na abordagem conceitual dos *outsiders* de Becker (2008) e dos estigmas de Goffman (1988), posteriormente enriquecida de uma análise interseccional desses elementos. Nesse contexto, é vital destacar que os conceitos iniciais aplicados nesta análise possuem o potencial de aprimorar a compreensão e estimular debates, ao mesmo tempo apontam para uma à leitura feminista.

A perspectiva dos sujeitos considerados *outsiders*, conforme abordada na sociologia do desvio de Becker (2008), destaca que todos os grupos sociais estabelecem normas e procuram aplicá-las a outros com quem interagem, classificando ações como certas ou erradas, boas ou más. Quando surgem pessoas que não se encaixam nas diretrizes estabelecidas ou optam por não seguir as regras impostas, são frequentemente percebidos como diferentes, anormais ou

denominados por Becker (2008) como *outsiders*, ou seja, desviantes. No entanto, o sujeito designado dessa forma nem sempre aceita ou interpreta esse julgamento da mesma maneira. Mesmo assim, ao se afastar das normas impostas por um grupo, passa a ser considerado um transgressor (BECKER, 2008).

Essas transgressões são examinadas em várias disciplinas acadêmicas, incluindo a estatística, onde desvios são detectados por meio da variação da média padrão. Em outras palavras, são utilizadas medidas quantitativas que evidenciam características que se afastam do comportamento esperado. Por outro viés, nas ciências médicas, essas variações que fogem do “normal” são muitas vezes interpretadas como patologias ou doenças. Assim, a noção de “anormalidade” deriva das ações que perturbam a estabilidade convencional nas sociedades, como destacado por Becker (2008).

Por meio dessas observações é possível compreender que as sociedades estabelecem as regras, e os desvios surgem quando essas normas são transgredidas. Portanto, ser considerado um desviante (ou *outsider*) não é indicativo de uma qualidade intrínseca, que contribua para a compreensão da sociedade. Ao contrário disso, trata-se de uma consequência da aplicação de um rótulo que identifica aqueles que não se adequam às normas estabelecidas. Logo, o “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2008, p. 24).

Através do pensamento delineado por Becker (2008), também se vislumbra a complexidade intrínseca das sociedades modernas. Essa visão reflete a trajetória de Joana, na cidade do Sul de Minas Gerais: “Lá somos marcados demais. Falam que é só usuário de droga e bandido que mexe com Rap”. Nesse contexto, as interações entre indivíduos e seus marcadores sociais de diferença criam distinções, ao mesmo tempo em que estabelecem mecanismos de controle e normas. Com isso, conduzem à formulação de um conjunto de ações que diferenciam sujeitos e aplicam sanções àqueles que não participam ou se enquadram nas percepções disseminadas como “normais” ou “comuns”. Por isso, quando distintos grupos e organizações são colocados em relação, ocorrem colisões que alimentam contradições, geram discordâncias e, por vezes, moldam concepções sobre o comportamento adequado para cada ação (Becker, 2008).

Para Becker (2008) as regras impostas às mulheres são, em diferentes aspectos, formuladas por homens. Em relação à raça, os negros são submetidos a imposições formuladas por homens brancos. Já a classe média traça regras para as classes inferiores. Em detrimento disso, tornam-se meios para reiterar graus de imposição de relações de poder. Observa-se essa intrincada compreensão das experiências dos marginalizados na ficção, como expresso na

citação: "Se for cultura de preto, pobre, favelado, então? É alvejada e enterrada viva (...) pra gente que é marginal não. Manda voltar pros cantos, se bobear põe até polícia em cima". Dessa forma, a teoria dos *outsiders* reflete caminhos para negociar rotinas, identidades, hierarquias, sistemas de estratificação, regras de convívio, entre outras questões (GUIMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005).

As dinâmicas de desvio no cenário musical são exemplificadas no estudo de Barros, Cappelle e Guerra (2021), no qual os músicos são caracterizados como *outsiders*, confrontando uma série de limitações em relação a oportunidades e recursos em suas trajetórias. Essa dinâmica torna-se evidente nos meios em que a jornada musical perpetua estereótipos, favorecendo profissionais jovens e visualmente atraentes. Além disso, no âmbito comercial, frequentemente enfrentam desafios para obter crédito, dado o caráter autônomo de sua ocupação. Ademais, as condições de trabalho são, muitas vezes, marcadas pela precariedade e remuneração abaixo da média.

Nesse mesmo contexto, observa-se que a sociedade costuma classificar a carreira musical como ilegítima, vendo-a como um passatempo. Essa perspectiva atrela a carreira musical a um estilo de vida boêmio, de procrastinação e ociosidade, levando à marginalização e categorização, conforme discutido por Becker (2008). Dessa forma, os músicos se inserem no grupo de desviantes, ao mesmo tempo em que se identificam como integrantes desse coletivo. Isso culmina na construção de uma identidade coletiva capaz de unir, fortalecer e mobilizar ações conjuntas (BARROS; CAPPELLE; GUERRA, 2021).

A fim de enriquecer as discussões, introduzo a reflexão acerca da noção de estigmas, conforme conceituada por Goffman (1988). A palavra tem origem no grego "stigma", que se referia a sinais corporais que destacavam características extraordinárias de natureza negativa nos indivíduos, levando a um status considerado anormal. Para o autor, a noção de estigma mantém o sentido literal remanescente da Antiguidade, mas seu foco principal reside nas manifestações negativas que estabelecem diferenças entre as pessoas.

Um exemplo da aplicação desse conceito se evidencia quando Joana expressa que algo em sua aparência leva as pessoas a interpretá-la como incompetente e indigna de confiança. Ao refletir sobre isso, ela aponta que a raiz dessa estigmatização reside nas suas características físicas que "refletem" opressões, permitindo que os outros formulem percepções sobre quem ela é ou quem deveria ser. Em suas palavras, "Sempre me pintam de largada, desleixada, porra loca, sem futuro, metida com gente que não presta. Deve ser porque eu sou mulher, preta, rapper e colorida, tatuagem de cima abaixo".

Porém, o efeito do estigma extrapola o mero julgamento, especialmente quando o produz uma noção de descrédito, defeito, fraqueza ou desvantagem. Conforme expresso pela Rapper: “O povo me olha e julga coitada, tá envolvida com essa ralé”. Assim, ao notar uma identidade social específica, são imputados fatores que diferenciam, formando atributos depreciativos. Goffman (1988) singulariza três formas de manifestação dos estigmas: diferenças corporais; dilemas que negligenciam o caráter individual; e os “estigmas tribais” que refletem a noção de raça, nação e religião, dentre outros.

Em resumo, são atributos pessoais que podem impedir e limitar observações sobre outras características dos sujeitos, singularizando-os em apenas um conceito, como, por exemplo, termos disseminados na linguagem popular como “aleijado”, “retardado”, “mulato”, “criolo” e “puta”. Para os estudos de carreiras, investigá-los auxilia a formular compreensões sobre experiências semelhantes, bem como empreender mudanças nas concepções que limitam noções sobre o eu de sujeitos em distintas situações (WALTON, 2023).

Além disso, em suas elaborações teóricas, proporciona a compreensão de intrincados processos de socialização. Também destaca fases de aprendizado, envolvendo a assimilação do ponto de vista dos "outros", ou seja, daqueles que não enfrentam experiências de segregação e distinção na realidade daqueles que são rotineiramente estigmatizados e enfrentam repercussões por isso. A partir dessa perspectiva, a seção subsequente tem o propósito de aprofundar a análise dos *outsiders*, mediante uma abordagem feminista e interseccional. Adicionando ao debate um caráter inclusivo em busca de pensamentos equitativos capazes de abordar as complexas interações de opressões.

#### **4.4.2 Explorando a carreira de Rapper: uma negra interna e persistente no caminho do desvio**

*“Que fita, meus poema me trouxe onde eles não habita. A fama irrita, a grana dita, 'cê desacredita? Sintonia, como eu sonhei em tá aqui um dia? Crise, trampo, ideologia, pause” (Hoje Cedo – Emicida).*

Para compreender o debate sob uma perspectiva feminista negra e interseccional recorro inicialmente conceito de *insider*, bem como seu oposto *outsider*<sup>12</sup>, proposto por Patrícia Hill

---

<sup>12</sup> Optei por não traduzir os termos *outsider* e *insider*, presentes na versão original do artigo seminal de Patrícia Hill Collins, devido à sua ampla familiaridade e uso consagrado em português. Além disso,

Collins (1986; 2016). Os *insiders* são aqueles que compartilham visões, educação e treinamento profissional similares, e geralmente têm semelhanças em termos de classe social, gênero e origem racial, o que resulta em experiências próximas. Além de compartilharem vivências, essas pessoas também partilham concepções congruentes sobre o funcionamento ideal da sociedade. O termo oposto, ou seja, *outsiders*, refere-se às experiências de grupos subalternizados, especialmente às mulheres negras, que ocupam posições ambíguas em sociedades dominadas pelo poder do grupo majoritário (COLLINS, 2016).

Joana é percebida como uma *outsider* ou "estrangeira" devido a pressupostos, dinâmicas de poder e padrões já estabelecidos no contexto, que permeiam sua trajetória no Hip Hop. Esse status se funda, mesmo a Rapper interagindo localmente com a realidade que a envolve, especialmente no caso da narrativa ficcional, na cidade mineira de Lavras. Apesar de ter nascido, estudado e construído parte de sua carreira na referida localidade, Joana não é reconhecida nem legitimada. Sua carreira não é compreendida, e são reforçadas dualidades que a excluem do reconhecimento como uma mulher negra representante do movimento Rap na localidade, apesar de sua atuação constante. Assim, no âmbito do pensamento interseccional, ser considerado uma *outsider* implica na condição de indivíduos que não adotam as premissas fundamentais estabelecidas pelos grupos dominantes e que não possuem afinidade com a tradição, que caracteriza tais grupos (COLLINS, 2016; ZANOLA, 2023).

Segundo Collins (2016), essa relação ambígua é denominada *outsider within* (ou "estrangeira interna", como busquei traduzir em Zanola (2023)). Esse termo é empregado para examinar as vivências de grupos menos poderosos que desafiam as perspectivas paradigmáticas de uma comunidade mais influente de *insiders*. Essa expressão propõe uma dualidade na qual essas pessoas se encontram simultaneamente dentro e fora constituindo-se como membros da sociedade, mas permanecendo à margem do círculo dominante (ZANOLA, 2023).

A dualidade vivenciada por Joana a coloca nesse cenário desafiador: “é tudo que preto faz alvejada e enterrada viva (...) Manda voltar pros cantos, se bobear põe até polícia em cima. (...) Fazer esse movimento de romper com o padrão e olhar pra rua fez eu me envolver mais com a galera (...) foi quando me vi Rapper!”. Dessa forma, destaca a tensão entre a aparente integração na sociedade e a contínua consciência das desigualdades e restrições impostas pelas estruturas de poder predominantes, que a relegam à margem da sociedade onde ela se insere (COLLINS, 2016; ZANOLA, 2023).

---

não identifiquei uma única palavra adequada para substituir esses substantivos. Assim, ao longo do texto os termos originais utilizados no artigo serão mantidos (COLLINS, 2016).

Essa perspectiva também dialoga com a concepção de "estrangeiro" delineada por Souza (2021). Conforme a autora, a figura do "estrangeiro" se manifesta em diversas formas, representando o "outro" por meio de distintos símbolos, envolvendo outros países, lugares, línguas, costumes, e assim por diante (SOUZA, 2021). No mesmo contexto, Kilomba (2020) incorpora a dimensão racial à ideia de "estrangeiro interno". Em suas análises, destaca que pessoas negras frequentemente são percebidas dentro de limites rigidamente definidos. Na trajetória de Joana, ser uma Rapper se contrapõe à percepção das pessoas com as quais ela convive, que não a reconhecem como engenheira de minas, gerando uma aparente contradição entre suas identidades. Isso evidencia a tendência racista e sexista da sociedade em ver apenas relações dualísticas, como se alguém só pudesse ser mulher ou negra ou engenheira, não ambos simultaneamente.

Ademais, nessa relação lhe é negada a qualidade de sujeito (HOOKS, 2019a). Em muitos momentos de sua ficção é percebida como objeto. Subjugada, diferente, dominada, oprimida, desumanizada, muitas vezes reduzida a estereótipos ou categorias limitantes. Nesse contexto, Joana é objetificada, despojada de sua subjetividade, em vez de ser interpretada como sujeito com suas próprias experiências, desejos e perspectivas. Dessa forma, deixar de ser objeto e tornar-se sujeito, representa o direito de forjar a própria realidade e nomear a própria história (HOOKS, 2019a).

Ao assumir a posição de "outro" – ou, no caso desta narrativa ficcional, a "outra", *outsider* e estrangeira interna – a realidade de Joana é moldada por expectativas e predefinições alheias, sendo nomeada conforme a definição atribuída por terceiros. Assim, a autoridade que governa a sua trajetória, indo além de seus próprios desejos e responsabilidades, enraíza-se numa estrutura patriarcal, branca e masculina (HOOKS, 2019a; KILOMBA, 2020). Essa relação é reforçada quando Joana menciona em sua organização mental sobre pessoas que tem aceitação e participação no contexto que se insere:

“(...) pra gente que é marginal não. Manda voltar pros cantos, se bobear põe até polícia em cima. (...) Se eu fosse branca e não mexesse com rap eu conseguiria tocar. Tem muita mina que fez o nome aqui em Lavras, mas diferente de mim elas não tem o peso de lidar com esse tanto de entrave”.

Além disso, não se trata apenas do poder do grupo dominante na determinação das pessoas que serão excluídas das relações. Ressalta, sobretudo, a habilidade dos membros do grupo dominante em silenciar o conhecimento gerado pelos grupos subalternizados (BREWER; COLLINS, 1992), como exemplificado pelas reflexões da Rapper: “Lavras já teve uma banda

de chorinho referência em Minas Gerais. Onde eles estão? Duvido que alguém sabe” e “(...) a pessoa que organizou esse evento tá viva e na ativa! Mas ninguém sabe, não dá valor, se a gente pedir pra falar algo ainda é mandado calar a boca. Ficar no nosso lugar...” Dessa forma, os estigmas ganham força e são perpetuados pela presença onipotente do sistema cisheteropatriarcal, que se reflete e se manifesta nas práticas da masculinidade que permeiam o pensamento social e político (BREWER; COLLINS, 1992). Essa combinação consolida a posição de domínio no ambiente em que Joana se encontra, tornando mais difícil para aqueles à margem ocuparem posições de destaque em qualquer segmento.

Dessa maneira, a dualidade entre ser sujeito e/ou objeto; interno e/ou externo, assim como a definição do que é valorizado ou não, tem suas raízes na construção de estereótipos limitantes. É fundamental ressaltar que essa dualidade se fundamenta nas instituições sociais, onde a universidade, a mídia e as agências governamentais desempenham papéis significativos na perpetuação de imagens de controle. Nesse contexto, a dominação se funda nas tentativas de objetificação dos grupos subordinados (BREWER; COLLINS, 1992).

Em Carneiro (2019), noto a exemplificação de como os estereótipos são reproduzidos em relação ao mercado de trabalho, no contexto brasileiro. Para a autora, o racismo beneficia predominantemente o grupo branco, enquanto a ideologia sexista confere vantagens aos homens, indiretamente favorecendo segmentos masculinos dos grupos racialmente estigmatizados. Dentro da comunidade negra, isso se traduz em diferenças salariais mais marcantes entre homens e mulheres do que em outros grupos raciais. Assim, a intersecção do racismo com o sexismo amplia a distância entre homens e mulheres negras, colocando-as em uma posição de maior dependência, apesar de sua contribuição crucial nas estratégias de sobrevivência da comunidade negra.

Assim, no contexto das carreiras, persiste uma visão restrita que confina as mulheres negras a papéis estereotipados relacionados a sexo, prazer e interações extraconjugais. Para aquelas que são consideradas destituídas desses "atributos", a sociedade as rotula como "burro de carga" ou objeto de exploração, destinadas ao trabalho árduo. Essa opressão, que combina fatores de gênero e raça, tem suas raízes na tradição patriarcal colonial, que além de estigmatizar as mulheres em geral, introduz contradições no interior do próprio grupo feminino (BREWER; COLLINS, 1992; CARNEIRO, 2019). No percurso de Joana, os estereótipos não apenas influenciam essas interações, mas também são reforçados pelas complexas interações entre classe e regionalidade, reproduzindo-se de maneira ativa em sua participação no contexto do movimento Hip Hop.

O Hip Hop representa uma influente força cultural e econômica. Emergindo nas décadas de 1970, nas comunidades negras e latinas de Nova Iorque, logo se expandiu para se tornar uma força cultural de alcance global. O Hip Hop caracteriza-se por quatro elementos essenciais: *MCing (rapping), DJing, breakdancing e graffiti* (LINDSEY, 2015). Sua evolução foi notável, transformando-se rapidamente em uma das principais formas de expressão para a juventude das comunidades afro-americanas e latinas no epicentro de Nova Iorque (REBOLLO-GIL; MORAS, 2012).

Após sua ascensão, tornou-se um fenômeno global que deixou uma marcante influência na moda, linguagem e cultura popular, evoluindo para uma indústria multibilionária (REBOLLO-GIL; MORAS, 2012). Além de sua dimensão artística, é uma poderosa ferramenta de crítica social e política, desafiando as normas estabelecidas e mobilizando comunidades, em prol do ativismo social e político. Contudo, é importante observar que nem todas as músicas desse gênero incorporam críticas sociais e políticas, mas alguns artistas utilizam sua música para perpetuar estereótipos prejudiciais sobre a comunidade negra (REBOLLO-GIL; MORAS, 2012).

A história no Brasil tem origens no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando influências dos Estados Unidos chegaram por meio de discos e fitas cassetes. O Hip Hop se consolidou primeiramente nas grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, com grupos de *break dance* se apresentando nas ruas. Com o tempo, outros elementos, como o Rap, *graffiti* e DJ, também ganharam destaque. O cenário brasileiro não se resumiu a replicar o que vinha dos Estados Unidos, uma vez que foram incorporadas influências locais, que implicaram em uma abordagem as quais traziam questões sociais e políticas nacionais. Assim, se tornou uma voz das periferias e uma ferramenta de denúncia das desigualdades no país, contribuindo para a formação da identidade cultural e social dos jovens (SANTOS, 2019).

O Hip Hop é amplamente reconhecido como uma das principais expressões culturais. No entanto, a presença e representação do gênero feminino é objeto de debates devido aos desafios e tensões enfrentados em um ambiente predominantemente masculino (SANTOS, 2019). Essa realidade não se limita ao contexto brasileiro, tendo em vista que também se manifesta nos Estados Unidos (LINDSEY, 2015), Vietnã (KURFÜRST, 2022) e África do Sul (DUIGNAN-PEARSON, 2019). Nesses locais, as mulheres desempenharam funções fundamentais na formação e sustentação da cultura (LINDSEY, 2015). Em decorrência disso, enfrentam disparidades na distribuição de poder e oportunidades, buscando ativamente alcançar

posições de liderança, reconhecimento e influência, além de assegurar o acesso a espaços culturais (SANTOS, 2019).

Somado a isso, confrontam as expectativas associadas às ocupações consideradas "tradicionais" e "respeitáveis" conforme padrões de feminilidade estabelecidos (DUIGNAN-PEARSON, 2019). Estão sujeitas à pressão para se adequarem a um contexto majoritariamente masculino, a fim de serem levadas a sério (SANTOS, 2019). Paralelamente, enfrentam a representação de seus corpos como objetos hipersexualizados e desafiam visões restritivas que resultam na imposição de limitações à autonomia e à agência (BALAJI, 2010; EMERSON, 2002).

Vale destacar que a ausência de representatividade e inclusão não se limita a esse universo, pois trata-se de uma questão que permeia diversas formas de expressão artística (SANTOS, 2019). Contudo, nota-se no contexto da ficção, uma trajetória profundamente influenciada por intersecções entre gênero, raça e classe, tornando Joana e sua trajetória de carreira vulnerável aos efeitos do racismo e do sexismo sistêmico e das desigualdades econômicas presentes nesse contexto (POSTALI, 2020). Portanto, é imperativo compreender as hierarquias racistas, patriarcais e capitalistas que permeiam essa expressão cultural, pois este cenário não opera de maneira isolada. Em contrapartida, está sujeito às mesmas forças institucionalizadas que promovem opressões e supressões presentes na cultura, nas escolas, no mercado de trabalho e em outros espaços de socialização (REBOLLO-GIL; MORAS, 2012). A fala da participante E4 corrobora essa visão:

“A gente precisa de espaço, de lugar para as coisas acontecerem. Porque se eu, com 12 anos, tivesse visto uma mulher tocando, eu teria virada referência (...) tudo demorou pra mim porque eu nunca tive referência nenhuma. As que me incentivaram nem eram dessa tribo. Então, eu acredito que para existir mais mulheres aqui precisa de espaço para essa arte acontecer. Pra ser vista. Para outras meninas sentirem que essa arte também é para elas. Só assim que se desperta interesse, vontade mesmo. Isso envolve o movimento Hip-hop inteiro. Só assim pro cenário mudar.” (Entrevistada 4).

As opressões que circundam o contexto que Joana expressam em sua carreira um papel crucial na legitimação de desigualdades, tornando-as aparentemente intrínsecas ao sistema. Além disso, moldam as posições sociais daqueles considerados como os "outros", marginalizando-os e sugerindo que não se encaixam na ordem moral e social predominante. Portanto, para Joana as limitações surgem por ser preta, pobre, mulher, Rapper no universo do Hip Hop, tatuada e com o cabelo colorido. Assim, reforça a noção de que cada termo nos pares

branco/preto, masculino/feminino e sujeito/objeto só adquirem significados quando relacionados ao seu oposto (BREWER; COLLINS, 1992; CARNEIRO, 2019; HOOKS, 2019a).

Sendo assim, na sua trajetória de carreira Joana enfrenta e desafia diversas imagens de controle, estereótipos e representações culturais disseminados na cultura popular, mídia e instituições sociais, utilizados para subordinar e marginalizar grupos específicos, especialmente mulheres negras (BREWER; COLLINS, 1992). Assim, para Joana se ela “fosse branca e não mexesse com Rap eu conseguiria tocar (...) Diferente de mim [as Rappers brancas] não tem o peso de lidar com tanto entrave. Que vem da minha imagem e da visão que as pessoas têm do Rap. Falta muito ainda. Mas principalmente referência”.

Contudo, a resistência de Joana às imagens de controle se revelam primariamente na busca por uma voz própria, que ressoa demandas do campo individual e coletivo. Em sua vivência “eu tenho que pegar uma enxadinha, encontrar uma pedra, polir, lapidar, limpar e botar ela no chão pra construir o caminho para mim e outras passarem”. Dessa maneira, a resistência se manifesta ao longo de sua carreira como uma estratégia para contribuir com a quebra da criação e manutenção de hierarquias sociais fundamentadas em raça e gênero (BREWER; COLLINS, 1992). Aqui, forma-se uma prática ativista que contesta sistemas de opressão e promove o empoderamento de diferentes sujeitos, principalmente pessoas negras, em um universo que perpassa contextos sociais, políticos e culturais (SEVERO, 2022). Instiga-se os diálogos, mobiliza-se as comunidades e confronta as narrativas predominantes, contribuindo assim para a visibilidade e o reconhecimento das experiências e lutas amplas (ARYA, 2012).

Nesse contexto, o discurso oral permite que a individualidade floresça coletivamente, em vez de ser reprimida pela atividade grupal ou ser reduzida à especialização (BREWER; COLLINS, 1992). Logo, compreende-se e reflete-se sobre a sutil trama de opressões interseccionais existentes e ajuda a compreender as práticas sociais, que caracterizam matrizes de dominação (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, relembro a mensagem de Sojourner Truth e de outras mulheres negras que, ao serem confrontadas com imagens de controle que as retratavam como feias e não femininas, questionaram assertivamente: “Por acaso não sou mulher?”. Então, ao desconstruir e questionar o aparato conceitual do grupo dominante são desafiadas concepções, que sustentam diferenciações nos diversos âmbitos sociais (BREWER; COLLINS, 1992).

Construir essa representatividade permite que Joana se insira na realidade em que atua e conteste as contradições que a separam do estereótipo que os outros impõem. Reconhecida como uma "estrangeira interna", ameaça a ordem moral e social, mas se destaca como fundamental para a sobrevivência da sociedade, porque sujeitos que estão à margem são os que

explicitam os seus limites. Assim, por não pertencer, coloca em evidência o significado do pertencimento (BREWER; COLLINS, 1992).

Por esse prisma, observo na trajetória de Joana, mesmo sem articular explicitamente os conceitos propostos pelas feministas negras que embasam esta pesquisa, uma busca por manter a tensão criativa inerente ao seu papel de "estrangeira interna". Isso se traduz na promoção de perspectivas pessoais e grupais que instigam questionamentos e desafiam as normas e estruturas de poder estabelecidas, tornando-se um importante elemento no movimento social e musical (COLLINS, 2016; ZANOLA, 2023). Nessa jornada, suas práticas enriquecem a expansão de esferas intelectuais e políticas (BREWER; COLLINS, 1992). Da mesma forma, faz com que sua ação reflita o seu papel crítico e sua conexão com a justiça social. Assim, promove uma concepção mais ampla de como formas heterogêneas de violência contribuem para combater a desigualdade (COLLINS; BILGE, 2021).

Em síntese, as barreiras mencionadas limitam a trajetória de carreira de Joana, originando-se na contradição entre suas experiências cotidianas e as imagens de controle projetadas sobre a condição da mulher negra da cena Hip Hop, na cidade sul mineira. Essas limitações se revelam a partir de dinâmicas sociais amplas que não estabelecem espaços institucionais para enfrentar a natureza dialética das opressões e fortalecer o ativismo. Nesse percurso, Joana encara o desafio de reivindicar o direito de ser uma mulher negra no contexto que atua e ser respeitada, uma luta permeada por angústia e inquietação (COLLINS; BILGE, 2021).

#### **4.5 A Advogada: deficiência em intersecção com carreiras**

No cenário da cidade de Lavras (MG), desponta a narrativa ficcional de Maria Carla, uma advogada de quarenta e nove anos. Maria, enfrenta os desafios inerentes ao sistema jurídico, além de encara as barreiras estruturais impostas por uma rara doença que afeta sua mobilidade. Em um ambiente muitas vezes propenso a silenciar vozes diversas, confronta diversas barreiras e desafia as normas sociais para se afirmar no campo penal.

Portanto, esta ficção não ilumina apenas aspectos objetivos da carreira de Maria Carla, mas também o contexto, o tempo, narrativas e barreiras. Assim, destaca as opressões que moldaram sua trajetória em uma sociedade que nem sempre reconhece e valoriza a riqueza da diversidade. Nesse cenário, ela constrói um percurso que transcende estereótipos, deixando uma marca indelével nos caminhos trilhados.

*“Maria Carla é uma advogada que atua no ramo penal. Alguns anos atuando na função que a fizeram expoente na região. A narração de sua trajetória de carreira inicia com reflexões sobre a infância. Irmã mais nova de uma família de três mulheres, sempre gostou muito de esporte, o que trouxe uma marca para a sua formação pessoal. Denominada “Maria macho”, se destacava no futebol, vôlei, queimada, rouba-bandeira, entre outras atividades típicas do ambiente infantil escolar nas décadas de 1970 e 1980. Personificar feminilidade nunca foi seu forte, por isso as crianças da escola a notavam. Desde sempre não era uma garota “padrão”, mas tentava, para quem sabe ser o que nunca conseguiu.*

*A “Maria macho” também era a “galinha de macumba” ou “filha que mãe achou no lixo”, sempre foi a de pele mais preta. Menos feminina. Portanto, mais macho e mais preta. Viveu uma infância limitada por essas marcas. Tudo que sonhava em fazer, pensava que não seria bem-vinda. Preta demais. Forte demais. Masculina demais para uma menina daquela época. Desde sempre, Maria Carla tem uma aversão a rosa, laços e sapatos apertados. As chacotas que vivenciou, tornaram a socialização um desafio. Embora tenha participado de diversas atividades ao longo de sua vida, construir laços de amizades revelou-se um obstáculo, resultando em nenhum vínculo que perdurasse até a fase adulta.*

*A escolha pela advocacia originou-se da percepção de que esse poderia representar um caminho menos desafiador para uma pessoa negra no mercado de trabalho. Aos dezessete anos, alcançou a conquista de prestar vestibular e custear todas as mensalidades, graças ao seu emprego na época. No entanto, esse período não foi um mar de rosas, tendo em vista que a faculdade foi marcada por preconceitos e limitações. Era um espaço majoritariamente branco. Naquele período, buscou esconder suas origens com estratégias de branqueamento. Alisava o cabelo, muita maquiagem para clarear a pele e optava por roupas largas para esconder o corpo. Quando decidiu romper com esses padrões e assumir o cabelo crespo percebeu um escarnio velado. A insegurança foi tanta que não aguentou, voltou ao Henê Maru<sup>13</sup>. Hoje em dia entende as nuances desse ambiente altamente preconceituoso e, parece ritualístico, mas ser uma mulher, negra, bem sucedida, gorda, impõem alguns limites, mas a um preço que nem sempre é fácil pagar.*

*Ser negra em uma carreira da elite, trouxeram limitações. A conexão entre essas opressões conecta-se à sua deficiência física. Maria é uma mulher, negra, advogada, que manca e usa bengala. Antes de se apresentar essa é a leitura que as pessoas fazem. O fator*

---

<sup>13</sup> Um cosmético capilar usado como alisante e que colore os cabelos de preto. Tem consistência cremosa ou em pó, cor negra ou marrom escura e um intenso odor característico.

*“advogada criminal expoente” muitas vezes não é colocado em destaque. Ao adentrar um novo Fórum é sempre um choque. Não a reconhecem como advogada, algumas vezes foi confundida com senhoras que repõe o café nas repartições públicas. O mesmo acontece em lojas de roupas da “elite” que procura frequentar, sempre é ignorada ou mal atendida, para Maria certamente pensam que é uma das repositoras de estoque.*

*Na maioria das vezes, as pessoas não a olham nos olhos no primeiro contato. Os olhares ficam perdidos. Não sabem se fitam a bengala, o corpo ou as feições. Mas foram tantos anos alinhada ao que Maria chama de “combo da discriminação”, que aprendeu a não se importar. Ou melhor, a se resguardar. A condição de ser mulher e negra permeia toda a sua vida, ao passo que a deficiência não desempenha um papel equivalente.*

*Durante os primeiros anos do curso de Direito sentia sempre uma dor de cabeça intensa. Para ela era resultado das horas de estudo. Contudo, em um curto período de tempo, as dores evoluíram para dificuldade de inclinar a cabeça para frente, devido à tensão nos músculos do pescoço, confusão mental, fraqueza muscular e perda de consciência. Os sintomas se intensificaram, resultando em episódios frequentes de desmaio, o que levou Maria a passar quatro meses na UTI. Um mês em coma. Sem diagnóstico. Após um longo período de dúvida, os médicos a diagnosticaram com meningoencefalite.*

*Como o combate à doença não foi imediato, surgiram lesões cerebrais permanentes. A reabilitação foi dolorosa, mas o que mais prejudicou Maria Carla à época foi a pausa indefinida nos estudos. Não sabia quanto tempo a universidade esperaria seu retorno, ela queria melhorar rápido. Todavia, o processo foi lento, precisou reaprender a respirar, falar, escrever e andar. O último foi o mais complexo, mesmo após quase três décadas da confirmação do diagnóstico é preciso acompanhamento para que os movimentos da perna direita sejam aprimorados. Além disso, a inflamação também prejudicou a visão, as cegueiras temporárias causaram danos irreversíveis.*

*Após o tratamento e a reabilitação, Maria retornou à universidade. Contudo, a inclusão não foi como imaginada e prevista em lei nos dias atuais. A acessibilidade não era uma abordagem utilizada nos sistemas de ensino. Rampas e elevadores de acesso eram inexistentes. Já os professores demonstravam pouco interesse nas dificuldades de leitura. No entanto, o aspecto mais doloroso residia na solidão. Sendo a única pessoa negra e com deficiência em todo o curso, não havia espaço para conversas, apoio ou até mesmo a construção de relações de amizade.*

*O período de cinco anos foi extremamente doloroso e reticente. Depois da doença nada foi natural, até mesmo fazer amigos e estudar. Pensando em formas de auxiliar, os professores*

*abriam exceções para fazer atividades sozinha, mas o desejo era de estar em grupo. Ela não recebia convites para as confraternizações, pois havia várias questões que precisavam ser consideradas para que ela pudesse participar. O resumo desse período se vincula a uma palavra: frustração. As expectativas do período da universidade não corresponderam.*

*De outro modo, as barreiras forjadas pelo sistema invisibilizaram o corpo e também potenciais aptidões que florescem nesse período. Foram anos de luta. Para Maria desistir sempre foi uma opção, mas para sua família não. No período mais crítico de sua doença e na reabilitação as irmãs se esforçaram para que seu desenvolvimento fosse pleno. Elas estudaram com Maria, lutavam por seus direitos e colocavam em prática ações, que deveriam ser normativas de uma comunidade.*

*Como estratégia para sobreviver em um ambiente extremamente hostil, que não entendia a sua potência, Maria Carla uso como estratégia a performance. Enquanto criança tentou se enquadrar nos moldes de feminilidade predefinidos. Já na sua carreira performa para alcançar os patamares que deseja, se impõe como “a advogada que resolve todas as causas”. É forte, dura, ativa, aquela que não abaixa a cabeça para ninguém, a conhecedora de todas as leis e normativas, persuasiva, com uma capacidade de retórica inabalável. Assim, para ganhar espaço em um ambiente hostil, atua como um homem, mas não qualquer homem. Defende-se de um branco de sucesso, com todos os estereótipos de um advogado criminal. Entretanto, para muitos ela se comporta como um homem negro, devido a audácia e agressividade em determinadas situações de sua carreira.*

*Maria Carla não se arrepende e aconselha todas que a questionam sobre os caminhos que deveriam traçar: “Seja como eles, ou até mesmo melhor; sendo superior a eles, assim, não terão escolha senão reconhecer o seu papel”. Essa foi a única saída, utiliza-se de tons neutros e conjuntos de calça e blazer impecáveis, não se lembra quando usou um batom colorido. Só após esse posicionamento deixou de ser confundida com a “menina do cafezinho” ou a faxineira do Fórum. Na sua trajetória, performar, apesar de combater nuances da sua essência, auxiliam a combater resquícios da escravização, atitudes muitas vezes veladas, que no começo da prática da advocacia a deixaram sem chão.*

*A sua trajetória está descrita nas notas da música “A Vida é um Desafio” dos Racionais MC's, uma melodia que ela sempre entoa ao refletir sobre sua vivência. “Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo”. A manca, preta, advogada. Única. Maria Macho. Galinha de Macumba. O que seria dela se não fossem as mulheres ao seu redor? “Mas o sistema limita nossa vida de tal forma e tive que fazer minha escolha, sonhar ou sobreviver”. Fortaleceu os sonhos, mesmo após os duros períodos ligados ao tratamento da doença, persistiu. Concluiu*

*sua formação, sem reconhecimento merecido, apesar de apresentar um desempenho superior a todos os demais estudantes. Contrariando as expectativas de professores e colegas de classe, alcançou a aprovação na Ordem dos Advogados do Brasil logo na primeira tentativa, destacando-se como a única de sua turma a obter tal feito. O aval para ingressar na carreira dos seus sonhos marcou o início de novos desafios.*

*“O capitalismo me obrigou a ser bem sucedido”. Inicialmente, as atividades primordiais da advocacia eram predominantemente destinadas aos homens. No entanto, ao perceber as barreiras existentes e compreender sua aptidão para a área, Maria optou por se especializar no estudo do sistema carcerário. “500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou”. Com uma carreira consolidada, anos de experiência, um carro e uma casa dignos de admiração, Maria, ao adentrar o Fórum, sente a frieza dessa realidade congelante. A incerteza proveniente de sua singularidade a fez compreender que ser a primeira não foi uma jornada fácil. Dúvidas persistem sobre seu intelecto, capacidade de argumentação e entendimento do âmbito legal. Apesar da rica bagagem e do tempo dedicado à profissão, as atitudes dos colegas não dissipam completamente essas incertezas. Para Maria, apenas através do constante estudo foi possível amenizar as barreiras. O guia que a conduz é o entendimento de que “a vida não é o problema, é batalha, desafio, cada obstáculo é uma lição, eu anuncio”.”*

#### **4.5.1 O marcador social da diferença: a deficiência**

*“Mas o sistema limita nossa vida de tal forma. Que tive que fazer minha escolha: Sonhar ou sobreviver. Os anos se passaram e eu fui me esquivando do ciclo vicioso. Porém, o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido” (A Vida é desafio - Racionais MC's).*

Nesta reflexão, exploro a interseção entre raça, gênero e deficiência na vivência de Maria Carla. Início a análise, a partir do o marcador social da deficiência incorporado à perspectiva do feminismo. Ao final, proponho uma interpretação que interliga elementos da teoria de carreiras, do feminismo interseccional e do contexto em questão.

Para tanto, inicialmente, compreendo que ao longo da História as múltiplas expressões da deficiência reforçaram parâmetros de exclusão, opressão e estigmas que limitaram sujeitos do convívio social (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007; IVANOVICH; GESSER, 2020). Magnabosco e Souza (2019) refletem esse pensamento no fragmento a seguir:

A relação que a sociedade estabelece com as pessoas com deficiências se constitui historicamente como desafio, variando desde a exclusão desses sujeitos do convívio social, internando-os em hospitais psiquiátricos, no século XVI, até a sua inserção nos diversos espaços sociais possibilitados pela realização de adaptações com vistas à superação das barreiras interpostas. Os paradigmas referentes a tal processo têm sido modificados, bem como progrediu a inserção das pessoas com deficiências na sociedade (MAGNABOSCO; SOUZA, 2019, p. 1).

Com o intuito de romper esses pressupostos limitantes evito posicionamentos estritamente fundados nos saberes biomédicos, logo assumo a deficiência como uma questão sociológica e um conceito político (DINIZ, 2003). Até os anos 1970 a medicina dominou esse campo, após esse período houve um potencial deslocamento dos saberes clínicos para as ciências sociais. Assim, os debates romperam o ideal da “cura” e passaram a questionar o papel da sociedade, das políticas públicas, culturais e institucionais em abordar as demandas dos deficientes na promoção da justiça social (DINIZ, 2003; IVANOVICH; GESSER, 2020; SANTOS, WEDERSON, 2016).

Por meio dessa disputa entre autoridades discursivas emerge o modelo social da deficiência, fundado preliminarmente por teóricos do Reino Unido (SANTOS; WEDERSON, 2016). No campo, houve uma separação entre lesão e a deficiência. Desse modo, o primeiro passou a ser compreendido por doenças crônicas, desvios ou traumas, que implicam restrições às habilidades consideradas comuns, expressões da biologia humana isenta de sentido. Já a deficiência tornou-se um fenômeno sociológico, aplicado em situações de saúde, mas também doenças, relacionado às sociedades com os quais interage (DINIZ, 2003).

A deficiência transcende o âmbito estritamente médico, representando uma forma de opressão imposta ao corpo deficiente, constituindo uma temática interdisciplinar, que envolve tanto o Estado quanto a sociedade (DINIZ, 2003). Portanto, desloca-se a origem da opressão para os sistemas sociais. Isso implica reconhecer as desvantagens e resistências decorrentes das interconexões, percebendo as opressões como produtos históricos e não apenas resultados inerentes à natureza. Além disso, adota-se uma perspectiva política que visa assegurar justiça e equidade (DINIZ; GUILHEM, 2000).

Segundo Santos (2016), uma transformação fundamental resultante dessa mudança discursiva está na revisão de marcos legislativos e jurídicos em todo o mundo, visando incorporar os princípios do modelo social. Como exemplo, tem-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006 e promulgada pelo Brasil em 25 de agosto de 2009, por meio do Decreto nº. 6.949. Esse instrumento define as pessoas com deficiência como aquelas que

apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições (BRASIL, 2009).

Ademais, a Declaração de Salamanca de 1994, atua como um marco para a legalização dos direitos das pessoas com deficiência. Esse documento consolidou o direito de igualdade de participação nos sistemas educacionais e sociais, independente das diferenças existentes (TANAKA; MANZINI, 2005). Nesse contexto, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, prevê o acesso de pessoas com deficiência ao trabalho, definindo em até 20% o percentual de vagas em concursos públicos, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, determina uma cota de vagas para a pessoa com deficiência, variando de 2% a 5%, nas empresas privadas com mais de 100 funcionários (TANAKA; MANZINI, 2005).

Já em 2008, o Congresso Nacional acatou as demandas da Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que apelavam para outorgar status constitucional às pessoas com deficiência (FONSECA, 2012). A partir desse novo embasamento, as definições foram ampliadas e contextualizadas a partir dos inúmeros marcadores sociais da diferença, que atuam de maneira interseccional, fundamentando barreiras limitadoras no processo de participação efetiva na sociedade (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012).

Por essa razão, faço a opção pela utilização do termo "deficiente" em detrimento de "pessoa com deficiência". Essa escolha não se resume apenas a uma questão léxica, mas considera-se que está intrinsecamente relacionada à perspectiva simbólica do termo. Enquanto o último sugere que a deficiência é uma característica exclusiva do indivíduo e não da sociedade, o primeiro é politicamente inclusivo. A noção atrelado ao termo "deficiência" reflete, portanto, uma parte constitutiva da identidade que desafia a autoridade discursiva dos saberes biomédicos e promove uma conexão mais profunda ligada à experiência vivida pelo corpo (DINIZ, 2003).

Esse alinhamento também se relaciona às compreensões fomentadas pelas teóricas feministas. Estas acadêmicas levantaram questionamentos acerca dos equívocos decorrentes de interpretações que não conectavam os feminismos aos estudos teóricos da deficiência (MAGNABOSCO; SOUZA, 2019). Para tanto, os anos 1990 estimularam a construção de argumentos multidisciplinares que se opunham aos mecanismos de opressão designados às pessoas (deficientes ou mulheres) e tornavam imoral a desigualdade fundada (DINIZ, 2003; MAGNABOSCO; SOUZA, 2019). Por esse prisma, a deficiência, assim como gênero e raça, passou a ser compreendida, a partir de uma construção histórica e social (MAGNABOSCO;

SOUZA, 2019). Sendo assim, enfatiza dinâmicas culturais, trajetórias de vida, modos de organização social do espaço e das relações. Do mesmo modo, reforçam a deficiência como um produto da linguagem, ideologias, imaginário social, condutas e práticas relacionadas (GOMES *et al.*, 2019).

Outro aspecto crucial no papel das feministas nesse domínio emerge da equiparação entre doenças crônicas e lesões, concebendo ambas como deficiências (DINIZ, 2003). Além disso, abordam considerações que transcendem o corpo, teorizando sobre a dor, a dependência, a interdependência, as limitações intelectuais e a ambiguidade da identidade deficiente em casos de lesões não visíveis (DINIZ, 2003). Também introduziram, de maneira significativa, a discussão sobre crianças com deficiência e seus cuidadores, reforçando o papel da subjetividade. Desse modo, deslocaram o foco da discussão para o significado de viver em um corpo doente ou lesado (DINIZ, 2003). Além disso, contribuíram para o debate de temas como doença, saúde, beleza, genética, eugenia, envelhecimento, tecnologias reprodutivas, próteses e acesso (DINIZ, 2003; GARLAND-THOMSON, 2020; MELLO; NUERNBERG, 2012).

Logo, esse prisma também ressalta as limitações inerentes ao modelo biomédico, que torna ininteligíveis as diversas corporeidades, negligencia o potencial político que mantém as experiências marcadas por relações de poder que geram desigualdades e negam a humanidade (GOMES *et al.*, 2019). A inserção dos feminismos nessa temática conferiu-lhe uma abordagem colaborativa e crítica cultural autoconsciente, promovendo argumentos que sublinham as identidades como produtos de inter-relações mútuas que simultaneamente constroem, flexionam e contradizem umas às outras (GARLAND-THOMSON, 2020). Em síntese, essa articulação estimula um campo gerador que amplia as investigações coletivas, questiona suposições e contribui significativamente para o pensamento interseccional (GARLAND-THOMSON, 2020) - uma perspectiva essencial na construção deste estudo que será aprofundada na seção seguinte.

#### **4.5.2 A carreira de Maria Carla: raça, gênero e deficiência em contexto**

Nesse momento, é importante recapitular que as carreiras são um fenômeno social, cultural e organizacional. Não englobam apenas as ocupações, profissões ou empregos. No sentido oposto, são fundadas em contextos (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Na narrativa ficcional de Maria Carla é construída a partir da interação entre sua condição de mulher negra e deficiente no cenário no campo da advocacia. Entender essa articulação permite visualizar sistemas de opressão, a formulação e sustentação de normas, que estruturam relações

de poder, privilégio e status àqueles que fundamentam as práticas opressivas em diferentes contextos sociais (GARLAND-THOMSON, 2020).

Portanto, as carreiras transformam e são transformadas a partir de tempos, espaços e estruturas sociais, institucionais, socioeconômicas, políticas e simbólicas com que os sujeitos interagem ao longo de suas trajetórias de vida (ARTHUR *et al.*, 1989; CHANLAT, 1995; GINGRAS *et al.*, 2006; MOORE *et al.*, 2007). Nessa abordagem, a trajetória de carreira de Maria Carla revela nuances que ajudam a compreender a interconexão dos eventos ao longo de sua jornada, transcendendo as estruturas organizacionais e materiais, incorporando perspectivas simbólicas em seu contexto integral (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Para interpretá-las, é preciso priorizar nas observações as estruturas e forças sociais que moldam normas e determinam comportamentos (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

No início de sua carreira, Maria notou que as atividades essenciais da advocacia eram predominantemente reservadas aos homens. Suas observações ressaltam frequentemente que essas limitações eram resultado do que ela denomina como "combo da discriminação". Interpretado aqui não apenas no contexto das relações de gênero, mas também considerando as interseções com raça e deficiência. Assim, sua vivência estabelece conexões entre experiências simbólicas ao longo do tempo e em diversos espaços. Além disso, incorpora aspectos subjetivos e informais, desenvolvendo-se em cenários múltiplos, construídos por sujeitos com características singulares (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Retomo também a possibilidade das vivências nas carreiras em postular sujeitos como desviantes e de reproduzir estigmas (GOFFMAN, 1988).

Analisar as dimensões de raça, gênero e deficiência no contexto da carreira da advogada Maria Carla destaca que a experiência de ocupar um corpo não se limita a uma única narrativa, em contrapartida, produz representações simbólicas para todas as formas que a cultura categoriza como não normativas (GARLAND-THOMSON, 2020). Assim, surge uma convergência entre os marcadores sociais da diferença na produção de opressões, revelando uma realidade diversa. Por exemplo, ser uma mulher negra e deficiente como Maria Carla envolve dinâmicas bastante distintas de ser um homem de classe alta com lesões, visto que cada situação intersecciona diversas formas de opressão. Os efeitos decorrentes das interações entre raça, gênero, sexualidade, idade, regionalidade, entre outros, se manifestam de maneiras únicas (DINIZ, 2003).

Na narrativa ficcional, a deficiência, assim como a necessidade de conformar-se às expectativas de feminilidade ou masculinidade, e as interações entre raça e deficiência, são percebidas como desvios que agrupam símbolos e constroem representações de incompetência,

tornando determinados sujeitos dispensáveis ou inaptos para os sistemas vigentes (LIMA *et al.*, 2013; MAGNABOSCO; SOUZA, 2019) Paralelamente, essas representações refletem a incorporação de valores eurocêntricos, transformando o que era considerado "normal" em algo "anormal" para a perspectiva ocidental. Interpretando pessoas como Maria como dependentes, incompletos, vulneráveis e incompetentes (GARLAND-THOMSON, 2020). Essa relação pode ser observada nas falas das participantes número 2 e 6:

“A inclusão é exclusiva, não só com a surdez ou deficiência visual. É geral. Desde criança. (...) É uma desvalorização por parte do Estado, do governo desse estado também, das secretarias municipais. (...) Desvalorizam a nossa comunicação, acham que também é doente.” (Entrevistada 2).

“Não só a vida adulta. Desde meu nascimento eu sou marcada (...) eu fui marcada...”. (Entrevistada 6).

Maria Carla destaca essa observação ao revelar as incertezas que as pessoas lançam sobre sua carreira devido à sua raça, gênero e condição física. Essas dúvidas questionam seu intelecto, habilidade de argumentação e compreensão do campo legal. Dessa maneira, as análises feministas e interseccionais elevam a crítica para além dos rótulos e constrói uma visão que desafia a ideia de corporeidade incomum como um símbolo inerentemente inferior. Nesse domínio, feminilidade, sexualidade e raça tornam-se performances da deficiência (GARLAND-THOMSON, 2020).

Essa relação pode ser observada nas práticas discriminatórias legitimadas por sistemas de representação e por histórias culturais que subscrevem atitudes de exclusão, informam as relações humanas e moldam os sentidos de quem somos (GARLAND-THOMSON, 2020). Ademais, os preconceitos fundam-se em um panorama histórico alinhado a história do Direito no Brasil. Profissões com essa, além da Medicina e Engenharia, foram historicamente configuradas como imperiais, estabelecendo práticas monopolísticas para determinados indivíduos (homens, brancos e de classe alta), que consolidaram suas posições de prestígio e criaram obstáculos para outros sujeitos. Todas elas foram moldadas a partir de um ideal patriarcal, que impôs limitações àqueles que não se alinhavam com esse padrão normativo hierarquizante (COELHO, 1999; PRUDENTE, 1988; SILVA; MAFRA; SILVA, 2022).

De acordo com Prudente (1988), a construção da ordem jurídica brasileira foi marcada por contradições, em relação à igualdade racial. Apesar da Constituição Federal estabelecer a igualdade, a realidade demonstra que a população negra no Brasil permanece distante desse ideal. Essa disparidade reflete relações que não favorecem o desenvolvimento socioeconômico e perpetuam o poder nas mãos da elite. Ademais, a estrutura limitadora e estereotipada do

sistema jurídico brasileiro, fundamentada nesse cenário, contribui para discriminações contra afro-brasileiros (PRUDENTE, 1988). Logo, a carreira no Direito carrega consigo prestígio e poder no campo simbólico e material, entretanto, não é automaticamente acessíveis aos negros, especialmente às mulheres negras (COELHO, 1999; PRUDENTE, 1988; SILVA; MAFRA; SILVA, 2022).

No contexto da deficiência, práticas capacitistas<sup>14</sup> postulam sujeitos e sujeitas factualmente em relações, locais e cenários marginais (ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2014). Os exemplos são observados simbolicamente no uso popular de expressões carregadas de preconceitos, como por exemplo, na narrativa ficcional de Maria Carla é singularizada no termo “manca”. Ademais, limitam a compreensão de sujeitos e sujeitas a termos como inválidos, excepcionais, portadores de deficiência, deficientes, entre outros, que implicam um forte apelo a incapacidade do elemento central do debate (BORGES, 2018). Reforçando, assim, estereótipos que expõem produtos discursivos das modificações culturais da sociedade, além de diferenciações, que são naturalizadas na arquitetura urbana, nas relações culturais, sociais, funcionais e refletidas no mercado de trabalho (ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2014).

Assim, reforça a desvalorização de mulheres, pessoas negras, idosos, indivíduos de baixa renda, dentre outros marcadores, por meio da linguagem que associa deficiência à anormalidade. Esse movimento interpretativo não apenas espelha o efeito subjugador do sistema opressor, que menospreza pessoas marcadas por diversas formas de opressão, mas também legitima narrativas coletivas que moldam o mundo material, endossam atitudes excludentes, influenciam as relações humanas e configuram os significados com base em discriminações. No entanto, também invoca um resgate, muitas vezes acompanhado do engrandecimento, por parte de socorristas benevolentes, que em diversas ocasiões, apagam das narrativas históricas a crítica e, inadvertidamente, reforçam práticas discriminatórias (GARLAND-THOMSON, 2020).

Na narrativa de Maria, expressa-se quando as pessoas não a olham nos olhos no primeiro contato. Segundo ela, “não sabem se fitam a bengala, o corpo ou as feições”. A caracterização da opressão liga-se a materialidade, política, experiência, subjetividade e identidade. Por conseguinte, exploram uma variedade de práticas materiais que envolvem o corpo vivido. Dentro desse conjunto de práticas discursivas e materiais, as opressões se articulam com o propósito de colocar em um padrão o corpo, buscando moldá-lo e regulá-lo. Tais normas são

---

<sup>14</sup> Capacitismo: vem do termo em inglês *ableism* e significa o preconceito direcionado às pessoas com deficiência, seja ele de maneira óbvia ou de forma velada, com a implicação de que essas pessoas não têm capacidade para fazer algo.

majoritariamente fundamentadas em discursos associados à medicina e à estética. Assim, as intersecções evidenciam os impactos da política estética e da medicalização sobre os corpos subalternizados (GARLAND-THOMSON, 2020).

Na narrativa ficcional, destaca-se a busca de Maria Carla em conformar a masculinidade e a relutância em assumir sua identidade afro-brasileira através de práticas de branqueamento (alisar o cabelo, usar maquiagens pra clarear a pele e roupas largas para disfarçar o corpo). Essas ações se tornam práticas que possuem origem em dinâmicas de opressão voltadas para a eliminação do que é considerado "excesso" (GARLAND-THOMSON, 2020). Nesse esforço para evitar a discriminação, funda-se uma constante busca pela neutralização de características individuais, incluindo marcas étnicas e particularidades corporais como manchas ou deformidades. Assim, a fuga do corpo inconformado se traduz em esforços individuais para parecer normal, neutro, não marcado, para não parecer deficiente, esquisito, feio, gordo, étnico ou racial (GARLAND-THOMSON, 2020).

No âmbito desta discussão, destaco que o contexto do mercado de trabalho nacional, as pessoas com deficiência são observadas de forma distinta. Segundo Assis e Carvalho-Freitas (2014) existem diferentes fases de socialização no ambiente organizacional, que vão da exclusão, segregação, integração e inclusão de fato. Durante a exclusão, pessoas com deficiência não tem acesso às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, assim, são mantidas à margem, privadas de acesso e transformação social, cultural e de status. Na fase da segregação, sentimentos paternalistas despontam e as pessoas com deficiência passam a ser segregadas em instituições específicas ou em apenas alguns postos de trabalho, costumeiramente, em ocupações marginais ou caracterizadas como subemprego. Na fase da integração, reforçada a partir dos anos 1980 com a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, sujeitos e sujeitas com deficiência passaram a ser incluídos no mercado de trabalho, a partir de sua reabilitação. Entretanto, não houve impulso para a adequação das empresas e da sociedade. Por fim, na fase de inclusão, requer-se que as organizações se liguem à sociedade para se adequar e permitir que sujeitos com deficiência tenham condições de desempenhar funções mais igualitárias no mercado de trabalho. Apesar de movimentos para o desenvolvimento da inclusão, em vários setores sociais, ainda é recente e limitada.

Observando essas fases, é possível revelar que o mercado de trabalho atua como importante ferramenta para a inclusão social (LIMA *et al.*, 2013). Entretanto, apesar das exigências legislativas ligadas às condições e relações de trabalho que amparam a empregabilidade de pessoas com deficiência, como, por exemplo, a Lei nº 8.213/91 que, em seu artigo 93, permanecer no mercado de trabalho ainda é uma tarefa difícil (NEVES-SILVA;

PRAIS; SILVEIRA, 2015). Uma vez que existem relações que permanecem segregando e limitando a proteção e apoio às pessoas com deficiência no cenário nacional (ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2014).

Para a Entrevistada 12 pode ser singularizada na palavra “desafiador. Mas também um pouco assustadora, principalmente por não ver muitas pessoas como eu dentro desse círculo. Pelo menos o que faço parte”. Como um reflexo, as pessoas com deficiência têm um risco maior de serem excluídas de suas comunidades, devido a uma mistura de estereótipos raciais/étnicos, de gênero e econômicos. Refletir sobre as suas experiências aumenta a conscientização da exclusão e promove mudanças sociais (BANKS, 2018). Entretanto, noções capacitistas atreladas a outras formas de discriminação, reforçam preconceitos e estereótipos limitantes em questões contemporâneas, diminuindo ações para elevar a redução de mazelas ou melhoria social conjunta para sujeitos e sujeitas que vivenciam essa diferença fundada socialmente (FREDERICK; SHIFRER, 2019). Além disso, a Entrevistada 2 complementa:

“Existe capacitismo. Sempre percebo a dúvida, as pessoas não acreditam que vou dar conta de fazer alguma coisa, sabe? É uma questão que parece intelectual, mas tem a ver com ser uma pessoa preta nesse corpo [deficiente], então envolve muita coisa e as vezes até coisas simples”. (Entrevistada 2).

Por conseguinte, as ideologias da normalidade e da beleza determinam quais corpos e suas capacidades são potencialmente alvos de adequações em um conjunto de padrões que designam o que é normal e belo (GARLAND-THOMSON, 2020). O conceito de "normal" é intrinsecamente vinculado à ideia do belo na modernidade, ao mesmo tempo que constrói representações, excluem e relegam a papéis inferiores aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos em suas trajetórias (GARLAND-THOMSON, 2020). No contexto de Maria Carla, a deficiência, em comunhão com raça e gênero, reduz a crença cultural de que o corpo é a âncora imutável da identidade. Assim, rompe a binaridade (masculino e feminino) e expõe aspectos excludentes, essencialistas e opressivos atrelados a própria categoria “mulher”. Nesse sentido, considerar a deficiência como um marcador social da diferença, assim como raça, classe, regionalidade, dentre outros, reforça o reconhecimento das múltiplas posições de sujeito, fortalecem a ruptura da unidade de classificação e desafia a primazia do gênero como uma categoria monolítica.

Do mesmo modo, resultam estereótipos que categorizam mulheres como Maria Carla como assexuais, incapazes de se reproduzir, excessivamente dependentes e pouco atraentes. Vinculado a esses *scripts* culturais, o envelhecimento também é enquadrado como uma forma de deficiência, tornando um marcador social da diferença importante de ser observado. Além

disso, “o sistema não se esquece de quem ela é: uma mulher negra, com bengala, no cenário jurídico brasileiro”. A partir dos padrões do que é velho, belo ou bom retira-se o valor e poder das mulheres, centrados exclusivamente na juventude. Assim, a idade, quando relacionada deficiência, raça e gênero, suscita indagações sobre a continuidade do eu, uma vez que o corpo passa por transformações contínuas. Seguindo essa lógica, os marcadores da diferença associados a traços relativamente estáveis são perturbados por aspectos mais fluidos (GARLAND-THOMSON, 2020).

Acerca desse debate, Hirschmann (2012) observa que, nos estudos feministas, geralmente, o corpo é tema de destaque, contudo, são levados em consideração apenas alguns corpos que detêm certas capacidades físicas, reprodutivas, cognitivas e motoras. A partir da visão interseccional, se compreendem instâncias de discriminação, avaliando formas de desvantagens que se cruzam em grupos de pessoas que compartilham características de marginalização semelhantes (BECO, 2020), além de explorar uma nova forma de pensar a deficiência interligada à justiça social, à constituição do sujeito, aos saberes e às ações coletivas (GOMES *et al.*, 2019).

Dessa maneira, ao abordar esse marcador social da diferença lança luz sobre as relações fundadas nos cenários que costumeiramente têm potencial para excluir, segregar, integrar e incluir de modo contributivo ou até mesmo deficitário sujeitos e sujeitas (ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2014). Ademais, interligado ao pensamento interseccional o olhar sobre as opressões construídas na contemporaneidade se expande através de observações de categorias para além de gênero, portanto, estimulam outras produções culturais, sociais e econômicas que contribuem para desestigmatizar a posição de sujeitas na sociedade (GOMES *et al.*, 2019).

Somado a isso, proporciona uma compreensão mais profunda dos aspectos culturais interligados. Isso não aprimora apenas as percepções sobre a experiência humana, nossas relações mútuas e a vivência da corporeidade, mas também amplia a importância das práticas ativistas neste campo (GARLAND-THOMSON, 2020). Dessa maneira, destaca outras formas de opressão que estão sujeitas a uma intersecção baseada na forma, aparência e no funcionamento do corpo. Estabelecendo limitações sobre corpos que devem ser vistos como normais, saudáveis, belos, produtivos, úteis, independentes e capazes (MOREIRA *et al.*, 2022).

Diante disso, destaca-se na ficção de Maria Carla, a intersecção entre os marcadores sociais da diferença em sua vivência confere-lhe um status considerado anormal. As dificuldades de mobilidade, classe social, localidade e raça a posicionam como sujeito que não se enquadra nas regras sociais impostas. Esse olhar mais amplo aprimora a interpretação dos

meios pelos quais as carreiras e os símbolos a elas atribuídos assumem significado em relação aos contextos com os quais interagem. Além disso, possibilita compreender os eixos de subordinação e interação com estruturas que moldam experiências nas relações contemporâneas (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013). Em resumo, essa perspectiva, estimula a formação de um pensamento crítico que interconecta diferentes eixos de opressão, revelando efeitos complexos e variados em contextos históricos, econômicos, políticos, culturais, psíquicos e subjetivos (BRAH; PHOENIX, 2004).

#### **4.6 A Impostora: fenômeno e percepções interseccionadas entre raça e gênero**

Na imersão contextual da presente pesquisa, será explorada a trajetória de Jenifer, uma jovem de vinte e dois anos, cujo cenário é marcado pela complexidade de sua trajetória. Filha de uma empregada doméstica, Jenifer traz consigo uma perspectiva única moldada por esse contexto familiar, marcada também pela regionalidade e classe social. Envolvida em sua busca pelo conhecimento, a jovem estudante de Biologia na Universidade Federal enfrenta desafios que se entrelaçam com sua história e ambiente socioeconômico. Ao destacar a narrativa de Jenifer, busca-se compreender as interseções entre sua condição social, sua jornada acadêmica e as implicações mais amplas dessas experiências em sua carreira.

*“Em um sábado ensolarado, onde o calor é palpável e o Sol ilumina intensamente, Jenifer se encontra imersa em uma realidade distinta daquela imaginada como ideal. Enquanto a maioria desfruta do conforto de seus lares, aproveitando o frescor e a comodidade, ela está imersa em uma tarefa árdua: empilhar sacos de lixo de 60 litros, um após o outro. O ambiente, longe da tranquilidade esperada, está permeado pelo esforço dedicado à limpeza, uma responsabilidade que marca os fins de semana da jovem. Nesses dias, sua mãe lhe ajeitou um “bico” em um restaurante do centro da cidade. Há mais de um ano em todos os finais de semana está ali, com o intuito de juntar recursos para contribuir no término de seu curso de licenciatura em Biologia.*

*Após encostar o último saco, secando gotas de suor com a palma da mão, vários pensamentos se sobrepõem: “Por que aquela moça me chamou pra uma entrevista sobre carreiras? Eu lá tenho uma carreira... Nunca tive carteira assinada. Já dei aula particular de graça de todas as matérias do ensino médio pra ajudar o pessoal a tentar o ENEM. Quem disse que isso é carreira? Limpar mais do que devo, além de ajudar a moça da salada ou lavar esses panelões, escolher feijão, descascar batata, isso é uma carreira? Ajudar a lavar o salão todos os domingos, atender telefone e montar marmitta. O que eu vou falar? Eu queria ser professora,*

*mas pra formar eu preciso fazer isso. Igual quando trabalhei dando faxina e de servente pra pagar o ENEM. E depois de babá daquelas meninas chatas da Susi para enviar os documentos e ir no cartório pra fazer matrícula. E agora aqui pra pagar condução e ir naquela lonjura estudar”.*

*As dúvidas se acumulam, dispersam-se e são prontamente substituídas pela inquietação que toma conta. O fluxo é interrompido pela gerente do local, que em tom firme ordena que a jovem retorne para pegar a diária recebida. Jenifer sente pena da gerente. Uma adulta de trinta e seis anos, que transparece descrédito pela vida e tem facilidade em descontar suas frustrações nos funcionários. Ela é formada, professora de Geografia, mas segundo a própria mulher, fez a escolha errada. A gerente sempre é a figura que ilustra as falas da mãe que advertem: “foi querer mudar o mundo dando aula, olha aí o que deu, acabou nesse emprego mal pago e sem futuro”.*

*Depois de trocar o seu uniforme, Jenifer conta as notas para conferir a quantia recebida. Não era besta de confiar naquele pessoal, tantas vezes enganou mulheres do seu bairro. Com ela não ia acontecer! Apesar de muito quieta e discreta, rotulada por muitos como certinha, obediente, dedicada e bastante tímida, ela sabia como se impor. De onde vinha saber se comportar e não deixar que os outros trapaceassem com ela, era uma regra pessoal. Essa atitude é uma herança da própria mãe, que passou a vida toda trabalhando em casas de família, hotéis e restaurantes. Ela sempre ensinou a filha a saber o seu lugar, não abrir a boca a menos que me peçam. Para ela é assim que se ganha respeito, fazendo o trabalho direito e questionando apenas quando solicitado. E mesmo assim, tem gente que duvida, mas aí é só mostrar que sabe das coisas. Não é por ser preta e humilde que não dá conta das coisas do mundo. Uma mulher que criou três filhas sozinha, entende mais da vida que muita pessoa por aí, sabe como é difícil conquistar alguma coisa.*

*Voltando para casa a pé, seu bairro apesar de ser considerado marginal, fica próximo ao centro da cidade. O desejo era esperar o ônibus, mas aos sábados ele demora a passar e pelo valor cobrado não valia o gasto. Resolveu economizar, afinal para ir estudar, o dinheiro da semana era a conta. Caminhando, lembrou uma situação vivida e ficou envergonhada. Na semana anterior ao voltar da faculdade esqueceu de pedir a mãe um troco para completar o valor da última passagem que restou, ao entrar, o motorista pediu para descer “se não tem o dinheiro total, não tem como, mocinha”. Uma mulher desconhecida que trabalha na Universidade, presenciou a cena e completou o valor. Embora grata, Jenifer não gostou de depender dessa ajuda, procurou a pessoa durante a semana, mas não encontrou pra restituir*

o valor de R\$ 1,80. Também não contou para a mãe e irmãs a situação, pois seria motivo de vergonha pra toda família.

Ainda no caminho de volta para casa, a mensagem sobre a entrevista de carreiras voltou a incomodar. “Quem tem carreira não sente isso.” Houve dificuldade para dar nome aos sentimentos. O seu maior sonho era ser professora. Desde nova admirava Josiane, uma mulher alta, elegante, inteligente e destemida, que lecionava a matéria de química. Sempre quis ser ela. Quando conseguiu entrar no curso de Biologia em uma Universidade Federal foi uma grande conquista. Apesar de muito comemorado, estaria onde poucos conhecidos estiveram e a escolha não foi uma alegria para a sua mãe. Para ela ser professora é uma profissão ingrata. “Devia fazer Agronomia ou outro curso que já sai da faculdade ganhando dinheiro”, a mãe dizia.

Jenifer relutou. Persistiu na licenciatura. Era seu sonho ser como Josiane. Agora fazendo estágio em escolas públicas da cidade notava que existem lados bons, mas também ruins. Para conseguir seguir o seu objetivo, ignorava os pontos negativos. Estar na universidade pública, foi o único sonho que conseguiu conquistar, mas também, nunca tinha sonhado antes. Pra ela, sonhar é privilégio de gente rica e branca. Deve ser por isso que a vida era tão simples antes de querer entrar na faculdade. “Sonhar custa muito”, o pensamento saiu de sua mente e invadiu a boca que retrucou “E cansa também. Se eu desistisse estaria deitada agora vendo TV. Não ia precisar juntar lixo, lavar e cascar (sic) batata”.

Estava difícil manter seus objetivos. Em casa não entendiam o esforço. As irmãs sugerem a todo tempo para gastar dinheiro em coisas mais proveitosas. A mãe retruca e fala que precisa ser formada, vai ser um orgulho, mas Agronomia seria muito melhor! Para mãe, ser professora é aguentar amolação de filho dos outros e ainda receber pouco. São tantos pontos contra, que a cabeça de Jenifer constantemente fica a mil. É recorrente repetir algumas provas por não alcançar a nota média, precisa estudar muito na biblioteca para passar. Sempre consegue e por isso, nunca repetiu uma matéria.

Nos raros momentos de tranquilidade, quando os pensamentos desaceleram, o primeiro questionamento que surge é: “Eu deveria estar lá?”. Porém, ao cruzar o portão da Universidade a pergunta se transforma para: “Eu deveria estar aqui?”. Sem o apoio da família, com a grana curta para o ônibus e o lanche da semana. Almoçando uma marmitta fria, pois o Restaurante Universitário estava fechado para reestruturação. Trabalhando feito um cão pra tirar uma miséria que acaba antes de chegar sexta-feira. A resposta parece simples. Mas ela resiste.

*Naquele contexto, também não se sente em igualdade com os outros. Os “outros” aqui são os colegas do curso e também os professores. O ensino básico da escola pública atravessado por uma pandemia a colocou muita atrás dos colegas. Se esforçar muito e colher poucos resultados estava destruindo suas expectativas. Enquanto tecia argumentos mentalmente, atravessou a rua de frente para a antiga escola e lembrou de um diálogo que escutou entre duas mulheres quando tinha doze anos: “tenho dó dessas crianças, pobres demais, não vão dar em nada, daqui só sai grávida ou gari”. A segunda mulher em sua memória debochou e riu: “preto só usa roupa branca se for de açougueiro”. As duas gargalharam. Em Jenifer, aquela sentença repercutiu com uma tatuagem em seu corpo. Restavam poucas alternativas.*

*Chacoalhando a cabeça, dispersou a memória. Ela usava branco nas aulas práticas de Laboratório. Eram os momentos preferidos naquele espaço, sentia-se importante. A Josiane também tinha um jaleco e era bordado com suas iniciais. Ser Josiane era a meta. Sua inspiração era uma mulher preta, periférica que estudou na mesma Universidade. Referência única. Contudo, a força dessa imagem muitas vezes não era suficiente. Ao longo de toda a jornada, ecoa uma indagação fundamental em sua trajetória de vida e carreira: “Será que eu vou conseguir? Eu vou ter uma oportunidade? E se tudo der errado, eu perdi tanto tempo com esse estudo? E se Josiane foi a única? Será que vai ter espaço pra mim?”.*

*Ficou sabendo por antigos amigos que Josiane tem casa própria, um carro e uma filha. Tudo que Jenifer deseja. Contudo, no ambiente da faculdade não tem esse exemplo. Não existe ninguém ali minimamente parecida com ela. “Se Josiane estivesse lá, se a gente fosse colega de turma, nossa ia ser bom demais.” Falta referência, estímulo e a sensação de paridade com os demais. O processo de formação é solitário, não existe em sua sala uma companhia. Muito menos uma companhia que seja negra.*

*Após a caminhada, imersa nesse fluxo inconstante de pensamentos, chegou em casa. Tirou os sapatos, cumprimentou o tio e a avó que moram no mesmo quintal. Tomou seu banho e pensou em deitar um pouco. Mas precisava estudar. Segunda-feira seria a primeira prova da matéria mais difícil que enfrentou no curso, sabia que não conseguiria uma boa nota. Quando elas acontecem no começo da semana, dificilmente vai bem. A busca pelo dinheiro pra se manter no ensino superior não permite. Porém, tinha certeza que ao final conseguiria recuperar, com mais tempo e esforço contínuo as recuperações viriam, mas seriam apenas mais uma das barreiras.”*

#### 4.6.1 Desvendando o fenômeno da impostora: explorando interseccionalidades

Esta narrativa ficcional, assim como as outras que seguem, podem ser interpretadas sob diferentes perspectivas. Contudo, a trajetória de Jenifer será analisada em relação às frentes do fenômeno da impostora, sua relação com as carreiras e os marcadores sociais da diferença gênero, raça e classe.

Escolho utilizar o termo "fenômeno" da impostora em contraposição à "síndrome" da impostora para evitar a patologização do conceito, que devido à sua construção inicial, frequentemente remete a compreensão de aspectos disfuncionais nas realidades das mulheres. A utilização do termo "síndrome" pode remeter a condições médicas ou psicológicas prejudiciais, contribuindo para a criação de estigmas. Além disso, a opção por "fenômeno" em vez de "síndrome" também sugere uma experiência comum, não necessariamente associada a uma condição clínica (FEENSTRA *et al.*, 2020).

O fenômeno da impostora surge nos debates acadêmicos em 1978, a partir do trabalho de duas psicólogas americanas, Pauline Clance e Suzanne Imes. Inicialmente, as autoras estudaram mulheres que ocupavam posições de destaque no mundo do trabalho e, apesar de suas conquistas sociais e financeiras, continuavam a questionar suas habilidades. As manifestações desse fenômeno incluem autódubida persistente, minimização de suas conquistas e comparação negativa com os outros, receio de ser descoberta e tratada como uma fralde, atribuição de sucesso a fatores externos, como sorte ou redes de contatos, em vez de reconhecer seu próprio esforço (CLANCE; IMES, 1978). Para Clance e Imes (1978), cultivar esse sentimento permitia a essas mulheres perseguir suas ambições com mais confiança, ao mesmo tempo eram reduzidos seus receios. Logo, ao manter a crença de que não eram excepcionais, elas imaginavam que poderiam evitar a rejeição social.

Nas últimas décadas notou-se um aumento significativo do interesse por esse tema, tanto na pesquisa acadêmica, quanto na mídia popular (FEENSTRA *et al.*, 2020). Na origem do conceito, o gênero é interpretado como único marcador social da diferença relevante para interpretar os sentimentos, experiências e barreiras vivenciadas pelos indivíduos. Nessa articulação unilateral entre gênero e as relações de carreiras compreendem-se os desafios enfrentados e também as oportunidades, a partir da formulação de questões como "quem sou eu?", "quais conquistas posso alcançar?" e "será que sou capaz de desempenhar uma determinada função?" (CALVARD, 2018). Na narrativa ficcional manifesta-se na indagação: "Eu deveria estar lá?" e "Eu deveria estar aqui?".

De acordo com Calvard (2018), essa perspectiva destaca a interligação entre o progresso nas carreiras e as contínuas transformações na construção da identidade. No entanto, também ressalta uma visão tradicional e simplificada, fortalecendo concepções estáticas de patologias que podem não captar de forma precisa a dinâmica das carreiras modernas, as quais frequentemente se caracterizam por mudanças, diversidade e complexidades em seu processo evolutivo (PRINGLE *et al.*, 2019).

Por essa leitura, percebo que a conceituação original do fenômeno da impostora está atrelada à metáfora: "carreiras lineares como faixas de rolagem". Isto é, são observadas percepções negativas das mulheres sobre si, a partir de um modelo tradicional em que as trajetórias de carreiras são vistas como lineares e contínuas. Repercutindo perspectivas psicológicas e estruturais como fatores únicos na evolução ou estagnação das carreiras. Nessa perspectiva, a ideia é que as pessoas avançam de forma previsível, subindo de nível ou obtendo promoções em uma sequência ordenada, como uma faixa de rolagem que se move de maneira constante, desconexas dos contextos (CHANLAT, 1995; INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007).

Portanto, noto na conceituação inicial do fenômeno da impostora algumas divergências com a epistemologia que fornece base essa tese. Em relação ao conceito de carreiras, construir uma visão universal e ao mesmo tempo estática impede observações da dinâmica atrelada à construção das carreiras, ligadas a socialização; história de trabalho individual; contexto de vida; relações de gênero presentes em diversas sociedades; concepções étnicas e raciais; segregação mundial em regiões demográficas particulares; e, oportunidades de carreiras que dizem respeito à situação de cada localidade, gênero, sexualidade, raça, faixa etária, capacidade física, dentre outros (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Restringir as barreiras associadas às carreiras a uma única perspectiva, que enfatiza nuances de gênero e demandas baseadas nas experiências de mulheres brancas, perpetua a formulação de soluções emancipatórias para questões pessoais. Muitas vezes, essa abordagem é cooptada para atender aos objetivos oportunistas de grupos com interesses específicos (HOOKS, 2000).

Essa relação explicita-se na observação da construção individual da patologia, fundado na perspectiva da psicologia clínica, que concebe o fenômeno da impostora, como um traço de personalidade intrínseco aos indivíduos (FEENSTRA *et al.*, 2020). De acordo com esse enfoque, as soluções para mitigar os impactos são fundamentados em estratégias destinadas a "corrigir" o indivíduo. No entanto, em algumas ocasiões, essa abordagem pode dar origem a uma tendência de culpabilização, com a percepção de que o "problema" é do próprio indivíduo e, conseqüentemente, é sua responsabilidade exclusiva "corrigir" sua situação. Descarta-se

portanto o papel do contexto social, cultural e econômico das esferas de análise (FEENSTRA *et al.*, 2020). Bem como a atuação dos marcadores sociais da diferença interseccionalmente conectados para a (re) produção de opressões.

Dessa forma, as ideias primárias do fenômeno da impostora não levam em conta as interseções de múltiplas formas de opressão que dão forma ao racismo, sexismo, elitismo, capacitismo e outros aspectos, que atravessam experiências de diferentes mulheres e outras minorias em contextos particulares (COLLINS, 2019a; HOOKS, 2000, 2019a). Isto é, preliminarmente, apenas por uma visão individual e formulada na base da patologia alcançaram respostas para questões relacionadas aos medos, angústias e limitações ligados às carreiras. Da mesma forma, negligenciaram o diálogo crítico cunhado por pensadoras negras que florescia na mesma época, que poderia promover discussões amplas e interseccionais sobre justiça racial, gênero e sexualidade no campo organizacional.

Para superar essas limitações, busco uma compreensão mais abrangente dos dilemas que permeiam a narrativa ficcional de Jenifer, evitando perspectivas unidimensionais. Para isso, exploro a narrativa desta seção sob a ótica das interações entre carreiras, contexto social e como esses fatores desempenham um papel fundamental na compreensão das complexas dinâmicas que moldam as opressões suas origens e limitações atreladas ao contexto (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007; PERROT, 2007; TAMS *et al.*, 2021). Uma vez que grande parte da vida das pessoas é dedicada ao desenvolvimento de suas carreiras, em relação a outros aspectos da vida e atividades, a construção da identidade em torno do trabalho pode ser uma parte fundamental para compreender quem somos e como nos encaixamos nas estruturas sociais mais amplas (CALVARD, 2018).

Da mesma forma, repercute o papel do contexto organizacional para a construção de um senso de identidade ou um conjunto de identidades pessoais e sociais (BROWN, 2015). Por essa articulação, noto que o fenômeno da impostora se faz presente a partir da influência de criação de dilemas de poder. Esse processo, por sua vez, representa uma luta significativa ou um jogo estratégico de confiança. Em detrimento disso, diversos fatores entram em jogo, que começam com imagens e perspectivas limitantes (BROWN, 2015; CALVARD, 2018; GOFFMAN, 1970).

Com base nas ideias de Feenstra *et al.* (2020), o fenômeno da impostora deve ser interpretado considerando as interações entre a sociedade e a cultura em geral, as organizações e outras instituições, bem como interações cotidianas e relações interpessoais, que desempenham papéis críticos na formação dos sentimentos de impostor. Isso destaca que as

trajetórias individuais não são apenas o resultado de disposições e personalidades, mas moldadas pelo ambiente externo em que as pessoas estão inseridas. (FEENSTRA *et al.*, 2020).

Assim, para embasar as análises em perspectivas epistemológicas coesas, analiso a narrativa ficcional da "impostora", à luz de diversos domínios de poder, que se entrelaçam em uma rede, conforme delineado por Collins (1992). Esses domínios abarcam relações organizacionais em suas dimensões estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais e serão explorados em profundidade na seção seguinte.

#### **4.6.2 Quando a esperança se esquivava: navegando pelas incertezas**

*“Como os “Outros” da sociedade, aqueles que nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos ameaçam a ordem moral e social. Ao mesmo tempo, são fundamentais para sua sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem são os que explicitam os limites da sociedade” (Patrícia Hill Collins).*

Reconhecendo o conceito inicial do fenômeno da impostora e articulando o feminismo negro e interseccional em relação aos estudos de carreira, questiono: o fenômeno da impostora pode ser interpretado apenas por uma lente individual, única, simplista e geral da realidade narrada? Além disso, é possível (re) repensar esse conceito para os estudos de carreiras através de uma perspectiva feminista negra e interseccional?

Ao analisarmos o fenômeno, sob a perspectiva de uma jovem mulher, negra, de classe baixa, moradora do interior de Minas Gerais, noto que as opressões em relação a fatores cruciais, como gênero, classe, raça e regionalidade, desempenham um papel fundamental na construção das diferenças e, principalmente na percepção do ser diferente, em relação ao cenário que atua. Portanto, o conceito do fenômeno da impostora, tal como inicialmente formulado, não se aplica à experiência de Jenifer, uma mulher jovem, negra, do interior e com uma trajetória de carreira se fundando distante dos palcos das grandes corporações.

Para compreender a narrativa de Jenifer, é essencial destacar não apenas a presença das estruturas de desigualdade em um contexto amplo, mas também as tendências específicas que moldam sua trajetória de carreira, muitas vezes sutis e invisíveis. Dessa forma, os questionamentos de Jéssica, manifestados na afirmação "Por que aquela moça me chamou pra uma entrevista sobre carreiras? Eu lá tenho uma carreira.... Nunca tive carteira assinada", não são meras abstrações, ligadas à dilemas individuais. Ao contrário, remetem a opressões

enraizadas em parâmetros históricos e contextuais mais abrangentes. Assim, compreendo que para interpretar o fenômeno da impostora, é crucial superar análises únicas e universalistas, lembrando que as origens desse conceito estão ancoradas em perspectivas específicas, concentrando-se em práticas e processos críticos, que afetam negativamente a experiência de mulheres brancas de classe alta.

Quando reflito a trajetória de Jenifer, percebo que o sentimento de impostora está ligado a várias influências. Em primeiro lugar, alinha-se a sua posição na hierarquia social, que envolve desafios associados a um status social que é muitas vezes percebido como inferior (FEENSTRA *et al.*, 2020). Atrélado ao campo do pensamento interseccional, podemos relacionar esse dilema ao domínio estrutural do poder, que está ligado estruturas fundamentais das instituições sociais (BREWER; COLLINS, 1992; COLLINS; BILGE, 2021). Observo essas nuances também nas falas das seguintes entrevistadas:

“Não consegui terminar fácil a faculdade, tinha que trabalhar muito pra bancar. Mas desde criança já tava acostumada com esse perrengue, trabalhei no comércio, em depósito de gás, em loja de roupa, isso antes de ser de maior.” (Entrevistada 2).

“A faculdade ficou um sonho distante, né? Não tem como sair de casa com 18 anos, para começar a trabalhar daqui 5 e 6 anos, como vou me sustentar?! Isso que eu sempre pensei... Não é brincadeira. As vontades falam mais alto. Ai eu fui trabalhar em tudo que era mais precário, de supermercado até camêlo. Faculdade? Sonho distante...” (Entrevistada 3).

Do mesmo modo, está relacionado à forma como as instituições sociais são organizadas e se moldam para promover a subordinação de mulheres negras ao longo do tempo. Como ilustrado na ficção de Jenifer, interseções de classe (capitalismo) e regionalidade (localização na qual reside), juntamente com as interações entre educação, habitação, família, economia e governança, criam um cenário complexo no qual opressões interligadas são identificadas, especialmente em instituições sociais de grande porte e altamente interconectadas. Isso ocorre porque, ao longo da história, políticas e procedimentos adotados pelo sistema jurídico, mercado de trabalho, escolas e universidades, setor imobiliário, instituições bancárias e seguradoras, mídia e outras entidades sociais têm operado de forma interdependente, frequentemente prejudicando as mulheres negras (BREWER; COLLINS, 1992; COLLINS; BILGE, 2021). Essa relação é observada na fala da Entrevistada 6:

“Não tem outras pessoas pretas onde eu piso, que ocupam o mesmo espaço que eu. O que aconteceu com a minha geração? Não tem mais pessoas pretas aqui, trabalhando, ganhando mais dinheiro que o normal, ocupando esses espaços?” (Entrevistada 6).

Através dessa análise, as instituições tornam-se um novo prisma a ser observado. Essas, passam a desempenhar um papel significativo na geração dos sentimentos de impostora. As estruturas institucionais podem levar mulheres e sujeitos carentes de representação a questionar sua pertinência em determinadas instituições, frequentemente dominadas por homens brancos. Essa invisibilidade dos semelhantes em espaços historicamente cisheteropatriarcais aumenta a vulnerabilidade e suscita dúvidas ilustradas pela frase: “Eu deveria estar aqui?” quando esses sujeitos participam desses ambientes (FEENSTRA *et al.*, 2020).

Estabelecendo uma conexão com as estruturas institucionais e estrutural de poder, emerge o domínio cultural, que destaca a crescente influência das ideias na configuração das dinâmicas de poder. O cenário universitário, delineado na ficção, e as expressões preconceituosas lembradas por Jenifer, acerca do futuro dos alunos provenientes do ensino público exemplificam os modos pelos quais o poder se manifesta por meio de representações e imagens em contextos que não apenas influenciam, mas também solidificam atitudes e expectativas culturais relacionadas às desigualdades sociais (COLLINS; BILGE, 2021). Ademais, podem moldar distintas barreiras ligadas às trajetórias de carreiras, como por exemplo, na representação de Josiane, que para Jenifer assume um papel de exemplo único de inspiração, entretanto “a força dessa imagem muitas vezes não era suficiente”. Conhecer uma mulher negra, professora de química, na mesma Universidade que é egressa, não a impede de questionar “Será que eu vou conseguir? (...) E se Josiane foi a única? Será que vai ter espaço pra mim?”. Mais questões e falas semelhantes são observadas nas falas das participantes:

“Eu não tenho muita coisa a falar, eu quero. Mas não tenho. Acho legal quem fala que quer fazer isso ou aquilo, eu faço o que dá! E não falo pra não prometer muito”. (Entrevistada 10)

“Todo mundo que não vai pra frente fica onde tá. E onde eu sempre tive é como doméstica. Minha mãe também, e como ela ficou a mente dela não entende outras coisas, ela viveu só aquilo”. (Entrevistada 5)

“Eu queria ser radiologista, até tive oportunidade de ir fazer o curso mas não tinha com quem deixar os meninos e estudar. Ai não teve jeito mesmo” (Entrevistada 5).

Historicamente, pessoas negras enfrentaram restrições no acesso à educação, oportunidades de carreira e renda digna. No cenário brasileiro, foram forjadas dentro de um contexto patrimonialista (MESQUITA; REZENDE; COSTANZI, 2020) racista e com

estigmatização social (CARNEIRO, 2003; GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2018). A redemocratização e a aprovação da Constituição Federal em 1988, juntamente com as lutas dos movimentos sociais, marcaram a universalização do direito à educação e o reconhecimento por parte do Estado, das necessidades específicas da população negra e indígena no contexto nacional. Como resultado, políticas de ações afirmativas foram incorporadas (MESQUITA; MODESTO; OLIVEIRA, 2022). Um direito, cuja extensão e ampliação à sociedade ocorreram de maneira tardia (MESQUITA; REZENDE; COSTANZI, 2020).

Entretanto, resquícios de mecanismos ideológicos do período ditatorial continuaram a desempenhar um papel significativo no campo da educação, dada sua importância na disseminação e promoção do capitalismo, especialmente sob a influência das práticas neoliberais (MESQUITA; MODESTO; OLIVEIRA, 2022). Reforçando um modelo econômico no qual o direito à educação sempre foi um processo marginalizado (MESQUITA; REZENDE; COSTANZI, 2020). Assim, como na narrativa de Jenifer, para muitos jovens a aprovação em uma instituição federal representa, por vezes, a única chance de aprimorar a qualidade de sua educação e vislumbrar um futuro próspero. Nesse sentido, ampliar o acesso e assegurar a permanência não possui apenas uma dimensão material, mas também simbólica (MESQUITA; MODESTO; OLIVEIRA, 2022).

Os questionamentos abrem espaço para reflexões que vão além do âmbito individual, contemplando assim os desafios enfrentados por outras pessoas negras em instituições de ensino. As desigualdades sociais com base na cor ou raça são evidentes e respaldadas por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), que indicam que 56,1% da população brasileira se identifica como negra. Apesar de serem a maioria, ocupam somente 48,3% das vagas universitárias, considerando tanto instituições públicas, quanto privadas. Quando aplicada à perspectiva da linha de pobreza monetária do Banco Mundial, a discrepância se torna ainda maior. A taxa de pobreza entre a população branca é de 18,6%, enquanto entre a população negra, esse número dobra. Essas disparidades se refletem de maneira contundente em diversas esferas. Por exemplo, a desocupação, subutilização e informalidade afetam de forma desproporcional as pessoas negras em comparação com as pessoas brancas (IBGE, 2022). Cada medida de sucesso econômico revela uma desigualdade racial significativa (BERTRAND; MULLAINATHAN, 2004).

Segundo o IBGE (2022), quase metade dos homens negros, entre 19 e 24 anos, não concluíram o ensino médio, e o índice chega a 33% entre as mulheres negras. A taxa de informalidade na população economicamente ativa atingiu 40,1%, sendo 32,7% para as pessoas brancas e 43,4% para as pessoas negras. Além disso, observa-se uma marcante discrepância

nos rendimentos por hora de trabalho. Os ocupados brancos tinham uma média de rendimento de R\$19/hora, enquanto os ocupados negros registravam uma média de R\$10,9/hora, e os ocupados pardos, R\$11,3/hora. Até mesmo entre aqueles com ensino superior completo ou mais, as pessoas brancas obtêm cerca de 50% a mais em rendimentos do que as pessoas negras (IBGE, 2022). Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2019 as mulheres brancas recebem, em média, 70% a mais do que as mulheres negras (IPEA, 2019).

As estatísticas evidenciam o fenômeno observado por Gonzalez (2020), no qual pessoas negras, ao disputarem posições que envolvem recompensas materiais ou simbólicas, enfrentam uma sistemática preferência por pessoas brancas, mesmo quando possuem qualificações comparáveis. Esse padrão também ecoa as falas que estigmatizam os negros, perpetuando uma visão de supremacia branca na narrativa, como exemplificado por expressões como: "tenho dó dessas crianças, pobres demais, não vão dar em nada, daqui só sai grávida ou gari", e também "preto só usa roupa branca se for de açougueiro". Assim, brancos ocupam o topo da hierarquia socioeconômica. Da mesma forma, o ápice da ordem racial, enquanto aqueles que não são brancos, independentemente de sua tonalidade, encontram-se em posições inferiores em termos de classe e prestígio.

É importante destacar que a raça desempenha um papel mais abrangente do que meramente um indicador de representação social. A relação entre raça e a hierarquia socioeconômica não são uma correspondência perfeita do ponto de vista estatístico: pessoas de todas as raças podem ser encontradas em todos os estratos dessa estrutura. No entanto, a conexão entre raça e classe é substancial para que a raça seja usada como um fator de classificação. Nessa perspectiva, à medida que a pobreza é um atributo comumente atribuído aos negros, pessoas brancas são majoritariamente associadas à classe média ou alta, representando um status social significativo (GANS, 2005).

Logo, o capitalismo também apresenta-se como uma dimensão racial e de gênero que se entrelaçam em dois processos históricos interconectados (ACKER, 2006b). Outro exemplo dessa interseção pode ser observado quando notamos, mesmo entre os sujeitos ricos e altamente educados, que a negritude permanece visivelmente notória aos olhos dos brancos, sendo utilizada tanto para sinalizar diferenças, quanto para reforçar a posição social, inibindo a mobilidade ascendente dos negros (GANS, 2005). As divisões raciais que permeiam questões de gênero e, em alguns casos, de classe, resultam na alocação discriminatória de oportunidade, recursos, sonhos e possibilidades aos sujeitos negros (ACKER, 2006b).

Essas disparidades são evidenciadas em direções diversas, mas invariavelmente se traduzem em segmentações racializadas, conduzindo a ocupações mais subalternas e

remuneradas de forma desigual, como aquelas encontradas na agricultura, mineração e trabalho doméstico (AKOTIRENE, 2019; COETZEE; HARRY, 2015; KANG; CHAI; MCLEAN, 2015; TEIXEIRA, 2021). Assim, as práticas conceituais e materiais que moldam a produção e os mercados capitalistas, bem como as crenças subjacentes a essas práticas, sofrem considerável influência das divisões de gênero e raça no contexto das carreiras e no poder, sendo que estas se entrelaçam com as construções associadas à masculinidade branca que, por sua vez, reiteram desigualdades como elementos fundamentais para os atuais sistemas capitalistas (ACKER, 2006b).

Em um contexto mais amplo, pessoas negras enfrentam uma série de estigmas, e as pressões emocionais que surgem, especialmente em ambientes acadêmicos ampliam sentimento de insegurança (COKLEY *et al.*, 2017). Consequentemente, concorda-se que a discriminação racial, quando associada a questões de gênero, raça e classe, afeta e influencia a trajetória de carreiras jovens adultos (BERNARD; HOGGARD; NEBLETT JR, 2018). Como na narrativa ficcional de Jéssica, se manifestam na sensação de que não conseguem corresponder às expectativas, mesmo obtendo sucesso em suas trajetórias anteriores, resultando em um impacto negativo em sua autoimagem e identidade (COKLEY *et al.*, 2017). Nesse contexto, diversos fatores desempenham papéis fundamentais, incluindo diferenças regionais, circunstâncias socioeconômicas, influência parental e diversidade cultural (BERNARD; HOGGARD; NEBLETT, 2018; REYNA, 2000, 2008).

Além disso, reforça que encontros permeados pela discriminação contribuem para a formação e internalização de sentimentos de inferioridade, desempenhando um papel fundamental nos meios em que as carreira se desenvolvem (BERNARD; HOGGARD; NEBLETT, 2018). Por essa ótica, é possível destacar que os meios de reprodução da segregação e da disparidade salarial evoluíram ao longo do tempo, mas a segregação e a desigualdade ainda persistem (ACKER, 2006b). Para Gans (2005) a discriminação e segregação só poderão ser significativamente reduzidas se houver mudanças nas regras da competição ou se esses recursos, como empregos dignos, se tornarem mais abundantes, possibilitando que a população negra alcance predominantemente uma posição de classe semelhante à população branca.

Ao integrar dimensões culturais nas regulamentações legais, sociais e organizacionais, destaca-se a capacidade de adaptação a diferentes contextos culturais e institucionais. Contudo, é raro observar organizações e instituições, sujeitas a essas leis, modificarem-se de forma ágil ou agirem em conformidade com as mudanças propostas (COLLINS; BILGE, 2021). Nesse sentido, evoca-se um novo domínio que interage com o sentimento de impostora: o poder disciplinar. Observa-se essa nuance na narrativa de Jenifer ao relacionar o seu comportamento

aos conselhos de sua mãe: “Ela sempre ensinou a filha a saber o seu lugar, não abrir a boca a menos que me peçam. Para ela é assim que se ganha respeito, fazendo o trabalho direito e questionando apenas quando solicitado.” Essa articulação entre opressões refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em fatores como raça, sexualidade, classe, gênero, idade, habilidade, nacionalidade e categorias semelhantes. Portanto, reflete os meios em que sujeitos e grupos são “disciplinados” e “ensinados” a conformar com a realidade posta, não devido a pressões explícitas, mas sim às práticas disciplinares persistentes (BREWER; COLLINS, 1992).

No campo dos estudos organizacionais, as relações que surgem do domínio disciplinar ganham relevância, devido à influência da burocracia nos sistemas de organização social moderno (BREWER; COLLINS, 1992). De acordo com Brewer e Collins (1992), há uma interconexão entre várias formas de opressão interseccionais e a burocracia, sistema que ressalta a necessidade de vigilância. Esse movimento implica em um monitoramento de pessoas específicas, levantando a questão: quem são aqueles que necessitam da vigilância do sistema burocrático? Na maior parte das vezes, são grupos não hegemônicos, como as mulheres presentes na narrativa de Jenifer. Logo, as formas de controle previstas na burocracia se originam da estrutura, instituições e cultura, sendo absorvidos pelos mecanismos reguladores do comportamento social e individual. Esses, conseqüentemente, constituem ferramentas essenciais para o controle de populações, especialmente no que diz respeito aos marcadores como raça, gênero e outros (BREWER; COLLINS, 1992).

Dessa forma, sujeitos subalternizados, como as mulheres negras, articulam suas trajetórias em convergência com o poder estrutural, cultural e disciplinar. Essa tríade é referida por Brewer e Collins (1992) como domínio interpessoal, moldado pela interseccionalidade das relações entre raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade, influenciando, por sua vez, a dinâmica das interações sociais. Portanto, ao analisar os obstáculos enfrentados por mulheres negras como Jenifer, sob a lente do fenômeno da impostora, baseado em uma perspectiva unidimensional de observação, limitamos nossa compreensão e capacidade de reflexão sobre as diversas maneiras pelas quais as pessoas são avaliadas por seus pares. Para uma leitura interseccional das barreiras que influenciam no sentimento de impostora, nota-se a presença de diferentes opressões na fundamentação, que impedem uma visão positiva em torno de suas carreiras. Isso ocorre, porque as interações cotidianas estão repletas de sinais significativos de avaliação social que indicam se os outros as reconhecem como sujeitos valorizados ou não (FEENSTRA *et al.*, 2020).

Sendo assim, a interseccionalidade estaca esses aspectos da experiência que frequentemente passam despercebidos (COLLINS; BILGE, 2021). Essa abordagem que transcende a visão unidimensional centrada no gênero, em relação ao fenômeno da impostora, expande as análises para outros marcadores sociais da diferença e diversos domínios. Essa perspectiva está alinhada com o pensamento de Lélia Gonzalez, conforme expresso em seu texto originalmente publicado em 1982:

“E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla se dá o nome de: sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que tentar mostrar que a coisa não é bem assim, né? (GONZALEZ, 2020 p. 186)”.

De acordo com Gonzalez (2020), ser mulher negra no Brasil significa estar sujeita a uma tripla forma de discriminação, uma vez que os estereótipos resultantes do racismo e do sexismo a posicionam no ápice da opressão. Especificamente em relação às trajetórias de carreira, dado o contexto de divisão racial e sexual do trabalho, evidenciam-se processos que englobam as dimensões de raça, classe e gênero. Este cenário posiciona mulheres negras como o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira (GONZALEZ, 2020).

Seguindo essa linha de pensamento, observa-se na ficção da Impostora, também a presença domínio hegemônico do poder, formulado não apenas para justificar opressões, mas como resultado as interações anteriores. Ao influenciar a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre os domínios anteriores e sustenta o poder de grupos dominantes (BREWER; COLLINS, 1992; COLLINS; BILGE, 2021). Essa perpetuação é impulsionada por ações populares que mantêm as ideias e o senso comum, que determinam o porquê, quantos e quem tem direito de governar, oprimir e diminuir outros sujeitos.

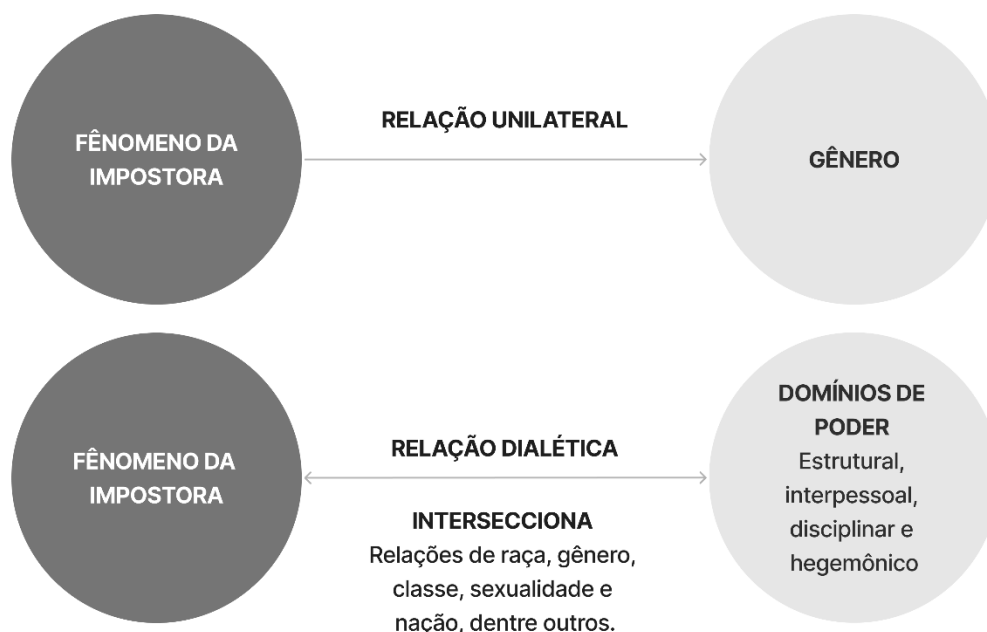
Portanto, frases como "negros são preguiçosos" ou "meninas são ruins em matemática" perpetuam concepções simplistas que podem ser usadas como fundamentos para avaliações de desempenho pela sociedade. Essa perspectiva gera expectativas negativas, resultando em tratamento injusto e uma visão distorcida das próprias capacidades e potenciais das pessoas afetadas. Além disso, criam barreiras internas, alimentando a autodúvida, minando a confiança e diminuindo a esperança (REYNA, 2000).

A relevância do domínio hegemônico do poder reside em sua capacidade de moldar a consciência através da manipulação de ideias, imagens, símbolos e ideologias. Portanto, torna-se uma esfera crucial não apenas para proteger ideias totalizantes, mas para desenvolver um

conhecimento contra hegemônico, que promova a transformação da consciência, reivindicando a criação de novos espaços para o empoderamento, que abrange a equidade grupal, em benefício de diferentes sujeitos e sujeitas (BREWER; COLLINS, 1992; COLLINS; BILGE, 2021).

A Figura 3, sintetiza essa relação que auxilia na compreensão da multiplicidade de fatores que geram insegurança, medo, barreiras, precariedades e visões negativas acerca da trajetória de carreira de Jenifer.

Figura 3 – Relação unilateral e dialética do Fenômeno da Impostora.



Fonte: Da autora (2024).

O domínio estrutural do poder, que compreende o domínio disciplinar, atua na organização macro da sociedade. Por outro lado, o domínio interpessoal se manifesta através de práticas cotidianas que abordam a maneira como as pessoas interagem umas com as outras, operando no nível micro da organização social. Este último pode variar de uma pessoa para outra, portanto, enfatiza práticas rotineiras que podem fomentar estratégias de resistências próprias. Já o domínio hegemônico encontra-se com a ideologia e a cultura, sendo um elo entre o domínio estrutural, disciplinar e o interpessoal. Na articulação entre eles são construídos espaços específicos de articulação entre marcadores sociais da diferença, que produzem opressões interseccionalmente (COLLINS; BILGE, 2021).

Ao analisar a narrativa ficcional da Impostora, é possível perceber o domínio estrutural do poder, que evidencia obstáculos sistêmicos e afetam a participação das mulheres negras em

áreas como educação, acesso renda, moradia, saúde e outros. No entanto, uma compreensão completa da construção da opressão se tornaria incompleta se desconsiderássemos o domínio hegemônico, que justifica o tratamento desigual dirigido às mulheres negras em diversas relações sociais, assim como nas interações do cotidiano, que limitam suas práticas. De fato, essas categorias se entrelaçam e operam de forma integrada, ainda que possam passar despercebidas. Essas relações interseccionais impactam aspectos diversos da convivência social (COLLINS; BILGE, 2021).

#### **4.6.3 Sobrevivência e transformação**

As divisões sociais resultantes das dinâmicas ligadas à classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade são particularmente notáveis no contexto ilustrado na narrativa ficcional. Entretanto, as sujeitas que historicamente são impactadas por essas intersecções desenvolveram estratégias de sobrevivência para enfrentar as múltiplas formas de opressão que enfrentam (BREWER; COLLINS, 1992). Sua luta perpassa a autodefinição, a autovalorização e o movimento de busca por autonomia que definem sua visão de mundo. Não se limita apenas à mera subsistência física, mas envolve também a capacidade de resistir e prosperar em um ambiente social que frequentemente oprime e marginaliza (BREWER; COLLINS, 1992).

Na narrativa ficcional de Jenifer, percebo um arranjo que incorpora estratégias que abrangem desde a resistência cotidiana até a resiliência e a construção de comunidades de apoio. Esses mecanismos na narrativa são reforçados pela prática de fundamentar uma representação exemplar de uma mulher negra, inspirada por sua antiga professora Josiane, e ao oferecer suporte a outros membros de sua comunidade. Nessa articulação, Jenifer desenvolve uma abordagem que questiona imagens de controle. Ademais, aborda o papel social atribuído a outros sujeitos que convivem, especialmente no contexto da sociedade de Lavras/MG.

Por essa prática, reforça a sobrevivência de um grupo que não é historicamente parte do ensino superior no Brasil. Jenifer é referência para outras mulheres que participam de sua comunidade. Nesse processo de construção, apoio e identificação, constrói-se uma esfera de influência no interior de estruturas sociais existentes. Para a Impostora sua função é insignificante e passiva, frente aos dilemas enfrentados e as barreiras de acesso à educação. Contudo, baseado nas contribuições da interseccionalidade (BREWER; COLLINS, 1992), torna-se uma estratégia que inclui a criação de redes de apoio, o fortalecimento das identidades culturais e a construção de um conhecimento crítico, que desafia opressões. Por esse prisma,

noto em sua carreira, até o momento, aberturas para transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade.

Além disso, interessa-se por práticas de transformação. Para Brewer e Collins (1992) esse movimento refere-se ao processo de desafiar e superar as estruturas de poder e as normas sociais que perpetuam a desigualdade. É a ação coletiva que direciona à mudança e à justiça social, envolvendo a redefinição de narrativas dominantes, a resistência a sistemas de opressão e a construção de alternativas mais igualitárias e inclusivas. A transformação está na luta por mudanças institucionais. Na ficção de Jenifer percebo essa prática nas iniciativas que visam alterar padrões e procedimentos discriminatórios relacionados ao acesso à educação. Como a sua persistência na licenciatura e também articulações grupais, em prol de auxiliar outras pessoas a ingressarem no ensino público.

Através de sua participação, Jenifer desafia as regras legais, os costumes e as tradições estabelecidos e amplamente aceitos que governam a subordinação das mulheres negras. Isso faz parte de sua contribuição para a luta por uma transformação institucional (BREWER; COLLINS, 1992). A esfera de influência feminina negra criada nesse caso é a recusa a renunciar a sua posição e falta de acesso ao ensino superior. Os passos, que podem parecer insignificantes na perspectiva de Jenifer, constituem, na verdade, um esforço de resistência e questionamento. Enquanto ela reforça as regras institucionais e interpessoais, que esperam que seja uma jovem quieta e bem-comportada, ela está resistindo a essa imposição. Sua carreira, em prol do ensino e da prática docente está enraizada em uma esfera de influência de mulheres negras, que lhe fornece as ferramentas necessárias para essa resistência (BREWER; COLLINS, 1992).

Dessa forma, ela contribui para a transformação institucional ao desestabilizar o domínio estrutural estabelecido (BREWER; COLLINS, 1992). Essa dupla dimensão do ativismo, ressalta que ações políticas, sociais e públicas são necessárias para impulsionar mudanças. Portanto, as lutas em prol da sobrevivência do grupo promovem a autonomia, não o separatismo. Além disso, estabelece a base para formar coalizões com outros sujeitos com base em princípios compartilhados, o que se revela essencial para a transformação institucional e também organizacional (BREWER; COLLINS, 1992).

#### **4.7 Como interpretar trajetórias de carreira sob a perspectiva feminista negra interseccional?**

Esta tese se inicia com uma indagação: “Como interpretar trajetórias de carreira (conceito inerente aos estudos organizacionais) sob a perspectiva feminista negra

interseccional?". As respostas para esse questionamento amadureceram ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Aprofundando-me em diversas teorias e abordagens para a construção do conhecimento, explorei complexidades epistêmicas, que fundamentaram a metodologia adotada, proporcionando uma abordagem singular que investigou narrativas, sob uma ótica comprometida com os princípios do feminismo interseccional. Diante desse percurso, simbólico e multifacetado, afirmo que é possível articular a teoria crítica da interseccionalidade, ancorada no feminismo negro, para uma compreensão mais profunda das trajetórias de carreira.

Entretanto, essa abordagem possui nuances que a impedem de ser aplicada de forma generalizada a todos os segmentos de pesquisa, que envolvem o estudo das carreiras. Para que essa questão encontre a resposta sugerida, torna-se imperativo promover uma abordagem ontológica e epistemológica, que permita a conexão de ambas as teorias destacando outras camadas presentes nas encruzilhadas, nos eixos da diferença e em processos dinâmicos. Em outras palavras, é essencial contemplar as carreiras, a partir de uma perspectiva fundamentada na interseccionalidade, escolhendo teorias, conceitos, paradigmas e práticas metodológicas, que facilitem compreensões fundamentadas em contextos.

Essa reflexão se destaca especialmente quando nos deparamos com perspectivas provenientes das teorias de carreiras, que muitas vezes se fundamentam em epistemologias distintas daquelas inerentes ao pensamento interseccional do feminismo negro. Assim, torna-se imperativo considerar cuidadosamente as premissas associadas à prática acadêmica e a produção do conhecimento, antes de alinhar as abordagens. Por exemplo, lentes teóricas que se restringem a meramente relatar o desenvolvimento, limitações, vocação, cargos ocupados e realizações tangíveis no percurso das carreiras, muitas vezes, adotam abordagens exclusivamente alicerçadas em premissas unilaterais, mecânicas e quantitativas. Tais abordagens refletem um domínio linear, discreto e tradicionalmente masculino.

Ao expandir o pensamento interseccional na produção do conhecimento, como exemplificado anteriormente, surgem limitações que restringem a compreensão das complexidades inerentes à construção das carreiras. Mesmo quando abordam a perspectiva das mulheres, muitos estudos tendem a focar exclusivamente nas relações de gênero, com uma abordagem biológica vinculada ao mercado de trabalho, negligenciando outros marcadores sociais da diferença. Tal observação já foi apontada anteriormente por Rocha-de-Oliveira e Fraga (2020). Acrescento ao debate sobre as limitações paradigmáticas, enfatizando que, na maioria das vezes, estudos fundamentados em óticas restritivas e simultaneamente generalistas têm como base visões predominantemente do Norte global. Isso obstrui a integração das

vivências dos subalternizados na dinâmica da construção do conhecimento, resultando na restrição da abrangência das análises.

Compreender as trajetórias de carreiras através de uma lente que não abarque múltiplas realidades impede que a interseccionalidade transcenda os riscos de "modismos" e "generalizações" (YUVAL-DAVIS, 2006). Guiada pelo arcabouço teórico que orienta minha prática científica (AKOTIRENE, 2019; ANTHIAS, 2013; CARNEIRO, 2019; COLLINS, 2022; GONZALEZ, 1982; HOOKS, 2000; LORDE, 2019; OYĚWÙMÍ, 2021), a pesquisa proposta reuniu contextos, vivências e trajetórias de vida, indo além das perspectivas unilaterais. Nesse sentido, foi possível compreender questões de gênero, raça, classe, entre outros, a partir da promoção de arcabouço teórico, conceitual, paradigmático e metodológico. Essa abordagem permitiu observar as intersecções em uma abordagem ao mesmo tempo profunda e contextualizada para os estudos de carreiras.

Para tanto, considere a heterogeneidade e os aspectos que conectam sujeitos e relações sociais, reconhecendo a diversidade de elementos que integram as amplas redes em que coexistem. Portanto, foi imprescindível ressaltar a subjetividade na investigação, reconhecendo a singularidade das trajetórias imersas em contextos multifacetados. Dessa forma, para alcançar nessa pesquisa a comunhão entre as abordagens foi preciso exercitar a prática acadêmica por uma perspectiva argumentativa das relações sociais, afastando-se da concepção linear, do esgotamento, da unicidade, da homogeneidade e da universalidade nas carreiras.

A interseccionalidade se movimenta em um horizonte expansivo, adota uma integração crítica e prática, considerando sistemas interdependentes de poder, que se constroem mutuamente (COLLINS, 2022). Sob esse olhar, as trajetórias de carreira das mulheres presentes nas narrativas ficcionais, transformam-se em relatos simbólicos, representando interpretações imaginativas, marcadas por observações, conceitos, prática e estímulos diversos. Abordar essa perspectiva no campo acadêmico possibilitou que a construção do conhecimento não se limitasse à busca por verdades definitivas, mas sim a interpretações marcadas por símbolos para compreender o sentido das carreiras vivenciadas (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007).

Por essa perspectiva, as narrativas sobre carreiras revelaram trajetórias marcadas por percursos, obstáculos, instabilidades e dilemas, sublinhando sua natureza transitória, moldada pela fluidez das relações sociais (INKSON; DRIES; ARNOLD, 2007). De maneira análoga, destacaram as influências exercidas pelo sistema econômico e social, bem como pelas organizações e instituições. Assim, o pensamento interseccional, alinhado à temática, proporcionou uma análise aprofundada sobre a intrincada interação desses construtos revelando os mecanismos de atuação presentes na conexão entre marcadores sociais da diferença.

Delineou práticas performativas, que impactaram as maneiras de se posicionar e construir realidades por meio de significados compartilhados (RIBEIRO, 2013), refletindo articulações presentes no tempo, nas narrativas construídas pelos sujeitos e suas histórias de vida (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Assim, essas contribuições respaldam a perspectiva de que as "carreiras são sempre carreiras em contexto" (MAYRHOFER *et al.*, 2007, p. 216), posicionando-as na "intersecção da história social e da biografia individual" (GRANDJEAN, 1981, p. 1057). Esta construção, que é tanto teórica e metodológica, quanto conceitual e ontoepistemológica, revela-se uma conexão multifacetada, que perpassa as trajetórias de carreira e sua interação com os ambientes. Dessa forma, redefine as intenções que guiam o envolvimento contextual dos sujeitos em diversas relações sociais, culturais e de trabalho, tanto locais, quanto globais (ARULMANI *et al.*, 2014; MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Em resumo, as articulações realizadas, especialmente aquelas alinhadas ao feminismo interseccional, foram viabilizadas por decisões epistemológicas cuidadosamente delineadas. Contudo, é fundamental não negligenciar as orientações metodológicas delineadas a partir desse direcionamento. A narrativa ficcional, por exemplo, resgatou as experiências de grupos historicamente marginalizados, representando-as por meio da escrita. Este conceito, fundamental na literatura afro-brasileira, proporcionou às mulheres negras a capacidade de expressar suas vivências e compartilhar histórias frequentemente silenciadas (ZANOLA, 2023). Desta forma, esta tese, sua fundamentação ontoepistemológica e os resultados obtidos delineiam um projeto de conhecimento resistente, que buscou destacar dimensões conceituais e críticas para confrontar as desigualdades sociais na intersecção de sistemas de poder, em face dos desafios apresentados (COLLINS, 2022), tanto na prática, quanto no cenário acadêmico.

Assim, foram destacadas percepções simbólicas e contextuais acerca das trajetórias de carreiras, abordando padrões e diferenciações entre contextos nacionais, sociais e políticos, explorando as dinâmicas da força de trabalho e as origens dos sujeitos. Da mesma forma, ampliou-se reconhecimentos e a teorizações de problemas sociais por meio de heurísticas, que geram novas formas de investigação sobre opressões (COLLINS, 2022). Por fim, essa abordagem permitiu alinhar os objetivos da tese, à necessidade primordial do pensamento interseccional em busca de justiça social, como será abordado na seção seguinte.

## **5 PROMOVENDO IMPACTO ATRAVÉS DA INTERSECCIONALIDADE: O COMPROMISSO ÉTICO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO MOTRIZ**

A justiça social é um construto central da interseccionalidade, emerge como um pilar fundamental na busca por uma sociedade mais equitativa e inclusiva. O termo, conforme delineado por Collins (2022), transcende a mera igualdade de oportunidades, abrangendo a distribuição justa de recursos e um tratamento imparcial a todos os integrantes da comunidade. Sua essência reside na erradicação das disparidades sociais, fomentando a inclusão e o bem-estar abrangente. A justiça social engloba, ainda, a assegurar de direitos básicos, tais como acesso à educação, moradia, saúde, segurança e participação plena no mercado de trabalho, independentemente de origem étnica, gênero, classe social ou outras características individuais (OVERSTREET; ROSENTHAL; CASE, 2020).

Nesse sentido, o engajamento no estudo e prática da interseccionalidade no campo científico transcende a mera análise teórica, transformando-se em um compromisso político e intelectual. Isso implica em deslocar nosso olhar, para além dos conceitos convencionais e dos limites que usualmente circunscrevem a prática intelectual no ambiente universitário (COLLINS, 2022; COLLINS; BILGE, 2021; FERREE, 2018). Propõe-se, portanto, a integração da análise crítica com a prática de pesquisa participativa, destacando a importância de abolir a hierarquia entre cientistas e sujeitos, concedendo a todos um acesso mais amplo às complexidades do mundo e de si mesmos (COLLINS; BILGE, 2021; FERREE, 2018).

Isso implica em um contínuo exercício de investigação crítica, visando a compreensão e análise das dinâmicas presentes nos sistemas sociais, com a finalidade de desafiar e transformar as estruturas de opressão (OVERSTREET; ROSENTHAL; CASE, 2020). Além disso, destaca a premissa central do feminismo negro como uma dimensão crucial para projetos de conhecimento (COLLINS, 2022). Ademais, refuta a ideia de que a promoção da justiça social compromete as estruturas acadêmicas. Adicionalmente, combate noções epistemológicas que reforçam a necessidade dos princípios de rigor e de uma abordagem teórico-metodológica alinhada às práticas do Norte global (COLLINS, 2022).

Dessa forma, impulsionar a promoção do pensamento em prol de justiça social no campo, se configura como uma resistência voltada a desafiar as preocupações relacionadas à apropriação e despolitização desse conceito (DAVIS, 2017). Ao compreender esse posicionamento, que é tanto social quanto crítico (COLLINS, 2022), comprometi minha pesquisa para a produção de conhecimento, pautando-me na abertura a uma ampla gama de vozes e perspectivas. Nesse sentido, desenvolvi, em consonância com a teoria que fundamenta

esta pesquisa, uma estratégia que integra pesquisa, extensão e os sujeitos que interagiram com minha investigação. Essa prática, apresentada a seguir, foi moldada pelas informações preciosas que emergiram nas entrevistas acerca das opressões, restrições e aspirações por mudanças dentro do contexto investigado.

A iniciativa em questão, se configura como um projeto de extensão denominado: “Motriz: ações para colocação e relocação no mercado de trabalho”, já respaldado pelo apoio da Prefeitura Municipal de Lavras e atualmente em processo de avaliação pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da UFLA. De acordo com os objetivos traçados, será uma atividade extensionista para oferecer serviços de auxílios nas carreiras, colocação e recolocação no mercado de trabalho para grupos subalternizados da localidade. Além do auxílio ao setor público e privado para implementar políticas que auxiliem a agregação desses sujeitos e sujeitas de forma equânime nos mais diferentes contextos.

Inicialmente, o foco é auxiliar minorias de gênero, especialmente mulheres com vivências interseccionadas por marcadores sociais de raça, classe, gênero e sexualidade. Portanto, abrange as demandas de pessoas cisgênero e transsexuais. A implementação desse projeto se justifica diante da expressiva demanda por tais serviços na comunidade, como indicado pelas informações fornecidas pela prefeitura. Esta instância enfrenta desafios significativos para atender a essa demanda e formular políticas públicas eficazes, que possam resolver os problemas correlatos.

Além disso, o projeto proporcionará uma valiosa oportunidade de treinamento e capacitação, tanto para o corpo discente, quanto para docentes da Universidade Federal de Lavras, oferecendo-lhes a chance de participar ativamente das atividades desenvolvidas. Da mesma forma, abrangerá a elaboração de metodologias para a condução, análise e implementação de ações voltadas à promoção da equidade, visando contribuir para o desenvolvimento de iniciativas que tenham impacto positivo na comunidade local. Dentro dessa dinâmica de interação, a proposta contempla os seguintes objetivos específicos:

- 1) Apoio às demandas práticas: na redação e organização de currículos profissionais, incluindo o formato *vitae*; Treinamento na elaboração e estruturação de currículos no modelo *lattes*; Preparação para entrevistas, abrangendo atividades como apresentação pessoal, desenvolvimento de habilidades para melhor desempenho durante as entrevistas (comunicação e postura pessoal, por exemplo);

- 2) Retorno, avaliação e teorização: Análise das demandas locais e transformação dessas observações empíricas em metodologias aplicáveis para a redução deste problema significativo em Lavras (MG). Desenvolver palestras e *workshops* abordando as opressões interseccionais, a atuação dos diversos atores sociais e modelos de políticas públicas, visando o aprimoramento do entendimento sobre essas questões.

As atividades serão conduzidas por estudantes de graduação e pós-graduação associados à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, sob a orientação dos professores e outros membros ligados ao projeto. A proposta inicial é disponibilizar, mensalmente, até vinte vagas para atendimento coletivo em todas essas modalidades, direcionadas ao público em geral. A divulgação das vagas será realizada por meio de mídias digitais e impressas, em colaboração com a universidade e a prefeitura municipal.

Nesse contexto, a metodologia adotada para a implementação dessa proposta de extensão é a pesquisa-ação. Este método de estudo busca uma compreensão aprofundada dos processos sociais, ao mesmo tempo em que intervém e soluciona problemas específicos. A pesquisa-ação é uma abordagem que permite a colaboração entre pesquisadores e participantes, promovendo a reflexão conjunta sobre a realidade e contribuindo para o aumento do conhecimento, de ambas as partes. Essa interação durante a pesquisa-ação facilita a aproximação entre pesquisadores e participantes, resultando em uma abordagem mais alinhada e reflexiva sobre as ações empreendidas (LODI; THIOLENT; SAUERBRONN, 2017).

É relevante destacar que a avaliação do projeto será conduzida pelos próprios participantes dos cursos e oficinas, permitindo a obtenção de percepções valiosas ao término de cada atividade. Sob essas perspectivas, o plano incorpora ações de ensino, pesquisa e extensão alinhadas às demandas da sociedade, ao contexto interseccional e à universidade. Essa integração visa promover o comprometimento com o saber popular, democratizando o conhecimento e estimulando uma prática que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política. Além disso, incentiva a participação crítica dos alunos, professores e da sociedade civil para um engajamento consciente no desenvolvimento contextual.

Além disso, pretendo criar cartilhas ilustrativas sobre as narrativas ficcionais resultantes desta tese e desenvolver, a partir das narrativas e teorias empregadas nas análises, meios de debater e divulgar a ciência em outros campos, além da produção de artigos científicos. Meu objetivo é que os resultados desta tese sejam debatidos em diferentes cenários, como escolas de diversos níveis na cidade de Lavras, bem como nos cursos de graduação e pós-graduação dos diferentes centros de ensino. Dessa forma, espero que outras práticas e políticas públicas sejam

desenvolvidas a partir das análises realizadas aqui sobre raça, classe, gênero, deficiência, idade, localidade, dentre outros marcadores sociais da diferença.

Em resumo, meu propósito vai além de meramente "teorizar" a interseccionalidade, concentrando-se em gerar esforços significativos para a sua produção conceitual. Busco, igualmente, "aplicá-la" de maneira prática nas mais diversas áreas do conhecimento e nos diversos contextos que permeiam este projeto de estudo (KELLY *et al.*, 2021). Ao elaborar este projeto, almejo retornar os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de pós-graduação em Lavras, por meio das ferramentas analíticas, teóricas e práticas aprendidas, tornando o ideal da interseccionalidade motor para pensar e realizar potenciais transformações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo central de **“compreender, a partir de uma perspectiva feminista negra interseccional, utilizando narrativas ficcionais baseadas no conceito de Escrivência de Conceição Evaristo, as trajetórias de mulheres negras na cidade de Lavras (MG), identificando as inter-relações entre diferentes marcadores sociais da diferença que permeiam suas carreiras”** emergiram nuances complexas que entrelaçam contextos, narrativas, histórias, temporalidades e relações sociais interligadas às carreiras observadas nesta tese. Para o propósito traçado, a perspectiva interseccional ofereceu base teórica e ontoepistemológica para embasar reflexões e desenvolver conceitos, que vinculam vivências a uma variedade de sistemas de opressão, supressão, ativismo e imagens de controle que extrapolam os limites do particular.

Guiada por essa perspectiva, as conclusões que apresento não visam apenas encerrar um capítulo da investigação, mas acima de tudo, abrir portas para reflexões contínuas e ações transformadoras fundamentadas nas compreensões alinhadas ao desenvolvimento teórico e metodológico desta tese. Além de impulsionar o reconhecimento das contribuições para o campo, destaco simultaneamente a importância das trajetórias das mulheres negras, expressas através de suas carreiras, vivências, teorias e símbolos, para a sociedade como um todo.

Para atingir as intenções gerais dessa tese, a adoção de múltiplas perspectivas possibilitou a geração de conhecimento e abertura para (re)interpretar processos interrelacionados, nos quais se encontram e interagem registros, concepções e sistemas simbólicos diversos. Portanto, o pensamento feminista negro interseccional alinhado ao estudo das carreiras possibilitou (a) compreender vivências interconectadas simultaneamente em contextos próprios, que capturam consequências de interação entre distintos marcadores sociais da diferença, os contextos e trajetórias de vida; (b) colocar no centro das discussões sujeitos costumeiramente negligenciados no debate acadêmico, combatendo o essencialismo do termo “mulher”, que tende a abranger apenas brancas, de classe alta e heterossexuais; (c) buscar aplicações práticas e possibilitar mudanças políticas, evitando o uso de conceitos hegemônicos; e, (d) destacar distribuições diferenciadas de poder e elevar meios para a ascensão de grupos socialmente marginalizados.

Além disso, substanciou uma visão radial de descentralização e deslocamento, interseções, desvios, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e propagação (MARTINS, 2000). Do mesmo modo, fomentou uma autoridade testemunhal própria. Um exemplo notável é

encontrado na narrativa ficcional da Cuidadora, onde se reflete sobre interações interseccionais que regem ações e capacitam certas pessoas a expressarem-se ou a serem ouvidas. Já na trajetória da Advogada, são reforçadas as práticas, pensamentos e ações daqueles que são silenciados ou interpretados de maneira desfavorável pelas lógicas institucionais, corporais, educacionais, culturais e sociais. Ao abordar A Impostora, afastando-se da visão patológica do conceito, coloca-se no centro da discussão sujeitos à margem da pesquisa, frequentemente desprovidos de autoridade para testemunhar a produção de seu próprio conhecimento. Dessa maneira, são favorecidas produções de resistências epistêmica, que promovem a interpretação de experiências próprias e individuais, sob uma nova ótica (COLLINS, 2022).

Ademais, as análises desta tese desempenharam um papel crucial ao reunir narrativas plurais para compreender questões frequentemente negligenciadas no debate *mainstream*. Por exemplo, ao explorar a carreira da Rapper, destaca-se a integração da matriz de gênero, raça e classe, vinculadas a amplos quadros do cenário cultural do movimento Hip Hop. Essa abordagem possibilitou a visualização das diferenças entre hierarquias sociais, as distinções entre sujeitos e o papel da cultura nacional e local na perpetuação de estigmas. De maneira semelhante, na trajetória da Missionária, debates foram impulsionados por meio de uma sensibilidade analítica particular, permitindo a retomada de discursos historicamente marginalizados e reforçando a observação de outras categorias sociais, como idade, fé, regionalidade, entre outros.

Assim, o percurso dessa tese auxiliou a compreender as posições sociais dos sujeitos e grupos na interação entre suas experiências e perspectivas no mundo social. Ao articular de forma dialógica opressões que transcendem classe, regionalidade, etnia, raça e gênero, foram ampliadas o escopo de investigação, introduzindo novos marcadores sociais da diferença nas análises, como por exemplo, religiosidade, deficiência e a idade. Possibilitou, assim, interpretações de trajetórias em relação aos contextos (ANTHIAS, 2013; FRAGA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2020; RESSIA; STRACHAN; BAILEY, 2017). Da mesma forma, favoreceu o combate a naturalização de discursos, que tendem a homogeneizar categorias e generalizar particularidades a todos sujeitos (YUVAL-DAVIS, 2006).

Destaco também a introdução de novos conceitos no campo. Entre eles, resalto a aplicação da abordagem interseccional para interpretar o fenômeno da impostora; a análise das carreiras não tradicionais em relação à diversidade; observações sobre colonialismo, patriarcado, racismo e manifestações do capitalismo, interligados às carreiras; a distinção entre opressão e supressão; a abordagem do trabalho reprodutivo; a teorização do cuidado e das imagens de controle, que se destacam na realidade de mulheres negras; a relação entre

trajetórias de carreiras e os impactos da masculinidade hegemônica; uma leitura feminista negra para os conceitos de *outsider*, *insider* e estigmas; e a análise do papel do ativismo na realidade das mulheres negras.

A articulação entre feminismo negro interseccional para interpretar carreiras produziu uma prática de produção do conhecimento, que não se limita a explorar desvantagens, mas entender as relações sociais, incluindo as interseções entre benefícios, vantagens e potenciais alterações nas dinâmicas organizacionais, sociais e institucionais (ANTHIAS, 2013; YUVAL-DAVIS, 2006). Do mesmo modo, foram estimulados percursos metodológicos, conceituais e paradigmáticos, que auxiliaram a romper o entendimento dos estudos interseccionais como uma abordagem desafiadora, de difícil operacionalização, generalização, que requer debates complexos intragrupos (FRAGA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2020; RESSIA; STRACHAN; BAILEY, 2017).

Essa tese produziu “uma ferramenta para entender as relações sociais, incluindo as interseções entre vantagem e desvantagem, que não se limita apenas a explorar desvantagens” (ANTHIAS, 2013, p. 127). Consequentemente, favoreceu interpretações que conectam as carreiras aos contextos, evitando análises simplistas e genéricas (DELUCA *et al.*, 2016; ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2020), incorporando marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe, deficiência, idade e regionalidade às análises. Além disso, reforçou o sentido pessoal e simbólico dos estudos de carreiras em conjunto com o contexto histórico, cultural e social do Brasil, especialmente no pano de fundo dessas narrativas: a cidade de Lavras (MG). Em resumo, do ponto de vista teórico, esta tese resultou em uma compreensão mais abrangente das carreiras das mulheres negras em destaque, transcendendo perspectivas simplistas e aprofundando aspectos conceituais.

Assim, emergiram também contribuições metodológicas alinhadas ao objetivo específico **“engajar narrativas de mulheres negras residentes na cidade Lavras (MG) e compreender suas trajetórias de carreiras no contexto em que se inserem”**. Este propósito está conectado à luta contra a marginalização do pensamento de sujeitos frequentemente silenciados, que raramente têm a oportunidade de expressar suas necessidades e são, por vezes, tratados como objetos (HOOKS, 2018) nas interações científicas mais abrangentes. Fundar esse direcionamento nessa tese destacou a importância de fortalecer a presença de conhecimentos diversos no ambiente acadêmico, com o objetivo de estimular uma abordagem crítica para compreender as desigualdades sociais, as dinâmicas de poder e as complexidades das experiências humanas no contexto das carreiras.

Ao entrelaçar minha voz (feminista negra) com as narrativas de diversas mulheres (especialmente aquelas que são mulheres negras e feministas negras), tanto na construção

teórico-metodológica, quanto nas narrativas destacadas, perpetuou-se uma reflexividade e consciência sobre as dinâmicas de poder presentes na investigação científica. Desse modo, o desenho metodológico proposto, ao enfrentar o silenciamento persistente das perspectivas negras, confrontou os impactos gerados pela imposição da busca por homogeneidade e neutralidade. Da mesma forma, elevou meios para combater a exclusão epistêmica histórica do conhecimento e das vivências das mulheres negras na pesquisa acadêmica.

Essas abordagens que generalizam práticas científicas para todos os contextos e sujeitos, historicamente perpetuam estruturas de poder institucionais, que refletem e reforçam ideologias supremacistas, permeadas pela predominância de homens brancos (AGUADO; FREDERICKSON, 2012; ARYA, 2012; FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Ao desafiar essas tendências, que direcionam a pesquisa para abordagens específicas, que visam a averiguação e validação do conhecimento, rompem-se barreiras institucionais. Nessa tese, procurar meios de romper esse paradigma presente no campo, principalmente nos estudos da Administração, ressaltou a importância da livre expressão de sentimentos e incentivou uma compreensão mais profunda de vivências e vozes plurais.

Por meio das entrevistas narrativas, tornou-se possível interpretar símbolos que facilitaram a compreensão dos mecanismos de atuação do racismo, sexismo, capacitismo, etarismo, elitismo, dentre outros aspectos. Simultaneamente, possibilitou destacar as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres parte desta tese, revelando seus dilemas pessoais e os fatores contextuais que moldaram suas trajetórias de carreiras. Além disso, ao questionar as estruturas institucionais, promoveu a diversidade na produção de conhecimento e fortaleceu um olhar crítico sobre o impacto dos desequilíbrios de poder na investigação.

Sob essa perspectiva, destaco a importância fundamental das teóricas que pavimentaram esse caminho antes de mim, desempenhando um papel crucial ao formular teorias, superar obstáculos e, por meio de seu ativismo, viabilizando a construção deste trabalho e enriquecendo meu pensamento e prática científica. Destaco Akotirene (2019), Carneiro (2003), Collins (1998), Davis (2016), De Jesus (1960), Gonzalez (1983), Lorde (1980), Nascimento (2018), Teixeira (2021), entre outras. No contexto dessas considerações metodológicas, é crucial destacar o papel de Conceição Evaristo (2020, 2017, 2016), cujo trabalho com o conceito de "Escrivência" se tornou um pilar essencial para toda a fundamentação metodológica. Seu pensamento impulsionou esta tese, a partir do pensamento que "A nossa Escrivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos".

A partir dessa leitura, que interligou o ponto de vista pessoal ao ponto de vista coletivo o objetivo específico de **“aplicar a narrativa ficcional, inspirada no conceito de Escrivência de Conceição Evaristo, a partir das narrativas e memórias que unem a voz narrante e a voz contante, como uma metodologia inventiva para a produção do conhecimento sobre as dinâmicas de opressão e supressão intrínsecas nas histórias de vida”** desempenhou um papel crucial na tese, fortalecendo as perspectivas e vivências de pessoas subalternizadas. Essa abordagem possibilitou a compreensão das vozes marginalizadas, integrando suas experiências através de um olhar pessoal, relacional, simbólico e cultural, ancorado nas histórias negras. Ao evitar generalizações apressadas e a imposição de conceitos, que não condizem com a realidade. A narrativa ficcional, inspirada na construção de Conceição Evaristo, alinhada aos estudos organizacionais, rompeu com normas acadêmicas preestabelecidas que buscam padronizar a forma e o processo de produção de conhecimento. Influenciando, assim, um pensamento para além dos padrões muitas vezes preconcebidos, distantes do contexto da pesquisa brasileira.

Ademais, fortaleceu a importância das narrativas pessoais, da memória e da arte de contar histórias. Ao explorar as realidades das carreiras no contexto de Minas Gerais, constituindo a base do conhecimento para vivências frequentemente negligenciadas pelas práticas acadêmicas tradicionais. Dessa maneira, fundamentou uma plataforma crítica, embasada no feminismo negro, para a expressão autêntica das experiências vividas, destacando especialmente as protagonistas de opressões e suas práticas, que promovem alterações no sistema cisheteropatriarcal.

Nesse sentido, o arcabouço teórico, epistemológico e metodológico possibilitou a aplicação da "ética retórica" (COLLINS, 2022) e o impacto da posição do pesquisador na construção do conhecimento. Alinhada a essa compreensão me comprometi a **“Elaborar uma proposta de construção de ações de impacto social para a promoção de carreiras de mulheres negras na cidade de Lavras (MG)”**. Assim, a teoria, os diálogos e narrativas aprofundados ao longo do processo de investigação serviram como guias fundamentais para aplicação de uma abordagem prática voltada à promoção de práticas com impacto social, inclusão e equidade, tanto no âmbito das pesquisas, quanto nos diálogos acadêmicos. Para efetivar esse propósito, dediquei-me à estruturação e à fundamentação de parcerias para o desenvolvimento do projeto de extensão "Motriz". Essa iniciativa assume uma posição crucial ao garantir que o conhecimento e as práticas científicas sejam conduzidos de maneira abrangente para sujeitos, que se interessam e são atravessados pela temática, evitando a

atribuição indiscriminada de conceitos e normas, frequentemente pouco exploradas, nos dilemas sociais.

Além disso, o projeto se configura como uma estratégia de divulgação científica, que transcende os limites dos ambientes institucionais de ensino e pretende alcançar um público diversificado. Reforçar os laços entre a academia e a sociedade emerge como uma medida crucial para fomentar uma comunidade científica mais inclusiva, equitativa e ética. A implementação do projeto "Motriz" não é apenas uma iniciativa prática, mas também estabelece uma estrutura analítica capaz de abordar outras complexidades relacionadas às desigualdades sociais, no município de Lavras (MG). Nesse contexto, o projeto direcionará sua atenção para os diferentes níveis de poder, seja no âmbito individual, institucional ou estrutural, todos intrinsecamente ligados à realidade sócio histórica local. Assim, o projeto se destaca como um instrumento crucial para a compreensão e abordagem de desigualdades sociais multifacetada, com potencial para expandir as fronteiras da pesquisa no campo.

Contudo, na busca por influenciar a expansão desse campo nos estudos organizacionais, reflito sobre os dilemas centrais relacionados ao desenvolvimento desta tese e sobre as ações, que contribuiriam para fundamentar os avanços anteriormente mencionados. Inicialmente, notei que a interseccionalidade frequentemente enfrenta uma tendência à generalização, uma prática recorrente em estudos que a adotam (YUVAL-DAVIS, 2006). Devido à sua natureza abrangente, repleta de metáforas e heurísticas, há estudos que afirmam estar fundamentados nessa perspectiva, mas não a incorporam efetivamente suas práticas.

Entender essas nuances e realizar uma leitura prévia para alinhar epistemes configura-se como uma limitação inicial, pois compreender e colocar em prática suas interrelações requer aprofundamento na temática. Esses aspectos abrangem diversos aspectos, como por exemplo, a integração de diferentes marcadores sociais da diferença de maneira interseccional; não generalização de construtos unilaterais; possibilitar a inclusão de sujeitos distintos e vozes marginalizadas no campo; e, a prática da justiça social como o cerne. Em outras palavras, colocar a interseccionalidade em prática não se restringe em apenas alinhar algumas categorias identitárias; é, na verdade, uma abordagem complexa e multifacetada, uma axiologia com paradigmas críticos próprios.

Isso, por sua vez, acarreta limitações metodológicas resultantes do desafio intrínseco na condução de análises tripartidas, principalmente ao lidar com conjuntos extensos de dados (OTONKORPI-LEHTORANTA; LEINONEN; NIKKANEN; HEISKANEN, 2015). Da mesma forma, instiga a necessidade de definições claras para a compreensão dos fenômenos, uma vez que abraçam inúmeras camadas, resultando, portanto, em uma atenuação do

imperativo de generalização (HOLVINO, 2010; WELLS; GILL; MCDONALD, 2015). Adicionalmente, depara-se com o apagamento epistemológico e a necessidade de incorporar perspectivas feministas negras e decoloniais, especialmente para compreender a política da interseccionalidade e as implicações dessa abordagem nas divisões sociais (THOMAS, 2023).

Além disso, devido ao caráter essencialmente qualitativo adotado nesta tese, emergem limitações que tangenciam a busca pelo rigor metodológico. Estudos qualitativos encontram restrições devido à amostragem seletiva e proposital, o que reduz a possibilidade de representatividade global devido ao tamanho da amostra. Além disso, a transferibilidade dos resultados para contextos mais abrangentes pode representar um desafio, considerando a natureza contextual e suas inerentes limitações, em relação à generalização (AKANLE, ADEFOLAKE, ADEMUSON, 2020).

Compreendendo os dilemas, para superá-los recorri a observação das relações marcadas por opressões e supressões em um contexto amplo, sem julgamentos, reconhecendo os múltiplos marcadores sociais da diferença, que se cruzam para moldar as trajetórias e perspectivas dentro dos contextos organizacionais, sociais, históricos e relacionais. Assim, distanciei do apelo quantitativo e das generalizações para enfatizar relações simbólicas. Identifiquei nesses desafios oportunidades de romper com o pragmatismo científico e introduzir diferentes epistemologias, que desafiam as narrativas dominantes, processos tradicionais de construção de conhecimento, que abraçam a complexidade das experiências, reconhecendo que as vivências não podem ser reduzidas a categorias únicas. Assim, foram amplificadas as vozes e experiências de sujeitos, muitas vezes, marginalizados nos estudos.

Para superar essas questões, esta tese baseou-se em uma perspectiva crítica para compreender e enfrentar as desigualdades sociais, as dinâmicas de poder e as complexidades das experiências humanas nos contextos organizacionais. Foi estabelecida, assim, uma visão teórica e prática para promover impacto social, a inclusão e a equidade tanto na pesquisa, quanto na prática. Em contrapartida, abracei o feminismo negro, reforçando como o cerne da pesquisa, devido à sua habilidade de desafiar e desconstruir os padrões tradicionais, eurocêntricos e coloniais que historicamente delinearão os discursos sobre gênero, raça e classe (ARAÚJO; MESQUITA; SILVA-REIS, 2019; MUZANENHAMO; CHOWDHURY, 2023). Isso, por sua vez, contribuiu para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e estruturas sociais, enriquecendo a teoria e a prática interseccional (KETZER, 2017).

É crucial ressaltar que a compreensão dessas limitações e as decisões conscientes sobre o escopo da tese possibilitaram a identificação de potenciais aplicações práticas nas análises desenvolvidas neste trabalho. Em primeiro lugar, no âmbito dos estudos organizacionais,

estabelece-se uma base sólida para fomentar observações analíticas e intervenções informadas, visando atenuar desigualdades em diversos contextos, abrangendo desde cenários organizacionais, culturais e sociais. Em segundo lugar, contribui para aprimorar ações acadêmicas, teóricas e metodológicas, proporcionando uma compreensão mais profunda dos meios pelos quais as opressões moldam e influenciam trajetórias de carreiras. Em terceiro lugar, ela serve como *práxis* crítica, para desafiar e questionar concepções dominantes na área da gestão. Em quarto lugar, impulsiona o desenvolvimento de políticas organizacionais e públicas que dão prioridade a grupos minorizados, promovendo uma reavaliação da gestão da diversidade em diferentes cenários. Além disso, facilita a compreensão da intrincada inter-relação entre práticas de gestão, o contexto organizacional em diferentes escalas, as nuances dos discursos de identidade, desigualdade e os meios para implementar mudanças. Assim, favorece uma reflexão profunda sobre os processos dinâmicos de privilégios e desvantagens, que sustentam as desigualdades interseccionais nas organizações.

A partir das considerações delineadas neste estudo e visando a ampliação da temática, que aborda carreiras e interseccionalidade nos estudos organizacionais, sugiro, para pesquisas futuras, a adoção dessa abordagem teórico-metodológica para aprofundar a compreensão da intrincada e interconectada natureza das categorizações sociais e dos sistemas de discriminação em contextos diversos, para além das carreiras, como saúde, educação e política social. Proponho, também, explorar a narrativa ficcional como uma alternativa metodológica, destacando seu potencial para fomentar narrativas e entender as barreiras enfrentadas por sujeitos, especialmente mulheres negras, nos domínios da pesquisa científica e acadêmica, além de promover ambientes mais inclusivos.

As sugestões envolvem, portanto, elevar o potencial da interseccionalidade, mediante um comprometimento pleno com suas raízes no pensamento feminista negro. Recomendo, ainda, a expansão do conhecimento sobre as aplicações práticas da interseccionalidade e suas implicações para intervenções políticas e organizacionais. Em suma, proponho que futuras investigações preencham as lacunas existentes na literatura, explorem novas abordagens metodológicas e contribuam para o desenvolvimento de estruturas mais inclusivas e equitativas na compreensão das desigualdades sociais e das formações de identidade, a partir do compromisso ético com a equidade.

## REFERÊNCIAS

- ACCIARI, Louisa. Practicing Intersectionality: Brazilian Domestic Workers' Strategies of Building Alliances and Mobilizing Identity. **Latin American Research Review**, v. 56, n. 1, p. 67–81, 2021.
- ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: A Theory of Gendered Organizations. **Gender & Society**, v. 4, n. 2, p. 139–158, 30 jun. 1990. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089124390004002002>>.
- ACKER, Joan. Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations. **Gender and Society**, v. 20, n. 4, p. 441–464, 2006a.
- ACKER, Joan. Is Capitalism Gendered and racialized? In: ANDERSEN, MARGARET L.; COLLINS, PATRICIA HILL (Org.). **Class Questions, Feminist Answers**. 9th. ed. [S.l: s.n.], 2006b. p. 111–118.
- AGUADO, N Alexander; FREDERICKSON, H George. Gender and careers in city management: A case study of the career paths of one department's MPA graduates. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 33, n. 1, p. 25–37, 2012.
- AKANLE, OLAYINKA, ADEFOLAKE OLUSOLA ADEMUSON, And Olamide Sarafadeen Shittu. Scope and limitation of study in social research. **Contemporary issues in social research**, 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. [S.l: s.n.], 2019.
- ALEXANDER-FLOYD, Nikol G. Disappearing acts: Reclaiming intersectionality in the social sciences in a post—Black feminist era. **Feminist Formations**, p. 1–25, 2012.
- ANDRADE, Lucas Toledo De. **Ancestralidade, memória e autorrepresentação da mulher negra na literatura afro-brasileira contemporânea em “Olhos d’ água”, de Conceição Evaristo**. 2018.
- ANDRADE, Luís Fernando Silva; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. Distâncias e Relações entre Sociedade Civil e Poder Público Local: Atuação de duas Associações de Moradores em Lavras, MG. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 2, 2019.
- ANTHIAS, Floya. Hierarchies of social location, class and intersectionality: Towards a translocational frame. **International sociology**, v. 28, n. 1, p. 121–138, 2013.
- ANZALDÚA, Gloria *et al.* Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, v. 8, n. 1, p. 229–236, 2000.
- APPADURAI, Arjun. The capacity to aspire: Culture and the terms of recognition. **Culture and public action**, v. 59, p. 62–63, 2004.
- ARAÚJO, Cibele de Guadalupe Sousa; DE MESQUITA SILVA, Luciana; SILVA-REIS, Dennys. Translation studies & black women in the light of feminism. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 14, 2019.
- ARTHUR, Michael B; HALL, Douglas T; LAWRENCE, Barbara S. Generating new directions

in career theory: The case for a transdisciplinary approach. **Handbook of career theory**, v. 7, p. 25, 1989.

ARULMANI, Gideon *et al.* The manifestation of career: Introduction and overview. **Handbook of career development: International perspectives**, p. 1–10, 2014.

ARYA, Rina. Black feminism in the academy. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, v. 31, n. 5/6, p. 556–572, 2012.

ASSIS, Adamir Moreira; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda. Estudo de caso sobre a inserção de pessoas com deficiência numa organização de grande porte. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 20, p. 496–528, 2014.

AUDEBERT, Cédric *et al.* Blackness and Racial Relations: Racism and Anti-Racism in the Atlantic Space. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 63, p. 7–37, 2022.

AUNE, Kristin; HOLYOAK, Rose. Navigating the third wave: Contemporary UK feminist activists and ‘third-wave feminism’. **Feminist Theory**, v. 19, n. 2, p. 183–203, 2018.

BAILYN, Lotte. Time in careers-careers in time. **Human Relations**, v. 57, n. 12, p. 1507–1521, 2004.

BALAJI, Murali. Vixen Resistin’ Redefining Black Womanhood in Hip-Hop Music Videos. **Journal of Black Studies**, v. 41, n. 1, p. 5–20, 2010.

BANKS, Joy. Invisible man: Examining the intersectionality of disability, race, and gender in an urban community. **Disability & Society**, v. 33, n. 6, p. 894–908, 2018.

BANTON, Michael. Religion, faith, and intersectionality. **Ethnic and Racial Studies**, v. 34, n. 7, p. 1248–1253, 2011.

BARCARO, Andrea. Nomadic Art: Decolonising the Human and the Posthuman. **New Literaria**, v. 4, n. 2, p. 180–189, 2023.

BARLEY, Stephen R. Careers, identities, and institutions: **The legacy of the Chicago School of Sociology**. 1989.

BARROS, Leandro Eduardo Vieira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; GUERRA, Paula. Carreira outsider: um estudo sobre o processo de rotulação da carreira de músico. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 1, p. 194–225, 2021.

BARUCH, Yehuda; ROUSSEAU, Denise M. Integrating psychological contracts and ecosystems in career studies and management. **Academy of Management Annals**, v. 13, n. 1, p. 84–111, 2019.

BARUCH, Yehuda; VARDI, Yoav. A fresh look at the dark side of contemporary careers: Toward a realistic discourse. **British Journal of Management**, v. 27, n. 2, p. 355–372, 2016.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2015.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. [S.l.]: Editora Schwarcz-

Companhia das Letras, 2008.

BECKER, Howard S; STRAUSS, Anselm L. Careers, personality, and adult socialization. **American journal of sociology**, v. 62, n. 3, p. 253–263, 1956.

BEHREND, Tara S *et al.* Measurement invariance in careers research: using IRT to study gender differences in medical students' specialization decisions. **Journal of Career Development**, v. 35, n. 1, p. 60–83, 2008.

BENDASSOLLI, Pedro F. Reconstruction of the subject-work relationship in the emerging models of career. **RAE Revista de Administracao de Empresas**, v. 49, n. 4, p. 387–400, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902009000400003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902009000400003&lng=pt&tlng=pt)>.

BERNARD, Donte L; HOGGARD, Lori S; NEBLETT JR, Enrique W. Racial discrimination, racial identity, and impostor phenomenon: A profile approach. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, v. 24, n. 1, p. 51, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Intersectionality and female domestic workers' unions in Brazil**. 2014, [S.l.]: Elsevier, 2014. p. 72–80.

BERTRAND, Marianne; MULLAINATHAN, Sendhil. Are Emily and Greg more employable than Lakisha and Jamal? A field experiment on labor market discrimination. **American economic review**, v. 94, n. 4, p. 991–1013, 2004.

BIERI BUSCHOR, Christine *et al.* I want to be a scientist/a teacher: students' perceptions of career decision-making in gender-typed, non-traditional areas of work. **Gender and Education**, v. 26, n. 7, p. 743–758, 2014.

BIGLER, Christine *et al.* Rwanda's gendered agricultural transformation: A mixed-method study on the rural labour market, wage gap and care penalty. 2017, [S.l.]: Elsevier, 2017. p. 17–27.

BLOCK, David; CORONA, Victor. Exploring class-based intersectionality. **Language, Culture and Curriculum**, v. 27, n. 1, p. 27–42, 2014.

BLUHM, Dustin J *et al.* Qualitative research in management: A decade of progress. **Journal of management studies**, v. 48, n. 8, p. 1866–1891, 2011.

BORGES, Jorge Amaro de Souza. **Política da pessoa com deficiência no Brasil: percorrendo o labirinto**. . [S.l.]: UFRGS. , 2018

BOWLEG, Lisa. “Once you've blended the cake, you can't take the parts back to the main ingredients”: Black gay and bisexual men's descriptions and experiences of intersectionality. **Sex roles**, v. 68, n. 11–12, p. 754–767, 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, p. 329–376, 2006.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't IA woman? Revisiting intersectionality. **Journal of international women's studies**, v. 5, n. 3, p. 75–86, 2004.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative**

research in psychology, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BREWER, Rose M.; COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment.** [S.l.: s.n.], 1992. v. 21.

BRINKERHOFF, Merlin B; MACKIE, Marlene M. Casting off the bonds of organized religion: A religious-careers approach to the study of apostasy. **Review of religious research**, p. 235–258, 1993.

BRISCOE, Jon P; DICKMANN, Michael; PARRY, Emma. Careers across countries. **The Routledge Companion to Career Studies.** [S.l.]: Routledge, 2019. p. 293–309.

BROWN, Andrew D. Identities and identity work in organizations. **International journal of management reviews**, v. 17, n. 1, p. 20–40, 2015.

BROWNE, Irene; MISRA, Joya. The intersection of gender and race in the labor market. **Annual review of sociology**, v. 29, n. 1, p. 487–513, 2003.

BUJOLD, Charles. Constructing career through narrative. **Journal of vocational behavior**, v. 64, n. 3, p. 470–484, 2004.

BUTLER, Judith. **Gender trouble.** [S.l.]: routledge, 2002.

CALVARD, Thomas. 13. Impostor syndrome as a way of understanding gender and careers. **Research handbook of diversity and careers**, p. 211, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49–58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** [S.l.]: Selo Negro, 2015.

CARRASQUILLO, Rosa; PAPPADAMOS, Melina; SEMLEY, Lorelle. **Theorizing the Afropolitan Past and Present. Radical History Review.** [S.l.]: Duke University Press. , 2022

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda De *et al.* Percepção de desempenho de pessoas com deficiência e desenho do trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 4, p. 781–790, 2019.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda De; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, p. 59–78, 2007.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros. ESCREVIVENDO: EXPERIÊNCIAS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA REPRESENTADAS EM MEMORIAIS DE PROMOÇÃO PARA A CARREIRA DE TITULAR. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 53, p. 87–102, 2021.

CERRI, Chiara; ALAMILLO-MARTÍNEZ, Laura. **La organización de los cuidados, más allá de la dicotomía entre esfera pública y esfera privada.** 2012.

CHADWICK, Rachelle. Thinking intersectionally with/through narrative methodologies. **Agenda**, v. 31, n. 1, p. 5–16, 2017.

CHANLAT, Jean-François. Quais carreiras e para qual sociedade? (I). **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 6, p. 67–75, 1995.

CHATTOPADHYAY, Sutapa. Caliban and the Witch and wider bodily geographies. **Gender, Place & Culture**, v. 24, n. 2, p. 160–173, 2017.

CHIN, Christine B N. **In service and servitude: Foreign female domestic workers and the Malaysian modernity project**. [S.l.]: American University, 1995.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 4, p. 785–810, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/669608>>.

CHUDZIKOWSKI, Katharina; GUSTAFSSON, Stefanie; TAMS, Svenja. Constructing alignment for sustainable careers: Insights from the career narratives of management consultants. **Journal of Vocational Behavior**, v. 117, p. 103312, 2020.

CHUDZIKOWSKI, Katharina; MAYRHOFER, Wolfgang. In search of the blue flower? Grand social theories and career research: The case of Bourdieu's theory of practice. **Human relations**, v. 64, n. 1, p. 19–36, 2011.

CLANCE, Pauline Rose; IMES, Suzanne Ament. The imposter phenomenon in high achieving women: Dynamics and therapeutic intervention. **Psychotherapy: Theory, research & practice**, v. 15, n. 3, p. 241, 1978.

COELHO, Edmundo C; IMPERIAIS, **As Profissões. medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COETZEE, Melinde; HARRY, Nisha. Gender and hardiness as predictors of career adaptability: an exploratory study among Black call centre agents. **South African Journal of Psychology**, v. 45, n. 1, p. 81–92, 2015.

COKLEY, Kevin *et al.* Impostor feelings as a moderator and mediator of the relationship between perceived discrimination and mental health among racial/ethnic minority college students. **Journal of Counseling Psychology**, v. 64, n. 2, p. 141, 2017.

COLLIN, Audrey. New challenges in the study of career. **Personnel review**, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 99–127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as critical social theory**. [S.l.]: Duke University Press, 2019a.

COLLINS, Patricia Hill. It's all in the family: Intersections of gender, race, and nation.

**Hypatia**, v. 13, n. 3, p. 62–82, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e política do empoderamento**. [S.l.: s.n.], 2019b.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2021.

CONSTANTINE, Madonna G *et al.* Religion, spirituality, and career development in African American college students: A qualitative inquiry. **The Career Development Quarterly**, v. 54, n. 3, p. 227–241, 2006.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&tlng=pt)>.

CÚNICO, Sabrina Daiana; QUAINI, Rhaíssa Paula; STREY, Marlene Neves. Paternidades encarceradas: revisão sistemática sobre a paternidade no contexto do cárcere. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2018.

CURIEL, Ochy; PIÓN, Ruth. The Contributions of Afro-descendant Women to Feminist Theory and Practice: Deuniversalizing the Subject “Women”. **Hypatia**, v. 37, n. 3, p. 478–492, 2022.

CUZZOCREA, Valentina; LYON, Dawn. Sociological conceptualisations of ‘career’: A review and reorientation. **Sociology Compass**, v. 5, n. 12, p. 1029–1043, 2011.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Black feminism: race, identity and reproductive health in brazil (1975-1993). **Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 133, 2012.

DAVID, Miriam; CLEGG, Sue. Power, pedagogy and personalization in global higher education: the occlusion of second-wave feminism? **Discourse: Studies in the cultural politics of education**, v. 29, n. 4, p. 483–498, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [S.l.]: Boitempo, 2016.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist theory**, v. 9, n. 1, p. 67–85, 2008.

DE BECO, Gauthier. Intersectionality and disability in international human rights law. **The International Journal of Human Rights**, v. 24, n. 5, p. 593–614, 2020.

DE FARIA, Ana Lúcia Goulart; DA SILVA, Adriana Alves. A POTÊNCIA DO CUIDADO NA FEMINIZAÇÃO DOCENTE: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLITIZAÇÃO FEMINISTA PARA ATRAVESSAR A PANDEMIA. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 61, p. 25–40, 2021.

DE JESUS PRUDENTE, Eunice Aparecida. O negro na ordem jurídica brasileira. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 83, p. 135–149, 1988.

DE MEDEIROS, Pedro Henrique Alves; NOLASCO, Edgar César. MIL ROSAS HOMO-BIO-FICCIONAIS: A EXTERIORIDADE EM SILVIANO SANTIAGO. **Fólio-Revista de Letras**, v. 12, n. 1, 2020.

DE MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. O Jeca e a cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato. **Revista de Sociologia e Política**, n. 08, p. 99–112, 1997.

DE REZENDE, Damaris Tuzino; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Colonialidade do corpo feminino negro: trabalho reprodutivo no período escravocrata brasileiro e justiça racial. **Revista Videre**, v. 13, n. 27, p. 227–243, 2021.

DE VILLIERS, Charl; DUMAY, John; MAROUN, Warren. Qualitative accounting research: dispelling myths and developing a new research agenda. **Accounting & Finance**, v. 59, n. 3, p. 1459–1487, 2019.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista brasileira de educação**, v. 17, n. 51, p. 523–536, 2012.

DELORY-MOMBERGER, Christine. La recherche biographique en éducation en France. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, v. 3, n. 9, p. 781–795, 2018.

DELUCA, Gabriela; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; CHIESA, Carolina Dalla. Projeto e metamorfose: contribuições de Gilberto Velho para os estudos sobre carreiras. **Revista de administração contemporânea**, v. 20, p. 458–476, 2016.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**, v. 2, p. 67–94, 2019.

DIAZ, Natalia Quiroga. Economía del cuidado. Reflexiones para un feminismo decolonial. **Revista Feminista Casa de La Mujer**, v. 20, n. 2, p. 97–116, 2011.

DINIZ, Debora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. 2003.

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. Feminismo, bioética e vulnerabilidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 237–244, 2000.

DOS SANTOS GOMES FILHO, Antoniel; DOS SANTOS, Cícero Edinaldo; SILVA, Lielton Maia. Sexo, gênero, sexualidade: via (da) gens em conceitos. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 33, p. 20–36, 2017.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, p. 151–172, 2003.

DUARTE, E de A. Escrivivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. **Escrivivência: a escrita de nós—Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUFFY, Mignon. Doing the dirty work: Gender, race, and reproductive labor in historical perspective. **Gender & society**, v. 21, n. 3, p. 313–336, 2007.

DUFFY, Ryan D *et al.* Work as a calling: A theoretical model. **Journal of counseling**

**psychology**, v. 65, n. 4, p. 423, 2018.

DUFFY, Ryan D; BLUSTEIN, David L. The relationship between spirituality, religiousness, and career adaptability. **Journal of vocational behavior**, v. 67, n. 3, p. 429–440, 2005.

DUIGNAN-PEARSON, Rosalind. Before you're a DJ, you're a woman': navigating gendered space, society and music as a female DJ in Johannesburg. **Journal of African Cultural Studies**, v. 31, n. 1, p. 7–23, 2019.

EMERSON, Rana A. "Where my girls at?" Negotiating black womanhood in music videos. **Gender & society**, v. 16, n. 1, p. 115–135, 2002.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem?: Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da educação**, v. 4, n. 8, p. 141–174, 2000.

ESIN, Cigdem; SQUIRE, Corinne. Narrative Relations and Associations: Catherine Kohler Riessman's Research Dialogism. **Narrative Works**, v. 10, p. 107–116, 2020.

ESTEBAN, Mari Luz. Los cuidados, un concepto central en la teoría feminista: aportaciones, riesgos y diálogos con la antropología. **Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia**, n. 22 (2), p. 33–48, 2017.

EVANS, Elizabeth; EVANS, Elizabeth. Understanding Third Wave Feminisms. **The Politics of Third Wave Feminisms: Neoliberalism, Intersectionality, and the State in Britain and the US**, p. 19–38, 2015.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, p. 26–47, 2020.

FAEMS, Dries *et al.* The distinctive identity of the Journal of Management Studies. **Journal of Management Studies**, v. 53, n. 7, p. 1109–1112, 2016.

FARR, R M. Interviewing: the social psychology of the inter-view. **Psychology for occupational therapists**, p. 151–170, 1982.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. [S.l.]: Editora Elefante, 2019.

FEENSTRA, Sanne *et al.* Contextualizing the impostor "syndrome". **Frontiers in psychology**, v. 11, p. 3206, 2020.

FELISBERTO, Fernanda *et al.* Escrivivência como rota de escrita acadêmica. **Escrivivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. [S.l.]: Mina Comunicação e Arte Rio de Janeiro, 2020. p. 164–181.

FERREE, Myra Marx. **Intersectionality as theory and practice**. [S.l.]: SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA. , 2018

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. 1–24, 2020.

FINCH, Aisha K. Introduction: Black Feminism and the Practice of Care. **Palimpsest: A**

**Journal on Women, Gender, and the Black International**, v. 11, n. 1, p. 1–41, 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. [S.l.]: Artmed editora, 2008.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques Da. O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência: um ato de coragem. **O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência: um ato de coragem**, 2012.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Escrivivência: sentidos em construção. **Escrivivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 58–73, 2020.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEK, Dominique. Movimentos feministas. In: EDITORA UNESP (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. [S.l.: s.n.], 2009. p. 144–149.

FRAGA, Aline Mendonça; GEMELLI, Catia Eli; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Cenário das publicações científicas em carreira e gênero. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 3, p. 158–178, 2019.

FRAGA, Aline Mendonça; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Mobilidades no labirinto: tensionando as fronteiras nas carreiras de mulheres. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 757–769, 2020.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, 2009.

FREDERICK, Angela; SHIFRER, Dara. Race and disability: From analogy to intersectionality. **Sociology of Race and Ethnicity**, v. 5, n. 2, p. 200–214, 2019.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de estudos da linguagem**, v. 26, n. 2, p. 667–686, 2018.

GANS, Herbert J. Race as class. **Contexts**, v. 4, n. 4, p. 17–21, 2005.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability, transforming feminist theory. **Feminist Theory Reader**. [S.l.]: Routledge, 2020. p. 181–191.

GAUSE, Simone A F. White privilege, Black resilience: Women of color leading the academy. **Leadership**, v. 17, n. 1, p. 74–80, 2021.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 557–566, 2012.

GILL, Rosalind. Post-postfeminism?: New feminist visibilities in postfeminist times. **Feminist media studies**, v. 16, n. 4, p. 610–630, 2016.

GILLBORN, David. Intersectionality, critical race theory, and the primacy of racism: Race, class, gender, and disability in education. **Qualitative inquiry**, v. 21, n. 3, p. 277–287, 2015.

GILMORE, Sarah *et al.* **Writing differently. Management Learning**. [S.l.]: SAGE Publications Sage UK: London, England. , 2019

GINGRAS, Marcelle; SPAIN, Armelle; COCANDEAU-BELLANGER, Laurence. La carrière, un concept en évolution. **Carriérologie**, v. 10, n. 3–4, p. 411–426, 2006.

GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; BARBOSA DA SILVA, Anielson. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. [S.l.]: Saraiva, 2007. v. 1. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/5278>>.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. [S.l.: s.n.], 1988.

GOFFMAN, Erving. **Strategic interaction**. [S.l.]: University of Pennsylvania Press, 1970. v. 1.

GOFFMAN, Erving. The moral career of the mental patient. **Psychiatry**, v. 22, n. 2, p. 123–142, 1959.

GOMES, Ruthie Bonan *et al.* Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica. **Jornal Mulherio**, p. 7, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. [S.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GOPALDAS, Ahir. Intersectionality 101. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 32, n. 1\_suppl, p. 90–94, 2013.

GRANDJEAN, Burke D. History and career in a bureaucratic labor market. **American journal of Sociology**, v. 86, n. 5, p. 1057–1092, 1981.

GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, p. 1–18, 1998. Disponível em: <[http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisa\\_do.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisa_do.pdf)>.

GROSSI, Miriam. **Masculinidades**. 2012.

GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 525–544, 2005.

GUIMARÃES REYNALDO, Renata *et al.* Women of the revolution and a politics of care: A gendered intersectional approach on an initiative to address socioenvironmental problems in a marginalized community in southern Brazil. **Gender, Work & Organization**, v. 30, n. 6, p. 2130–2154, 2023.

GUNZ, Hugh; MAYRHOFER, Wolfgang. **Rethinking career studies: Facilitating conversation across boundaries with the social chronology framework**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2017.

GUNZ, Hugh; MAYRHOFER, Wolfgang; LAZAROVA, Mila. The concept of career and the field (s) of career studies. **The Routledge companion to career studies**. [S.l.]: Routledge,

2019. p. 11–24.

GUNZ, Hugh; MAYRHOFER, Wolfgang; TOLBERT, Pamela. Career as a social and political phenomenon in the globalized economy. **Organization Studies**, v. 32, n. 12, p. 1613–1620, 2011.

GUNZ, Hugh P; PEIPERL, Maury. **Handbook of career studies**. [S.l.]: SAGE publications, 2007.

GUTIERREZ-RODRIGUEZ, Encarnacion. Domestic work–affective labor: On feminization and the coloniality of labor. 2014, [S.l.]: Elsevier, 2014. p. 45–53.

HALL, Douglas T; CHANDLER, Dawn E. Psychological success: When the career is a calling. **Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior**, v. 26, n. 2, p. 155–176, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. [S.l.]: Lamparina, 2021.

HANCOCK, A. Intersectionality: Intellectual property or meme. **Intersectionality: An intellectual history**, p. 1–36, 2015.

HARDING, Sandra G. **Feminism and methodology: Social science issues**. [S.l.]: Indiana University Press, 1987.

HARLEY, Bill; FAEMS, Dries. Theoretical progress in management studies and the role of qualitative research. **Journal of Management Studies**, v. 54, n. 3, p. 366–367, 2017.

HEARN, Jeff. Toward a concept of non-career. **The Sociological Review**, v. 25, n. 2, p. 273–288, 1977.

HEARN, Jeff; HEIN, Wendy. Reframing gender and feminist knowledge construction in marketing and consumer research: missing feminisms and the case of men and masculinities. **Journal of Marketing Management**, v. 31, n. 15–16, p. 1626–1651, 13 out. 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0267257X.2015.1068835>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

HEILBORN, Maria Luiza. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. **Cadernos Cepia**, v. 5, p. 73–92, 2002.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. 2015.

HIRSCHMANN, Nancy J. Disability as a new frontier for feminist intersectionality research. **Politics & Gender**, v. 8, n. 3, p. 396–405, 2012.

HODKINSON, Phil; SPARKES, Andrew C. Careership: A sociological theory of career decision making. **British Journal of Sociology of Education**, v. 18, n. 1, p. 29–44, 1997.

HOLVINO, Evangelina. Intersections: The simultaneity of race, gender and class in Organization Studies. **Gender, Work and Organization**, v. 17, n. 3, p. 248–277, 14 maio 2010. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0432.2008.00400.x>>.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. [S.l.]: Editora Elefante, 2019a.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: From margin to center**. [S.l.: s.n.], 2000.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 193–210, 2015.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. **Plataforma Gueto**, 2014.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. [S.l.]: Elefante Editora, 2019b.

HUGHES, Everett C. Institutional office and the person. **American journal of sociology**, v. 43, n. 3, p. 404–413, 1937.

HUGHES, Everett C. **Men and their work**. 1958.

HUGHES, Everett Cherrington. Personality types and the division of labor. **American Journal of Sociology**, v. 33, n. 5, p. 754–768, 1928.

HUPPATZ, Kate. Theories of vertical segregation in feminized occupations: rethinking dominant perspectives and making use of Bourdieu. **Handbook of Gendered Careers in Management**. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 2015. .

IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463–488, 2006.

ILMONEN, Kaisa. Identity politics revisited: On Audre Lorde, intersectionality, and mobilizing writing styles. **European Journal of Women's Studies**, v. 26, n. 1, p. 7–22, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1350506817702410>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

INKSON, Kerr; DRIES, Nicky; ARNOLD, John. **Understanding careers: The metaphors of working lives**. 2. ed. [S.l.]: Sage Publications Thousand Oaks, CA, 2007.

IPEA, Portal. **Retrato das desigualdades de gênero e raça. 2015**. . [S.l.: s.n.]. , 2019

ISMAIL, Maimunah; ZULKIFLI, Nursyafiqah; HAMZAH, Siti Raba'ah. Insights on engineering as a non-traditional career field for women. **Global Business and Management Research**, v. 9, n. 4, p. 17–36, 2017.

IVANOVICH, Ana Carolina Friggi; GESSER, Marivete. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a) políticos. **Quaderns de Psicologia**, v. 22, n. 3, p. e1618–e1618, 2020.

JARDIM PINTO, Céli Regina. Feminismo, história e poder Revista de Sociologia e Política, vol. 18, núm. 36, junho, 2010, pp. 15-23 Universidade Federal do Paraná Curitiba, Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, 2010.

JONES, Andrew. (Re) producing gender cultures: Theorizing gender in investment banking recruitment. **Geoforum**, v. 29, n. 4, p. 451–474, 1998.

KANG, Hyoun Ju; CHAI, Dae Seok; MCLEAN, Gary N. An intersectionality and hope-based career development model for female international marriage immigrants in Korea. **Human Resource Development International**, v. 18, n. 5, p. 538–555, 20 out. 2015.

KAPPERT, Annette. **Professional and personal experiences as leverage for learning**. 2020, [S.l.]: Frontiers Media SA, 2020. p. 98.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva - Um guia para pesquisa de campo**. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <<https://books.google.com/books?id=SOUbBAAQBAJ&pgis=1>>.

KAYESS, Rosemary; SANDS, Therese; FISHER, Karen R. International power and local action—Implications for the intersectionality of the rights of women with disability. **Australian Journal of Public Administration**, v. 73, n. 3, p. 383–396, 2014.

KELE, Juliet Elizabeth *et al.* Intersectional identities and career progression in retail: The experiences of minority-ethnic women. **Gender, Work & Organization**, v. 29, n. 4, p. 1178–1198, 2022.

KELLY, Christine *et al.* ‘Doing’ or ‘using’ intersectionality? Opportunities and challenges in incorporating intersectionality into knowledge translation theory and practice. **International Journal for Equity in Health**, v. 20, n. 1, p. 187, 2021.

KENDALL, Carl *et al.* An empirical comparison of respondent-driven sampling, time location sampling, and snowball sampling for behavioral surveillance in men who have sex with men, Fortaleza, Brazil. **AIDS and Behavior**, v. 12, p. 97–104, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**, p. 55–63, 2003.

KERINS, Joanne; SMITH, Samantha E; TALLENTIRE, Victoria R. ‘Just pretending’: narratives of professional identity transitions in internal medicine. **Medical Education**, v. 57, n. 7, p. 627–636, 2023.

KETZER, Patricia. **Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações**. 2017.

KHAPOVA, Svetlana J.N.; ARTHUR, Michael B.; WILDEROM, Celeste P.M. The subjective career in the knowledge economy. **Handbook of Career Studies**. [S.l.: s.n.], 2007. p. 114–130.

KHAPOVA, Svetlana N.; ARTHUR, Michael B. Interdisciplinary approaches to contemporary career studies. **Human Relations**, v. 64, n. 1, p. 3–17, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. [S.l.]: Editora Cobogó, 2020.

KNIGHTS, David. Gender still at work: Interrogating identity in discourses and practices of masculinity. **Gender, Work and Organization**, v. 26, n. 1, p. 18–30, 24 jan. 2019. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gwao.12338>>.

KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona. **Gender, politics and institutions: Towards a feminist institutionalism**. [S.l.]: Springer, 2011. v. 1.

KURFÜRST, Sandra. “Women are Stronger Than Men”: Breaking Norms Through Hip Hop in Vietnam. **Music and Arts in Action**, v. 8, n. 1, p. 69–84, 2022.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. [S.l.]: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino ..., 2005.

LANGENER, Anna M *et al.* Capturing the Dynamics of the Social Environment Through Experience Sampling Methods, Passive Sensing, and Egocentric Networks: Scoping Review. **JMIR mental health**, v. 10, n. 1, p. e42646, 2023.

LAPERRIÈRE, Marie; LÉPINARD, Eléonore. Intersectionality as a tool for social movements: Strategies of inclusion and representation in the Québécois women’s movement. **Politics**, v. 36, n. 4, p. 374–382, 2016.

LEWIS, Patricia; SIMPSON, Ruth. Understanding and researching ‘choice’ in women’s career trajectories. **Handbook of Gendered Careers in Management**. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 44–60. Disponível em: <<http://www.elgaronline.com/view/9781782547686.00011.xml>>.

LIMA, Michelle Pinto De *et al.* O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, p. 42–68, 2013.

LINDSEY, Treva B. Let me blow your mind: Hip hop feminist futures in theory and praxis. **Urban Education**, v. 50, n. 1, p. 52–77, 2015.

LODI, Marluce Dantas de Freitas; THIOLENT, Michel Jean Marie; SAUERBRONN, João Felipe Rammelt. Uma discussão acerca do uso da pesquisa-ação em administração e ciências contábeis. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 1, 2017.

LONGINO, Helen E. Feminist epistemology. **The Blackwell guide to epistemology**, p. 325–353, 2017.

LORDE, Audre. **A burst of light: And other essays**. [S.l.]: Courier Dover Publications, 2017.

LORDE, Audre. Age, race, class, and sex: Women redefining difference. **Women in Culture: An intersectional anthology for gender and women’s studies**, p. 16–22, 1980.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: BAZAR DO TEMPO (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro - RJ: [s.n.], 2019a. p. 238–249.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. [S.l.]: Autêntica Editora, 2019b.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. **Bulletin: Homophobia and education**, v. 14, n. 3/4, p. 9, 1983.

LUIZ, John M; TERZIEV, Viktor. Axes and fluidity of oppression in the workplace: Intersectionality of race, gender, and sexuality. **Organization**, p. 13505084221098252, 2022.

LUJAN, Heidi L; DICARLO, Stephen E. **The racist “one drop rule” influencing science: it is time to stop teaching “race corrections” in medicine**. **Advances in Physiology Education**.

[S.l.]: American Physiological Society Rockville, MD. , 2021

MACLARAN, Pauline *et al.* Praxis or performance: does critical marketing have a gender blind-spot? **Journal of Marketing Management**, v. 25, n. 7–8, p. 713–728, 2009.

MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos De. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson *et al.* **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** . [S.l: s.n.]. , 2018

MANN, Susan Archer; HUFFMAN, Douglas J. The decentering of second wave feminism and the rise of the third wave. **Science & society**, v. 69, n. 1: Special issue, p. 56–91, 2005.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein.** [S.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1997.

MARSHALL, Judi. Re-visioning career concepts. **Handbook of career theory.** [S.l: s.n.], 1989. p. 275.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, n. 26, p. 63–81, 2003.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. **Brasil afro-brasileiro**, v. 2, p. 63–86, 2000.

MAYRHOFER, Wolfgang; GUNZ, Hugh. Time is of the essence: The temporal dimension of careers. **The Routledge companion to career studies.** [S.l.]: Routledge, 2019. p. 111–127.

MAYRHOFER, Wolfgang; MEYER, Michael; STEYRER, Johannes. Contextual issues in the study of careers. **Handbook of Career Studies.** [S.l: s.n.], 2007. p. 215–240.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 30, n. 3, p. 1771–1800, 2005.

MCCLUNEY, Courtney L. The need for intersectional practices in addressing workplace diversity. **Behavioral Science & Policy**, v. 6, n. 1, p. 51–54, 2020.

MCCRAY, Erica D; DOWIE-CHIN, Tianna; HARVEY, Alexandria. Engaging in (De) liberate Dialogue: An Endarkened Feminist Trio-Ethnography among Black Teacher Educators. **Building Mentorship Networks to Support Black Women: A Guide to Succeeding in the Academy**, p. 34–48, 2022.

MEHROTRA, Gita. Toward a continuum of intersectionality theorizing for feminist social work scholarship. **Affilia**, v. 25, n. 4, p. 417–430, 2010.

MELLO, Anahi Guedes De; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 635–655, 2012.

MESQUITA, Juliana Schneider; MODESTO, Cátia Cristina; OLIVEIRA, Helainne Vianey Gomes De. Perfil dos estudantes oriundos de cotas étnico-raciais do IFMG, campus avançado Ipatinga. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, 2022.

MESQUITA, Juliana Schneider; REZENDE, Vânia Aparecida; COSTANZI, Chiara Gomes. Políticas Públicas Educacionais e Participação Social: a possibilidade de uma gestão democrática pelo Programa Escola Aberta. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 13, n. 25, p. 169–195, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde**. 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. 2008.

MOHAJAN, Haradhan. **Four Waves of Feminism: A Blessing for Global Humanity**. 2022.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo social**, v. 26, p. 17–33, 2014.

MOLYNEUX, Maxine *et al.* Feminist activism 25 years after Beijing. **Gender & Development**, v. 28, n. 2, p. 315–336, 2020.

MOORE, Celia; GUNZ, Hugh; HALL, Douglas T. Tracing the historical roots of career theory in management and organization studies. **Handbook of career studies**, p. 13–38, 2007.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes *et al.* Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3949–3958, 2022.

MUZANENHAMO, Penelope; CHOWDHURY, Rashedur. Epistemic injustice and hegemonic ordeal in management and organization studies: Advancing Black scholarship. **Human Relations**, v. 76, n. 1, p. 3–26, 2023.

NADASEN, Premilla. Rethinking care work:(dis) affection and the politics of caring. **Feminist formations**, v. 33, n. 1, p. 165–188, 2021.

NAPLES, Nancy A; MAULDIN, Laura; DILLAWAY, Heather. From the guest editors: Gender, disability, and intersectionality. **Gender & Society**, v. 33, n. 1, p. 5–18, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. [S.l.]: Filhos da África, 2018.

NASH, Jennifer C. Re-thinking intersectionality. **Feminist review**, v. 89, n. 1, p. 1–15, 2008.

NÉMETH-TORRES, G. **História Geral de Lavras. Lavras, MG**: Geovani Németh-Torres, 2018.

NEPALI, Shobha; EINBODEN, Rochelle; RUDGE, Trudy. Control of resources in the nursing workplace: Power and patronage relations. **Nursing Inquiry**, v. 30, n. 2, p. e12523, 2023.

NEVES-SILVA, Priscila; PRAIS, Fabiana Gomes; SILVEIRA, Andréa Maria. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e

perspectiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2549–2558, 2015.

NEVES, Júlia Gasperazzo; ZAGANELLI, Juliana Costa. O racismo na obra de Monteiro Lobato. **Anais do CIDIL**, v. 2, p. 741–750, 2016.

NEVILLE, Helen A; HAMER, Jennifer. “We Make Freedom” An Exploration of Revolutionary Black Feminism. **Journal of Black Studies**, v. 31, n. 4, p. 437–461, 2001.

NILSEN, Ann. WORK, LIFE COURSE, AND GENDER: Career and non-career jobs in context. **European Societies**, v. 14, n. 1, p. 113–134, 2012.

NORTH-SAMARDZIC, Andrea; TAKSA, Lucy. The impact of gender culture on women’s career trajectories: an Australian case study. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, 2011.

NTSEANE, Peggy Gabo. Culturally sensitive transformational learning: Incorporating the Afrocentric paradigm and African feminism. **Adult education quarterly**, v. 61, n. 4, p. 307–323, 2011.

NUNES, Isabella Rosado. Sobre o que nos move, sobre a vida. DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós—reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 10–24, 2020.

NÚÑEZ, Rafael *et al.* What happened to cognitive science? **Nature human behaviour**, v. 3, n. 8, p. 782–791, 2019.

OCAÑA, Alexander Ortiz; LÓPEZ, María Isabel Arias; CONEDO, Zaira Pedrozo. Metodología ‘otra’ en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante. **Revista FAIA-Filosofía Afro-Indo-Abiayalense**, v. 7, n. 30, p. 172–200, 2018.

OIKELOME, Franklin; HEALY, Geraldine. Gender, migration and place of qualification of doctors in the UK: perceptions of inequality, morale and career aspiration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39, n. 4, p. 557–577, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369183X.2013.745233>>.

OLIVEIRA, Isla Karla Azevedo Pedro De. **Desafios associados à educação e ao trabalho para mulheres negras em um município no sul de Minas Gerais**. 2014.

OTONKORPI-LEHTORANTA, K., LEINONEN, M., NIKKANEN, R., & HEISKANEN, T. Intersections of gender, age and occupational group in the Finnish Defence Forces. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, v. 34, 2015.

OVERSTREET, Nicole M; ROSENTHAL, Lisa; CASE, Kim A. Intersectionality as a radical framework for transforming our disciplines, social issues, and the world. **Journal of Social Issues**, v. 76, n. 4, p. 779–795, 2020.

OYÈWÚMI, Oyèronké. Conceituando O Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas. **CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.**, v. 1, p. 1–10, 2004.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** [S.l.]: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

OZTURK, Mustafa Bilgehan; BERBER, Aykut. Racialised professionals' experiences of selective incivility in organisations: A multi-level analysis of subtle racism. **Human Relations**, v. 75, n. 2, p. 213–239, 2022.

PARREÑAS, Rhacel. **Servants of globalization: Migration and domestic work.** [S.l.]: Stanford University Press, 2015.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e sociedade**, v. 20, p. 76–85, 2011.

PEREIRA, Jardel Costa. O moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa na constituição de um município mineiro. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 69–92, 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo - SP: Editora Contexto, 2007.

PERRY, Keisha-Khan Y. The resurgent far right and the Black feminist struggle for social democracy in Brazil. **American Anthropologist**, v. 122, n. 1, p. 157–162, 2020.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 18 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5247>>.

PIZZORNO, Maria Chiara *et al.* Parent–child career construction: A narrative study from a gender perspective. **Journal of Vocational Behavior**, v. 84, n. 3, p. 420–430, 2014.

POSTALI, Thífani. A invisibilidade da mulher no hip hop: uma análise sobre documentários dos anos 2000. **Revista Comunicação, Cultura E Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 32–50, 2020.

PRADO, José Willer *et al.* Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968–2014). **Scientometrics**, v. 106, n. 3, p. 1007–1029, 2016.

PRINGLE, Judith K *et al.* Diversity as a perspective on career. **The Routledge Companion to Career Studies**, p. 75–89, 2019.

PUSPITASARI, Dewi *et al.* Mulan's (2020) Reflection: Evidences of Gender-Based Critical Thinking, A Path to Gender Equality. **Muwazah: Jurnal Kajian Gender**, p. 255–274, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, v. 19, p. 9–31, 2005.

RAGO, Margareth. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade.** [S.l.]: Editora Mulheres, 1998.

REBOLLO-GIL, Guillermo; MORAS, Amanda. Black women and black men in hip hop music: misogyny, violence and the negotiation of (white-owned) space. **The Journal of Popular**

**Culture**, v. 45, n. 1, p. 118–132, 2012.

REIS, Thompson Augusto *et al.* Líderes religiosos e suas expectativas de carreira: um estudo empírico com pastores de comunidades evangélicas. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 10, n. 3, 2020.

RESSIA, Susan; STRACHAN, Glenda; BAILEY, Janis. Operationalizing intersectionality: An approach to uncovering the complexity of the migrant job search in Australia. **Gender, Work & Organization**, v. 24, n. 4, p. 376–397, 2017.

REYNA, Christine. Ian is intelligent but Leshawn is lazy: Antecedents and consequences of attributional stereotypes in the classroom. **European Journal of Psychology of Education**, v. 23, n. 4, p. 439–458, 2008.

REYNA, Christine. Lazy, dumb, or industrious: When stereotypes convey attribution information in the classroom. **Educational Psychology Review**, v. 12, p. 85–110, 2000.

RIBEIRO, Adelia Miglievich; DOS PRAZERES, Lílían Lima Gonçalves. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**, v. 23, n. 45, p. 25–52, 2015.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 2, p. 177–189, 2013.

RIBEIRO, Marcelo Afonso; MELO-SILVA, Lucy Leal. **Compêndio de Orientação Profissional e de Carreira Vol. 1: Enfoques Teóricos contemporâneos e modelos de intervenção**. [S.l.]: Vetor Editora Psico Pedagógica LTDA, 2016. v. 1.

RIESSMAN, Catherine Kohler; QUINNEY, Lee. Narrative in social work: A critical review. **Qualitative social work**, v. 4, n. 4, p. 391–412, 2005.

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. Brazilian Black Feminism in Rural and Urban Spaces. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 10, n. 1, p. 59–85, 2021.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; FRAGA, Aline Mendonça. Queering carreiras: interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe na trajetória de um bailarino. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 4, p. 7–32, 2020.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina María. **Economía feminista y economía del cuidado: Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad**. 2015.

RODRIGUEZ, Jenny K. *et al.* The Theory and Praxis of Intersectionality in Work and Organisations: Where Do We Go From Here? **Gender, Work & Organization**, v. 23, n. 3, p. 201–222, maio 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gwao.12131>>.

ROSADO, Maria José. Feminismo, gênero e religião—os desafios de um encontro possível. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 31, 2017.

RUIZ CASTRO, Mayra; HOLVINO, Evangelina. Applying intersectionality in organizations: Inequality markers, cultural scripts and advancement practices in a professional service firm.

**Gender, Work & Organization**, v. 23, n. 3, p. 328–347, 2016.

SÁINZ, Milagros *et al.* Gendered motivations to pursue male-dominated STEM careers among Spanish young people: A qualitative study. **Journal of Career Development**, v. 47, n. 4, p. 408–423, 2020.

SAMUELS, Gina Miranda; ROSS-SHERIFF, Fariyal. Identity, oppression, and power: Feminisms and intersectionality theory. **Affilia - Journal of Women and Social Work**, v. 23, n. 1, p. 5–9, fev. 2008. Disponível em: </record/2009-10291-001>. Acesso em: 9 ago. 2021.

SANABRIA, Mauricio; SAAVEDRA, Juan Javier; SMIDA, Ali. **Los estudios organizacionales: Fundamentos evolución y estado actual del campo**. [S.l.]: Editorial Universidad del Rosario, 2014.

SANTOS, Giovanna Silveira. MOVIMENTO HIP HOP: MASCULINO E MASCULINIZADO? **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 16, p. 128–145, 2019.

SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3007–3015, 2016.

SAYRE, Nathan F. The need for qualitative research to understand ranch management. **Journal of Range Management**, v. 57, n. 6, p. 668–674, 2004.

SCHULTZ, Susanne. **Intersectional Convivialities: Brazilian Black and Popular**. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SEIDL, Ernesto. **LÓGICAS CRUZADAS: carreiras religiosa e política**. 2009.

SEVERO, Rodrigo. Performance Leite Derramado: desafiando as imagens de controle. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 12, 2022.

SHAW, Linda R; CHAN, Fong; MCMAHON, Brian T. Intersectionality and disability harassment: The interactive effects of disability, race, age, and gender. **Rehabilitation Counseling Bulletin**, v. 55, n. 2, p. 82–91, 2012.

SILVA, Caroline Rodrigues. Writing for survival (... and to breathe). **Gender, Work & Organization**, v. 28, n. 2, p. 471–480, 2021.

SILVA, Louise Rodrigues; MAFRA, Flávia Luciana Naves; SILVA, Caroline Rodrigues. **AS INTERSECCIONALIDADES ENTRE MULHERES NEGRAS E AS CARREIRAS CONSTRUÍDAS COMO IMPERIAIS**. [S.d.].

SIMPSON, Ruth. Men in non-traditional occupations: Career entry, career orientation and experience of role strain. **Gender, Work & Organization**, v. 12, n. 4, p. 363–380, 2005.

ŚLIWA, Martyna *et al.* “That’s bang out of order, mate!”: Gendered and racialized micro-practices of disadvantage and privilege in UK business schools. **Gender, Work & Organization**, 2022.

SMITH, Christen Anne. Towards a black feminist model of black Atlantic liberation: remembering Beatriz Nascimento. **Meridians**, v. 14, n. 2, p. 71–87, 2016.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. [S.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

STEINFIELD, Laurel *et al.* Transformative intersectionality: Moving business towards a critical praxis. **Journal of Business Research**, v. 100, p. 366–375, 1 jul. 2019.

SULLIVAN, Sherry E. The changing nature of careers: A review and research agenda. **Journal of management**, v. 25, n. 3, p. 457–484, 1999.

SULLIVAN, Sherry E; BARUCH, Yehuda. Advances in career theory and research: A critical review and agenda for future exploration. **Journal of management**, v. 35, n. 6, p. 1542–1571, 2009.

TAMS, Svenja *et al.* Careers in cities: An interdisciplinary space for advancing the contextual turn in career studies. **Human Relations**, v. 74, n. 5, p. 635–655, 2021.

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro; MANZINI, Eduardo José. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista brasileira de educação especial**, v. 11, p. 273–294, 2005.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. [S.l.]: Editora Jandaíra, 2021.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; NASCIMENTO, Marco César Ribeiro; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações" convergentes"? **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 191–220, 2012.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 161–178, 2015.

THOMAS, Victoria E. Gazing at “it”: An intersectional analysis of transnormativity and Black womanhood in Orange Is the New Black. **Communication, Culture, and Critique**, v. 13, 2023.

TIRON-TUDOR, Adriana; FARAGALLA, Widad Atena. Intersections of women’s identities in professional accountancy careers. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 19, n. 5, p. 564–603, 2022.

TIRYAKIAN, Edward A. O trabalho em Émile Durkheim. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, p. 215–233, 2005.

TZAGKARAKIS, Stylianos Ioannis; KRITAS, Dimitrios. Mixed research methods in political science and governance: approaches and applications. **Quality & quantity**, v. 57, n. Suppl 1, p. 39–53, 2023.

UMOREN, Imaobong D. From the margins to the center: African American Women’s and gender history since the 1970s. **History Compass**, v. 13, n. 12, p. 646–658, 2015.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista**

**Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, 2020.

VON KOHORN, Isabelle *et al.* A qualitative study of postpartum mothers' intention to smoke. **Birth**, v. 39, n. 1, p. 65–69, 2012.

WALTON, Natalia L. **The Good Nigga, the Bad Mother, the Prostitute, and the Ghetto Bitch: Racial Stereotype Embodiment Theory**. . [S.l.]: University of Colorado at Denver. , 2023

WANG, Mo; WANBERG, Connie R. 100 years of applied psychology research on individual careers: From career management to retirement. **Journal of Applied Psychology**, v. 102, n. 3, p. 546, 2017.

WEISER, Gavin; DEMARTINO, Linsay. “We’re not going back to what was before, and we don’t know what the future will look like either”: Exploring the Voices and Images of Educational Administrators in Crisis. **Transformative Dialogues: Teaching and Learning Journal**, v. 15, n. 2, 2022.

WEISS, Joseph W *et al.* Calling, new careers and spirituality a reflective perspective for organizational leaders and professionals. **Spiritual intelligence at work: Meaning, metaphor, and morals**. [S.l.]: Emerald Group Publishing Limited, 2003. p. 175–201.

WELLS, C. C., GILL, R., & MCDONALD, J. “Us foreigners”: Intersectionality in a scientific organization. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, v. 34, 2015.

WESCHENFELDER, Viviane Ines. The Potentiality Of Black Women Narratives For Inclusive Education: Developing Other Subjectivities At School. **EDU REVIEW. International Education and Learning Review/Revista Internacional de Educación y Aprendizaje**, v. 8, n. 2, p. 83–94, 2020.

WINGFIELD, Adia Harvey; ALSTON, Renee Skeete. The understudied case of Black professional men: Advocating an intersectional approach. **Sociology Compass**, v. 6, n. 9, p. 728–739, 2012.

WONG, Gemma; BREHENY, Mary. Narrative analysis in health psychology: A guide for analysis. **Health Psychology and Behavioral Medicine**, v. 6, n. 1, p. 245–261, 2018.

YOUNG, Richard A; COLLIN, Audrey. Introduction: Constructivism and social constructionism in the career field. **Journal of vocational behavior**, v. 64, n. 3, p. 373–388, 2004.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and feminist politics. **European Journal of Women’s Studies**, v. 13, n. 3, p. 193–209, 24 jul. 2006. Disponível em: <[https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350506806065752?casa\\_token=LNmqH\\_dbOOcAAAAA%3A8R2T-NaIauzhF4fkQhmd8hZlfx2JBZF\\_NU2hld\\_Dy88MfWo3y94TkUcUt61--0Y11JTOBv11QRi1pw](https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350506806065752?casa_token=LNmqH_dbOOcAAAAA%3A8R2T-NaIauzhF4fkQhmd8hZlfx2JBZF_NU2hld_Dy88MfWo3y94TkUcUt61--0Y11JTOBv11QRi1pw)>. Acesso em: 9 ago. 2021.

ZACCARELLI, Laura Menegon; GODOY, Arilda Schmidt. “Deixa eu te contar uma coisa...”: Possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, 2013.

ZANOLA, Fernanda de Aguiar; Fernanda Carvalheiro Rufino Rauber; Lauri Luis Rauber; Flaviana Andradade de Pádua Carvalho. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE ESTUDOS DE CARREIRAS, FEMINISMOS E A BUSCA POR UMA ABERTURA INTERSECCIONAL. *XXIV SEMEAD. Seminários em Administração.*, 2022.

ZANOLA, Fernanda de Aguiar. Escrivência: The Exhausting Process of Being an Outsider within a Postgraduate Administration Program. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 27, p. e220354, 2023.

ZANOLA, Fernanda de Aguiar; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **Trabalho doméstico: intercruzamentos de opressões.** . [S.l.]: SciELO Brasil. , 2023

ZIMMERMAN, Amber Lynn; MCDERMOTT, M Joan; GOULD, Christina M. The local is global: Third wave feminism, peace, and social justice. *Contemporary Justice Review*, v. 12, n. 1, p. 77–90, 2009.

## ANEXO A – ROTEIRO PARA EXECUÇÃO DA ENTREVISTA NARRATIVA

Objetivo: Compreender, sob uma perspectiva feminista interseccional, as inter-relações entre os marcadores sociais da diferença presentes nas trajetórias de carreiras de mulheres negras, no contexto da cidade de Lavras (MG).

Foco: Construção de situações que encorajem e estimulem a "informante" a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Rompendo, assim, o esquema pergunta-resposta.

### FASES E ORIENTAÇÕES ENTREVISTA NARRATIVA

Fases/Orientações	Atitude pesquisadora
<p><u>Preparação:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Exploração do campo;</li> <li>2. Formulação de questões “exmanentes”.</li> </ol>	Familiaridade com o campo (acesso a documentos, tomar notas, relatos informais e formais) sobre as carreiras de mulher com deficiência.
<p><u>Iniciação:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>3. Formulação do tópico inicial para narração;</li> <li>4. Emprego de auxílios visuais.</li> </ol>	<p>Explicar em termos amplos a proposta da pesquisa; assinatura do termo de consentimento; e o procedimento. Nesse momento, são representados os meus interesses com a pesquisa.</p> <p>* Refletir na iniciação a importância da experiência da informante; significância pessoal, social e comunitária; tópico deve ser suficientemente amplo para a informante desenvolver a história; não utilizar informações indexadas nesse momento para não interferir na percepção.</p>
<p><u>Narração Central:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>5. Não interromper;</li> <li>6. Somente encorajamento não verbal para continuar a narração;</li> <li>7. Esperar para os sinais de finalização.</li> </ol>	Escuta ativa e anotações, mentais ou no papel, sobre temas que podem ser abordados ao final.
<p><u>Fase de perguntas:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>8. Somente “Que aconteceu então?”;</li> <li>9. Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes;</li> <li>10. Não discutir sobre contradições;</li> <li>11. Não fazer perguntas do tipo “por quê?”;</li> <li>12. Ir de perguntas exmanentes para imanentes.</li> </ol>	<p>Transformar perguntas exmanentes (refletem o interesse do pesquisador) em imanentes (relatos que surgem durante a narrativa). O foco é obter informações pela própria linguagem da informante (entrevistada)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empregar a linguagem do informante;</li> <li>• Não perguntar diretamente sobre opiniões, atitudes ou causas;</li> <li>• Perguntas permitidas: que se referem aos acontecimentos (utilizar linguagem da narradora nessas questões);</li> </ul> <p><b>NECESSÁRIO:</b> Retomar questões primárias de forma indireta para complementar a discussão.</p>
<p><u>Fala conclusiva:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>13. Parar de gravar;</li> <li>14. São permitidas perguntas do tipo “por quê?”;</li> <li>15. Fazer anotações imediatamente depois da entrevista.</li> </ol>	Atentar as informações contextuais veiculadas; Diário de campo e formulário especial para sintetizar conteúdo.

Fonte: Da autora (2024).

## Sequência e organização das perguntas

### IDENTIFICAÇÃO

- Nome
- Idade
- Qual a sua formação/escolaridade?
- É casada? Tem filhos? Se sim, quantos?
- Orientação sexual
- Classe social
- Ocupação

### RELATO DA TRAJETÓRIA DE VIDA

- Relatar a trajetória de vida na infância/adolescência, juventude e maturidade. Se possível situando as experiências de gênero, sexismo, racismo, classe, sexualidade, saúde e violência na escola, na família, no trabalho e em sua carreira.

### BLOCOS TEMÁTICOS: PERGUNTAS PARA UTILIZAR SE NÃO FOR ABORDADO PELA PARTICIPANTE

Trajetórias de carreiras:

- Como foi sua infância?
- Quais os desafios que você enfrenta no seu dia a dia? Como busca superar esses desafios?
- Como você descreveria a linha do tempo de sua carreira até hoje?
- Quais características você utilizaria para se descrever em sua carreira?

### RELAÇÃO SOCIAIS, DE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E CLASSE

- Quando você se entendeu como uma mulher negra?
- Na sua opinião, quais comportamentos são esperados de você pela sociedade?
- Na sua opinião, o que significa ser (definir atributos mencionados na apresentação, por exemplo: mulher, negra, mãe...) em sua carreira?
- O que significa ser homem em sua carreira?
- Você considera que ser uma mulher que atua no seu ramo de atividade é uma vantagem ou uma desvantagem? Poderia me dar exemplos?

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- O que é ser feminista para você?
- Como você entende o feminismo?
- Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado?
- O que poderia ser feito para ajudar a carreira de mulheres como você?

## ANEXO B - TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

#### I - Título do trabalho experimental:

Escrevivências: carreiras de mulheres negras da cidade de lavras/mg sob um olhar feminista interseccional

**Pesquisador(es) responsável(is):** Fernanda de Aguiar Zanola e Mônica Carvalho Alves Cappelle

**Cargo/Função:** Doutoranda em Administração pelo PPGA/UFLA e Professora Doutora no PPGA/UFLA

**Instituição/Departamento:** Departamento de Administração e Economia – UFLA

**Telefone para contato:** (35) 99812-0565 e (35) 3829-1752

**Local da coleta de dados:** Local escolhido pelas sujeitas entrevistadas em caso de entrevistas presenciais, via *Google Meet* ou *Skype* para entrevistas realizadas de forma remota. Enquanto perdurar a situação de pandemia da COVID-19, os dados podem ser coletados de forma online. A pesquisa só será conduzida de forma presencial quando for preferencialmente requisitada pelas sujeitas da pesquisa, obedecendo-se todos os critérios de saúde recomendados pela Organização Mundial da Saúde.

#### II - OBJETIVOS

Compreender a ação dos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros) na reprodução de opressões nas carreiras das mulheres. Para tanto, serão engajadas narrativas das sujeitas de pesquisa por meio de entrevistas para compreender dinâmicas existentes em suas trajetórias de vida.

#### III – JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa apresenta contribuições teóricas-metodológicas aos estudos feministas e de carreiras ligados à Administração. Ademais, contribuirá na compreensão sobre os contextos, experiências, além de valorizar e auto definir trajetórias vivenciadas por mulheres. Portanto, produzirá reflexões coletivas e individuais; ampliará discussões sobre leis, regulamentações e políticas públicas; bem como ações práticas para a elevar potencialidades ligados ao âmbito político, cultural, social e organizacional.

#### IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

Após a provação deste projeto no comitê de ética, o contato com as sujeitas será realizado por telefone, e-mail ou redes sociais, escolhidos aleatoriamente e, à medida que atenderem os critérios de inclusão e que aceitem participar da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será encaminhado para proceder com a assinatura. O acesso se dará por meio de contato inicial com pessoas, organizações ou representações populares que possuem acesso as sujeitas que interessam a pesquisa.

#### V - RISCOS ESPERADOS

Toda pesquisa com seres humanos envolve risco, em tipos e gradações variadas (Res. 466/2012, V). A avaliação do risco da pesquisa é MÍNIMO. Uma vez que não há risco para integridade física dos participantes, pois não são expostos a nenhum tipo de produto de consumo ou experimentação. No entanto, a entrevistada pode sentir-se constrangida em função das perguntas pessoais ou mesmo em virtude da reflexão sobre a sua carreira. Havendo qualquer tipo de constrangimento e/ou desconforto por parte da sujeita entrevistada, será possível que a entrevista seja interrompida para que o pesquisador esclareça eventuais dúvidas sobre os objetivos das questões, deixando claro também que a identidade da sujeita será mantida em sigilo. Ainda, a sujeita entrevistada poderá a qualquer momento da entrevista: a) negar-se a responder as perguntas; b) abandonar a pesquisa, sem que seja apresentado qualquer justificativa; c) solicitar que a gravação da entrevista seja apagada dos registros de arquivo da pesquisa e; d) requerer os resultados obtidos com a pesquisa, mesmo que tenha abandonado a pesquisa. Para minimizar potenciais desconfortos, nenhuma informação que possa identificá-la será divulgada sendo isso um compromisso ético da coordenadora e demais membros responsáveis pela pesquisa, garantido via assinatura deste termo. Além disso, você poderá ter acesso a todas as fases da pesquisa (garantido o anonimato individual de cada um dos participantes), podendo reler a sua entrevista, solicitar cortes, acrescentar informações ou mesmo solicitar a sua retirada na íntegra durante o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, a avaliação do risco da pesquisa é: MÍNIMO. Mas mesmo diante disso, nos comprometemos a ressarcir quaisquer gastos ao participante, mesmo aqueles anteriormente imprevistos.

#### VI – BENEFÍCIOS

Esta pesquisa poderá contribuir para a melhor compreensão sobre os contextos e experiências vividas por diferentes mulheres com deficiência física ou sensorial, auxiliando em reflexões coletivas e individuais sobre as carreiras que vivenciam e (re) interpretam. Ademais, a pesquisa poderá contribuir para as discussões sobre políticas públicas, reestruturação de leis, novas possibilidades de atuação e possíveis intercâmbios entre universidade e sociedade civil para reduzir ou potencializar aspectos relativos às carreiras estudadas.

#### VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

As sujeitas entrevistadas poderão retirar o consentimento durante a realização da pesquisa, assim como recusar em iniciar a sua participação a qualquer momento, não que haja justificativa de sua parte, não acarretando qualquer penalidade ou represálias de qualquer natureza sem que isso afete o tratamento destinado ao mesmo. Caso alguma das sujeitas entrevistadas retirem seu

Campus Universitário da UFLA, Caixa Postal 3037  
37200-000 Lavras-MG – Brasil  
E-mail [coep@nintec.ufla.br](mailto:coep@nintec.ufla.br)

Fone 35 3829 5182  
CNPJ: 22.078.679/0001-74  
Site: [http://www.prp.ufla.br/site/?page\\_id=440](http://www.prp.ufla.br/site/?page_id=440)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP**

consentimento ou abandonem a pesquisa, novas sujeitas serão selecionadas e, atendendo aos critérios de inclusão/exclusão estabelecidos e serão seguidos os demais procedimentos para pesquisa. A quantidade de respondentes é considerada como suficiente a partir do momento em que as entrevistas ou os documentos passarem a não trazer informações diferentes e/ou novas para a pesquisa. Portanto, espera-se que a pesquisa seja encerrada após responder os objetivos propostos. Por ser uma pesquisa da área de Ciências Sociais Aplicadas e não envolver experimentos terapêuticos medicamentosos, cirurgias ou outras medidas que possam estar associadas a efeitos colaterais inerentes à saúde humana, não havendo assim, a previsão de riscos significativos, a pesquisa possivelmente seguirá seu curso normal sendo finalizada ao término das atividades previstas no cronograma definido.

**VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa. Lavras, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Nome (legível) / RG

\_\_\_\_\_  
 Assinatura

**ATENÇÃO!** Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

**Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.**

*No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras. Telefones de contato: 035 38291475*

## ANEXO C – APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
LAVRAS



Continuação do Parecer: 5.951.324

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO.

### Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme norma operacional CNS n°001/13, item XI.2

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2048433.pdf	27/02/2023 08:18:19		Aceito
Outros	DECLARACAOCOLETANAONINCIADA.pdf	27/02/2023 07:59:39	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5903217.pdf	25/02/2023 12:04:48	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Outros	COMENTARIOSETICOSATUALIZADO.docx	25/02/2023 12:03:26	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA2.docx	25/02/2023 12:03:11	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAATUALIZADO.xlsx	25/02/2023 12:02:09	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEATUALIZADO.docx	25/02/2023 12:01:59	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Outros	ROTEIRO.docx	26/12/2022 11:24:56	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.docx	26/12/2022 11:22:22	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto1.pdf	29/11/2022 09:10:32	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	14/11/2022 10:11:20	FERNANDA DE AGUIAR ZANOLA	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

**Endereço:** Campus Universitário Cx Postal 3037

**Bairro:** PRP/COEP

**CEP:** 37.200-900

**UF:** MG

**Município:** LAVRAS

**Telefone:** (35)3829-5182

**E-mail:** coep.prp@ufla.br